



RELATÓRIO E CONTAS 2012

MELHOR MISERICÓRDIA
MAIS MISERICÓRDIA



RELATÓRIO
E CONTAS
2012



“Quem observa o vento não semeia; quem olha as nuvens não ceifa.”

Antigo Testamento

ÍNDICE

009	MENSAGEM DO PROVIDOR
010	CORPOS GERENTES
013	RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
	I - A Misericórdia do Porto e a Sociedade Portuguesa
	a) As Relações Institucionais
	b) As Assembleias Gerais e Irmandade
	c) Movimento de Irmandade
	II - Intervenção Social e de Apoio ao Desenvolvimento
019 1. Área Operacional do Desenvolvimento Agrícola - Quinta D'Alva
019 2. Área da Saúde
	Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz
	Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF)
050 3. Área Operacional da Intervenção Social, Gerontológica e da Juventude
	Colégio do Barão de Nova Sintra
076 4. Área Operacional da Educação
	Colégio Nossa Senhora da Esperança
082 5. Área Operacional do Ensino Especial
	Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD) - Instituto de S. Manuel e Instituto Araujo Porto
	Centro Professor Albuquerque e Castro
089 6. Área Operacional dos Projectos Especiais
	Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo
	Programa Chave de Afectos
	Programa "Sopa da Noite"
	Programa Cantinas Sociais
	Banco do Medicamento
	Outros Serviços
	Programa Banco do Vestuário
	Artes Gráficas - Serviços e Imprensa
101 7. Área do Culto e Cultura
	Património Artístico
	Arquivo Histórico
	Parque da Prelada
	Gabinete de Imagem e Comunicação
110 8. Área Operacional de Modernização Administrativa e Tecnologias de Informação
120 9. Área de Recursos Humanos
126 10. Área de Gestão Administrativa e Património
140 Notas Finais
143	GESTÃO FINANCEIRA
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
	PARECER DO DEFINITÓRIO

MENSAGEM DO PROVIDOR



PROVEDOR DA SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DO PORTO
ANTÓNIO MANUEL LOPES TAVARES

A exemplo de anos anteriores, cumpre-me apresentar o Relatório e Contas de 2012, de acordo com o nosso Compromisso, num momento de grande dificuldade para todas as famílias e para as empresas, em virtude da profunda crise económica, financeira e social que Portugal atravessa.

Um ano que ficou marcado pelo programa de ajustamento internacional que o País está a realizar com o empenho e a solidariedade de todos nós.

É, também, um ano que fica com algumas marcas de água que permitem adivinhar os tempos que se avizinham, como o processo de reestruturação de reforma do Estado Social, onde, ao lado das funções de soberania do Estado, se pretende cortar cerca de quatro mil milhões de euros em regime de permanência.

Abre-se, assim, na sociedade portuguesa um ciclo de reformas estruturais que vão obrigar a um novo papel das instituições de solidariedade social e, por força da razão, à alteração de muitas das posições contratuais existentes de apoio social.

Desde o domínio da saúde à segurança social, a Misericórdia do Porto tem assumido um papel de destaque, não só estando atenta a novas oportunidades de intervenção social, como também sabendo propor ao Estado parcerias ativas de cooperação institucional.

Vivemos um tempo de profundas mudanças onde ninguém está a salvo. A recente renúncia de Sua Santidade o Papa Bento XVI é disso um exemplo eloquente.

Foi Heraclito, o filósofo grego, que dizia “nada é permanente, salvo a mudança”, o que implica saber estarmos preparados para enfrentar, no século XXI, estas circunstâncias que não terminam num curto espaço de tempo.

Continuar as reformas da nossa Misericórdia do Porto foi o que representou o ano de 2012, onde procuramos manter o equilíbrio das nossas finanças, evitar a redução de pessoal ao serviço e continuar numa frente muito próxima das pessoas e da ajuda aos seus problemas.

O ano de que ora prestamos contas foi, assim, mais um momento de acalmia nesta tempestade perfeita, assegurando, num diálogo decisivo com todos, a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia do Porto no cumprimento da nossa mais importante missão: servir o próximo.

No último Relatório e Contas, a propósito da crise, afirmávamos que continuamos a saber ser frugais sem ser egoístas, próximos sem ser inoportunos. Penso que o conseguimos fazer mantendo o esforço de uma equipa coesa e solidária, mas também na afirmação de uma instituição penta secular que sempre nos soube apoiar e incentivar, desde os nossos colaboradores até aos Irmãos e Irmãs, ao Senhor D. Manuel Clemente, Bispo do Porto, que, com a sua presença, nos incentivou e orientou na procura do verdadeiro serviço caritativo a prestar ao nosso semelhante.

O Provedor

António Manuel Lopes Tavares

Porto, 18 de Fevereiro de 2013

CORPOS GERENTES

MESA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

JORGE RUI MOIA PEREIRA CERNADAS

VICE-PRESIDENTE

NUNO MAGALHÃES SILVA CARDOSO

SECRETÁRIOS

ANTÓNIO JOSÉ BARBOSA SAMAGAI

JOSÉ MANUEL LEMOS PAVÃO

DEFINITÓRIO

PRESIDENTE

MANUEL ALBERTO RAMOS MACAES

VICE-PRESIDENTE

ANTÓNIO ALVES TEIXEIRA DO CARMO

SECRETÁRIO

MANUEL FERNANDO COSTA ALMEIDA

VOGAIS

HENRIQUE JORGE GONÇALVES FABIÃO

JOAQUIM SABINO RANGEL PAMPLONA

MESA ADMINISTRATIVA

CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA
FILIPE GONÇALVES MACEDO

PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DE RENDIMENTO
JORGE DIAS

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
CARLOS COSTA

VICE - PROVIDOR
FERNANDO SOARES GOMES DA SILVA

MODERNIZAÇÃO
ANTÓNIO ERNESTO CARVALHO BRITO

PROVEDOR
ANTÓNIO MANUEL LOPES TAVARES

SECRETÁRIO-GERAL
MANUEL ÁLVARO RODRIGUES

VICE - PROVIDOR
JOSÉ RODRIGUES CAIANO

TESOUREIRO-GERAL
SILVÉRIO CORDEIRO

CULTO E CULTURA
FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA

INTERVENÇÃO SOCIAL E JUVENTUDE
ALBERTINA AMORIM

EDUCAÇÃO
LINO JOAQUIM FERREIRA



.....

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

.....

I - A MISERICÓRDIA DO PORTO E A SOCIEDADE PORTUGUESA

.....

II - INTERVENÇÃO SOCIAL E DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA NOSSA MISSÃO

.....

I . A MISERICÓRDIA DO PORTO E A SOCIEDADE PORTUGUESA

a) AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Santa Casa da Misericórdia do Porto continuou a manter, ao longo do ano de 2012, um elevado nível de contacto, quer com o Estado, quer com a Sociedade Civil e a Igreja Católica, justificado pela sua história e tradição.

Foi, assim possível, manter as mais cordiais relações com um conjunto de personalidade das quais gostaríamos de destacar:

O Senhor Bispo do Porto, D Manuel Clemente

O Senhor Arcebispo de Braga, D Jorge Ortiga

O Senhor Bispo Auxiliar, D. António Taipa

O Senhor Bispo Auxiliar, D. João Lavrador

O Senhor Bispo Auxiliar, D. Pio Alves

O Senhor Ministro da Educação, Professor Doutor Nuno Crato

O Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo

O Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Pedro Mota Soares

O Senhor Secretário de Estado da Cultura, Dr. Francisco José Viegas

O Senhor Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Marco António Costa

A Senhora Secretária de Estado da Igualdade e dos Assuntos Parlamentares, Dra. Teresa Morais

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Rio

A Vereação da Câmara Municipal do Porto

O Senhor Secretário Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro

O Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Dr. João Semedo

O Senhor Diretor Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais, Dr. Rui Sá Gomes

O Senhor Presidente do Infarmed, Dr. Eurico Castro Alves

O Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde, Dr. Luís Castanheira Nunes

O Senhor Presidente do Centro de Segurança Social do Porto, Dr. Sampaio Pimentel

A Senhora Vice-Presidente do mesmo Centro, Dra. Ana Venâncio

O Senhor Presidente do Centro Regional do Norte da Universidade Católica do Porto, Professor Doutor Joaquim Azevedo

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, Dra. Maria Belém Roseira

O Senhor Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos

O Corpo Diplomático

b) AS ASSEMBLEIAS GERAIS E A IRMANDADE

Estatutariamente previstas no Compromisso, foram realizadas as duas Assembleias-Gerais, em Março e Novembro, para a “Apreciação e votação do Relatório e Contas de 2011, acompanhados dos respetivos Pareceres do Definitório e do Revisor Oficial de Contas” e para a “Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o exercício de 2012 e do Parecer do Definitório”, respetivamente. Ambos os documentos foram aprovados, por unanimidade, em sede da Assembleia Geral da Irmandade.

Ainda por solicitação da Mesa Administrativa e de acordo com o número 1, alínea c) do artigo 41º do Compromisso da Irmandade, à data, foi convocada uma reunião extraordinária, para o dia 21 de Abril, no sentido de ser apreciada e votada a proposta de alteração dos artigos 10º, 11º, 15º, 34º, 44º, 45º, 46º, 51º, 53º, 54º, 55º, 58º, 62º, 64º e 67º do Compromisso.

Esta proposta de revisão do Compromisso procurou não só adaptar o mesmo às novas orientações resultantes do Acordo entre a União das Misericórdias Portuguesas e da Conferência Episcopal Portuguesa, mas também criar um Compromisso mais moderno e preparado para enfrentar as sucessivas modificações legais e sociais que se adivinham.

Tendo sido aprovada a proposta da revisão do Compromisso, destacam-se as alterações mais relevantes sobre:

- a definição do perfil e a capacidade eleitoral dos Irmãos
- a redução do modelo de governo de 13 para 7 Mesários
- o contencioso eleitoral e o princípio de informação ao Senhor Bispo do Porto.

c) O MOVIMENTO DA IRMANDADE

Ao longo do ano, houve 71 admissões, aumentando a Irmandade para um número global de 1590 Irmãos.

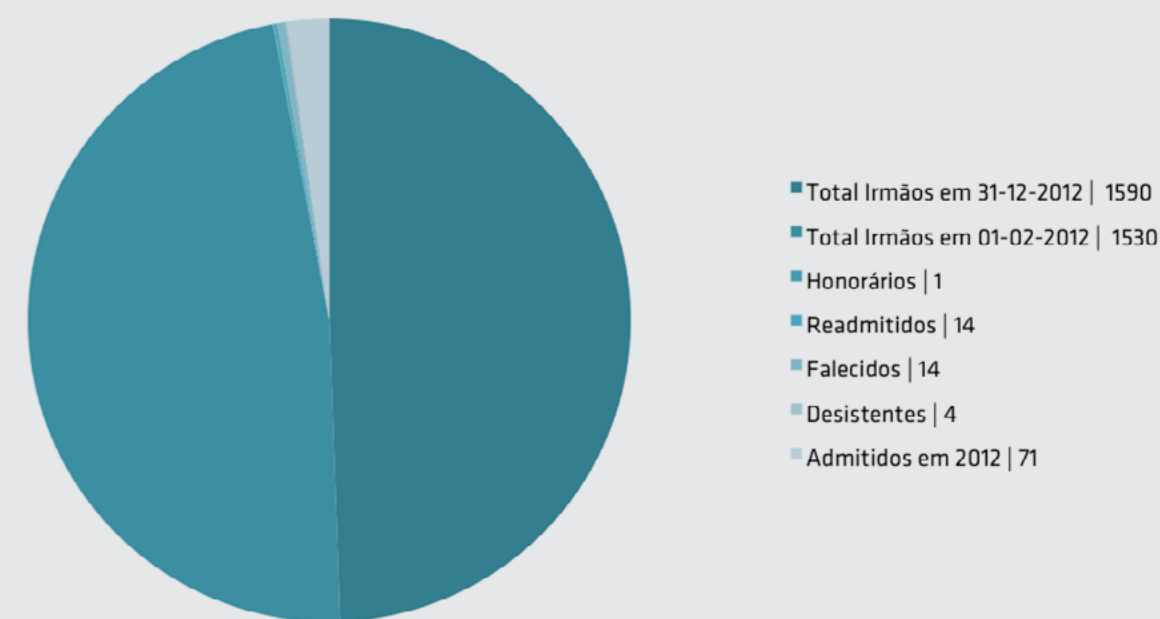
A Mesa procurou manter com a Irmandade um contacto próximo através da Revista Misericórdia, do Boletim Fons Vitae e da nossa página da internet que foi objeto de alteração institucional.

Mantendo o processo de recenseamento atualizado, como aliás o Compromisso obriga, houve lugar a admissões, readmissões, desistências e falecimentos, assim como a nomeação de um Irmão Honorário, o Sr. Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida, pelo Serviço prestado à Instituição, durante o seu mandato como Tesoureiro-Geral e no momento em que este, por razões de ordem profissional, teve de deixar de fazer parte da Mesa.

O Senhor Secretário Geral, António Luís Matos Chaves, foi, também, a seu pedido substituído nestas funções. Para os lugares destes Senhores Mesários foram chamados á efetivação de funções os Irmãos suplentes, Jorge Dias e Maria Gerales.

Na sequência da alteração do Compromisso, gostávamos de sublinhar a deliberação da Mesa Administrativa, de 30 de Maio, na qual foi decidido que cada proposta de admissão passasse a ser acompanhada de uma nota curricular identificativa do perfil do candidato a Irmão, bem como de uma carta justificativa dos motivos pelos quais pretende passar a integrar a Irmandade da Misericórdia do Porto, justificando, assim, a respetiva adesão.

Como referência final da situação do movimento da Irmandade, é elucidativo o quadro que segue:



II . INTERVENÇÃO SOCIAL E DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA NOSSA MISSÃO

1. ÁREA OPERACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - QUINTA D' ALVA

A Quinta D'Alva tem, no atual quadro económico do país, um papel relevante, tanto para o desenvolvimento da região transmontana bem como para a criação de riqueza, com o aproveitamento agrícola que se está a imprimir na área dos citrinos, na uva e no vinho, além do azeite.

Concluído um ciclo de investimento, o ano de 2012 implicou também uma substancial mudança ao nível dos procedimentos administrativos de aquisições de bens e serviços como um novo quadro de recursos humanos. Com efeito, o anterior responsável deixou, por limite de idade, o exercício das funções o que implicou, aproveitar a circunstância, para a criação de condições de recrutamento de quadros tecnicamente mais capacitados.

2. ÁREA OPERACIONAL DA SAÚDE

Na área operacional da Saúde, área de excelência da importância estratégica da Santa Casa da Misericórdia do Porto, a Mesa procurou manter um diálogo com o Ministério da Saúde, de modo a permitir um controle dos ajustamentos necessários que o setor viveu e vive.

Os cortes orçamentais do Ministério da Saúde tiveram um impacto brutal no volume de faturação e de prestação de serviços na área da saúde com reflexo no Hospital da Prelada.

O novo quadro orçamental implicou que a Mesa assumisse algumas opções para manter a sustentabilidade desta área. Lembramos que, desde 2008, o Estado tem introduzido cortes orçamentais de grande significado.

Nesse sentido, a estratégia definida passou pela redução do défice estrutural do Centro Hospitalar Conde de Ferreira, na sustentabilidade económica e financeira do Hospital da Prelada, na captação de novos clientes, na fusão da gestão conjunta de serviços, na eficácia da gestão de recursos humanos, na apresentação de propostas para a criação de uma Unidade de Saúde Familiar, grupo C, e para assumir a gestão do Centro de Reabilitação do Norte. Estes assuntos foram objeto de uma reunião de trabalho aquando da visita do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo, à Misericórdia do Porto.

A hipótese da devolução da gestão do Hospital de Santo António continuou na agenda dos responsáveis do Ministério mas sem desenvolvimentos apreciáveis.

A prestação de cuidados de saúde faz parte do código genético da Misericórdia do Porto e as atuais dificuldades podem ser novas oportunidades, às quais devemos estar atentos.

2.1. HOSPITAL DA PRELADA – DR. DOMINGOS BRAGA DA CRUZ

No exercício de 2012, os seis objetivos estratégicos planeados para o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz foram desenvolvidos e concretizados com elevados graus de execução.

No que respeita à carteira e segmentos de clientes do Hospital, durante 2011/2012; foram concretizados vários contratos e acordos com diversos subsistemas com especial relevo para as companhias de seguros Advancare e Médis, inicialmente no ramo danos corporais; Medicare, Montepio, Multicare, Fidelidade/Mundial/Império/Bonança, Generali, Lusitânia, Tranquilidade.

No âmbito do processo de fusão e verticalização das áreas de apoio, no ano de 2012, foi fortalecido o ajustamento logístico e estrutural de funcionamento das várias equipas, designadamente financeira, recursos humanos, aprovisionamento e tecnologias de informação.

Em matéria de processo centralizado para aquisição de bens, serviços e empreitadas, foram efetuados grandes esforços no sentido da racionalização de recursos afetos ao programa anual de aquisições, com especial destaque para o procedimento centralizado para aquisição de produtos farmacêuticos/medicamentos para todas as unidades do universo da SCMP.

A modernização e a reorganização do Hospital foi um objetivo plenamente alcançado, tendo em vista, por um lado, a reposição e o incremento das condições hoteleiras e de conforto dos doentes e, por outro lado, adequar as áreas e as dotações de referência dos vários serviços visando a melhor funcionalidade, cumprimento de índices técnicos, ergonómicos e de eficiência. Neste particular, destaca-se a implementação da estrutura e tecnologia associada no investimento realizado ao nível do Centro de Atendimento, cujas potencialidades e rentabilização serão ainda mais otimizadas no decurso de 2013.

Ao nível assistencial, existe a cultura de busca permanente pela melhoria e segurança contínua dos cuidados prestados aos doentes, é um desígnio e constituiu uma marca distintiva do Hospital que envolve toda a comunidade hospitalar, privilegiando o envolvimento de todos os colaboradores aos níveis de informação e formação. Os procedimentos e normas baseiam-se em normas internacionais que visam a eficiência/segurança na administração de fármacos, prescrição eletrónica de medicação, sistema de distribuição diária de medicamentos em dose unitária, o consentimento informado, o programa “cirurgia segura”, o sistema de distribuição de gases medicinais e o registo português de artroplastias.

O referido padrão de funcionamento tem vindo a ser distinguido com vários prémios atribuídos por várias entidades nacionais e internacionais, designadamente o primeiro hospital IPSS com acreditação pelo CHKS, o “Hospital 5 Estrelas” pelo SINAS – Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (Entidade Reguladora da Saúde) e o 3.º lugar dos “Prémios Hospital do Futuro 2011/2012” na categoria “Gestão & Economia da Saúde”.

Em termos de actividades, os macro indicadores de 2012, revelam um aumento de 3,93% da actividade cirúrgica, comparativamente a 2011.

Ao nível da consulta externa verificou-se também um acréscimo de 2,72%. As áreas de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, assim como a actividade privada, evidenciam taxas de variação negativas.

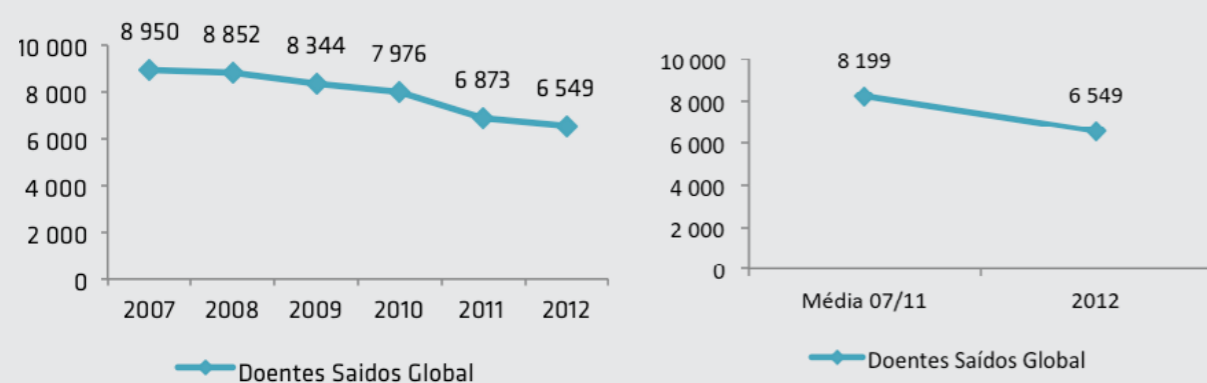
Os tempos de resposta do Hospital, no que concerne à consulta externa e tempo de espera para cirurgia, registaram uma melhoria muito significativa e evidenciam padrões que, em termos de *benchmarking*, destacam o Hospital pela positiva quando comparado com os tempos de resposta das restantes unidades do SNS. A mediana global de espera para uma primeira consulta foi de 49 dias. O mesmo indicador, relativamente à realização de cirurgias, cifrou-se nos 1,8 meses.

O Hospital solicitou ainda a alteração do seu estatuto ao nível do SIGIC, no sentido de se tornar Hospital recetor/destino de outras unidades do Serviço Nacional de Saúde.

Apesar do contexto adverso, o Hospital da Prelada, no ano de 2012, manteve e elevou o acesso e equidade dos utentes do Serviço Nacional de Saúde, continuando a ser uma referência de estabilidade no mercado de prestadores de cuidados de saúde.

INDICADORES DE ACTIVIDADE - HOSPITAL DA PRELADA

/1/ DOENTES SAÍDOS



Ao nível do número doentes saídos no Hospital da Prelada, quando comparado com o período homólogo do ano anterior verificou-se um decréscimo de 4,7%. Relativamente à média dos últimos cinco anos o decréscimo foi de 20,1%. Esta redução prende-se com o aumento significativo do regime de ambulatório a partir de 2010.

/2/ DEMORA MÉDIA



Ao nível da demora média, verificou-se um decréscimo de 2,8% quando comparada com igual período do ano anterior. Relativamente à média dos últimos cinco anos, a demora média sofreu um acréscimo 6,4%, dado o incremento da actividade de internamento do serviço de MFR.

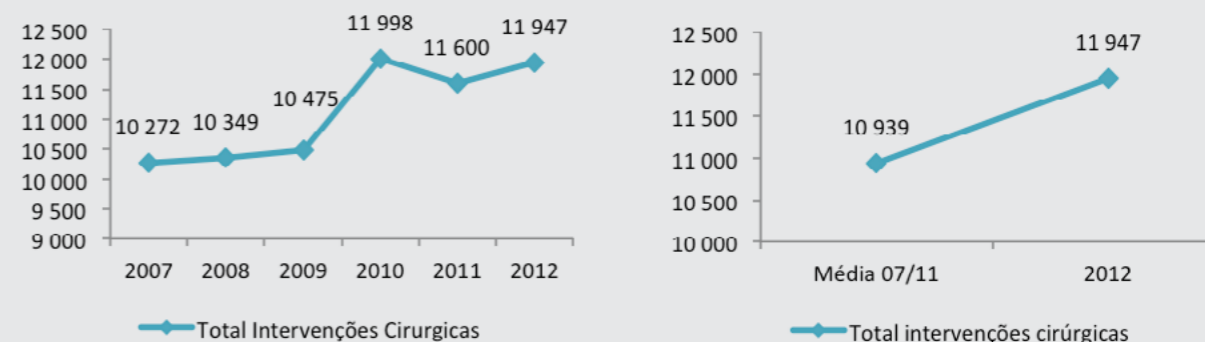
/3/ TAXA DE OCUPAÇÃO



A taxa de ocupação em 2012 cifrou-se nos 54% e quando comparada com a taxa do ano anterior verifica-se que ocorreu um decréscimo de 3,6%. Quando comparada com os últimos cinco anos o decréscimo foi de 12,3%, fruto da política do Ministério da Saúde no sentido do aumento do regime cirúrgico de ambulatório.

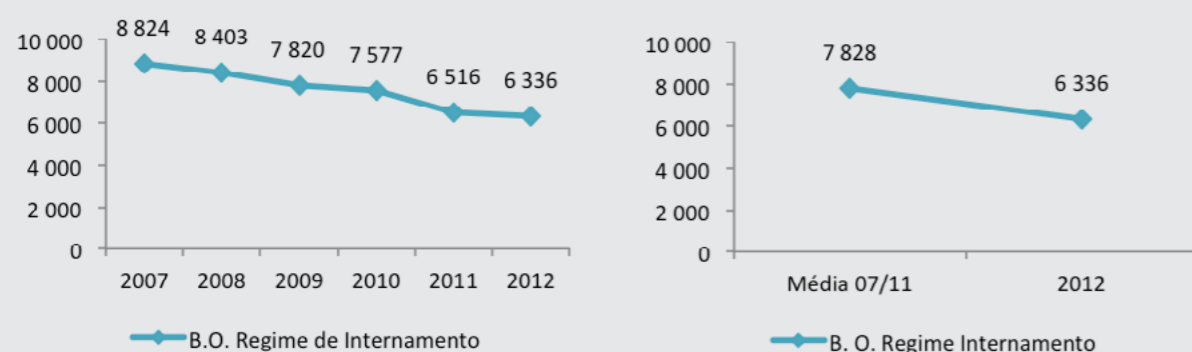
/4/ BLOCO OPERATÓRIO

ACTIVIDADE CIRÚRGICA



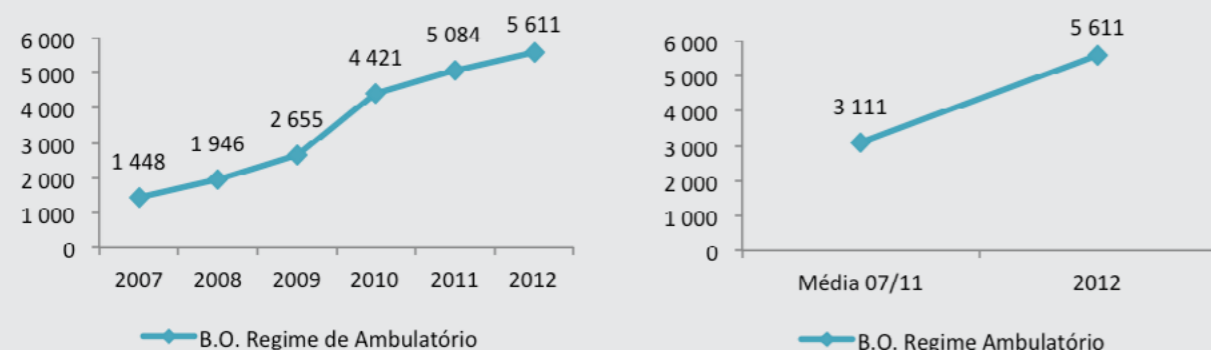
Ao nível das cirurgias realizadas no Hospital da Prelada, verificou-se um acréscimo de 3,0% no total de intervenções realizadas face ao ano anterior. Quando comparada a actividade cirúrgica com a média dos últimos cinco anos, verifica-se um acréscimo de 9,2%.

REGIME DE INTERNAMENTO



Ao nível das cirurgias realizadas em regime de internamento, verificou-se um decréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior. Quando comparado com a média dos últimos cinco anos, o decréscimo verificado foi de 19,1%, em linha com a definição da política do Ministério da Saúde.

REGIME DE AMBULATÓRIO



Ao nível das cirurgias realizadas em regime de ambulatório, verificou-se um acréscimo de 10,4% face ao período homólogo anterior. Quando comparado com a média dos últimos cinco anos o acréscimo verificado foi de 80,4%. Este aumento do regime de ambulatório, está directamente ligado com as políticas governamentais implementadas e incentivadas pelo Ministério para operacionalização nos Hospitais.

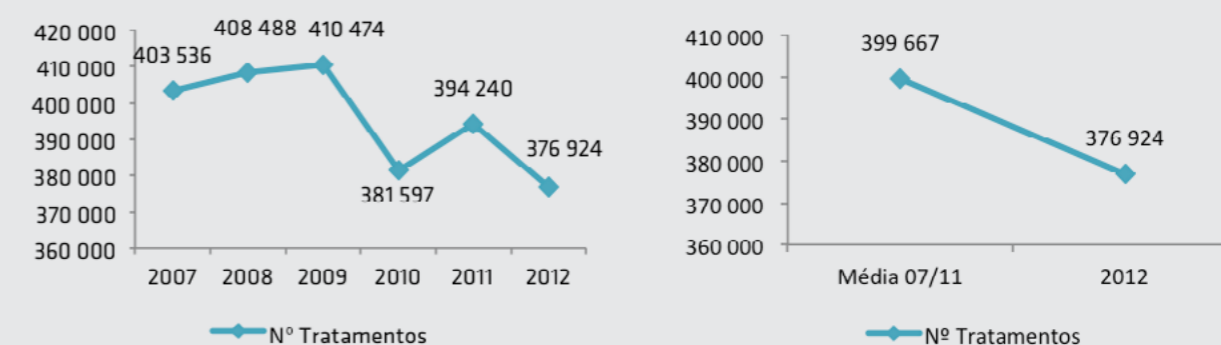
/5/ CONSULTA EXTERNA



Ao nível das consultas externas, verificou-se um acréscimo de 2,7% face ao período homólogo anterior. Quando comparado com a média dos últimos cinco anos, o decréscimo verificado foi de 1,8%.

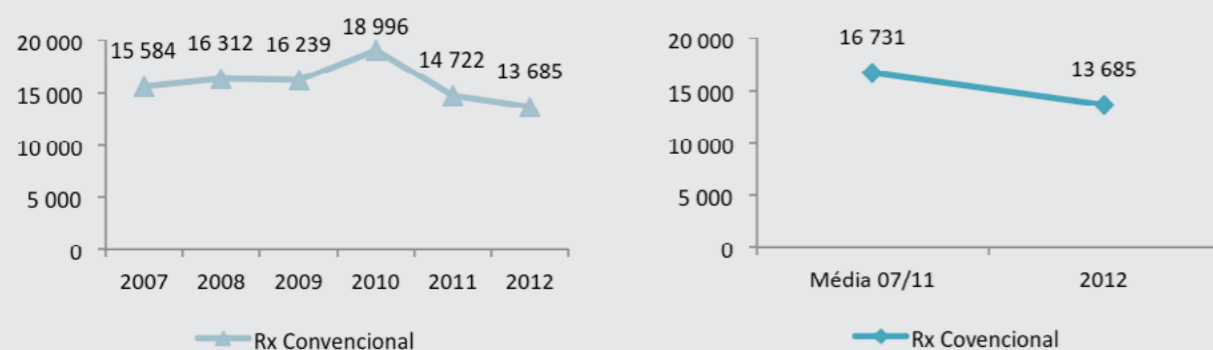
/6/ MCDTs

MFR - AMBULATÓRIO



Ao nível dos tratamentos em MFR no regime de ambulatório, verificou-se um decréscimo de 4,4% em relação ao ano anterior. Quando comparado com a média dos últimos cinco anos o decréscimo verificado foi de 5,7%.

RX CONVENCIONAL



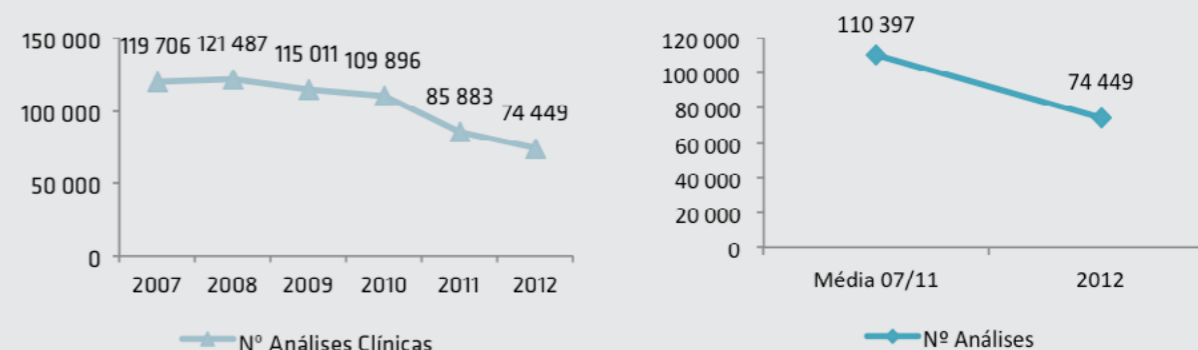
Ao nível da radiologia convencional, verificou-se um decréscimo de 7,0% face ao período homólogo do ano anterior. Quando comparado com a média dos últimos cinco anos, o decréscimo verificado foi de 16,4%.

TÉCNICAS DE CARDIOLOGIA



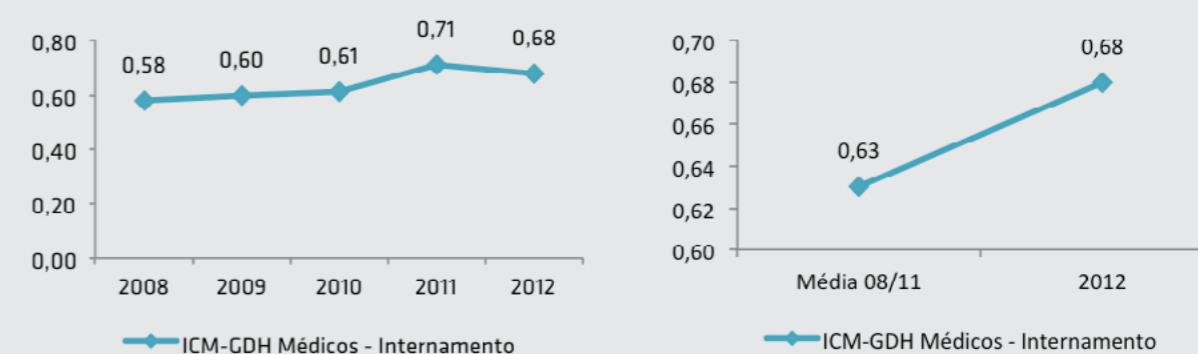
Ao nível das técnicas de Cardiologia, verificou-se um acréscimo de 3% face ao período homólogo do ano anterior. Quando comparado com a média dos últimos cinco anos verifica-se que o decréscimo de 14,4%.

ANÁLISES CLÍNICAS



Ao nível das análises clínicas realizadas no Hospital da Prelada, verificou-se um decréscimo de 13,3% face ao ano anterior. Quando comparado com a média dos últimos cinco anos, o decréscimo verificado foi de 32,6%.

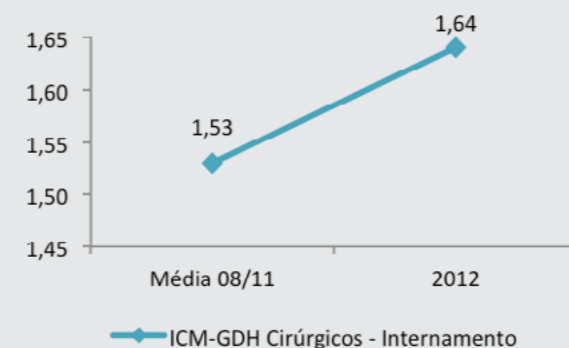
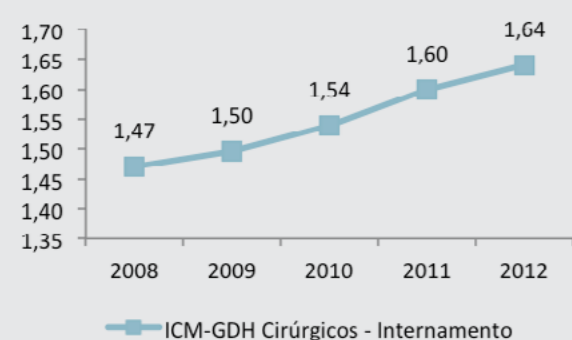
/7/ ÍNDICE CASE MIX



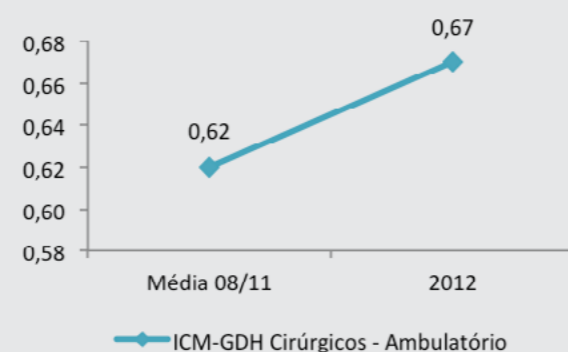
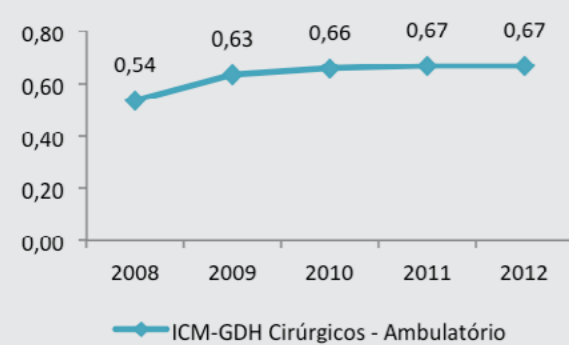
No índice Case Mix - GHD Médicos Internamento, verificou-se um decréscimo de 4,2% face ao ano anterior. Quando comparado com a média dos últimos quatro anos, verifica-se um acréscimo de 8,8%.

/8/ MERCADOS E CLIENTES

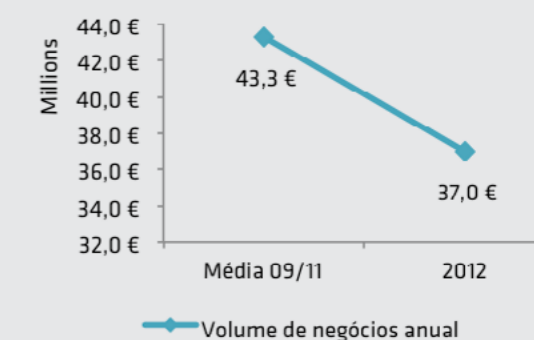
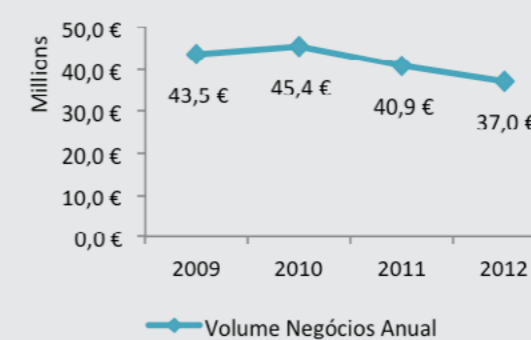
VOLUME DE NEGÓCIOS



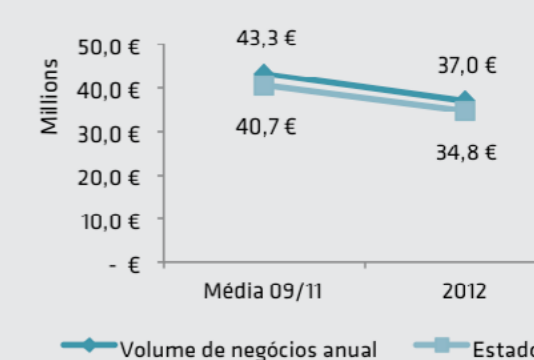
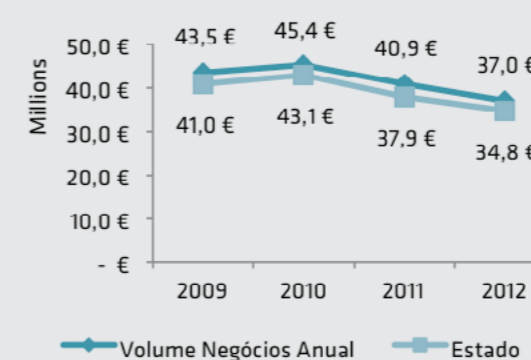
No índice Case Mix – GHD Cirúrgicos Internamento, verificou-se um acréscimo de 2,5% face ao ano anterior. Quando comparado com a média dos últimos quatro anos, verifica-se um acréscimo de 7,4%.



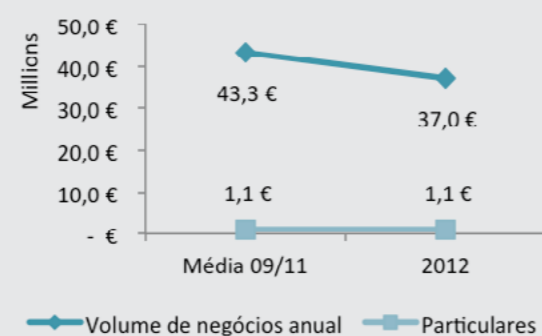
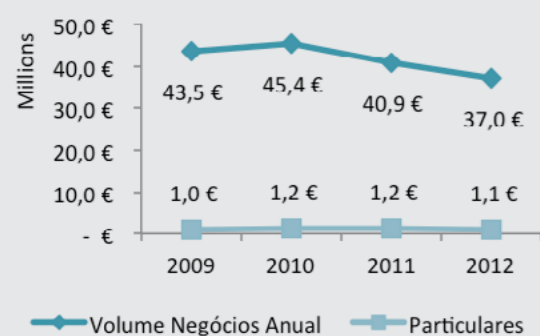
No índice Case Mix – GHD Cirúrgicos Ambulatório, manteve-se em linha com o ano anterior. Quando comparado com a média dos últimos quatro anos, verifica-se um acréscimo de 7,2%.



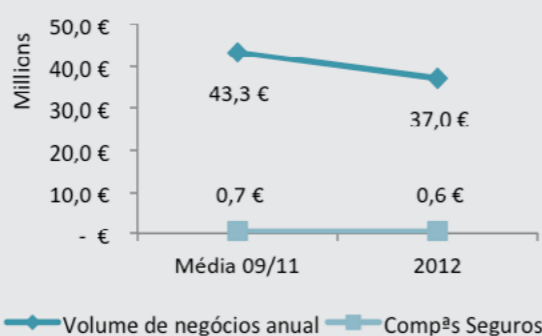
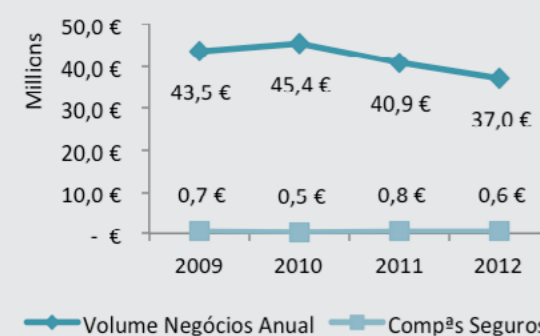
Ao nível do volume de negócios efectuado pelo Hospital da Prelada e quando comparado com o período homólogo anterior, verifica-se um decréscimo de 9,5%. Comparando com a média dos últimos três anos o decréscimo verificado foi de 14,5%.



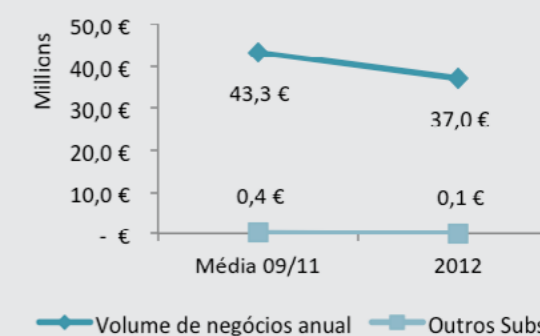
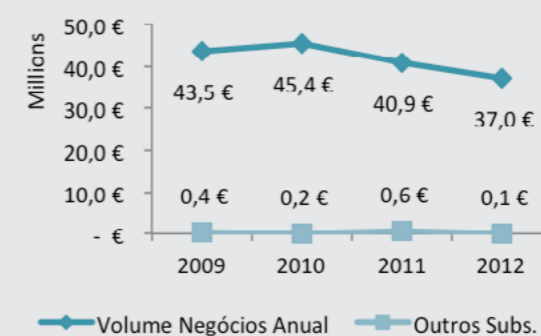
O Estado como cliente do Hospital da Prelada representou em 2012, 94,1% do seu volume de negócio. Nos anos 09/10 e 2011 o peso do Estado andou sempre na ordem dos 94% do volume de negócios do Hospital da Prelada.



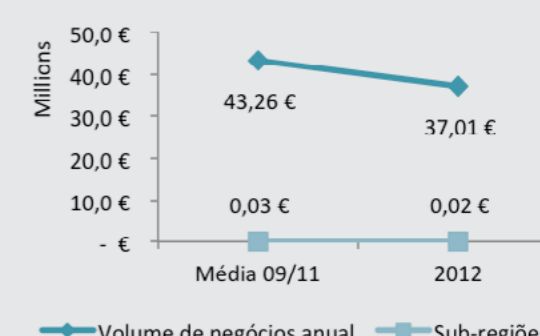
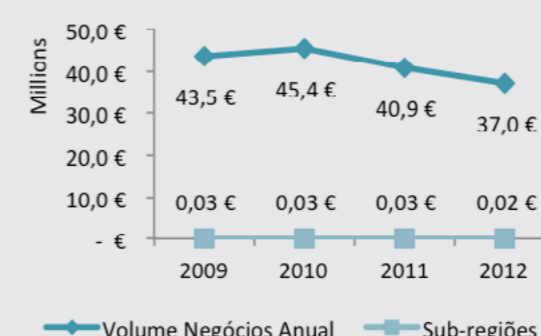
Os particulares em 2012 representaram 3,0% do volume de negócios do Hospital da Prelada. Nos anos 09/10 e 2011 o seu peso andou na ordem dos 2,7%.



As companhias de Seguros como clientes do Hospital da Prelada, representaram em 2012, 1,6% do seu volume de negócios. Nos anos 09/10 e 2011 esse peso foi equivalente, ou seja, 1,6%.

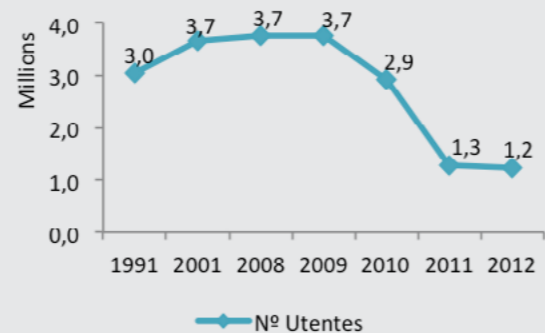


Os outros subsistemas como clientes do Hospital da Prelada, representaram em 2012 0,3% do seu volume de negócios. A média do seu peso nos últimos três anos foi de 0,9%.

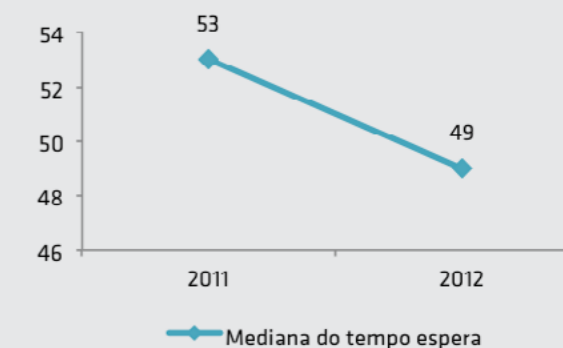
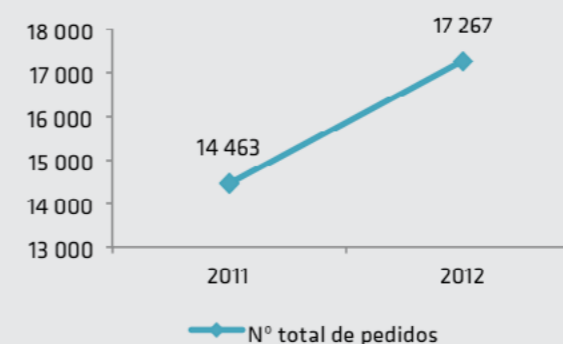


As sub-regiões em 2012, representaram 0,1% do volume de negócios do Hospital da Prelada. Nos últimos três anos esse peso manteve-se equivalente.

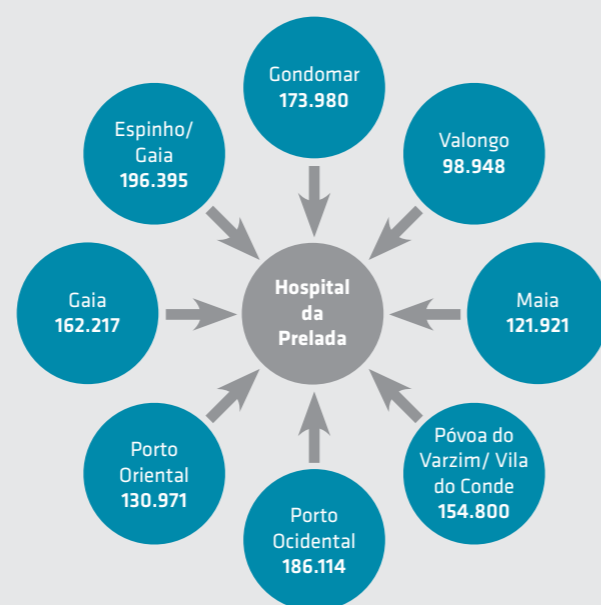
/9/ PERIMETRO DE REFERENCIAÇÃO



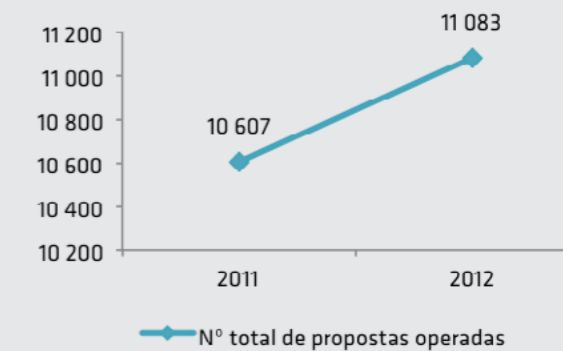
/10/ CONSULTA A TEMPO E HORAS



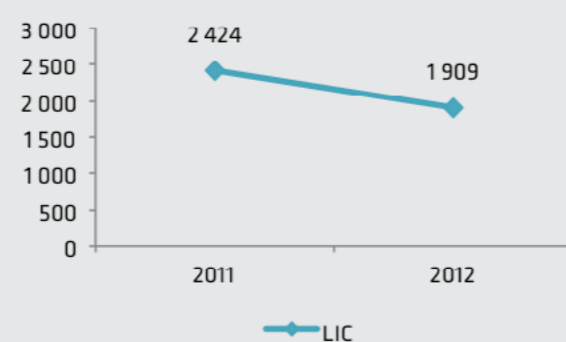
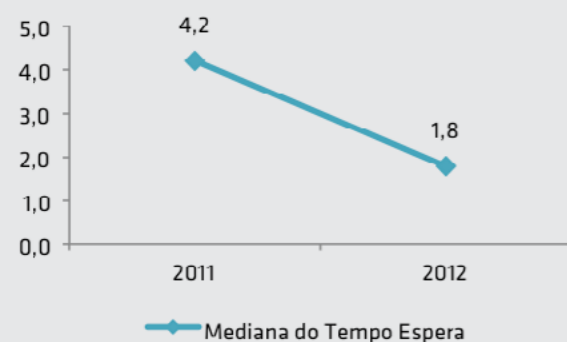
Em relação ao número total de pedidos para consulta, verificou-se um acréscimo de 19% face ao ano anterior. A mediana do tempo de espera, decresceu 8% face ao ano anterior.



/11/ SGIC

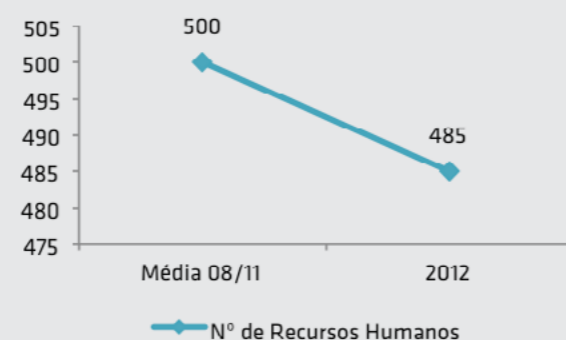
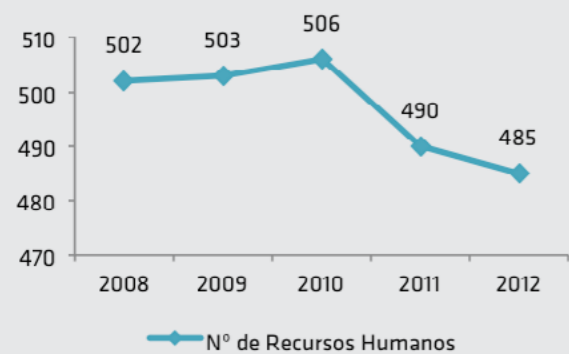


O número total de inscritos para cirurgia sofreu um acréscimo de 16% face ao ano anterior. Em relação ao total do número de propostas operadas, o acréscimo verificado foi de 16% face ao ano anterior.



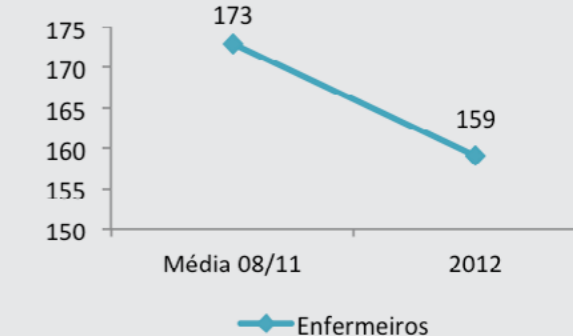
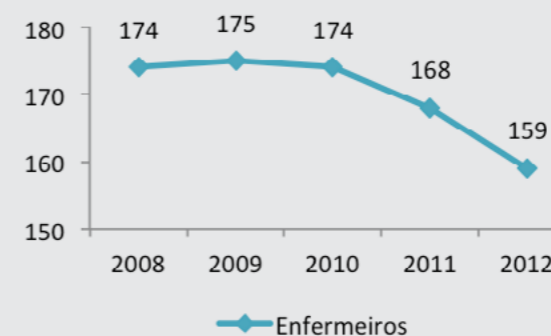
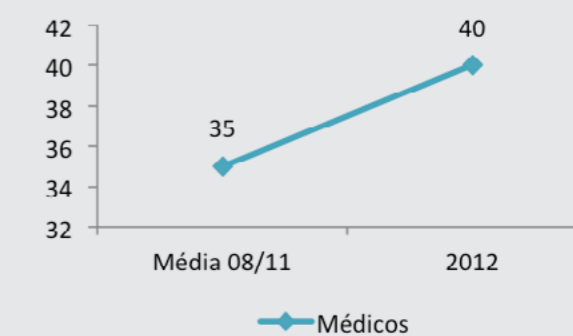
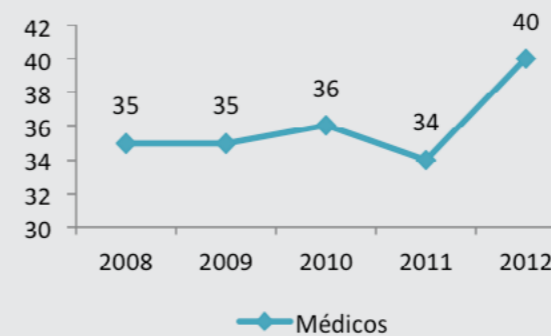
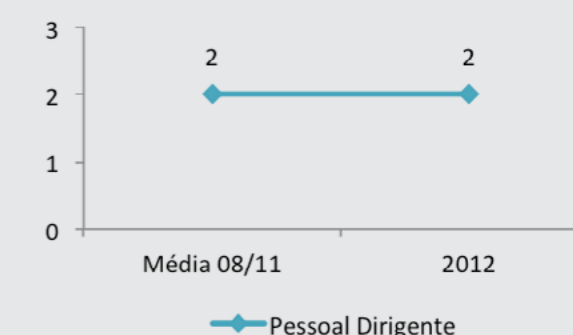
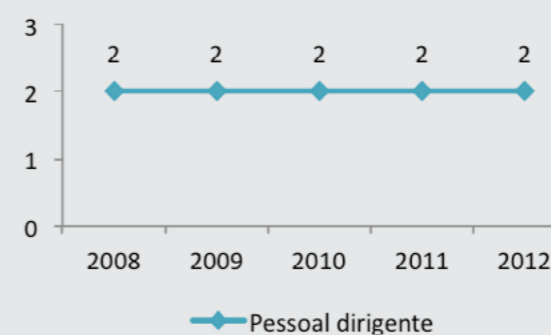
A mediana do tempo de espera, decresceu 57% face ao período homólogo anterior. Em relação à lista de inscritos para cirurgia (Lic) o número de inscritos decresceu 21% face ao ano anterior.

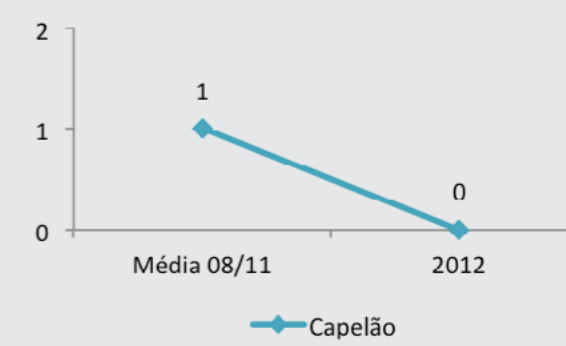
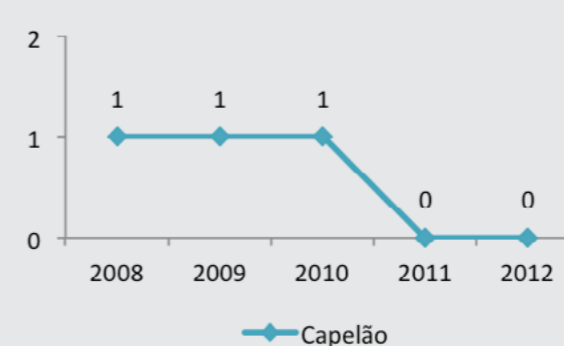
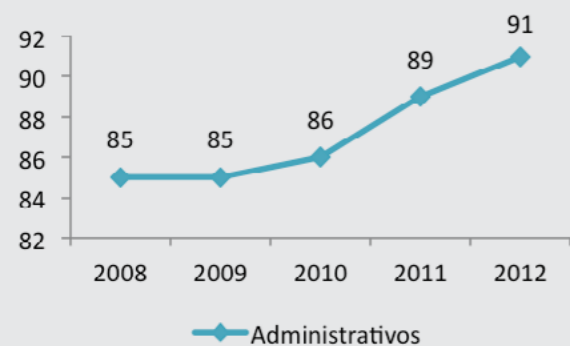
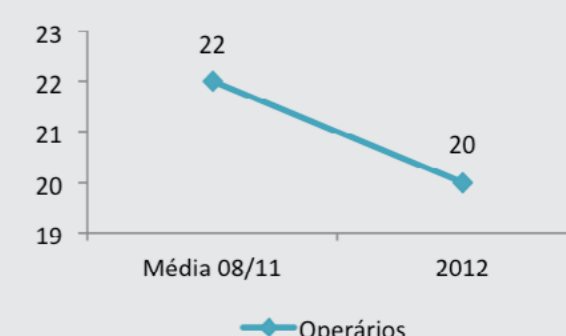
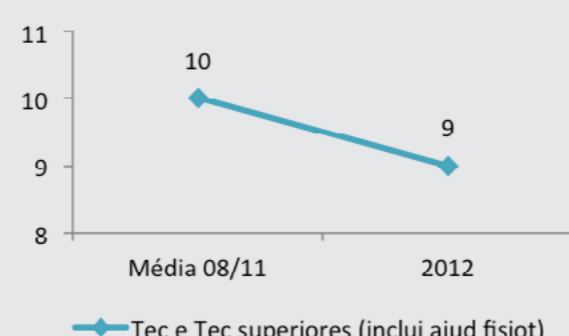
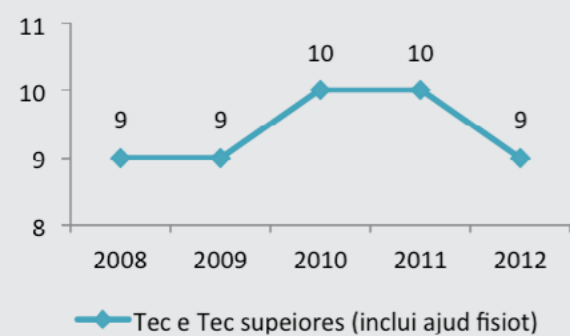
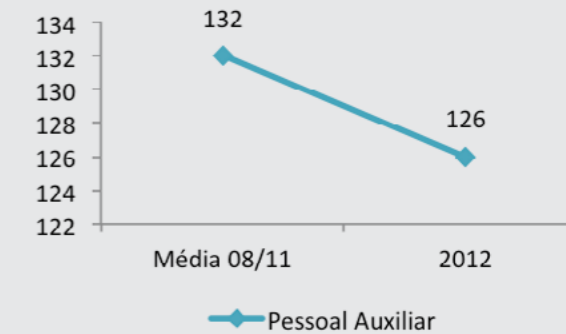
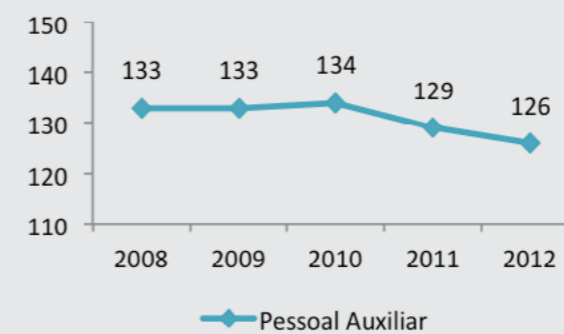
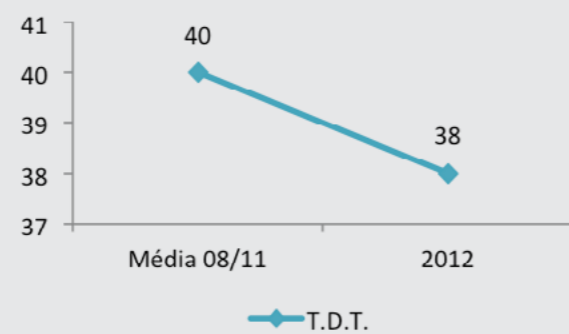
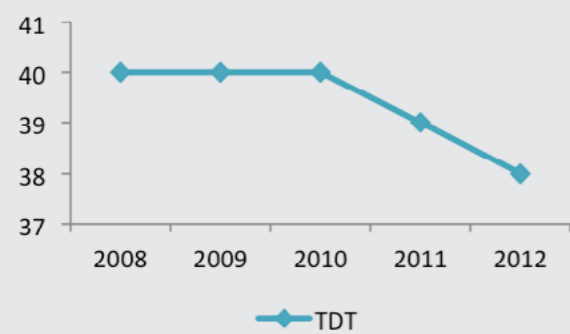
/12/ RECURSOS HUMANOS

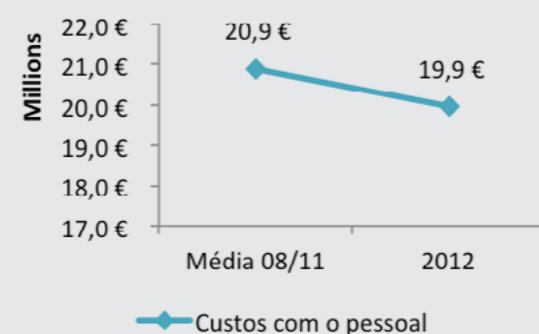
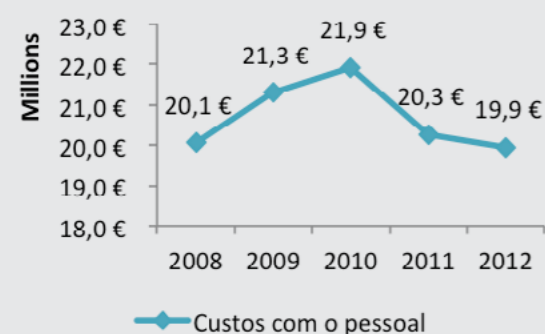


O número de colaboradores ao serviço do Hospital da Prelada, decresceu 1% face ao ano anterior. Em relação à média dos últimos quatro anos, o decréscimo verificado foi de 3% ou seja menos quinze colaboradores.

POR CATEGORIA PROFISSIONAL







Ao nível dos custos com o pessoal, verificou-se um decréscimo de 1,6% face ao ano anterior. Quando comparado com o valor da média dos últimos quatro anos, o decréscimo verificado foi de 4,5% fruto dos ajustamentos introduzidos pela Mesa Administrativa.

2.2. CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA (CHCF)

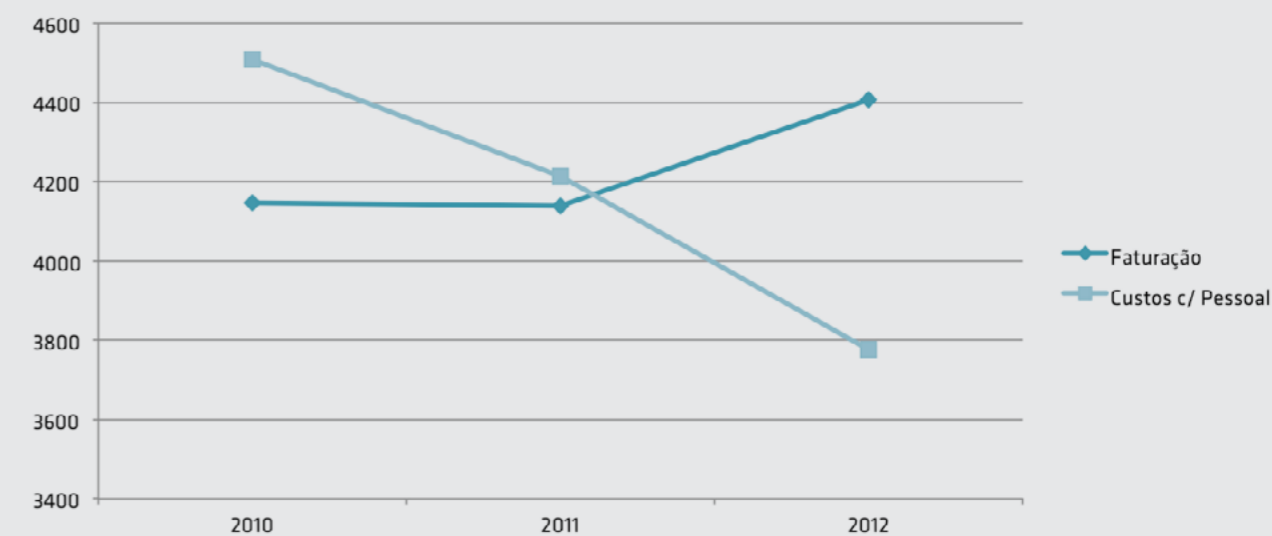
Após a significativa redução dos resultados negativos de exploração em 2011, à custa da diminuição dos custos de exploração, no ano de 2012, os resultados negativos voltaram a registar uma quebra acentuada, fruto da conjugação da continuada descida dos custos com a melhoria de receita, derivada da entrada de 30 doentes, provenientes de um novo Protocolo celebrado com o Hospital Magalhães Lemos.

No Centro de Dia para doentes de Alzheimer S. João de Deus, embora continuando sem ver aprovado o prometido Protocolo pelo Ministério da Segurança Social, também se verificou um acentuado aumento da frequência e consequente prestação de serviços, em virtude da progressiva divulgação do mérito desta resposta social.

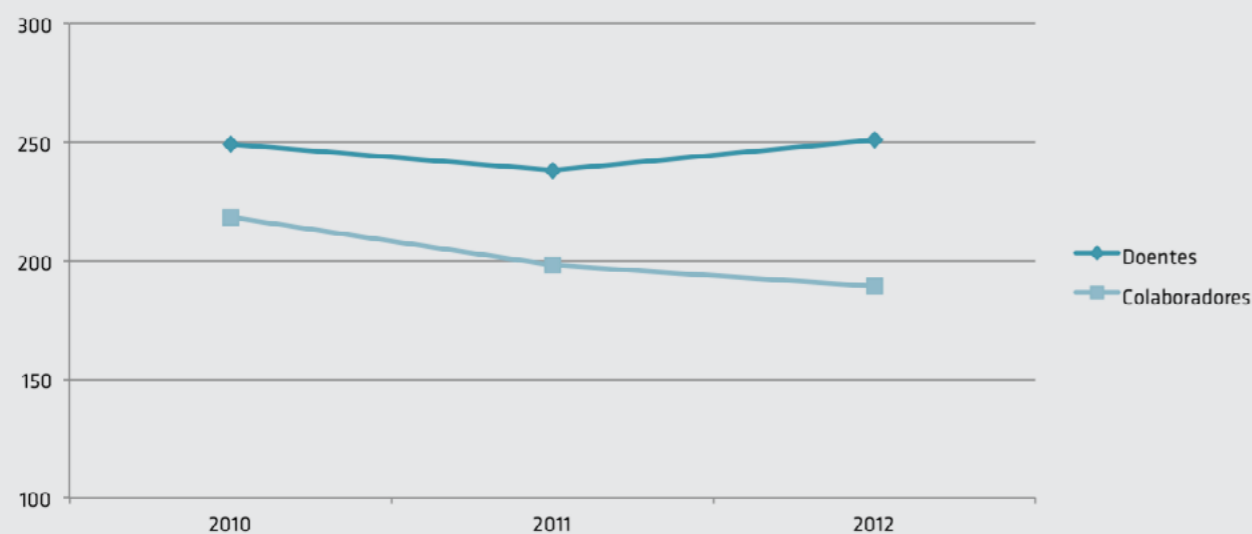
Em relação aos custos, obteve-se uma economia dos gastos de funcionamento decorrentes da consolidação do processo de fusão das unidades de saúde, com a concentração verificada na logística, aprovisionamento, recursos humanos e serviços administrativos e financeiros.

O número de efetivos no final do ano situou-se nos 189, o que se traduziu numa descida de 5% face ao ano anterior e 13% ao longo dos últimos 2 anos.

/1/ FACTURAÇÃO/CUSTOS COM PESSOAL - EVOLUÇÃO 2010/2011/2012



/2/ DOENTES/COLABORADORES - EVOLUÇÃO 2010/2011/2012



No que concerne aos doentes internados, avançaram os processos de interdição de 170 doentes, dos quais 19 faleceram, 2 tiveram alta e 25 aguardam sentença, tendo-se concretizado a inabilitação/interdição de 124 doentes, que possibilitou a determinação dos responsáveis destes doentes, por não disporem de capacidade para gerir o seu património ou mesmo a sua própria pessoa.

Assim, dos 124 doentes inabilitados/interditados, a curatela/tutela de 13 (10%) ficou a cargo dos respetivos familiares, enquanto nos restantes 111 (90%) essa responsabilidade foi atribuída ao Administrador Executivo.

O CHCF continuou a dar apoio psiquiátrico ao Estabelecimento Prisional Especial Santa Cruz do Bispo, ao Hospital da Prelada e aos Serviços de Saúde da SCMP (Lares, CIAD, Hospital de S. Lázaro).

Uma médica psiquiatra do CHCF manteve o apoio psiquiátrico à Consulta de Cirurgia da Obesidade do Hospital da Prelada.

No ano de 2012 foi assinado um protocolo com o Hospital Magalhães Lemos E.P.E., que permitiu a entrada de um grupo de 30 novos utentes de evolução prolongada, de ambos os sexos, que foram internados nas enfermarias.

Foram recebidos, ainda, novos doentes de evolução prolongada como resposta a pedidos do Núcleo Distrital do Porto da Segurança Social (2) e a pedidos de particulares (22). Manteve-se o protocolo com o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), para internamentos para desintoxicação de doentes portadores de diagnósticos duplos, na Unidade de Perturbações Aditivas (20).

Durante este ano, a resposta do Centro de Dia para doentes de Alzheimer consolidou o seu funcionamento, com a entrada de 14 novos doentes. No final do ano, o número de doentes inscritos nesta resposta psicossocial era de 23, dos quais 7 a tempo inteiro.

Ao longo do ano foram desenvolvidos, também, projetos de investigação na área das demências, em parceria com diferentes Instituições universitárias, com as quais existem atualmente protocolos.

O Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos, após uma visita de verificação, decidiu atribuir a idoneidade ao CHCF, no âmbito da formação de Saúde Mental para internos de Medicina Geral e Familiar, tendo sido informada desta decisão a Administração Central do Sistema de Saúde e durante o ano 2012, iniciaram a sua formação, na área da saúde mental, os primeiros 8 médicos internos de Medicina Geral e Familiar.

O CHCF continuou a receber, durante o ano, estagiários curriculares de enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, nutrição e farmácia (estágios curriculares e profissionais), de diferentes Instituições universitárias (Universidade Fernando Pessoa, Universidade Lusófona, Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, entre outras) que procuram o nosso Hospital para completar a sua formação prática na área da saúde mental.

O Hospital também recebeu, durante o ano, estágios profissionais de Psicologia, imprescindíveis, segundo a nova legislação da Ordem dos Psicólogos para o exercício profissional de Psicologia.

O Centro de Dia recebeu estágios curriculares e profissionais de psicologia, terapia ocupacional, animador sociocultural e técnico de saúde.

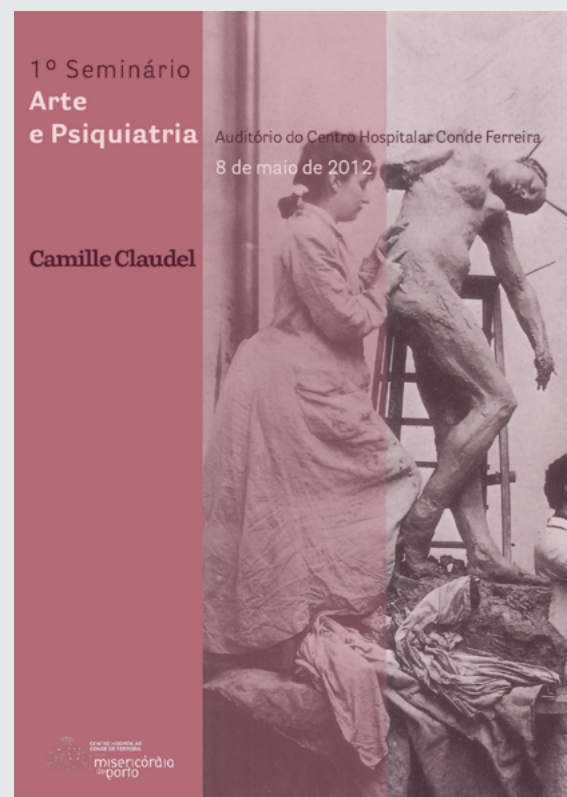
No sentido de abrir o CHCF à comunidade científica, organizaram-se diferentes eventos científicos, como o lançamento de livros, conferências e jornadas, que permitiram dar a conhecer as atividades praticadas no CHCF, como o **1º Seminário sobre Arte e Psiquiatria**, dedicado à figura de Camille Claudel, escultora francesa que foi internada em hospitais psiquiátricos, durante 30 anos, até ao seu falecimento. (1)

Sob o tema “Nas Fronteiras da Psiquiatria? Da Neuropsiquiatria à Psicocirurgia”, o II Colóquio de História da Psiquiatria reuniu mais de uma centena de especialistas nacionais e internacionais, estudantes e profissionais da área da saúde e da história. (2)

A boa resposta do público e a presença de doutorandos e investigadores, neste segundo colóquio, confirma a validade desta iniciativa, que já se tornou num espaço de intercâmbio e partilha de informação entre psiquiatras, historiadores e outros agentes culturais especializados na área da História da Psiquiatria Portuguesa.

A iniciativa dos colóquios permite consolidar prestígio no âmbito cultural para a Instituição e favorece a difusão do seu papel histórico, ficando assim ligada a Instituição ao conhecimento sobre a História da Psiquiatria em Portugal.

No Colóquio, foi lançado o livro “Luzes e sombras do alienismo em Portugal”, que recolhe as Atas do 1º Colóquio de História da Psiquiatria. A obra, publicada pela Misericórdia do Porto, recolhe artigos de autores de referência na área da historiografia psiquiátrica, como João Rui Pita, José Morgado Pereira, Carlos Mota Cardoso, José Manuel Jara, Manuel Correia, Vítor Albuquerque Freire, Joana Amaral Dias e Manuela Gonzaga, entre outros.



Destaca-se a participação dos palestrantes e moderadores de referência nacional e internacional como João Lobo Antunes, Zbigniew Kotowicz, Manuel Correia, Jaime Milheiro, Ana Leonor Pereira, António Barbedo de Oliveira, José Pereira Monteiro, David Simón Lorda, José Morgado Pereira, Carlos Mota Cardoso, José Álvaro da Silva Lavarinhas e João Rui Pita. (3)

Com o objetivo da abertura da Instituição à cidade, com o envolvimento dos doentes, realizaram-se vários eventos de índole cultural.

O CHCF assinalou 129 anos de existência, no dia 24 de Março, com a reconstituição histórica do testamento do seu benfeitor, Joaquim Ferreira dos Santos, Conde de Ferreira.

Um grupo de utentes e colaboradores trajou a rigor e recordou o testamento, de finais do século XIX, que esteve na origem da construção do estabelecimento da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), para o tratamento de doenças do foro mental, o primeiro construído de raiz em Portugal para este objetivo.

As comemorações do 129.º aniversário do CHCF incluíram, ainda, o lançamento do livro “Os Jardins do CHCF”, da autoria dos Médicos Psiquiatras Luísa Ramos e José Manuel Romero. O livro apresenta a classificação das espécies arbóreas e arbustivas do Hospital e inclui um roteiro para acompanhar a visita do mesmo. (4, 5)

No dia das celebrações do aniversário, o átrio do CHCF foi palco de uma exposição de fotografia protagonizada pelos utentes. Tratou-se do primeiro episódio da fotonovela “Romeu e Julieta”, desenvolvido no âmbito do Serviço de Terapia Ocupacional.

No Museu do CHCF foi, ainda, inaugurada uma exposição sobre a investigação científica de Magalhães Lemos, Diretor Clínico do Centro Hospitalar entre 1911 e 1924, reconhecido internacionalmente na investigação da doença de Parkinson.

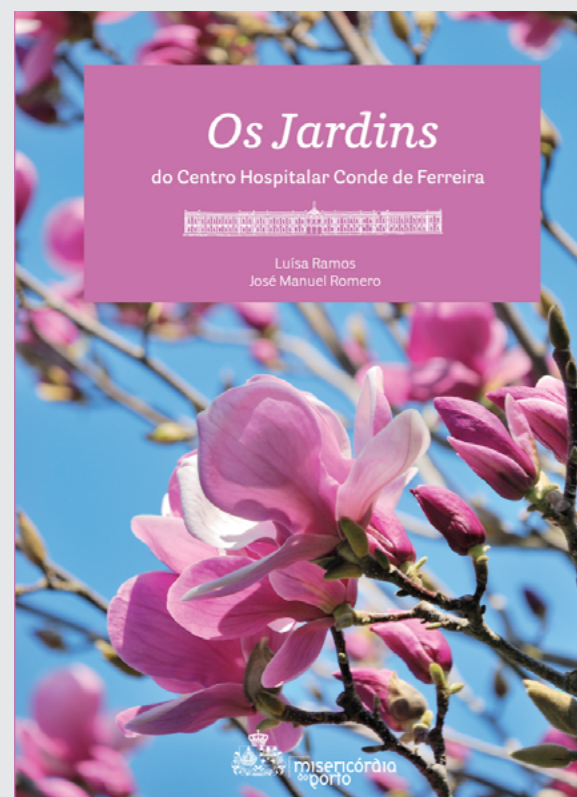
A exposição, organizada pelo Núcleo Museológico do estabelecimento, enquadra-se nas mais recentes conquistas científicas nesta área.

No dia do colóquio, foi inaugurada a exposição monográfica “Magalhães Lemos e o paradigma de alienista neuropsiquiatra”, dedicada à figura do Professor e antigo director clínico desta Instituição, responsável também da cátedra de Psiquiatria e Neurologia da Escola Médico-cirúrgica do Porto.

A exposição permitiu mostrar elementos documentais e peças museológicas do espólio do Professor Magalhães Lemos e que fazem parte do acervo do Núcleo Museológico do CHCF.

O Dia Internacional da Saúde Mental foi festejado com uma conferência do Reitor da Universidade Fernando Pessoa, Prof. Doutor Salvato Trigo, dedicada ao tema “A investigação em Saúde Mental”. (6)

A seguir, foram apresentados os resultados de uma investigação realizada no Centro de Dia para doentes de Alzheimer, em parceria com a referida Universidade, sobre a aplicação da Terapia da Fala em doentes com esta patologia.



4



6

Noite de Fados de Coimbra

O programa deste espetáculo foi uma homenagem ao percurso de Luís Goes, que ficará na história da música de Coimbra e sob o mote “O fado do fado”. A noite de Fados de Coimbra decorreu na escadaria exterior do estabelecimento, no dia 19 de Julho, e contou com a participação de mais de 300 pessoas.

Dia Mundial da Música

A Casa da Música, através do Serviço Educativo e o CHCF associaram-se para celebrar o Dia Mundial da Música.

No dia 1 de Outubro, um quarteto de clarinetes actuou para os utentes do Centro de Dia para Doentes de Alzheimer “S. João de Deus”, da Enfermaria A08 e da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção “João Paulo II”.

Noite Lírica

A capela do estabelecimento da Misericórdia do Porto acolheu “Sonata”, sob a direção musical do professor Rui Mesquita, um espetáculo único, dirigido à comunidade intra e extra Hospitalar, reforçando a oferta cultural da cidade do Porto na quadra Natalícia.



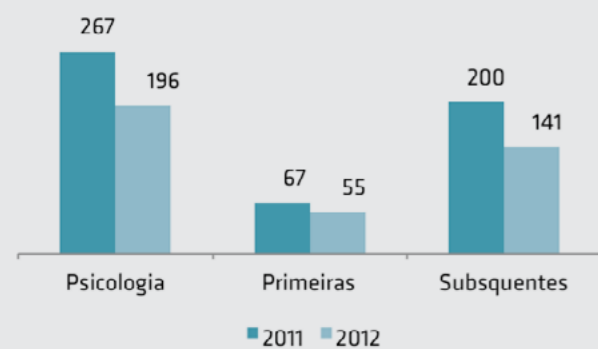
5

INDICADORES DE ACTIVIDADE

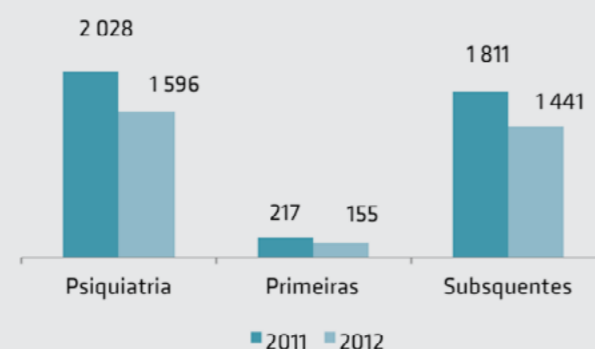
/1/ CONSULTA EXTERNA

CONSULTAS	2011	2012	VAR. ABS.
PSICOLOGIA	267	196	-71
PRIMEIRAS	67	55	-12
SUBSEQUENTES	200	141	-59
PSIQUIATRIA	2028	1596	-432
PRIMEIRAS	217	155	-62
SUBSEQUENTES	1811	1441	-370
TOTAL	2295	1792	-503

CONSULTA PSICOLOGIA



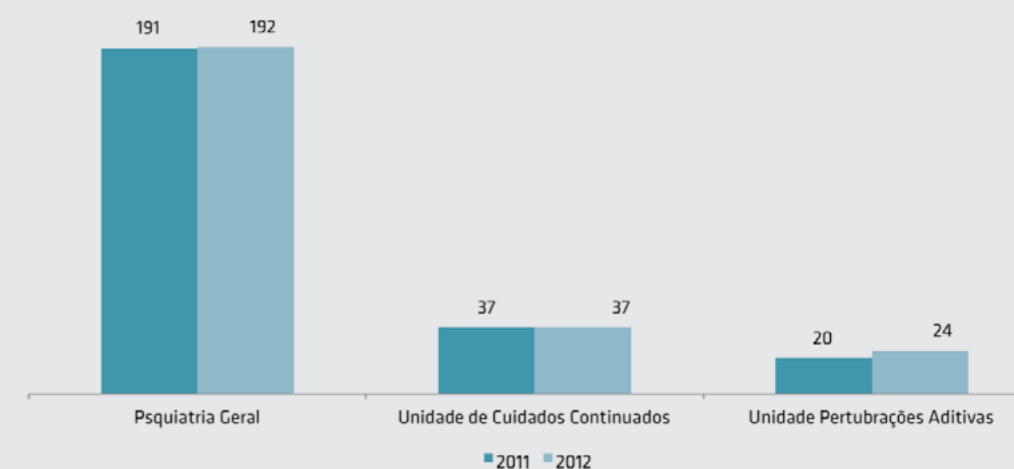
CONSULTA DE PSIQUIATRIA



/2/ NÚMERO DE CAMAS

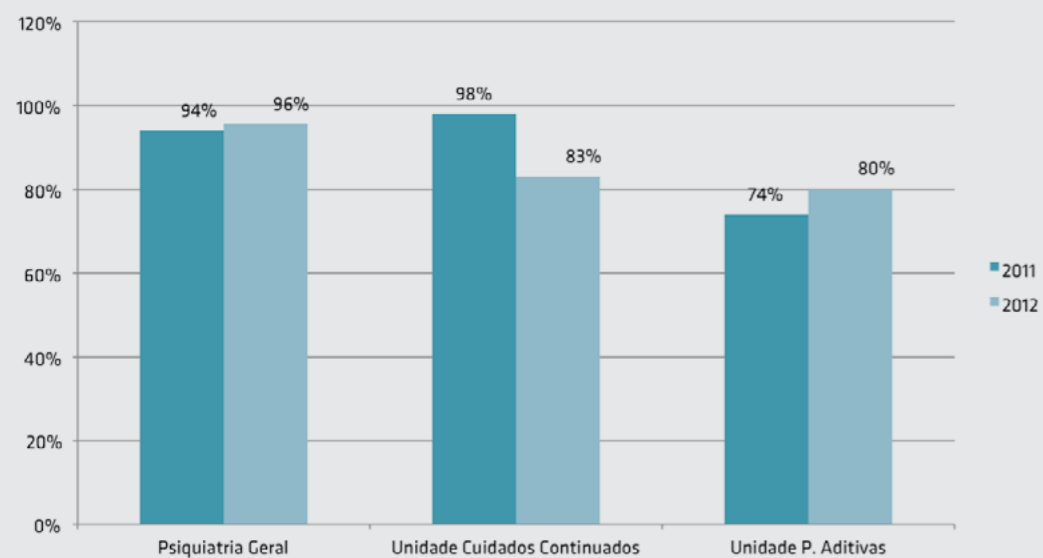
LOTAÇÃO	2011	2012	VAR. ABS.
PSIQUIATRIA GERAL	191	192	1
UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	37	37	0
UNIDADE DE PERTURBAÇÕES ADITIVAS	20	24	4
TOTAL	248	253	5

/2/ LOTAÇÃO



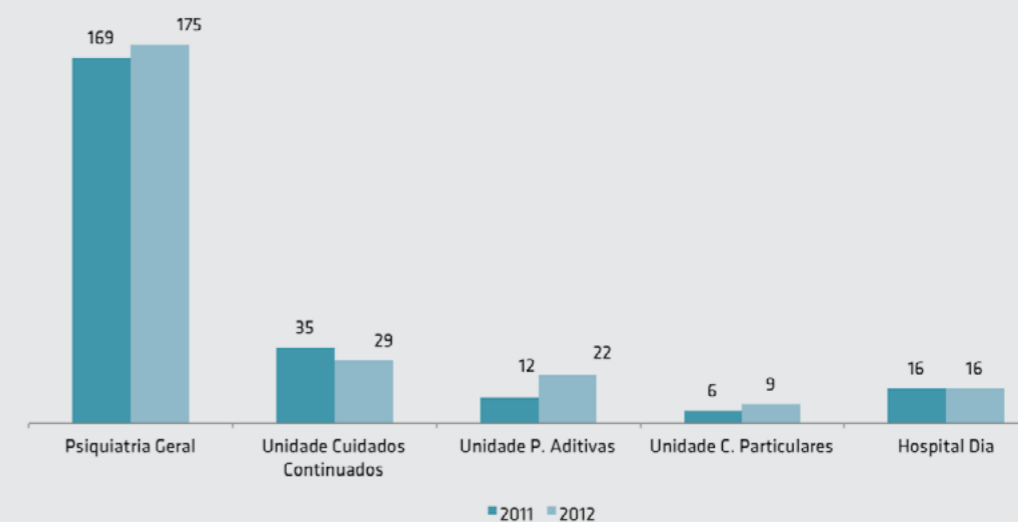
/3/ TAXA DE OCUPAÇÃO

TAXA OCUPAÇÃO	2011	2012	VAR. ABS.
PSIQUIATRIA GERAL	94%	96%	2%
UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	98%	83%	-15%
UNIDADE PERTURBAÇÕES ADITIVAS	74%	80%	6%
TOTAL	93%	92%	-1%



/4/ DOENTES INTERNADOS EM 31-12-2012

DOENTES INTERNADOS EM 31-12-2012	2011	2012	VAR. ABS.
PSIQUIATRIA GERAL	169	175	6
UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	35	29	-6
UNIDADE PERTURBAÇÕES ADITIVAS	12	22	10
UNIDADE CUIDADOS PARTICULARES	6	9	3
HOSPITAL DE DIA	16	16	0
TOTAL	238	251	13



3. ÁREA OPERACIONAL DE INTERVENÇÃO SOCIAL, GERONTOLÓGICA E DA JUVENTUDE

O ano de 2012, por força das circunstâncias da crise económica, implicou um investimento de grande significado na área social, com vista a manter o apoio socio-caritativo que muitas famílias reclamam e que as mais variadas formas de exclusão social estão a acentuar.

No esforço de combate à pobreza, a Mesa não só manteve as unidades operacionais a funcionar em carga plena, como reforçou e lançou novos projetos de apoio social. Exemplo, também, foi o lançamento da Rede de Cooperação entre as Irmandades e Instituições (RECIIS), procurando aproximar as mais variadas Ordens Terceiras e outras IPSS, num esforço conjunto de apoio ao próximo e de sustentabilidade económica. Igualmente foi possível criar condições de apoio a outras Instituições da zona histórica.

3.1. ALARGAMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DOS ESTABELECIMENTOS ADSTRITOS AO DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL, GERONTOLÓGICA (DISG)

As alterações introduzidas pela legislação que regula as condições de instalação e funcionamento das respostas sociais, concretamente ao nível do apoio a pessoas idosas e o Plano de Emergência Social apresentado pelo Governo, influenciaram a atividade desenvolvida ao longo do ano, através de um conjunto de ações que visaram, por um lado, o alargamento da capacidade instalada dos estabelecimentos e, por outro, o aumento no apoio a situações de forte carência económica e de exclusão social.

Criaram-se as condições necessárias para o alargamento da capacidade instalada nos estabelecimentos Nossa Senhora da Misericórdia e São Lázaro, com adesão à Rede Solidária pelo Programa Vagas Extra Acordo, destinado ao alojamento de pessoas idosas carenciadas e sem retaguarda familiar, com aumento da capacidade de alojamento, respetivamente de 8 e 19 vagas, estas últimas com a ocupação da Ala Monteiro dos Santos.

A adesão à Carta de Compromisso para Apoio ao Alojamento de Emergência de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, através do estabelecimento Casa de Santo António, Casa de Abrigo, com 2 vagas de emergência, alargando a capacidade de 15 para 17 vagas. Ainda no âmbito do apoio às Vítimas de Violência Doméstica, refere-se a adesão à Carta de Compromisso para Apoio Financeiro à Autonomização das vítimas de VD acolhidas em Casa de Abrigo e sem capacidade económica para suportar, no momento de saída, as despesas inerentes a uma vida autónoma, como sejam despesas com habitação, e os encargos associados a algumas necessidades básicas como alimentação, vestuário, saúde, transportes e educação dos menores a cargo.

Deu-se ainda início do processo, junto da Segurança Social, que permitirá ao longo do ano de 2013, alargar a resposta de Cantinas Sociais e o Serviço de Apoio Domiciliário a outras freguesias da cidade do Porto, nomeadamente a de Paranhos e Ramalde que apresentam necessidade de prestação de apoio/cuidados no domicílio, ao nível das atividades de vida diária e das atividades instrumentais de vida diária, a pessoas idosas e/ou com deficiência, por ausência de retaguarda familiar ou rede de suporte social.

O alargamento das capacidades instaladas nos Estabelecimentos e Serviço de Apoio Domiciliário fez-se com rentabilização dos recursos humanos, materiais e logísticos, assegurando o aumento dos apoios e serviços prestados em condições de qualidade, conforme as orientações dos modelos de qualidade.

A prestação de serviços de qualidade, voltados para a satisfação das reais necessidades dos clientes/utentes, exige o desenvolvimento de processos que operacionalizam as orientações emanadas pelos Guiões Técnicos, validados com a experiência e conhecimento acumulado ao longo dos anos pelas equipas, que planeiam estrategicamente e pelas que executam e avaliam as atividades desenvolvidas, com participação ativa de todas as partes envolvidas na prestação de serviços.

Assim, deu-se continuidade ao desenvolvimento de boas práticas que diagnosticam as necessidades, expectativas e interesses individuais dos clientes/utentes, bem como as necessidades conducentes ao bem-estar comum, pela aplicação dos instrumentos técnicos existentes e que vão sendo alterados e melhorados, conforme as necessidades de cada área de intervenção.

A utilização das ferramentas informáticas disponíveis como o portal do colaborador, plataforma de gestão e controlo de atividades diárias, que em conjunto contribuem por um lado, para a modernização dos serviços prestados nas estruturas residenciais, comunidade de inserção, casa de abrigo e em toda a atividade de ação social e por outro, para a inovação social.

Alargou-se e diversificou-se a intervenção desenvolvida pelas equipas multidisciplinares adstritas aos estabelecimentos integrados no DISG, promovendo o desenvolvimento integral da pessoa, centrado nas suas especificidades, expectativas e interesses, traduzidos no aumento e variedade das atividades de estimulação, de saúde, treino de competências, formação, apoio espiritual, culturais, de lazer, recreativas e ocupacionais, disponibilizadas aos clientes/utentes, realizadas em ambiente institucional ou na comunidade envolvente, conforme expresso nos planos de cuidados individuais e nos planos de atividades planeados, executados e avaliados mensalmente, sempre com a participação dos clientes/utentes.

3.2. A REQUALIFICAÇÃO E A MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS ESTABELECIMENTOS

Os períodos de crise económica exigem uma apertada avaliação dos investimentos a realizar neste domínio e, desta forma, as obras de qualificação das instalações do Lar da Quinta Marinho transitaram para o próximo ano, assegurando-se outras necessidades, nomeadamente ao nível da manutenção dos equipamentos e condições físicas nos estabelecimentos da área social.

Foram realizados os procedimentos necessários para instalação de um Ginásio no Lar de Nossa Senhora da Misericórdia, em condições de utilização num curto espaço de tempo e que possibilitará a realização de atividades de mobilidade, de manutenção e estimulação das condições físicas das pessoas idosas, acolhidas nas várias estruturas residenciais pertença da Misericórdia, satisfazendo uma necessidade antiga.

Ao nível dos espaços destinados ao alojamento, definiu-se como prioridade, já em execução, a adaptação das condições de banho, anulando as barreiras físicas, permitindo um fácil acesso ao duche por parte das pessoas com maior grau de dependência, facilitando a prestação de cuidados de higiene pessoal e o processo de autonomização, conducentes a um envelhecimento ativo.

O asseio e a jardinagem de espaços exteriores, continuou a ser uma prioridade com o reforço da utilização de pátios, varandas, canteiros, jardins, no desenvolvimento de atividades de exterior, convívio, tertúlia, jardinagem e de mobilidade.

3.3. DESENVOLVIMENTO, CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DAS EQUIPAS ADSTRITAS AOS ESTABELECIMENTOS

A Missão é a razão de ser de uma organização, neste caso concreto, dos vários estabelecimentos. Para ser concretizada, depende, quase exclusivamente, do compromisso que colaboradores e direção assumem com essa missão e da dedicação e trabalho humano que empreendem para a sua concretização.

Estrategicamente, ao longo do ano de 2012, deu-se continuidade ao processo de transição para um modelo de prestação de serviços externos, para tratamento de roupas, higiene do ambiente e confeção de refeições, libertando recursos humanos para a prestação de cuidados e acompanhamento dos clientes/utentes.

A partir das características e perfis dos colaboradores, deu-se formação interna destinada à reclassificação de Trabalhadoras Auxiliares em Ajudantes de Lar, mantendo as equipas motivadas e reforçadas, adequando cada vez mais o rácio nº de colaboradores/nº de dependentes, às necessidades existentes ao nível da prestação de cuidados a pessoas de grande idade, que são aquelas que recorrem à institucionalização, exigindo a prestação de cuidados de saúde, segurança, estimulação, manutenção e conforto cada vez mais exigentes e especializados.

Foi ministrada formação a um grupo de 16 colaboradores que reuniam os requisitos para esta transição de funções e o assumir de novas responsabilidades.

Equipas motivadas e bem formadas, ao nível de competências pessoais, humanas e técnicas, apresentam melhores resultados e maior disponibilidade para aderir a novas iniciativas e novas práticas, contribuindo para a inovação social.

Garantiram-se, a todos os colaboradores interessados, condições para participação em ações de formação contínua e de valorização profissional, assegurando, em simultâneo, o processo de avaliação de desempenho nos termos estabelecidos pela instituição.

Importa realçar a reforma estrutural introduzida, ao nível dos horários de trabalho para o grupo de cuidadores, assegurando uma redistribuição de tarefas mais adequadas aos ritmos e rotinas dos clientes e às normas previstas no regulamento de funcionamento dos estabelecimentos.

A avaliação das mudanças, introduzidas nos horários praticados, tem sido uma constante, de forma a permitir os ajustes que se considerem adequados numa lógica de conciliação de interesses entre as partes envolvidas.

Continuou-se o esforço para equilibrar as equipas multidisciplinares, nomeadamente com garantia do cumprimento das exigências, ao nível da animação sociocultural e da prestação de cuidados de enfermagem adequados às necessidades de cada estabelecimento.

3.4 A MONOTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As competências organizacionais correspondem à capacidade da organização em desenvolver ferramentas de gestão estratégica, à capacidade de planear, de gerir os recursos disponíveis e de estabelecer relações com as partes interessadas.

A preocupação com a maximização da eficiência e da eficácia, num contexto em que os recursos são cada vez mais escassos e em que a mudança é constante, acentua-se a necessidade de assegurar um controlo orçamental efectivo, quer da despesa, quer da receita, com reforço das responsabilidades de quem assegura a gestão direta.

Entendeu a Mesa ser fundamental a interação entre Departamentos. Assim, em estreita colaboração com o Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso e a partir da informação disponibilizada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças, fez-se o levantamento e tratamento adequado dos débitos existentes e resultantes do alojamento em lar ou apoio domiciliário, colocando ao dispor das famílias mecanismos para amortização de dívidas, atendendo ao período de forte contração económica que atinge muitos destes agregados familiares.

Prosseguiu-se com a admissão de clientes nos termos previstos na legislação, reforçando a corresponsabilidade das famílias na participação familiar para assegurar a assistência necessária aos seus familiares em estrutura residencial.

Em simultâneo, alargou-se a resposta solidária para situações de carência económica e de exclusão social com adesão às Vagas Extra Acordo, disponibilizando 27 vagas para acolhimento de idosos ou pessoas dependentes em situação de grave fragilidade económica e social.

Manteve-se a política de corte do desperdício e rentabilização de recursos, associada a uma orçamentação rigorosa das necessidades, refletindo a realidade de cada estabelecimento, permitindo um melhor conhecimento dos fatores de desvio orçamental e consequente correção.

3.5. A COOPERAÇÃO E AS PARCERIAS

O Estado assegura o seu papel regulador e continua a recorrer às IPSS's, através da cooperação para a criação de respostas sociais que satisfaçam as necessidades emergentes, sempre em função dos recursos financeiros disponíveis. Nesta linha, foi necessário reorientar a resposta social que estava prevista para funcionar no estabelecimento S. Lázaro – Estrutura Residencial para Adultos Dependentes (Acordo de Cooperação Atípico), com capacidade para acolhimento de 60 pessoas adultas com grande dependência.

No âmbito das ações de acompanhamento técnico, realizadas pela Segurança Social aos estabelecimentos adstritos ao DISG, verifica-se uma evolução notável, concretizada em relatórios de acompanhamento que expressam o cumprimento das regras emanadas pelos Guiões Técnicos e, em muitos aspectos, pelos Manuais da Qualidade da Segurança Social para as Respostas Sociais.

A evolução do modelo de organização e funcionamento das respostas sociais, nos estabelecimentos da Misericórdia, é contínua, verificando-se melhorias nos regulamentos de funcionamento de algumas respostas sociais em vigor e a criação de novos regulamentos, no caso para o Centro de Dia, Centro de Convívio e Cantina Social.

A diversificação de recursos e das atividades propostas beneficiam muito da manutenção e alargamento das parcerias com instituições, serviços e entidades da comunidade envolvente.

Manteve-se a parceria estabelecida com a Câmara Municipal do Porto, quer através das atividades desenvolvidas com a Fundação Porto Social, quer com a participação ativa na Rede Social do Porto, garantindo o contributo efetivo da Misericórdia do Porto na definição da política social a desenvolver no concelho, junto dos grupos populacionais compostos por pessoas idosas, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas sem-abrigo e pessoas portadoras de deficiência.

Alargaram-se as iniciativas em parceria com a SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria, Centros Sociais e Paroquiais e Centros de Saúde do concelho do Porto.

Manteve-se a participação em ações conjuntas com a Rede Europeia Anti Pobreza- EAPN, Sic Esperança, estabelecendo-se novas parcerias, destacando-se a colaboração com a Associação Mundo A Sorrir.

A proximidade e a articulação com as Universidades, Institutos e Escolas de Ensino Superior e Profissional mantiveram-se e alargaram-se através, nomeadamente, de novos Protocolos para acolhimento de estágios e participação em Estudos de Investigação voltados para a Gerontologia. Referem-se as Universidades: Católica, Portucalense, Lusófona, Faculdade de Psicologia e Faculdade de Ciências do Desporto da UP, ISSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto, ISMAI – Instituto Superior da Maia e Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto.

Ao nível da colaboração em investigação e formação na área da gerontologia, refere-se a participação no estudo desenvolvido pela Universidade Católica, em parceria com a Fundação PT, que visa a validação científica do benefício para a pessoa idosa no uso das ferramentas de assistência fornecidas pela Tecnologia, concretamente pela teleassistência.

Disponibilidade para colaborar com a Unidade de Investigação e Formação sobre Adultos e Idosos (UNIFAI), sediada no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar- UP, no Projeto PT-100 Centenários do Porto, que constituirá o primeiro estudo português sobre este grupo populacional, idosos com 100 ou mais anos, que tem vindo a crescer nos últimos anos.

Refere-se ainda o importante Protocolo celebrado, no final do ano, entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, que cria as condições para que as Estruturas Residenciais para pessoas idosas da Misericórdia, enquanto campos de formação, colaborem na aprendizagem teórica e prática dos formandos dos cursos de pós-graduação de Geriatria e Gerontologia.

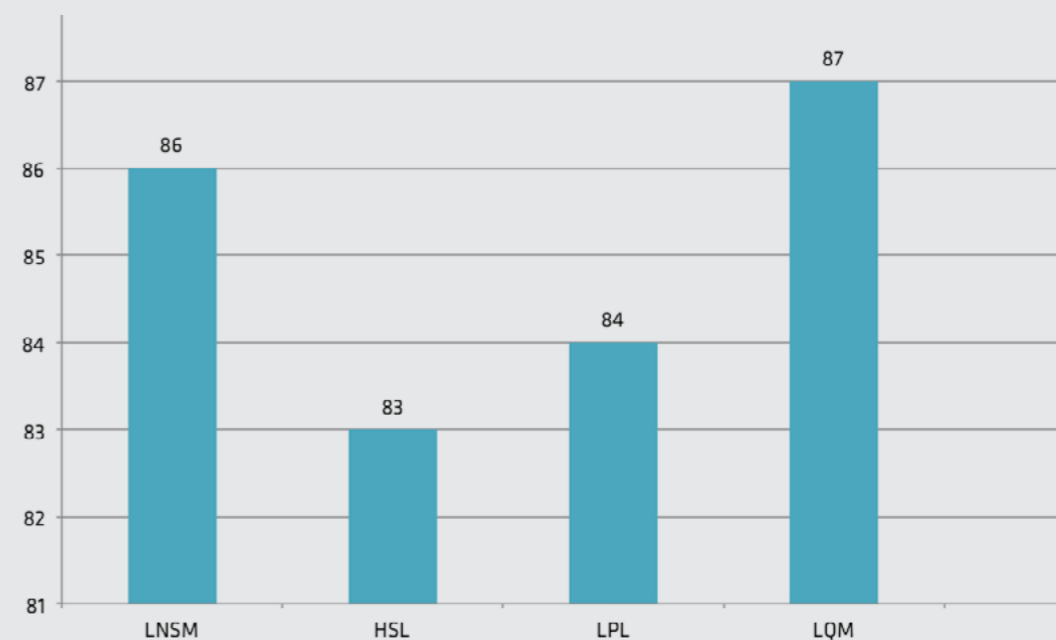
O ano de 2012, marcado por uma forte crise socioeconómica, traduziu-se, ao nível da ação social, no aumento dos pedidos de ajuda pela comunidade, sendo de registar o aumento dos pedidos para habitação, ajudas técnicas e institucionalização.

Mais significativo é a gravidade das situações apresentadas pelas famílias, em muitos casos, resultado de desemprego e redução dos benefícios sociais, que conduziu ao aumento dos pedidos de apoio para a satisfação de necessidades básicas, sobretudo de alimentação e vestuário, expresso, por exemplo, no aumento dos pedidos para atribuição de Bodo de Natal e dos pedidos feitos pela primeira vez para este apoio, solicitações ao nível do apoio alimentar- Cantina Social e ao Banco do Vestuário.

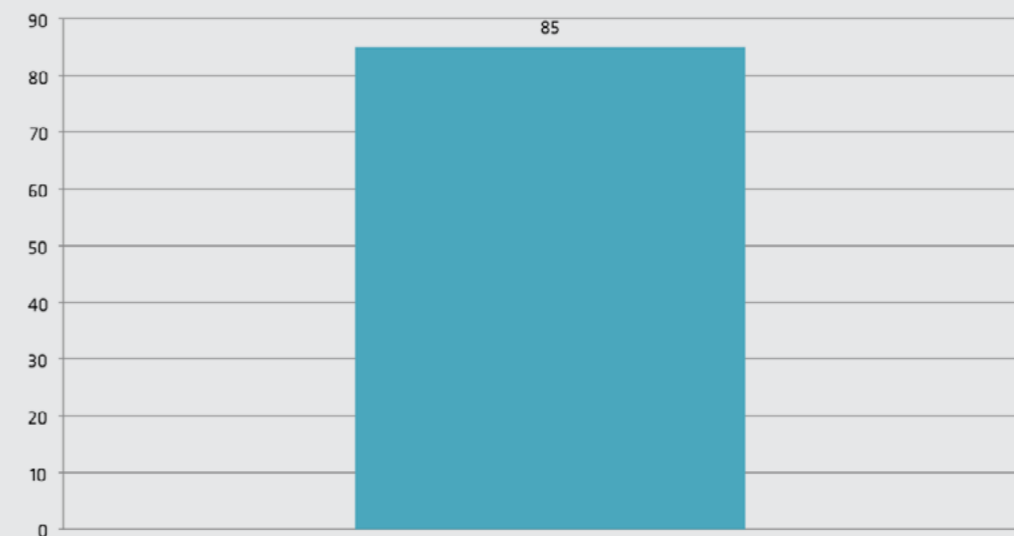
Aumentaram os pedidos de avaliação socioeconómica para redução do valor das rendas, transversal a todo o universo do Inquilinato da SCMP.

INDICADORES DE ACTIVIDADE

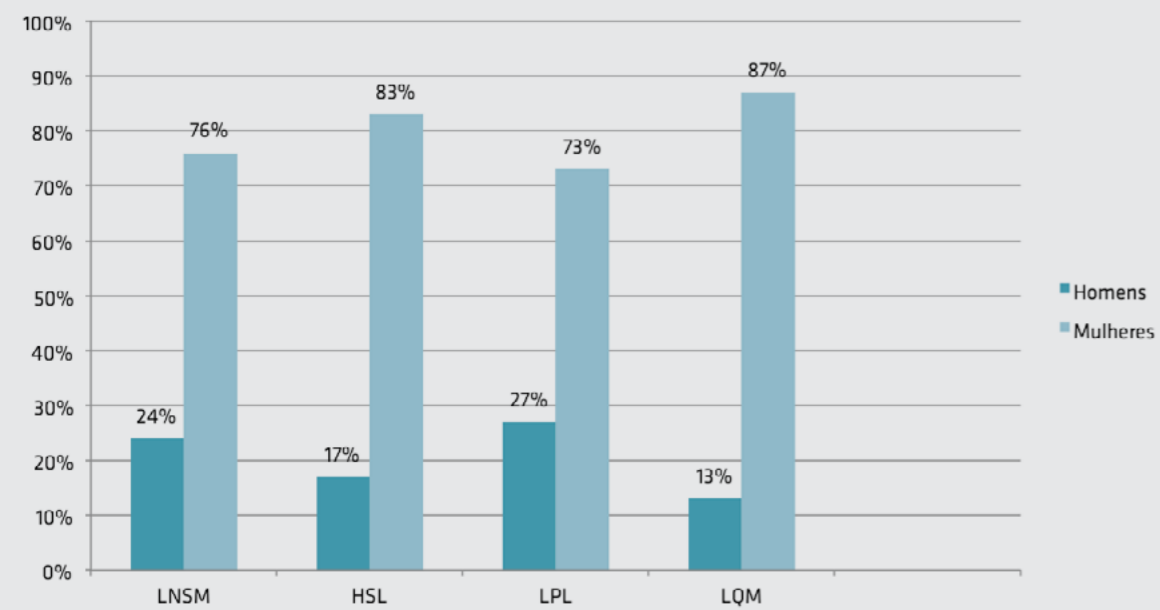
/1/ MÉDIA DE IDADES



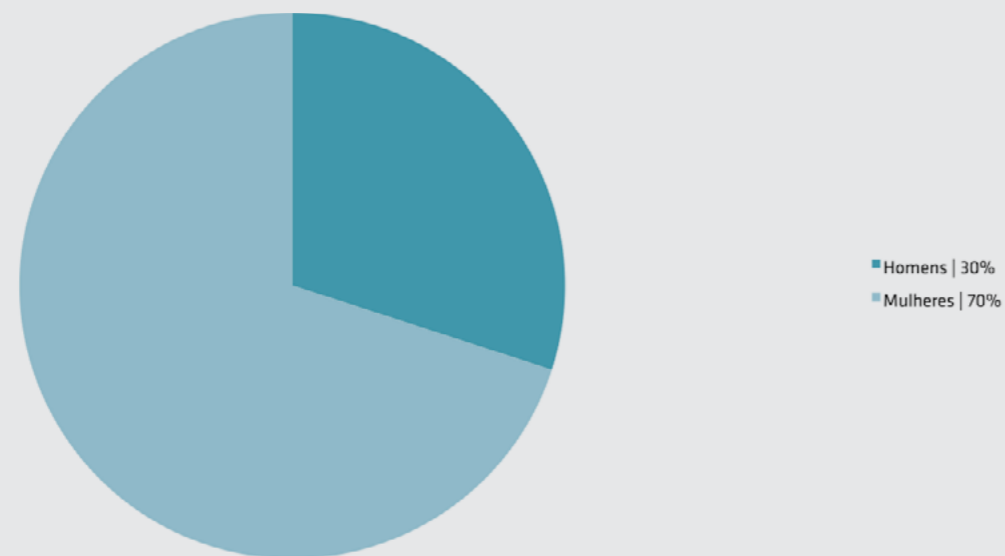
/2/ MÉDIA DE IDADES DO UNIVERSO (A média de idades dos clientes da Santa Casa da Misericórdia do Porto é de 85 anos)



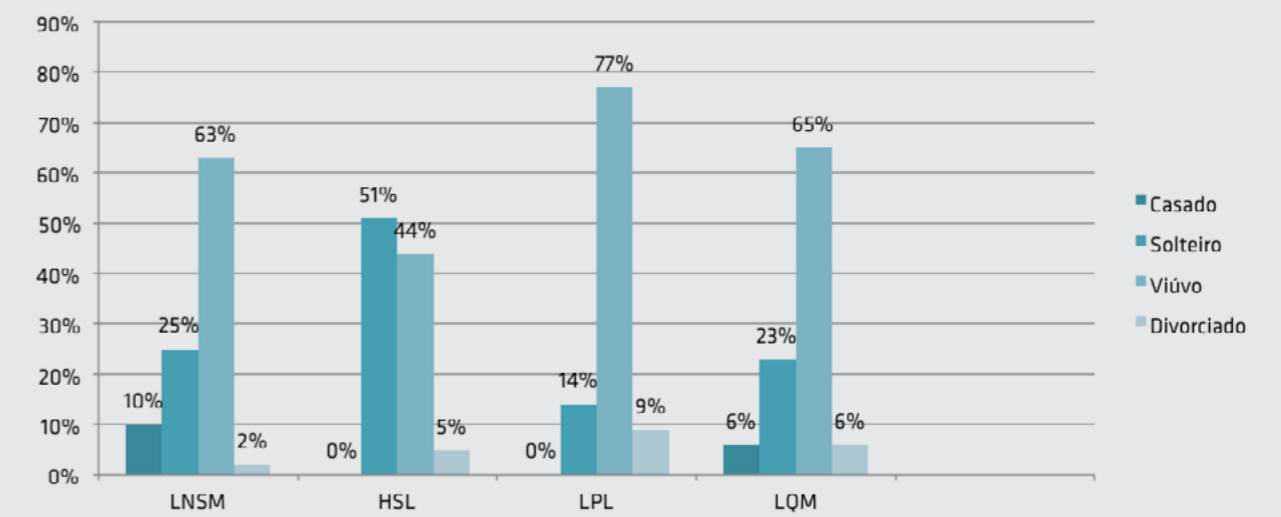
/3/ GÉNERO



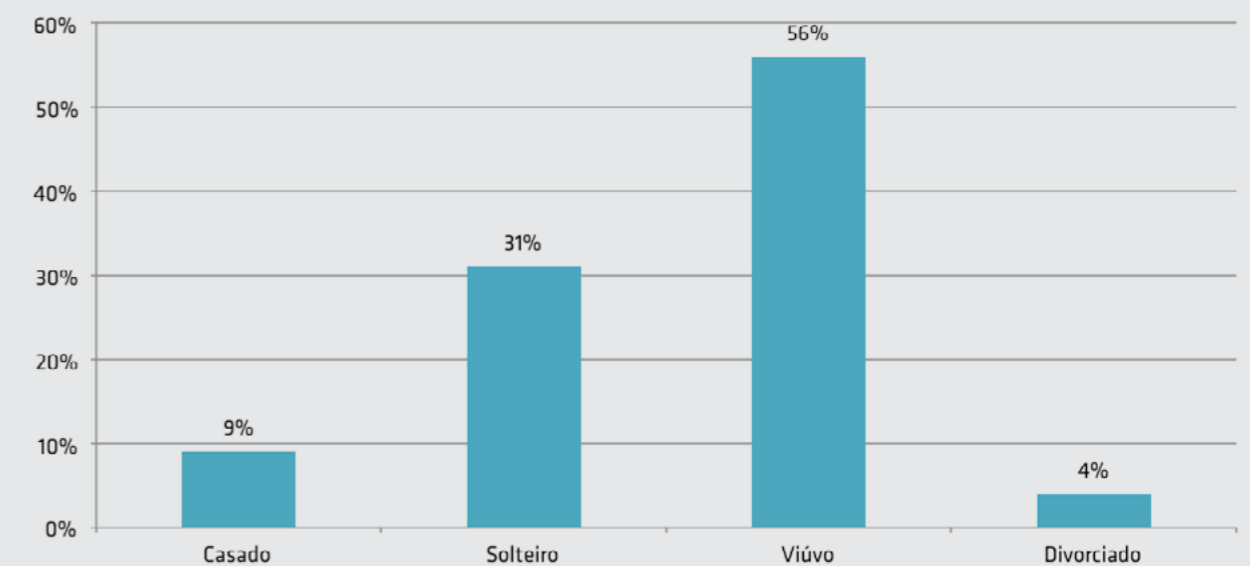
GÉNERO (Pelo quadro podemos verificar que a percentagem de elementos do sexo feminino é de 70% e do sexo masculino é de 30%. Esta diferenciação, que existe entre os dois géneros, tem sido abordada pelos especialistas da área.)



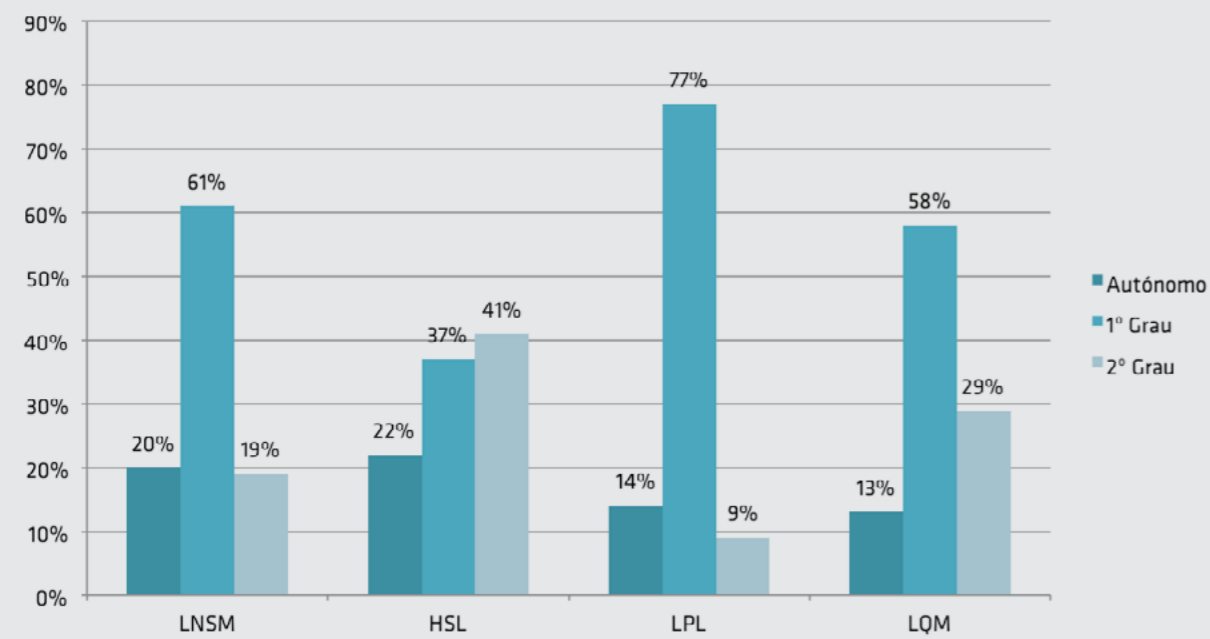
/5/ ESTADO CIVIL NOS DIFERENTES ESTABELECIMENTOS



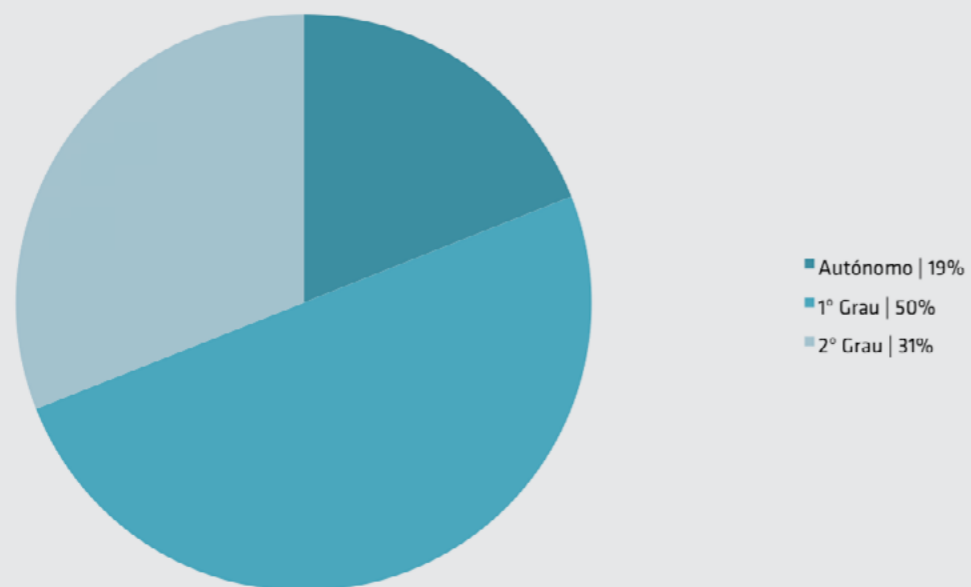
/6/ ESTADO CIVIL NO UNIVERSO DOS ESTABELECIMENTOS



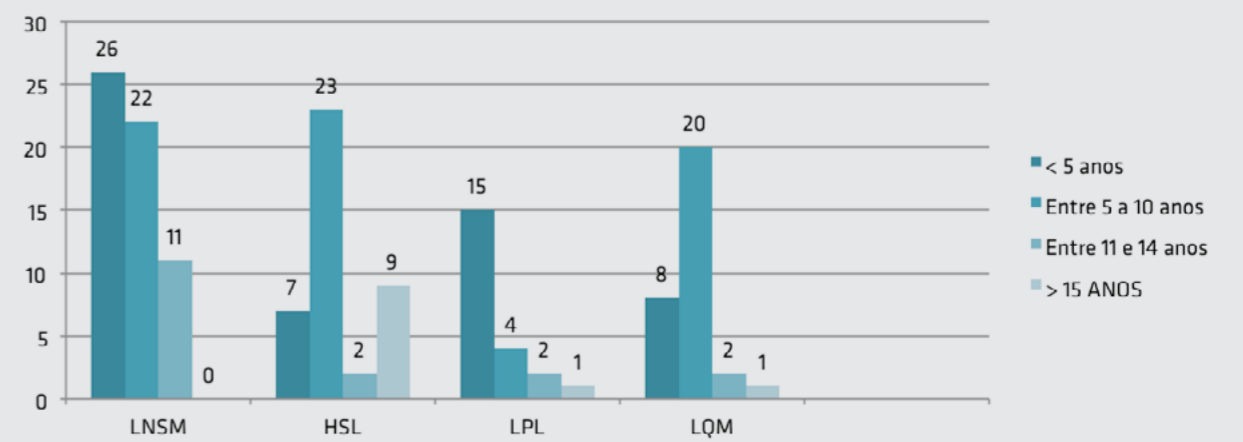
/7/ GRAU DE DEPENDÊNCIA POR LAR



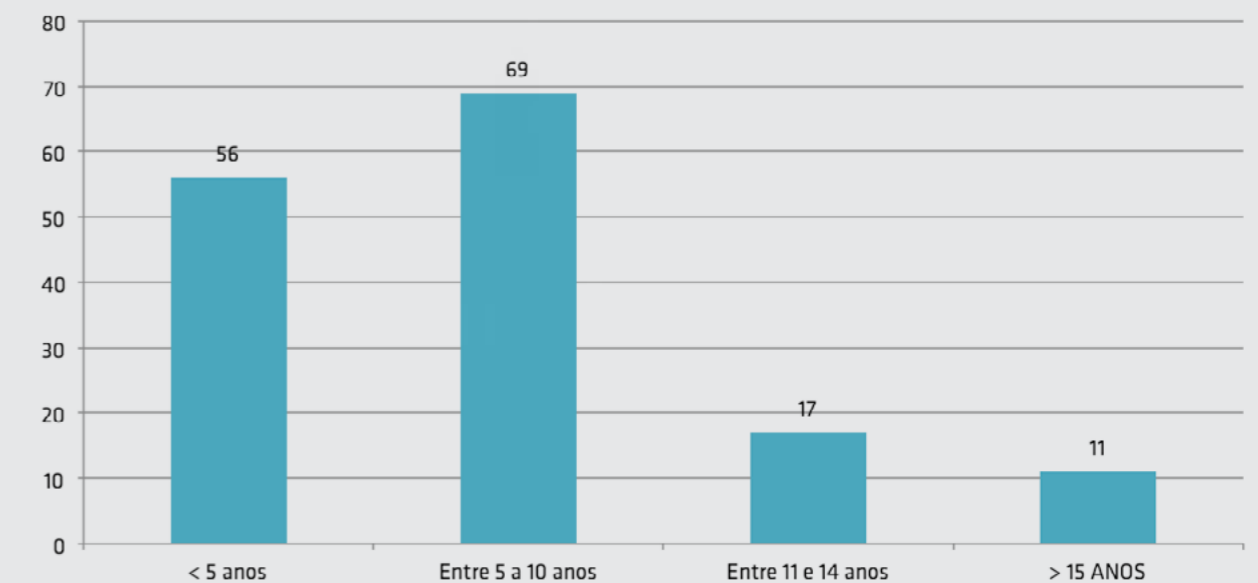
/8/ GRAU DE DEPENDÊNCIA NO UNIVERSO DOS LARES DA SCMP (No universo dos lares 81% são Dependentes, sendo que 31% são pessoas idosas grandes dependentes.)



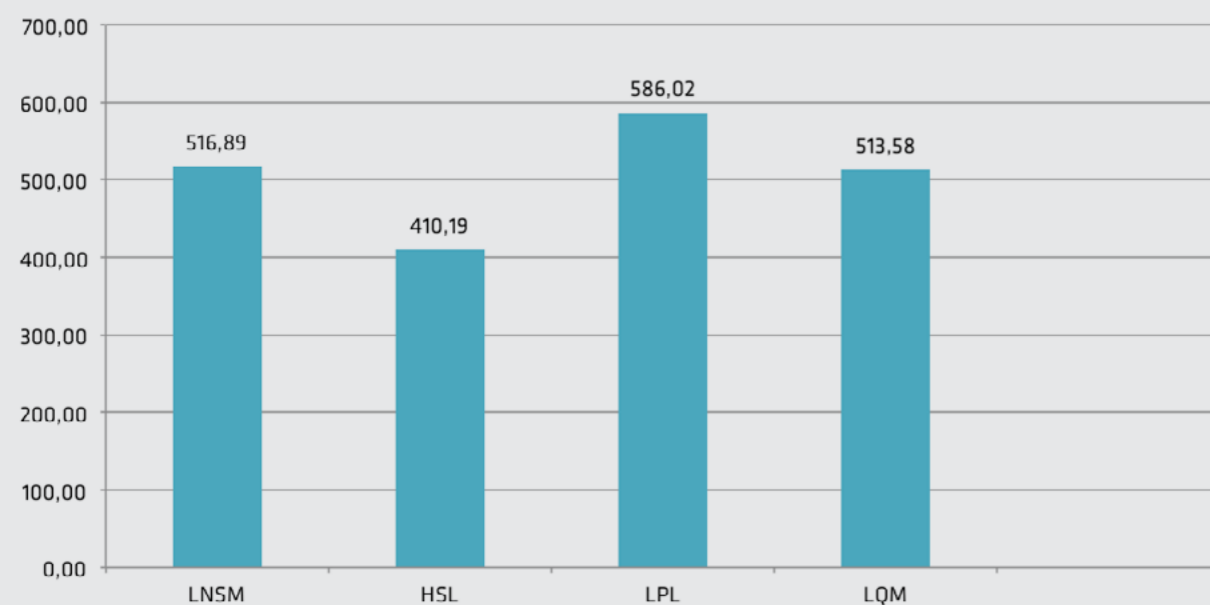
/9/ TEMPO DE ALOJAMENTO



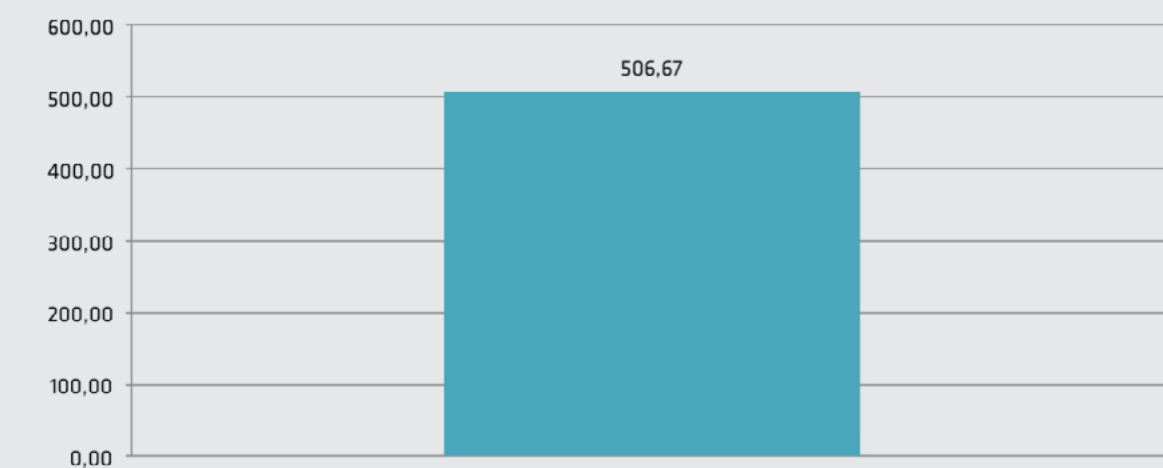
/10/ TEMPO DE ALOJAMENTO NO UNIVERSO DOS LARES DA SCMP (A duração de alojamento, entre os 5 e os 10 anos, é o intervalo em que se encontram maior número de clientes. Realça-se que é no estabelecimento S. Lázaro que se encontram alojados 9 dos 11 clientes, em situação de alojamento, há mais de 15 anos)



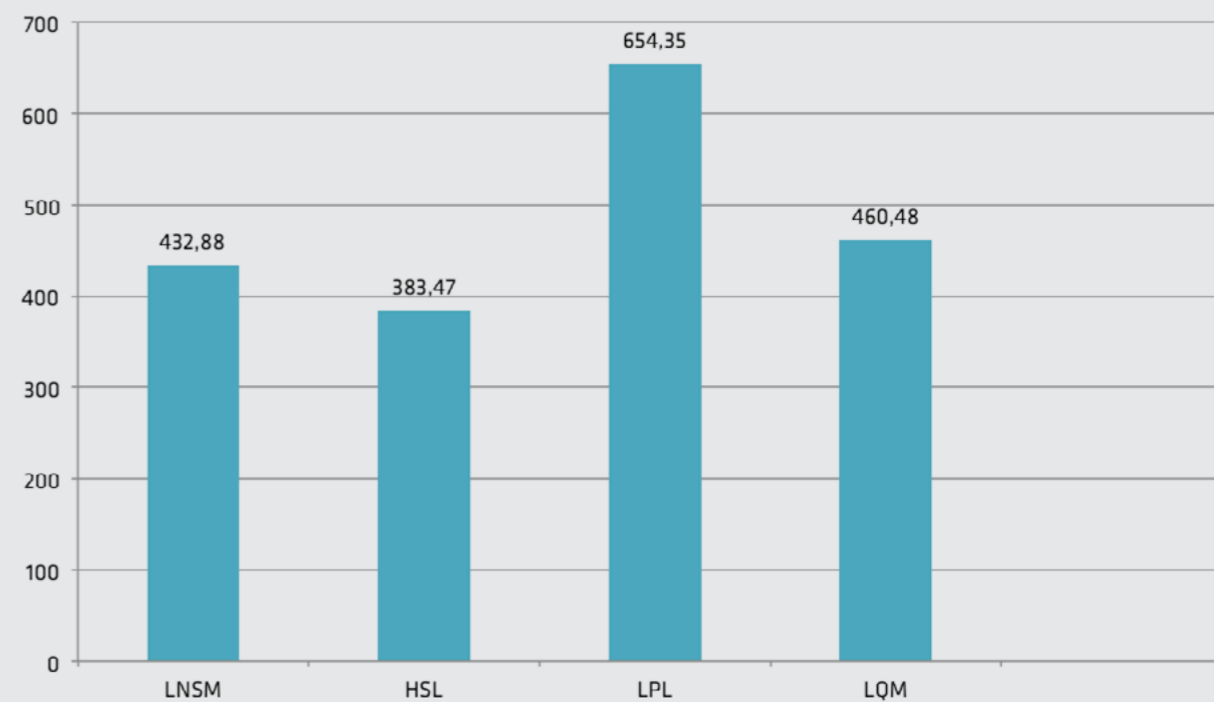
/11/ VALOR MÉDIO DA REFORMA DO IDOSO POR LAR



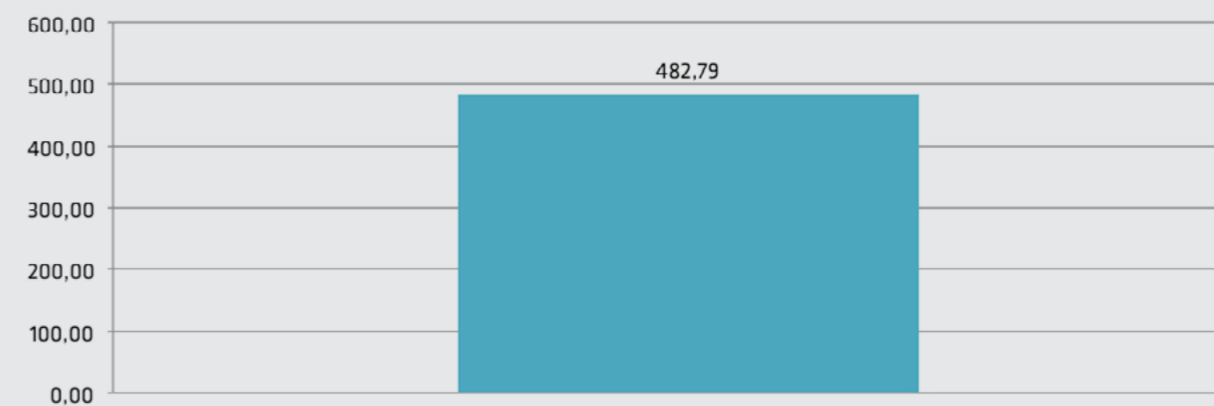
/12/ VALOR MÉDIO DA REFORMA DO IDOSO NO UNIVERSO DOS LARES DA SCMP



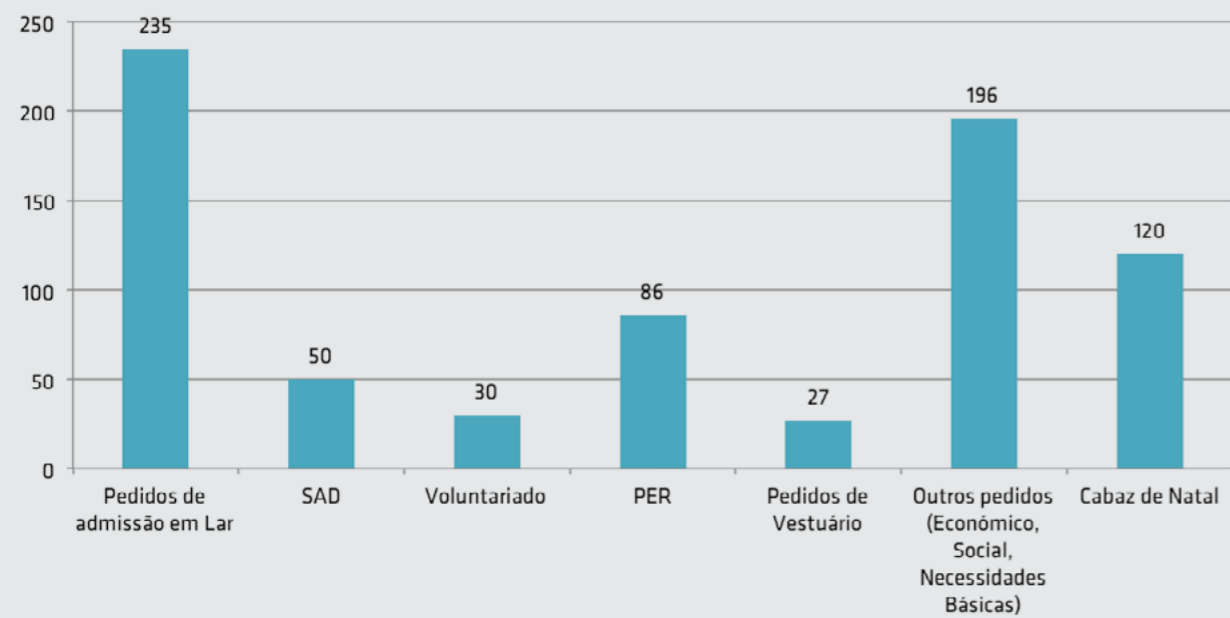
/13/ VALOR MÉDIO DA COMPARTICIPAÇÃO POR LAR



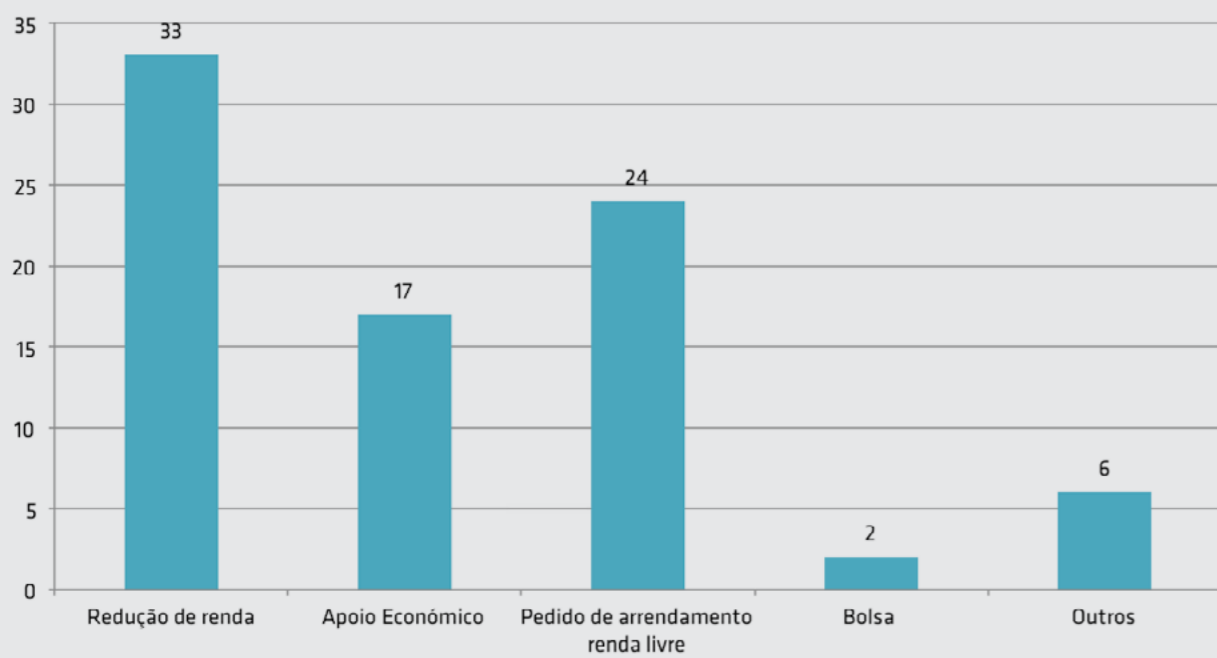
/14/ VALOR MÉDIO DA COMPARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO UNIVERSO DOS LARES DA SCMP (A média de comparticipação familiar dos clientes alojados nos Lares é de 482,80 €, sendo que o valor de referência, para o ano de 2012, foi de 930,06 €.)



/15/ ATENDIMENTOS

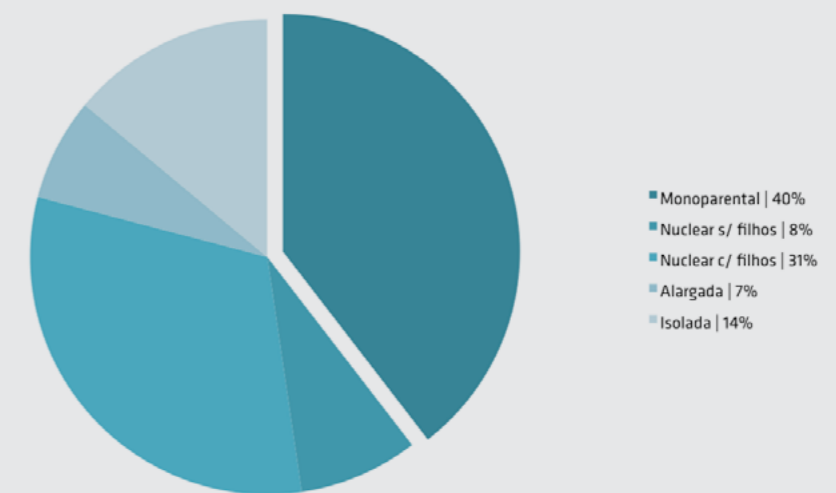


/16/ PARECERES

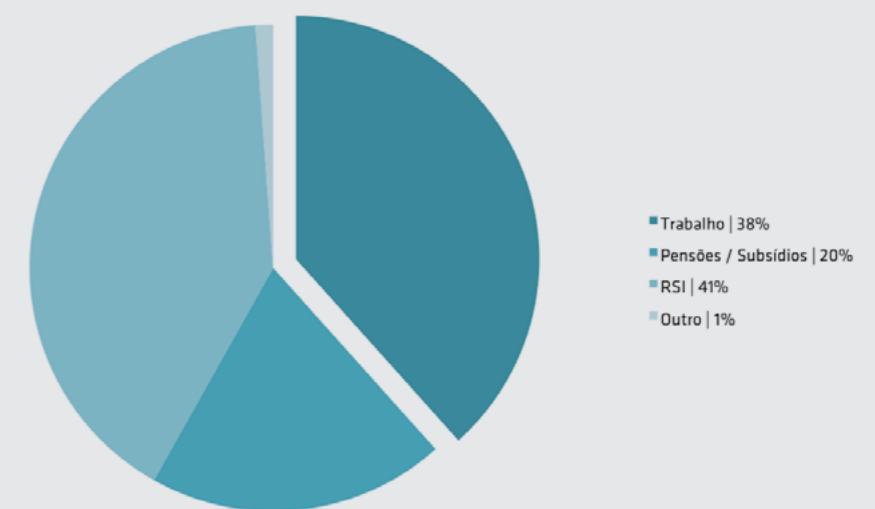


CARATERIZAÇÃO DAS 86 CANDIDATURAS A HABITAÇÃO DE RENDA APOIADA (PER)

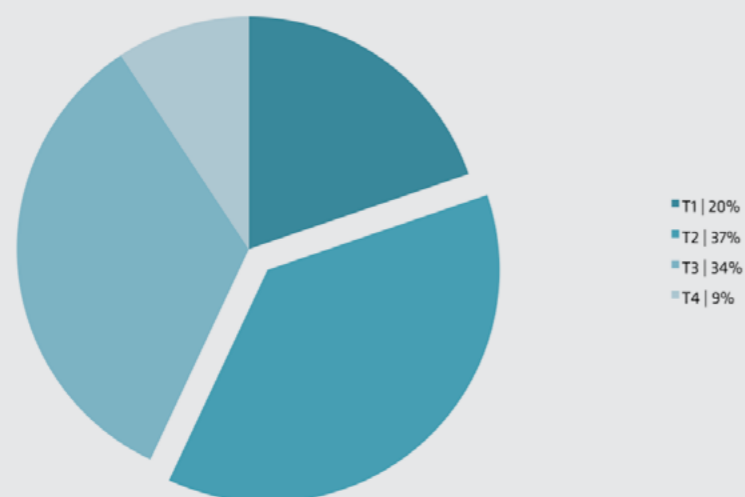
/17/ PER - TIPO DE FAMÍLIA



/18/ PER - FONTE DE RENDIMENTOS



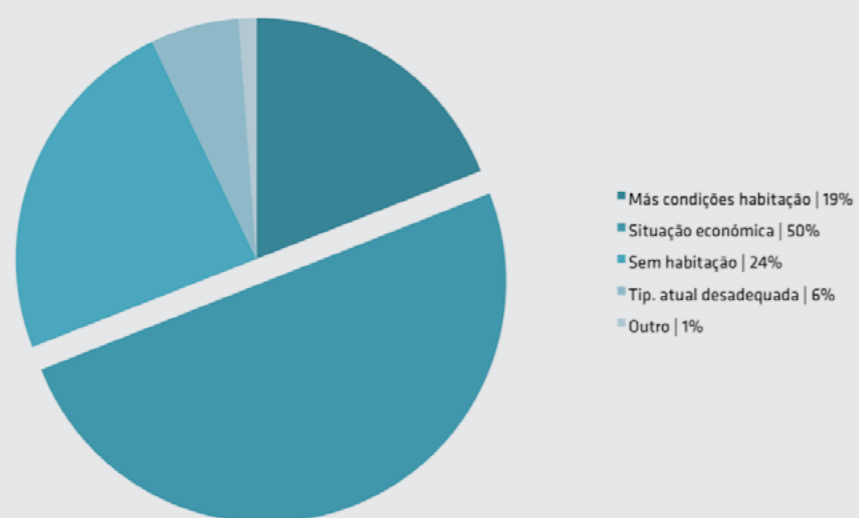
/19/ PER - TIPOLOGIA PRETENDIDA



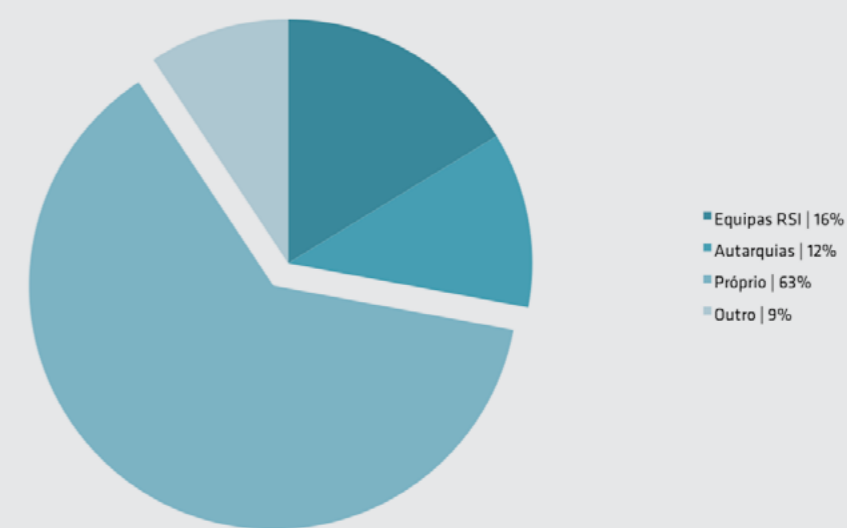
/21/ PER - DATA DO PEDIDO



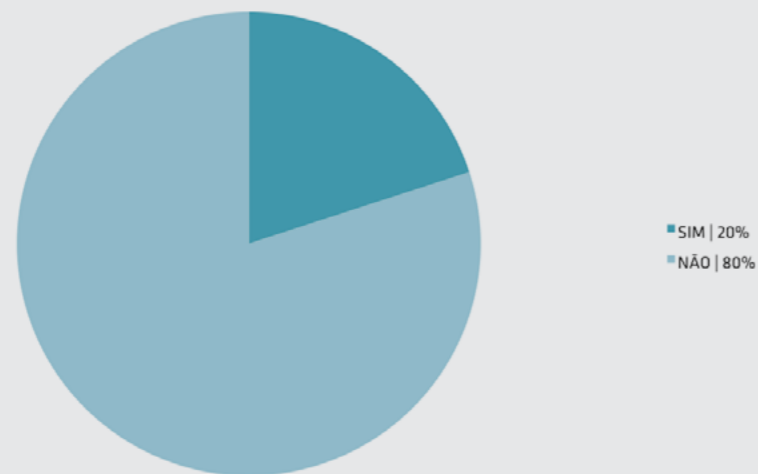
/20/ PER - MOTIVO DO PEDIDO



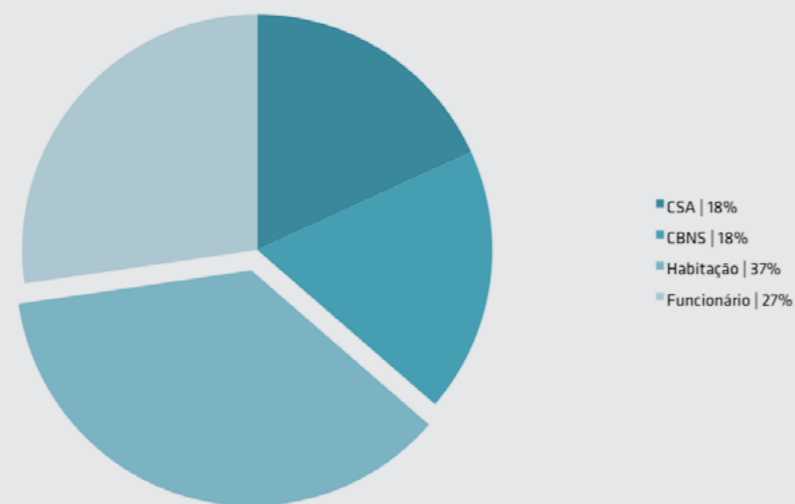
/22/ PER - ENCAMINHAMENTO



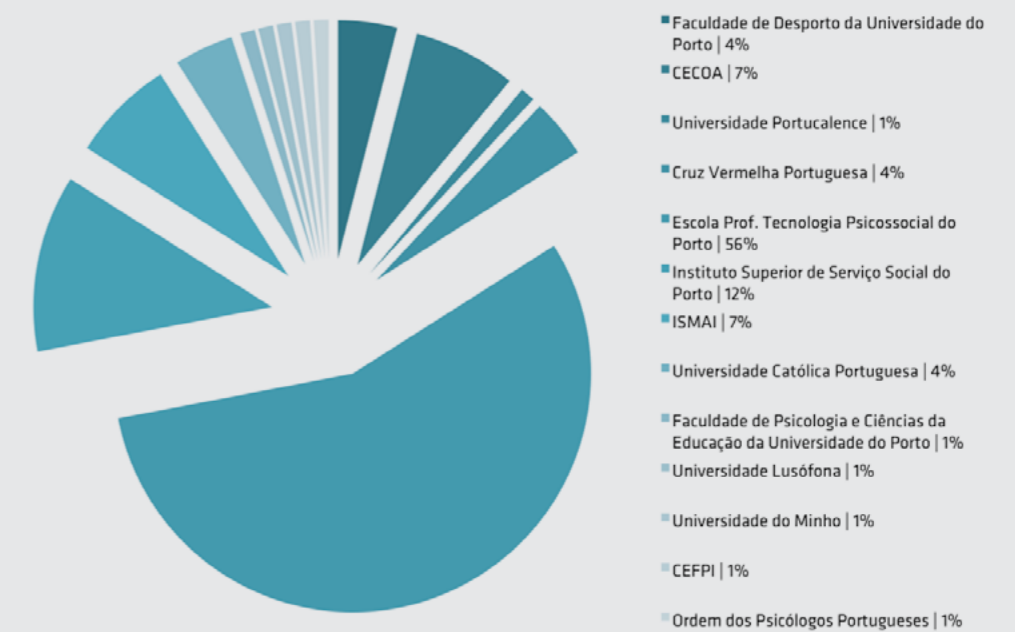
/23/ PER - PEDIDO DE MUDANÇA DA TIPOLOGIA



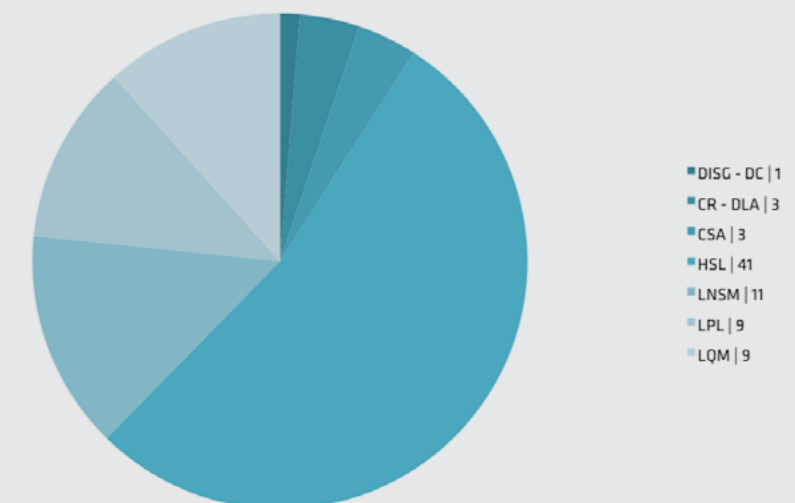
/24/ PER - VÍNCULO COM A SCMP



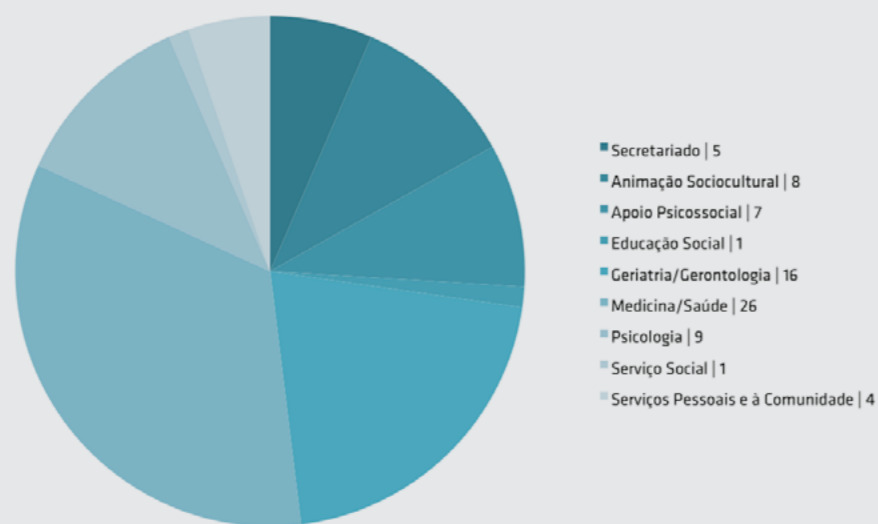
/25/ESTÁGIOS - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS, SEGUNDO A ENTIDADE PROMOTORA/DE ENSINO/FORMAÇÃO



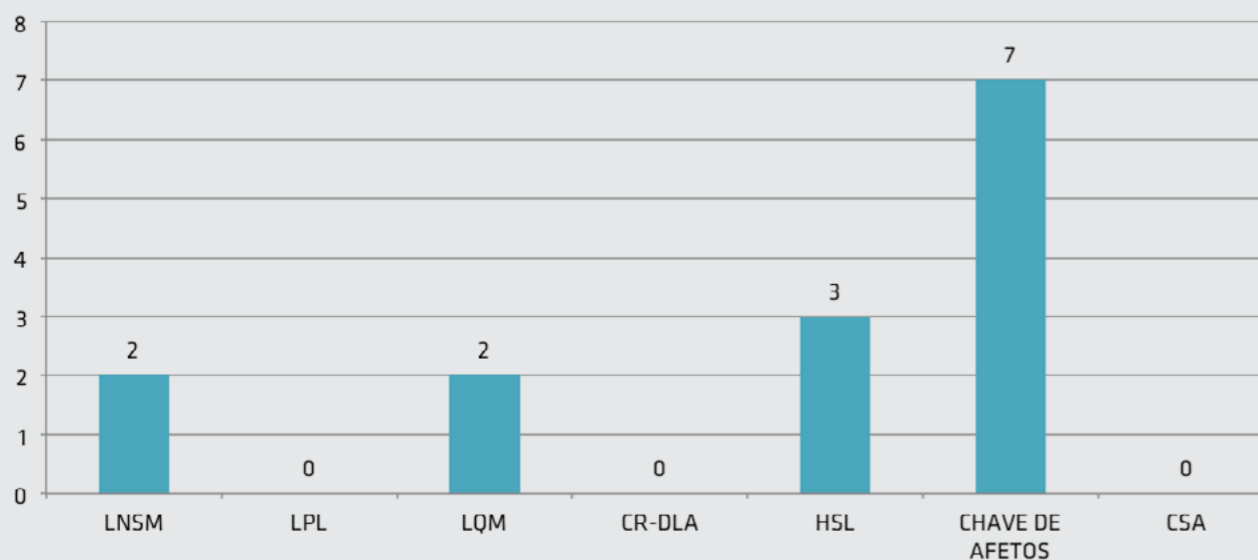
/26/ ESTÁGIOS - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS, SEGUNDO O ESTABELECIMENTO



/27/ ESTÁGIOS - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS SEGUNDO ÁREA DE FORMAÇÃO



/28/ VOLUNTARIADO - DISTRIBUIÇÃO DOS VOLUNTARIOS POR ESTABLECIMENTO



3.6. COLÉGIO DO BARÃO DE NOVA SINTRA

O CBNS tem como missão proporcionar condições para um desenvolvimento pleno e construtivo das crianças e dos jovens acolhidos, garantindo não só um crescimento físico saudável e um desempenho académico positivo, mas também uma maturação psico-emocional apropriada, fomentando a aquisição de competências pessoais e sociais e a promoção da auto-estima, com vista a diminuir os factores de risco e maximizar os factores de protecção da vida dos menores.

Não pretendendo substituir o papel da família, o CBNS visa complementar o esforço familiar, contribuindo para a aquisição e/ou desenvolvimento, por parte dos elementos da retaguarda familiar, de competências educativas apropriadas e de padrões relacionais funcionais, que possam servir de modelos de conduta aos menores.

O CBNS contempla os seguintes objetivos:

- Acolher Crianças e Jovens em Risco, tendo em vista a protecção da sua integridade física, psicológica e moral;
- Criar condições que permitam um desenvolvimento global ajustado, tendo por base a história de vida da Criança/Jovem, num ambiente marcado pela afetividade;
- Proporcionar às Crianças e Jovens as condições necessárias à sua educação, saúde e bem-estar integral, num ambiente de tranquilidade e segurança;
- Proporcionar um ambiente harmonioso e afetuoso, com experiências de vida diversificadas, ricas e adequadas às necessidades e potencialidades das Crianças e Jovens;
- Promover a aquisição de competências pessoais, educacionais e sociais, ocupando de forma lúdico-pedagógica os diferentes tempos da Criança/Jovem;
- Proporcionar, através de mecanismos adequados, a reorganização das suas vidas, visando a respetiva reinserção familiar, social e profissional.

O acompanhamento das crianças e jovens é realizado por uma equipa técnica multidisciplinar, constituída por Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais, que promovem o projeto de vida individual, através do trabalho direto com as crianças e jovens, articulação com Tribunais, Segurança Social, famílias biológicas, famílias de apoio e terapeutas.

Face a padrões progressivamente mais elevados de exigência ética e profissional, entende-se que a criança tem direito a um atendimento de qualidade que a dignifique e promova o seu desenvolvimento e bem-estar. Neste sentido, durante o ano de 2012, o CBNS intensificou e reformulou a intervenção, os procedimentos, e a organização, de forma a alcançar um grau de satisfação mais elevado nas equipas que se reflita no bem-estar das crianças e jovens.

As sessões de supervisão dinamizadas pela Dr.ª Cláudia Túlio, no âmbito de Plano SERE+, com as equipas técnica e educativa, têm-se revelado eficazes, segundo o ponto de vista funcional e comunicacional entre ambas. Denota-se uma melhoria significativa de bem-estar pessoal, que se reflete nas dinâmicas diárias entre ambos.

PROJECTOS IMPLEMENTADOS EM 2012

NOME DO PROJECTO	OBJECTIVOS
PROMOÇÃO COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS "EU E OS OUTROS"	<p>Optimizar a qualidade de vida dos jovens;</p> <p>Facilitar a inserção social;</p> <p>Desenvolver e facilitar o seu relacionamento interpessoal;</p> <p>Optimizar as capacidades e competências sociais e pessoais;</p> <p>Melhorar a sua autoimagem, autoestima e autoconfiança;</p> <p>Promover a reflexão em grupo sobre temas do desenvolvimento ligados à adolescência.</p>
PROJECTO PROMOÇÃO DA SAÚDE	<p>Dinamização de acções de educação para a saúde</p> <p>Atendimento em enfermagem</p>
PROMOÇÃO COMPETÊNCIAS PARENTAIS "À CONVERSA COM PAIS"	<p>Aumento das competências parentais</p> <p>Desenvolver de uma auto-estima positiva</p> <p>Promover conhecimentos nas áreas base da educação parental: família, educação e parentalidade.</p> <p>Promover a qualidade da comunicação intra-familiar</p> <p>Estimular os pais para o desenvolvimento de competências de vida dos filhos</p>
ORIENTAÇÃO ESCOLAR VOCACIONAL	<p>Avaliar a capacidade de interesse escolar e profissional dos jovens após 6º, 9º e 12º ano</p> <p>Promover um maior envolvimento pessoal dos jovens na construção do projeto vocacional</p>
PROMOÇÃO DE AUTONOMIA E INTEGRAÇÃO NA VIDA ACTIVA	Desenvolvimento Pessoal e Social
SUPERVISÃO ÀS FAMILIAS DE APOIO	<p>Promover a partilha de experiências e dificuldades entre as diversas famílias de apoio</p> <p>Criar um sentido de pertença à equipa do CBNS</p> <p>Promover acções de sensibilização no âmbito das crianças e jovens</p>
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	<p>Trabalhar diversas temáticas das competências emocionais;</p> <p>Desenvolver o relacionamento interpessoal;</p> <p>Otimizar as capacidades e competências sociais e pessoais.</p>

REDE DE PARCEIROS

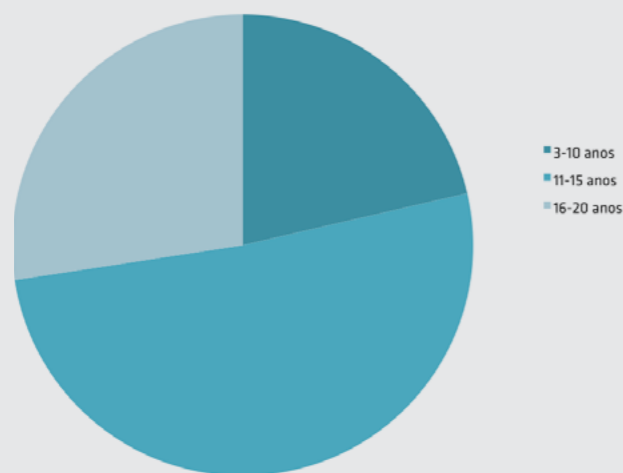
PARCEIROS	OBJECTIVOS	POPULAÇÃO-ALVO
IDT - INSTITUTO DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA	<p>Desenvolvimento de Formação de competências sociais para jovens</p> <p>Formação à equipa técnica do Programa "Eu e os Outros"</p>	Equipa Técnica, Equipa Educativa e Crianças/ Jovens
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PORTO	Desenvolvimento de Formação na Promoção da Saúde	Crianças e Jovens
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO	Auxílio no acompanhamento ao Estudo	Crianças e Jovens
CUATRECASAS	Apoio Jurídico	Crianças e Jovens
FUNDAÇÃO MONTEPIO	Desenvolvimento de Formação em Educação Financeira	Equipa Técnica, Equipa Educativa e Crianças/ Jovens
HOSPITAL S. JOÃO	Acompanhamento em intervenção sistémica e acompanhamento psiquiátrico	Famílias, Crianças e Jovens
MUNDO A SORRIR	Acompanhamento Médico Dentário	Crianças e Jovens
MDV - MOVIMENTO DEFESA DA VIDA	Apoio intensivo e individualizado a famílias de crianças/jovens desinstitucionalizados	Famílias
ANJAF - ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A ACÇÃO FAMILIAR	Desenvolvimento de Ações Temáticas	Equipa Técnica, Equipa Educativa e Crianças/ Jovens
CASA DA MÚSICA	Desenvolvimento do projeto: "A Casa Vai a Casa"	Equipa Técnica, Equipa Educativa e Crianças/ Jovens
DRAGON FORCE SOCIAL	Promover a integração social e desportiva das crianças e jovens, utilizando o futebol como impulsionador da inclusão social, inibindo os comportamentos de risco	Crianças/ Jovens
TRANSFORMERS	Desenvolvimento das atividades Ténis e Vídeo.	Crianças/ Jovens
ESCUTEIROS	Desenvolvimento das capacidades criativas;	Crianças/Jovens
	Desenvolvimento de competências pessoais e sociais	
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO CBNS	Arte marcial Hapkido que permite desenvolver o respeito ao próximo, autoconfiança e autocontrolo.	Crianças/Jovens
LIPOR	Desenvolvimento do projeto: "Alquimia da matéria orgânica"	Equipa Educativa e Crianças/Jovens
SMAS	Ocupar os tempos livres com prática desportiva (futebol), através da cedência do campo de futebol	Crianças/Jovens

A população alvo do Colégio do Barão de Nova Sintra pode ser caracterizada como uma população flutuante, já que está sujeita a constantes alterações, devido às admissões e saídas que ocorrem mediante a existência de vaga. Assim, e embora a capacidade do estabelecimento permita acolher mensalmente até 42 menores, ao longo do ano de 2012, estiveram acolhidas no Colégio do Barão de Nova Sintra um total de 47 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 3 e os 20 anos.

À semelhança do ano transato, constata-se que a faixa etária dos 11 aos 15 anos continua a ocupar a percentagem mais significativa na população, representando 51,0% da frequência de jovens, destacando-se igualmente os jovens com mais de 16 anos (27,7%). Com menos de 10 anos encontra-se 21,3% do total.

De facto, estes dados refletem a tendência que se vem a verificar nos últimos anos, em que a maioria dos pedidos de integração em acolhimento institucional é concernente a jovens com idade igual ou superior a 13 anos.

/1/ DISTRIBUIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO ALVO EM 2012



No início do ano de 2012, o CBNS contava com 39 crianças e jovens acolhidos. Ao longo do ano foram integrados oito novos casos de jovens com idade entre os 10 e os 15 anos, e a necessidade do acolhimento institucional deveu-se a variadas problemáticas, tais como negligência e falta de competências parentais dos progenitores, incumprimento do plano escolar e existência de problemas comportamentais e de aprendizagem, desemprego e precariedade económica, consumo de álcool, e, em três das situações, existia inclusive recurso a agressões físicas, como forma de punição e contenção comportamental.

Por sua vez, verificou-se a saída de 11 jovens da instituição, sendo que, em oito das situações, ocorreu a supressão dos pressupostos que conduziram à institucionalização e foi possível a reintegração dos menores em meio natural de vida junto da família nuclear. Dois jovens foram autonomizados (18 e 20 anos), e a situação

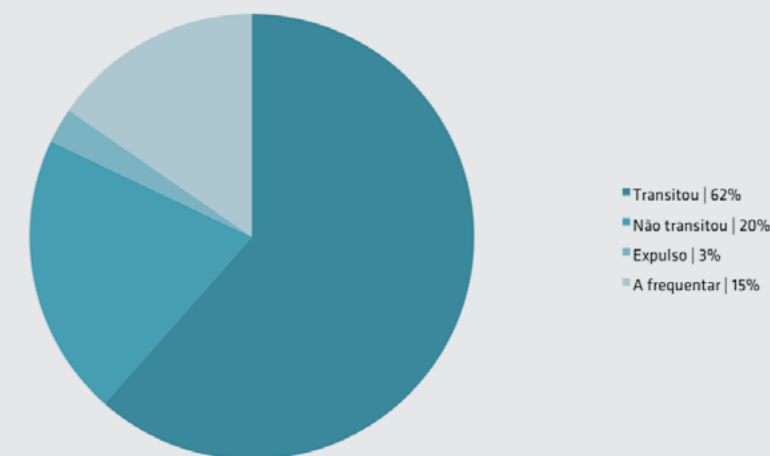
restante foi devida à colocação em comunidade terapêutica (16 anos), já que o menor vinha a manifestar graves problemas comportamentais em contexto institucional, consumos frequentes de substâncias psicoactivas, e não se encontrava a frequentar estabelecimento de ensino, devido à expulsão da escola.

Constata-se ainda no quadro seguinte que, em média, a frequência mensal do estabelecimento foi de 39 crianças e jovens. Na maioria dos meses as vagas não estiveram totalmente preenchidas, o que se deveu quer à falta de pedidos de admissão, por parte do Serviço de Gestão Centralizada de vagas da Segurança Social, quer ao facto de serem encaminhadas situações de jovens mais velhos com problemas acentuados ao nível de consumos de estupefacientes, manifestação de alguns comportamentos pré-delinquentes e instabilidade emocional e psicológica, às quais o CBNS considerou não ser a resposta mais indicada.

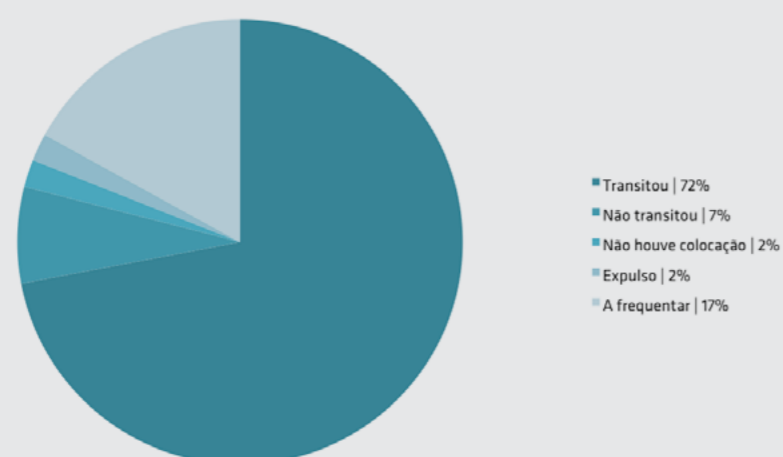
/2/ ADMISSÕES E SAÍDAS DE MENORES EM 2012

CAPACIDADE	ADMISSÕES	SAÍDAS	FREQUÊNCIA MENSAL (MÉDIA)
42	8	11	39
		AUTONOMIZAÇÃO - 2	
		REINTEGRAÇÃO FAMÍLIA NUCLEAR - 8	
		COLOCAÇÃO EM COMUNIDADE TERAPÉUTICA - 1	

/3/ RESULTADOS ESCOLARES 2012/2013



/4/ RESULTADOS ESCOLARES 2010/2011



Para o desenvolvimento da intervenção no Apartamento de Pré-Autonomização – Manuel Ramos, delinearam-se objectivos e princípios orientadores, considerados pertinentes e a serem desenvolvidos na dinamização do Apartamento e do Processo de Autonomização dos jovens. Consideramos os seguintes objectivos:

- Proporcionar aos jovens, tendo em conta a sua evolução e necessidades específicas, uma transição adequada para a vida social autónoma, através de um processo de formação e acompanhamento pessoal continuado.
- Promover a definição de um plano de autonomização para cada jovem sujeito a uma avaliação periódica pelo próprio e pelo técnico responsável.
- Prestar apoio na progressão escolar, na formação profissional, no acesso ao mercado normal de trabalho e à habitação.
- Mediar processos de autonomia de vida e de participação activa dos jovens, minimizando riscos de exclusão social.
- Desenvolver processos individuais de acompanhamento e de apoio a nível psicossocial, material, de informação e de inserção sócio-laboral;
- Dinamizar programas de formação específicos destinados ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais, escolares e profissionais dos jovens;
- Partilhar competências com outros serviços e promover domínios comuns de conhecimentos e de práticas com o objectivo de estabelecer uma intervenção articulada e integrada facilitadora da transição dos jovens para a vida adulta.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Participação activa do jovem como protagonista na definição do seu projecto de vida;

- Formação pessoal e social do jovem tendo em vista uma mudança de atitudes e comportamento e a aquisição de competências pessoais e sociais;
- Projecto personalizado para cada jovem com avaliações periódicas e sistemáticas efectuadas pelo e com o jovem e a equipa;
- Intervenção da equipa de forma individualizada e especializada;
- Envolvimento de um conjunto de parceiros (Educação-Centro de Formação Profissional, Instituto de Emprego, Habitação, Empresas, Segurança Social), de forma a constituírem uma rede de apoios ao jovem, não só durante a sua permanência no apartamento como após a sua efectiva autonomização.
- O acompanhamento deve processar-se em duas vertentes: em grupo e individualmente.

O Colégio do Barão de Nova Sintra continua, assim, a desenvolver o seu quadro de competências no apoio às crianças em risco, cumprindo a sua longa tradição de projeto pioneiro em Portugal.

4. AREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

4.1. O COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

De um ponto de vista global, no ano 2012, destaca-se a realização da obra de alargamento da educação pré-escolar, consubstanciada com a recuperação de todo o primeiro piso da ala nascente do edifício antigo, o acréscimo de alunos em todas as valências do Colégio, com um saldo final de mais 59 discentes, correspondente a cerca de 15,2% de incremento e, ainda, marcando os 513 anos da SCMP, a escolha do Colégio para a visita do Senhor Ministro da Educação e Ciência, Prof. Doutor Nuno Crato, no dia 16 de Março.

O Colégio dispõe de um conjunto de recursos humanos vasto, o que permitiu fazer uma variação de recursos humanos, no sentido da sua redução e aumento da sua capacidade e racionalização de meios.

/1/ PESSOAL OPERACIONAL

	2009	2010	2011	2012
EFFECTIVOS	34	33	29	29
CONTRATO A TERMO	1	1	1	2

/2/ PESSOAL DOCENTE

	2009	2010	2011	2012
EFFECTIVOS	15	19	26	27
CONTRATO A TERMO	21	17	7	6
PRESTADORES DE SERVIÇOS	12	12	13	15

O Colégio opera nas áreas da Educação e do Ensino, dividindo-se a sua intervenção por toda a área do ensino não superior: Creche, Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário. Ao longo de 2012, não se registaram mudanças ao nível dos setores de atuação. O ano letivo 2011/2012 concluiu-se com 388 alunos, frequentando no corrente 447 alunos, distribuídos conforme as seguintes tabelas:

/3/ ALUNOS POR VALÊNCIA

	2009	2010	2011	2012	2012
CRECHE	37	40	39	40	+2,6%
PRÉ-ESCOLAR	61	58	68	91	+33,8%
1º CICLO	93	81	90	107	+18,9%
2º E 3º CICLOS	149	161	147	159	+8,2%
SECUNDÁRIO	33	36	44	50	+13,6%
TOTAIS	373	376	388	447	+15,2%

/4/ INFANTIL - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NA CRECHE - inclui os meninos dos 4 aos 36 meses.

SALA	2009	2010	2011	2012
BERÇÁRIO	10	6	5	9
1 ANO	11	17	14	14
2 ANOS	16	20	20	17
TOTAIS	37	40	39	40

/5/ INFANTIL - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NO PRÉ-ESCOLAR - inclui os meninos dos 3 aos 5 anos.

SALA	2009	2010	2011	2012
3 ANOS	20	21	24	25
4 ANOS	16	18	22	24
5 ANOS	25	19	22	25
MISTA				17
TOTAIS	61	58	68	91

/6/ 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS - esta área inclui os quatro primeiros anos da escolaridade obrigatória.

	2009	2010	2011	2012
1º ANO	29	17	25	21
2º ANO	16	31	17	25
3º ANO	15	15	27	25
4º ANO	33	18	21	36
TOTAIS	93	81	90	107

/7/ 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS - inclui os anos de escolaridade compreendidos entre o 5.º e 9.º.

	2009	2010	2011	2012
5º ano	38	45	17	40
6º ano	40	36	44	18
7º ano	24	33	37	40
8º ano	29	19	28	35
9º ano	18	28	21	26
TOTAIS	149	161	147	159

/8/ ENSINO SECUNDÁRIO – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS - inclui os 10.º, 11.º e 12.º anos. O Colégio trabalha apenas com os cursos científico-humanísticos, aqueles predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos a nível superior.

SALA	2009	2010	2011	2012
10º ANO	9	18	18	15
11º ANO	12	7	18	18
12º ANO	12	11	8	17
TOTAIS	33	36	44	50

Dos quatro setores evidenciados, a creche voltou a atingir a sua lotação máxima e no pré-escolar, por autorização da Direção Regional de Educação do Norte, abriu uma quarta sala de atividades que inclui crianças de 3, 4 e 5 anos. Desta forma, a capacidade instalada do pré-escolar passou para 100 utentes, tendo subido a frequência para 91 crianças.

No que concerne ao 1.º ciclo, registou-se uma subida significativa (17 alunos), com especial relevância por não implicar a afetação de mais recursos, portanto a não criação de mais turmas. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, registou-se também um crescimento no número de alunos, mas aqui acompanhado da abertura de mais uma turma.

Realizaram-se provas de aferição no final do 1.º ciclo. O 6.º, 9.º, 11.º e 12.º anos também foram alvo da realização de provas finais e exames nacionais. De registar que, ao nível do ranking nacional das escolas secundárias, elaborado pelo Jornal de Notícias, o Colégio subiu uma posição.

	POSIÇÃO (NUM UNIVERSO DE 600 ESCOLAS)
2007	255
2008	234
2009	126
2010	62
2011	193
2012	192

Ao longo do ano 2012, o Colégio envolveu-se nos seguintes projetos:

- Testes Intermédios*, em parceria com o Gabinete de Investigação Educacional (GAVE) do Ministério da Educação, com vista à preparação dos alunos para os exames nacionais. Em complemento, o Colégio ampliou a aplicação das provas a todos os níveis de ensino desde o 2.º ano e a todas disciplinas sujeitas a avaliação externa;
- Dinamização da Biblioteca do Colégio* - após a sua inauguração em Novembro de 2009 e a transferência para o edifício José Luís Novaes em 2010, tem acolhido diversas iniciativas. No plano de atividades do corrente ano lectivo, já tivemos a visita do escritor infanto-juvenil José Vaz;
- Escola Virtual*, em parceria com a Porto Editora permite aos alunos e professores aceder a inúmeros conteúdos multimédia, diversificando as estratégias para a aprendizagem;
- Desporto Escolar*, fomenta a prática de atividades desportivas que entram em competição inter-escolas. Em 2012, o Colégio manteve as suas equipas de Ginástica Acrobática e de Xadrez e ampliou a sua participação ao futsal e basquetebol.
- Redemate, Redebio e Redefis*, competições promovidas pela Universidade de Aveiro, que consistem num jogo de Matemática, Biologia ou Física, realizadas em todo o país no mesmo dia. O Colégio é uma das escolas dinamizadoras desta atividade;
- Dia do Colégio*, dinamizado para toda a comunidade do Colégio. É um momento de identificação coletiva, para mostrar o trabalho realizado ao longo de todo o ano. Em 2012, coincidindo com o Dia da Criança, prolongou-se com um jantar organizado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação, no qual participaram várias centenas de pessoas da comunidade educativa;
- Momento Com(texto)*, em 2012 inserido no programa do dia do Colégio, apresenta-se como um projeto autónomo com objetivo de promover as letras, nas vertentes oral e escrita, seja portuguesa, inglesa, francesa, espanhola ou alemã;
- Dia da Recriação Histórica*, realizado no dia 13 de abril, fez o Colégio recuar aos anos 20. Alunos, professores, colaboradores e pais, vestidos com rigor, viveram um dia diferente e especial, num espaço também todo adaptado à época;
- Projeto Eco-Escolas*, um programa internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental;
- Dia da Atividade Física*, realizado no dia 23 de março, correspondeu a um dia de paragem das atividades letivas, e trouxe ao Colégio a demonstração de um grande conjunto de modalidades. Durante a tarde, os alunos foram surpreendidos com a presença do guarda-redes de futebol Helton;
- Plano Nacional da Leitura*, promovido pelo Ministério da Educação, com vista à promoção da Leitura;
- Feira do Livro*, em parceria com várias editoras, abriu o Colégio a toda a comunidade educativa;

- m) *Quadros de Honra e de Excelência*, visam distinguir os alunos pelo seu desempenho académico ou cívico;
- n) *Conversas Paralelas*, boletim produzido no Colégio;
- o) *Rádio “Esperança FM”*, emissões radiofónicas produzidas no Colégio;
- p) *Olimpíadas Portuguesas da Matemática*, promovidas pela Sociedade Portuguesa de Matemática;
- q) *Olimpíadas do Ambiente*, promovidas pela Universidade Católica Portuguesa;
- r) *Olimpíadas da Física*, promovidas pela Sociedade Portuguesa da Física;
- s) *Comunhões*, celebração da Primeira Comunhão e da Profissão, na Igreja do Colégio.
- t) *Encontro Nacional dos Alunos de Educação Moral e Religiosa Católica*, participação no evento que juntou milhares de jovens de todo o país.

O ano de 2012 ficou marcado pela execução do programa de alargamento da educação pré-escolar, aprovado e apoiado pela Direção Regional de Educação. Este programa consistiu na recuperação de todo o 1.º piso da ala nascente do edifício antigo, em tempos alugado à Universidade Portucalense. A intervenção consistiu na criação de novas salas de atividades modernas e bem equipadas. O espaço ficou dotado de sete salas, novo refeitório, uma sala de receção e entrega de crianças, uma bateria de instalações sanitárias para as crianças e adultos e a criação de acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida. Manteve-se a utilização dos edifícios da ex-escola Carlos Cal Brandão e manteve-se e incrementou-se a utilização das novas tecnologias, ao serviço dos colaboradores (portal do colaborador) ao nível do trabalho pedagógico (plataforma de gestão pedagógica e escolar) e ao nível dos alunos (portal do aluno).

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança visam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos. Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.

Ao nível dos recursos humanos, o Colégio não registou alterações significativas no número de colaboradores. A reorganização espacial de alguns sectores, efetuada em 2010, permitiu que o crescimento do número de alunos, não tivesse que ser acompanhado pela contratação de mais pessoal. É, contudo, de referir que a ocupação de mais salas, das novas instalações da educação pré-escolar, vai permitir ao Colégio dar novas respostas numa zona da cidade do Porto, onde faltam as crianças e os jovens e os equipamentos públicos estão a fechar.

Ainda assim, é importante manter a perspetiva de, com os mesmos recursos, servir mais alunos até porque, no início do ano letivo de 2013/2014, o Colégio irá receber alunos de outros equipamentos públicos.

O Colégio leciona, atualmente, todo o espectro do ensino não superior. Em 2012, o Colégio conseguiu autorização da tutela para ministrar o curso científico-humanístico de Artes Visuais.

Os projetos em que o Colégio se insere visam promover a imagem do estabelecimento e a sua área de atuação

como a promoção de projetos como o Eco-Escolas, o *Redemate*, em parceria com a Universidade de Aveiro e consequente receção de alunos de outras escolas, o Dia do Colégio, aberto à comunidade exterior, a participação no *Desporto Escolar*, envolvendo-se em torneios inter-escolas, ou a dinamização do jornal “*Conversas Paralelas*”, procuram a divulgação do nosso nome e trabalho.

Para finalizar, a preocupação da Mesa Administrativa foi claramente privilegiar o investimento efetuado nas instalações, primeiro em 2010 e, agora, em 2012, assim como em equipamento, seguindo a mesma perspetiva de modernização e dotação de condições para crescer.

É importante em 2013 concluir o plano previsto de requalificação e reestruturação dos espaços físicos, nomeadamente no rés-do-chão da ala nascente do edifício antigo, a recuperação dos espaços de recreio exteriores, a instalação de aquecimento central no edifício da antiga escola Carlos Cal Brandão e criação de um auditório.

No final deste mandato, estamos convictos que o Colégio de Nossa Senhora da Esperança deixará ser uma unidade com défices de funcionamento tradicionais para evoluir numa unidade operacional que liberta meios e assegura a sua sustentabilidade financeira, permitindo dar resposta a muitos jovens desta região.

5. A AREA OPERACIONAL DO ENSINO ESPECIAL

5.1. O CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA (CIAD) - Instituto S. Manuel e Instituto Araujo Porto O CENTRO PROFESSOR ALBUQUERQUE E CASTRO

O Centro Integrado de Apoio à Deficiência resulta da fusão de duas escolas especiais centenárias da cidade do Porto. Ambas (Instituto Araújo Porto e Instituto S. Manuel), dedicadas ao ensino de uma população surda e cega, respetivamente, funcionavam numa lógica asilar, fechadas dentro do seu próprio meio, físico e pedagógico.

O CIAD, enquanto estrutura dali resultante, herdou lógicas e mecanismos que, com o processo de qualificação são, de modo sistemático, colocadas em causa. Assim, a relação com a comunidade, claramente um aspeto menos trabalhado devido à estrutura CIAD ser quase que autossuficiente a nível de recursos e respostas, tem sido, nos últimos anos, alvo de uma profunda revisão.

Nesse sentido, a Mesa deliberou suspender a execução do Lar Pacheco de Almada para multideficientes, sem a conclusão deste processo de reestruturação.

O CIAD entende as parcerias e os seus parceiros como agentes ativos e fulcrais no seu projeto de intervenção. Neste sentido, e de modo crescente, tem-se aberto à comunidade, facilitando diferentes tipos de visitas e expondo o *know-how* adquirido, particularmente no que ao Braille diz respeito, bem como, ativamente, tem incluído atividades fundamentais em Plano Individual, recorrendo a espaços e parceiros comunitários.

2012 foi um ano importante a nível da abertura crescente a novos parceiros e desafios, sendo iniciada uma parceria internacional com a organização *Blind Eye* do Egipto, permitindo um intercâmbio de técnicos e clientes.

Indubitavelmente que o CIAD considera que o aumento das oportunidades de envolvimento dos clientes na comunidade se assume como um benefício para a intervenção, pois, desta forma, para além de responder positivamente às necessidades e expectativas dos seus clientes, assim como dos significativos e *stakeholders*, acrescentado valor à sua dinâmica de Intervenção, otimiza recursos, rentabilizando o melhor que os *outros* na comunidade conseguem desenvolver.

INDICADORES	STATUS	REALIZADO (MÉDIA)	STATUS
Nº DE PARCEIROS	20	22	●
Nº DE NOVOS PARCEIROS	5	7	●
Nº DE PARCERIAS	25	31	●
Nº DE NOVAS PARCERIAS	6	9	●
Nº DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS	-	11	-
Nº DE PARCERIAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-	20	-
Nº DE CLIENTES ENVOLVIDOS EM PARCERIAS	-	302	-
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARCEIROS	-	86,96%	-
TAXA DE CLIENTES ENVOLVIDOS EM PARCERIAS	-	100%	-
TOTAL DE CLIENTES (CAO + LA + EE + FP)	-	67	-

Com uma periodicidade bianual, o CIAD tem sido responsável pelo encontro científico em torno da educação e intervenção na área da deficiência e incapacidade.

Em Novembro de 2012, com o objetivo de dar continuidade à promoção de espaços de reflexão e partilha de saberes, acerca da prática inclusiva, o CIAD convidou destacados elementos da sociedade civil e académica para contribuírem com o seu *know-how*, das quais destacamos: o Doutor Laborinho Lúcio – Juiz Jubilado e Ex-Ministro da Justiça do XI e XII Governo Constitucional, a Doutora Pilar Fontao, da Universidade de Vigo (Espanha), a Doutora Teresa Costa Macedo, da Confederação Nacional das Associações de Família, o Doutor Essmat Nasar, da Universidade do Cairo, e o Doutor Miguel Zabalza, da Universidade de Santiago de Compostela.

A nível interno, projetos como este, em que são dadas condições especiais de frequência aos colaboradores do CIAD, têm-se revelado fundamentais para uma participação mais ativa, bem como para uma problematização adicional de modos de atuação, auxiliando uma quebra com cristalizações metodológicas que, por vezes, se encontram implantadas.

Complementarmente, e atendendo à edição do respetivo de Livro de Atas, consegue-se um efeito multiplicador que é devolvido à comunidade em geral.

Num ano de implementação de todo um conjunto de metodologias resultantes do processo de qualificação iniciado pelo Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD), inevitável se torna equacionar o modelo de reestruturação do CIAD adaptando-o aos novos tempos.

A área da deficiência e da incapacidade tem sido, por força das circunstâncias e necessidades, uma área social dinâmica, no sentido de encontrar soluções estruturadas e integradas que minimizem os efeitos e impactos dessas mesmas deficiências e/ou incapacidades.

Nos últimos anos, a preocupação das políticas sociais, na área das pessoas com deficiências e incapacidades, conduziu a uma maior oferta de serviços de apoio, que viabilizam a sua integração social e profissional, bem como a criação de soluções de complementaridade ou de alternativa à situação familiar que têm contribuído, efetivamente, para a sua autonomia, valorização pessoal e desenvolvimento das suas capacidades e potenciais.

A Misericórdia do Porto, enquanto instituição centenária de apoio social, com tradição de mais de cento e vinte cinco anos no trabalho direto com pessoas com deficiências e incapacidades, tem estado atenta a esta realidade complexa.

Para esta população, com significativas limitações da atividade e restrições na participação, decorrentes de alterações nas estruturas e funções, cuja integração socioprofissional no mercado regular de emprego ou em centros de emprego protegidos se encontra condicionado, mas que evidenciam potencial para uma integração social ativa, tem vindo a desenvolver respostas adequadas à diversidade e especificidade das suas necessidades e do seu desenvolvimento, materializando-se nas seguintes:

- O *Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)*, resposta social para clientes com idade superior a 16 anos, cujo objetivo principal passa por promover e disponibilizar condições que contribuam para uma vida com qualidade, através do desempenho de Atividades socialmente úteis que proporcionem a valorização pessoal e o máximo de aproveitamento das capacidades e potenciais da pessoa no sentido da sua autonomia. No CAO realizam-se

também atividades estritamente ocupacionais que visam manter a pessoa ativa e interessada, favorecendo o seu equilíbrio e bem-estar físico, emocional e social.

- O *Lar de Apoio*, resposta social que disponibiliza alojamento e apoio residencial permanente ou temporário a jovens com deficiência, promovendo condições de vida e de ocupação que propiciem o bem-estar e qualidade de vida, tendo sempre como princípio a adequação às necessidades e características de cada indivíduo. Esta resposta visa também implementar estratégias para aumentar a auto-estima, autonomia pessoal e social, retirando o máximo partido das suas potencialidades.
- *Escola Ensino Especial*, apoia um grupo de crianças em idade escolar com multideficiência, cujo objetivo passa por desenvolver competências académicas e funcionais, no âmbito da escolaridade obrigatória, segundo os planos educativos individualizados.
- *Formação Profissional*, referente ao Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), eixo 6.2 – Qualificação de pessoas com deficiência ou incapacidade, tendo, como objetivo fundamental, a promoção da autonomia social, pessoal e laboral para uma integração socioprofissional das pessoas com deficiência.
- *Centro Professor Albuquerque e Castro*, tem como objetivo a produção de livros, publicações e outros materiais em Braille e tornar acessível a informação, a cultura e a literacia às pessoas cegas.

Todas estas respostas, socialmente úteis, foram desenvolvidas num contexto em que o paradigma assistencialista era vigente. Na última década, contudo, tem-se assistido a uma operacionalização crescente de um modelo de intervenção mais integrado e competitivo, onde as dinâmicas iniciais de cariz assistencialista dão lugar a uma intervenção mais profissionalizada.

Ciente da necessidade de alterações a nível da filosofia de intervenção, com as respetivas transformações nas dinâmicas institucionais, o CIAD colocou a Certificação da Qualidade como um objetivo prioritário. A implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade, enquanto objetivo de melhoria, tem conferido capacidade crítica e proatividade à atuação da instituição, orientada para uma melhoria generalizada do desempenho das pessoas e dos processos.

O ano que ora termina foi palco de um conjunto significativo de alterações relativas a novas formas de comunicação, quer interna (com o reforço da identidade PRISMA, enquanto projeto comunicacional aglutinador de um processo de qualificação para todos os agentes ativos do CIAD, bem como de novos modos de distribuição de informação que implicaram uma proatividade por parte dos colaboradores, clientes e *stakeholders*, remetendo-os para informações distribuídas, complementarmente, em formato físico e em formato digital), quer externa (o recurso aos emails institucionais foram reforçados, criaram-se plataformas centralizadas para a recolha de informação diversa no exterior – auscultação de informações/opiniões, disponibilizaram-se na página web institucional novos instrumentos de consulta como o Catálogo de Publicações do *Centro Professor Albuquerque e Castro*, criou-se e disseminou-se a Agenda 2013 do CIAD como instrumento comunicacional, reestruturou-se profundamente o principal produto deste centro – as revistas Poliedro e Rosa dos Ventos).

Como resultado, fortaleceu-se a imagem institucional reveladora de um crescente cuidado com a qualidade e uma focalização no cliente final. Este trabalho comunicacional permitiu, ainda, uma mais eficiente transmissão dos valores e princípios orientadores relativos ao CIAD e à gestão da qualidade, fomentando uma coesão institucional em torno de um objetivo cada vez mais abrangente.

INDICADORES DE ACTIVIDADE

/1/ QUADRO SÍNTESE

INDICADORES	REALIZADO
TOTAL DE CLIENTES	712
Nº DE CLIENTES EEE	5
Nº DE CLIENTES CAO	30
Nº DE CLIENTES LA	27
Nº DE CLIENTES CPAC (REVISTAS)	650
TOTAL DE COLABORADORES	60
ÍNDICE GLOBAL DE SATISFAÇÃO	89,40%
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COLABORADORES	76,18%
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO CLIENTES	95%
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO FAMÍLIAS/ SIGNIFICATIVOS	99,48%
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE STAKEHOLDERS	86,96%
TIPOLOGIAS DE RESPONSABILIDADES SOCIAL	3
Nº DE DESTINATÁRIOS DAS ACÇÕES DE RS	12
TOTAL DE PARCERIAS	31
N.º DE PARCEIROS	22
Nº DE CLIENTES ENVOLVIDOS NAS PARCERIAS	302
TAXA DE CLIENTES ENVOLVIDOS NAS PARCERIAS	100%
TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO	80%
VOLUME DE FORMAÇÃO REALIZADO	624
Nº DE COLABORADORES ENVOLVIDOS NA FORMAÇÃO	55
Nº DE HORAS DE FORMAÇÃO/ COLABORADOR	11,3H
TOTAL DE RECLAMAÇÕES	1
Nº DE RECLAMAÇÕES COM FUNDAMENTO	1
Nº DE AÇÕES CORRETIVAS/ MELHORIA	1
TOTAL DE SUGESTÕES	3
Nº DE SUGESTÕES COM FUNDAMENTO	2
N.º AÇÕES DE CORRETIVAS/ MELHORIA	2
N.º DE PROJETOS DE INOVAÇÃO DECORRENTES DAS NECESSIDADES DE CLIENTES	2
TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE MELHORIA (PDQ)	76,36%
TAXA DE SUCESSO DO PLANO DE ATIVIDADES	65%

/2/ ESCOLA ESPECIAL

INDICADORES	META	REALIZADO (MÉDIA)	STATUS
N.º DE ALUNOS	5	4,63	●
N.º DE ALUNOS COM PEI	5	5	●
N.º DE ALUNOS COM CEI	5	5	●
N.º DE CLIENTES COM CONTINUIDADE INTERNA	5	4	●
N.º DE CLIENTES ENCAMINHADOS PARA A COMUNIDADE	-	1	-
N.º DE CLIENTES SEM RESPOSTA INTERNA/ COMUNIDADE	0	0	●
TERAPIA OCUPACIONAL (N.º DE HORAS)	-	60h	-

/3/ CAO

INDICADORES	META	REALIZADO (MÉDIA)	STATUS
N.º DE CLIENTES	30	30	●
N.º DE CANDIDATOS ENCAMINHADOS PARA A COMUNIDADE	-	2	--
N.º TOTAL DE CANDIDATOS SAÍDOS	-	2	--
N.º CANDIDATOS ADMISSÍVEIS	-	2	--
N.º DE RESCISÃO DE CONTRATOS	0	0	●
N.º DE CONTRATOS ESTABELECIDOS	-	2	--
N.º DE CANDIDATOS EM LISTA DE ESPERA (31/12/2013)	-	3	--
N.º TOTAL DE NOVAS ADMISSÕES	-	2	--
N.º DE CLIENTES COM PI	30	26	●
ATIVIDADES EXECUTADAS TRABALHOS MANUAIS	-	504h	--
ATIVIDADES EXECUTADAS EXPRESSÃO PLÁSTICA	-	420h	--
ATIVIDADES EXECUTADAS ATIVIDADES MANUAIS	-	504h	--
ATIVIDADES EXECUTADAS CULINÁRIA	-	102h	--
TERAPIA OCUPACIONAL	-	136h	--
ATIVIDADES NA COMUNIDADE	-	57h	--
FISIOTERAPIA	-	80h	●
ATIVIDADES DO PLANO DE EFEMÉRIDES	-	27h	●
TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE EFEMÉRIDES	-	91%	--

/4/LAR DE APOIO

INDICADORES	META	REALIZADO (MÉDIA)	STATUS
N.º DE CLIENTES	30	27	●
N.º DE CANDIDATOS ENCAMINHADOS PARA A COMUNIDADE	--	8	●
N.º TOTAL DE CANDIDATOS SAÍDOS	--	8	--
N.º CANDIDATOS ADMISSÍVEIS	--	2	--
N.º DE RESCISÃO DE CONTRATOS	0	0	●
N.º DE CONTRATOS ESTABELECIDOS	--	2	●
N.º DE CANDIDATOS EM LISTA DE ESPERA	--	0	--
N.º TOTAL DE NOVAS ADMISSÕES	--	2	--
N.º DE CLIENTES COM PI	24	20	●
ATIVIDADES NA COMUNIDADE	--	10h	--
PSICOLOGIA	--	0	●
ATIVIDADES DO PLANO DE EFEMÉRIDES	--	15h	--
TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE EFEMÉRIDES	--	100%	●

/5/ FORMAÇÃO PROFISSIONAL

INDICADORES	META	REALIZADO (MÉDIA)	STATUS
N.º DE CLIENTES (JARDINAGEM)	8	7	●
N.º HORAS FORMAÇÃO	-	1194	--
N.º CLIENTES COM PI	6	4	●
N.º HORAS FCT	-	258	--
N.º DE CLIENTES (ATIVIDADES DE VIDA HOTELEIRA)	8	8	●
N.º HORAS FORMAÇÃO	-	30	--

/6/ IMPRENSA BRAILLE

INDICADORES	META	REALIZADO	STATUS
TOTAL DE CLIENTES	-	650	-
Nº DE OBRAS PRODUZIDAS	-	363	-
Nº DE VOLUMES PRODUZIDOS	-	1336	-
Nº DE EDIÇÕES (POLIEDRO)	-	11	-
Nº DE EXEMPLARES (POLIEDRO)	-	3430	-
Nº DE EDIÇÕES (ROSA DOS VENTOS)	-	11	-
Nº DE EXEMPLARES (ROSA DOS VENTOS)	-	3070	-
Nº DE EXEMPLARES MÉDIO MENSAL (POLIEDRO)	-	343	-
Nº DE EXEMPLARES MÉDIO MENSAL (ROSA DOS VENTOS)	-	307	-
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES	-	90,77%	-

6. ÁREA OPERACIONAL DOS PROJECTOS ESPECIAIS

6.1. ESTABELECIMENTO PRISIONAL ESPECIAL DE SANTA CRUZ DO BISPO

A Santa Casa da Misericórdia do Porto completou oito anos de permanência na gestão do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo numa parceria com o Estado Português, através do Ministério da Justiça. Durante estes anos, foi desenvolvido, interna e externamente, em prole das reclusas, um trabalho que as instâncias superiores reconhecem como de qualidade e inovador no sistema prisional e que, comparativamente com outros estabelecimentos do género, os custos conseguem ser ainda mais reduzidos.

Em sede de auditoria feita pelos Serviços Prisionais, a pedido da Sra. Ministra da Justiça, foram feitas, entre outras, as seguintes referências: (...) «Quando comparados os níveis de qualidade das respostas apresentadas pela parceria com os de um estabelecimento prisional destinado a população reclusa feminina que segue o modelo de gestão tradicional, são notórias as mais-valias do modelo de co-gestão, designadamente nas áreas da organização dos processos de trabalho, da quantidade e diversidade de respostas integradas; Resulta, por fim, que a qualidade do serviço prestado, impar no atual contexto do sistema prisional, apresenta-se como uma boa prática, cuja replicação noutros estabelecimentos prisionais poderia colher as mais-valias avaliadas nesta parceria.»

Imbuídos deste espírito, a equipa da Santa Casa da Misericórdia do Porto continuará a trabalhar, dignificando, dessa forma, a mais valia desta singular parceria e tentando com que às reclusas lhes seja incutido um sentido de responsabilidade de molde a, um dia em liberdade, melhor possam organizar as suas vidas, devidamente inseridas em programas de reinserção social e plenamente integradas na sociedade.

6.2. O PROGRAMA CHAVE DE AFECTOS

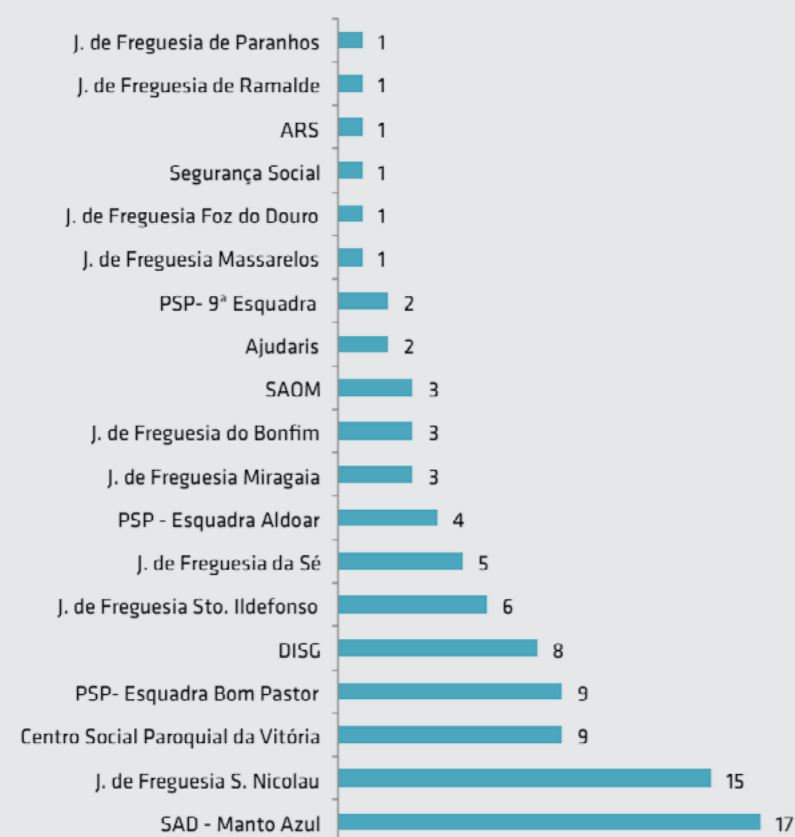
Ciente da situação de crise económica e social que Portugal vive, a Mesa Administrativa manteve e lançou novos programas de apoio social, quer a idosos, quer a famílias carenciadas ou aos sem-abrigo.

O Programa CHAVE de AFECTOS visa prestar apoio à população idosa da cidade do Porto, em situação de isolamento e solidão, ajudando a suprir as consequências do isolamento como forma de segregação social, tentando evitar ou retardar a institucionalização, permitindo que o idoso se mantenha no seu domicílio com maior segurança e conforto.

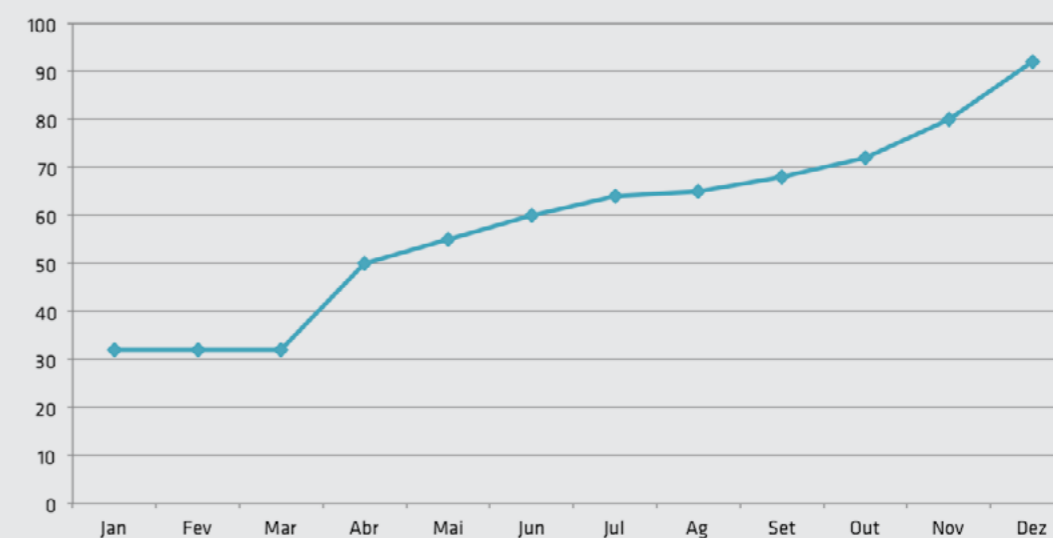
É um programa que assenta num triângulo, envolvendo a teleassistência: emergências, voz amiga, aviso de consulta, aviso de toma da medicação, o voluntariado: convívio, eventos, diligências e atividades no exterior, suprir necessidades sentidas e PSP- Polícia de Segurança Pública.

Se no final do ano de 2011 existiam só 3 entidades parceiras do projeto, ao longo do ano 2012, sinalizaram-se 16 novas parcerias com diferentes entidades, atingindo o projeto no final do ano, o número total de 19 parceiros (Montepio, Associação Coração Amarelo, PSP-Comando Metropolitano do Porto, Helpphone, ARS, Juntas de Freguesia (S. Nicolau, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, Bonfim, Massarelos, Ramalde, Paranhos), Centro Social Paroquial N. S. da Vitória, Centro Social de Miragaia, Centro Social das Antas, SAOM, Ajudaris, G.A.S.Porto.)

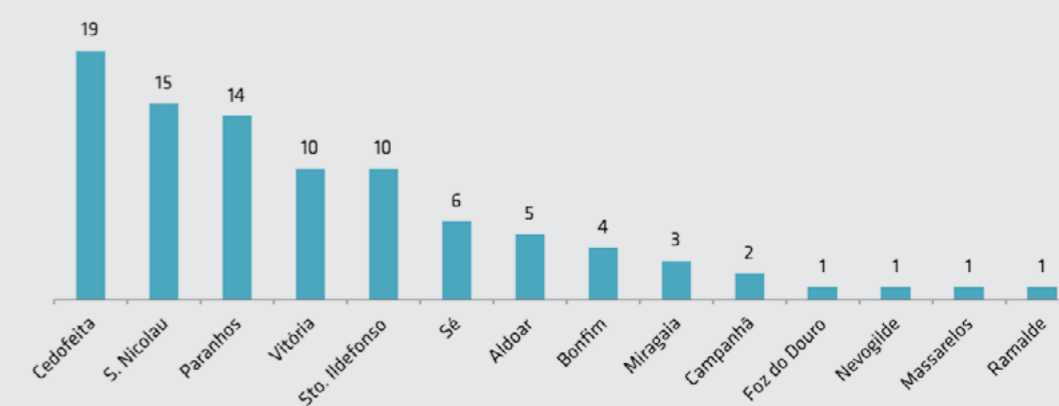
/1/ PARCERIAS SINALIZADORAS DE CASOS | N° DE CASOS SINALIZADOS



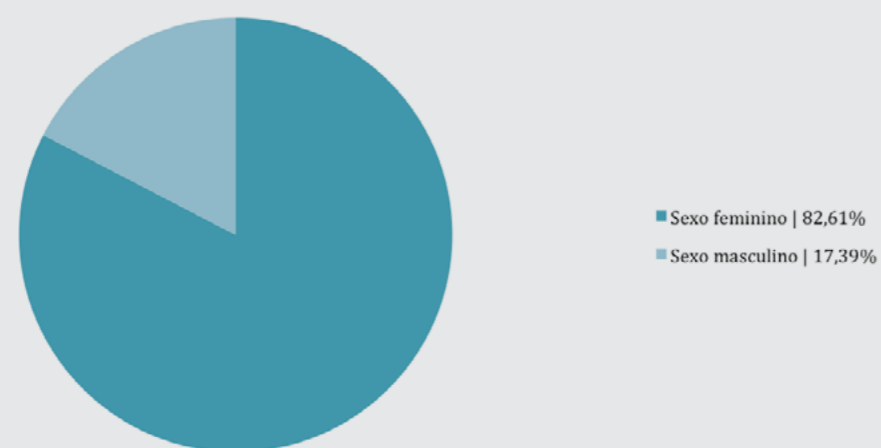
/2/ NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA CHAVE DE AFECTOS (Ao longo do ano verificou-se um aumento gradual do número de beneficiários do programa.)



/3/ BENEFICIÁRIOS POR FREGUESIA

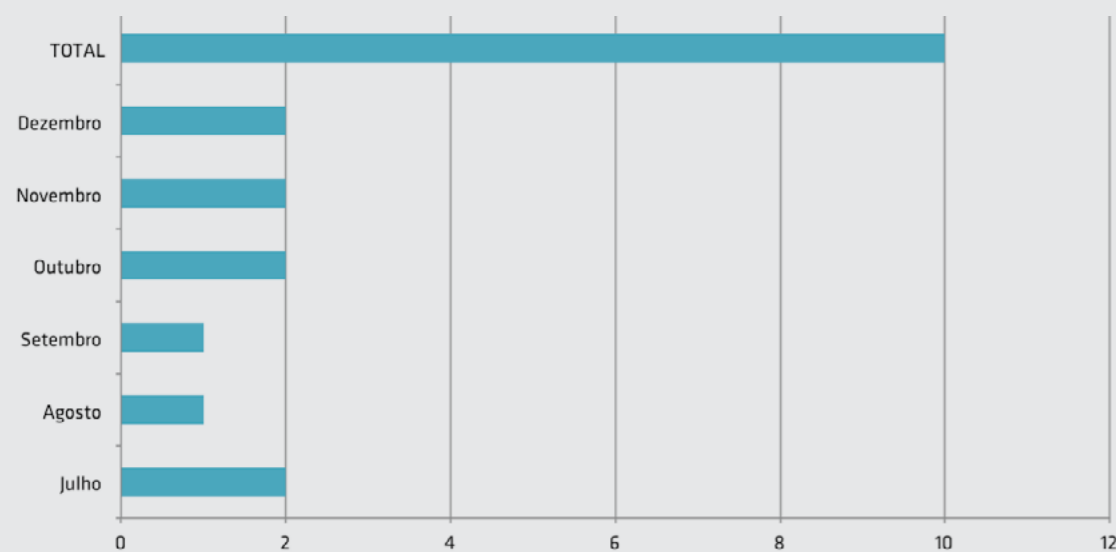


/4/ BENEFICIÁRIOS POR GÉNERO (A média de idades dos beneficiários do programa é 82 anos e a média de rendimentos é de € 384,00, sendo que a maioria são do sexo feminino, conforme o quadro seguinte.)



/4/ UTENTES SAD - MANTO AZUL COM SERVIÇO DE TELEASSISTÊNCIA (Inseridos nos 92 beneficiários do programa, estão 7 idosos que têm o serviço de teleassistência, juntamente com outros serviços de apoio domiciliário.)

/5/ NÚMERO DE CASOS SUSTENTÁVEIS



/6/ DISTRIBUIÇÃO DE CASOS POR FREGUESIA:

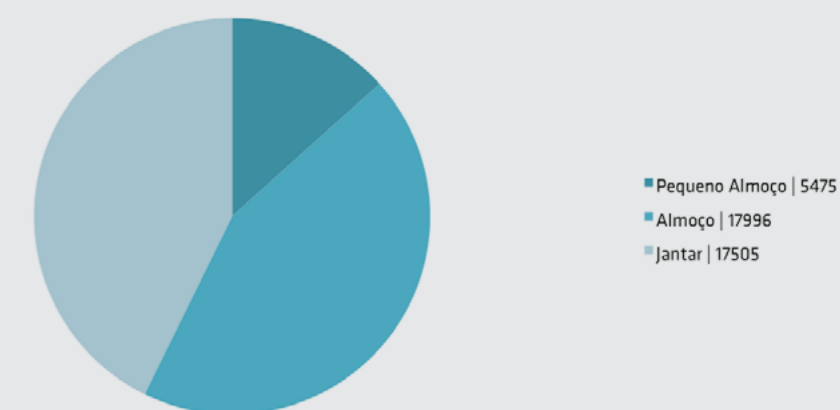
- Em Paranhos - 6 casos, com 5 sinalizações da PSP – Esquadra do Bom Pastor e 1 um caso que recorreu ao atendimento à comunidade do DISG.
- Em Cedofeita - 2 casos resultantes do atendimento do DISG.
- Em Nevogilde - 1 caso sinalizado pela PSP – Esquadra de Aldoar.
- Sto. Ildefonso - 1 caso sinalizado pela Associação Ajudaris.

6.3 . PROGRAMA SOPA DA NOITE

A Mesa Administrativa manteve o programa SOPA da Noite, criado em 2008, o qual serviu de fonte inspiradora para outros programas governamentais como as cantinas sociais.

No âmbito da Casa da Rua D. Lopo de Almeida, a distribuição anual de refeições servidas na Comunidade de Inserção, durante 2012, permite obter números do apoio diário da Santa Casa a estas populações desprotegidas. Foram servidos pequenos-almoços 5 475 (média diária - 15); almoços 17 996 (média diária - 49); Jantares 17 505 (média diária - 48 refeições). Relativamente ao jantar, salienta-se a Ceia de Natal, onde estiveram presentes cerca de 60 pessoas, e a Ceia de Ano Novo, com 95 pessoas.

/1/ REFEIÇÕES



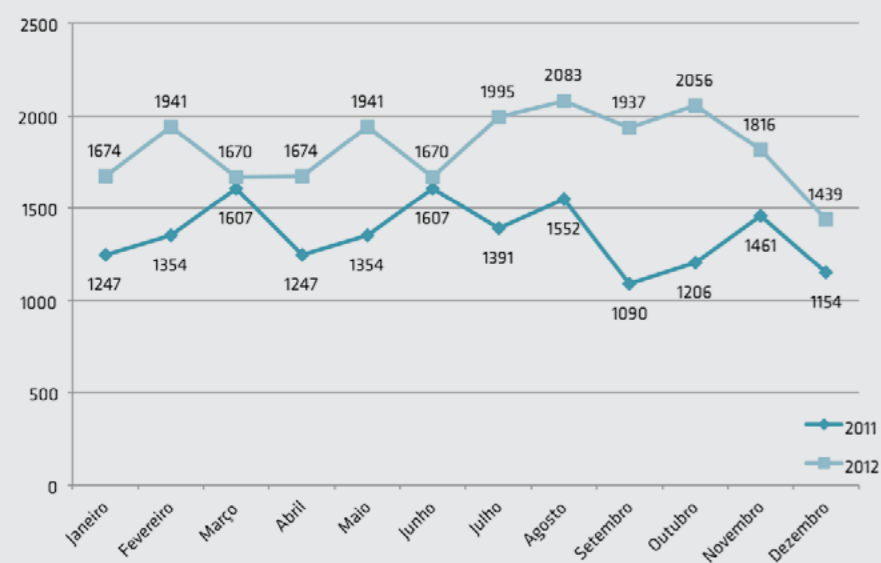
No âmbito estrito do Programa Sopa da Noite, em 2012, foram registadas 21 896 entradas de pessoas para usufruírem deste serviço, mais 5 626 entradas que no ano transato.

Comparando os dados recolhidos das entrevistas realizadas em 2012 com as de 2009, é possível dizer que as conclusões são semelhantes. Os utentes são maioritariamente do sexo masculino, vivem sós em quarto de pensão, residem na cidade do Porto, desempregados de longa duração, com problemas de saúde associados, beneficiários do RSI, com família mas sem contacto regular e sem grandes expectativas de vida.

A única diferença é nas idades, uma vez que em 2011 a idade mais baixa era de 12 anos e a mais alta de 61 e, em 2012, a mais baixa é de 19 e a mais alta é de 66 anos.

Salienta-se o facto da maior parte dos inquiridos usufruir do Programa Sopa da Noite há mais de 2 anos.

/1/BIÉNIO 2011/2012

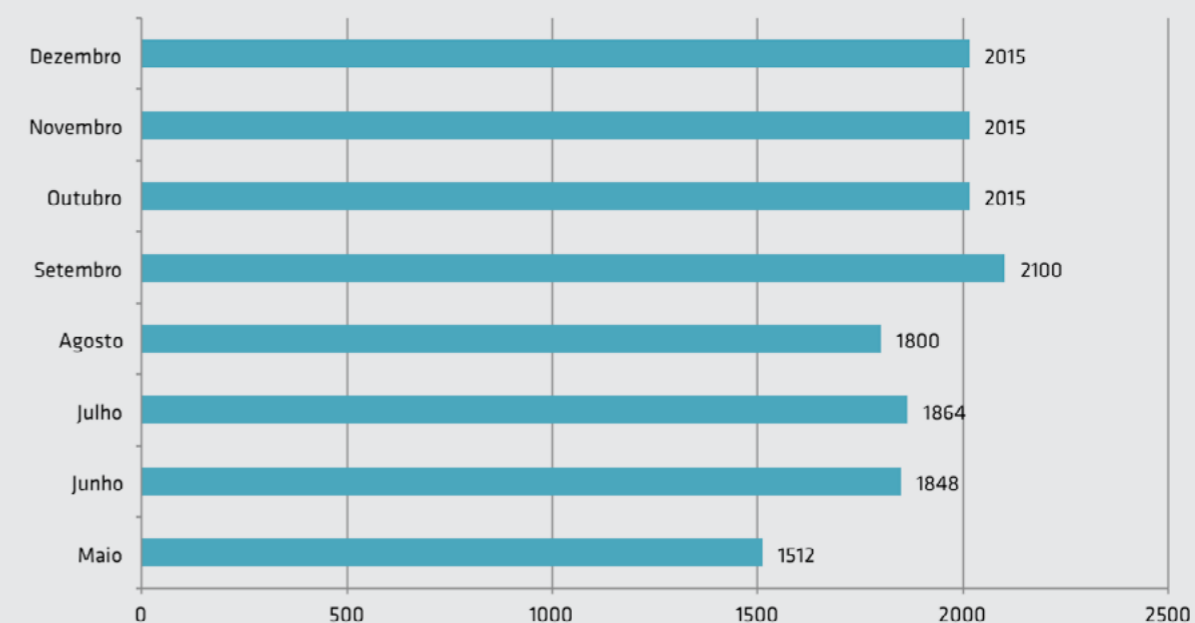


6.4. PROGRAMA CANTINAS SOCIAIS

Em 20 de Abril de 2012, foi assinado entre o Instituto de Segurança Social, I.P. /Centro Distrital do Porto e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, o protocolo no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais, para o Programa de Emergência Alimentar com o número de 65 refeições diárias.

Os beneficiários deste projeto puderam optar entre fazer as refeições na cantina da Instituição ou levar as refeições para o domicílio.

/1/CANTINA SOCIAL 2012



De Maio a Dezembro, foram servidas 15 169 refeições e, após 6 meses de funcionamento, (outubro) foi feita uma caracterização dos utentes deste serviço e uma avaliação do mesmo.

Destacando-se as seguintes conclusões:

1. São maioritariamente indivíduos do sexo masculino, solteiros, em condição de desemprego, com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos;
2. 95% dos utentes reside na Área Metropolitana do Porto;

3. São portadores de diversas patologias (depressão, esgotamento, doenças psiquiátricas);
4. Têm como fonte de rendimento o Rendimento Social de Inserção (RSI);.

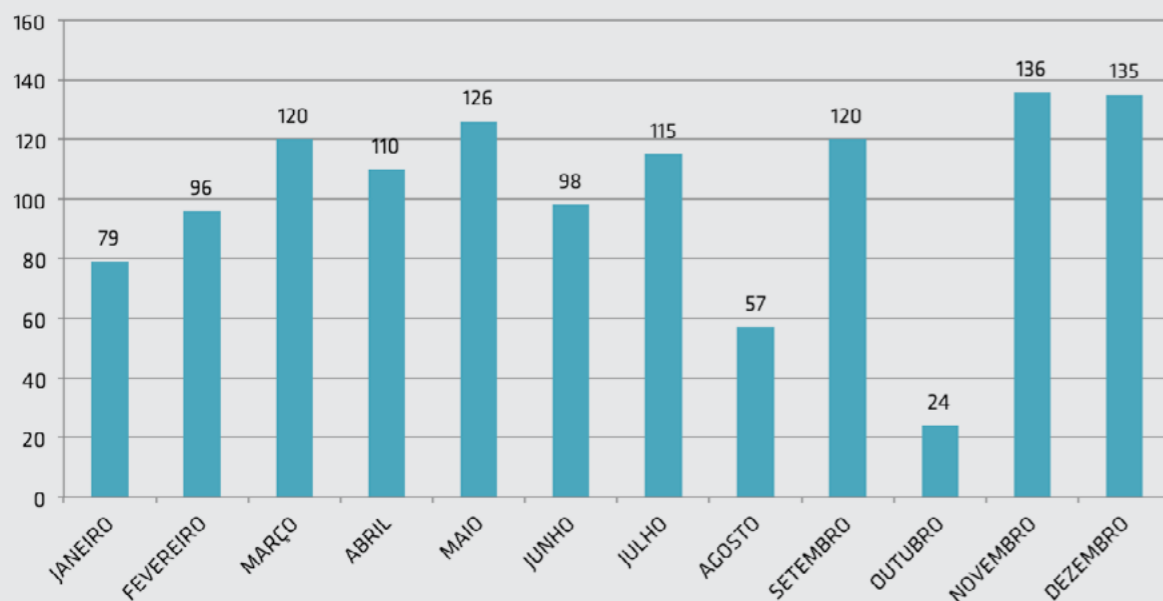
A população alvo deste serviço, na altura da caracterização, era constituída por 9 agregados familiares (cuja constituição variava entre os 2 e os 5 elementos) com menores; 6 mulheres (1 grávida de 5 meses) e 8 homens isolados. Dos beneficiários, 10 faziam as refeições na cantina da CR-DLA e 24 optaram por levar as refeições para o domicílio.

6.5. BANCO DO MEDICAMENTO

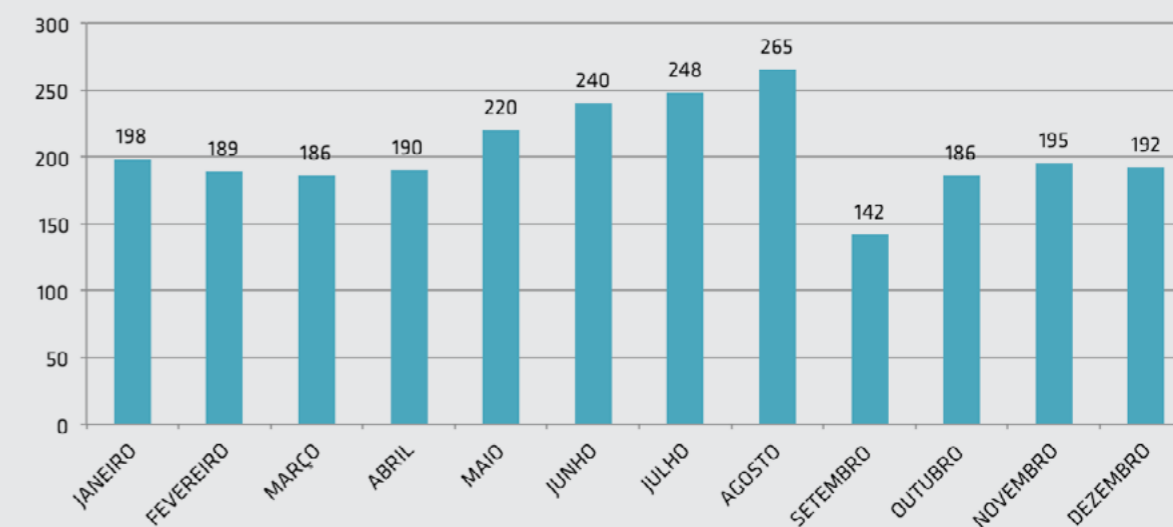
Em Dezembro de 2012, começou a funcionar a parte técnico administrativa do Banco do Medicamento, no Centro Hospitalar Conde de Ferreira, o qual se insere no Programa de Emergência Social, e que visa potenciar a oferta de medicamentos a pessoas carenciadas. É um projeto novo cujo impacto, no ano que ora se avalia, ainda é reduzido.

6.6. OUTROS SERVIÇOS

/1/ LAVANDARIA (Comparativamente ao ano de 2011, em 2012, verificou-se um aumento da utilização deste serviço da CR-DLA, mais 400 utilizações, que no ano transato. No ano de 2012, a lavandaria foi utilizada 1 216 vezes, o que resulta numa média semanal de 23 a 24 utentes.)



/2/ BALNEÁRIOS (É de referir que, diariamente, recorreram aos balneários da CR-DLA em média, dependendo da altura do ano, 8 a 9 pessoas para fazerem a sua higiene pessoal.)



6.7. PROGRAMA BANCO DO VESTUÁRIO

O Banco de Vestuário da Misericórdia do Porto procura dar uma resposta social a famílias e pessoas carenciadas de vestuário e calçado e manteve, ao longo do ano, a garantia de satisfação da maior parte das necessidades relativas às solicitações feitas com os artigos rececionados nos seguintes pontos de recolha:

- Centro Hospitalar Conde de Ferreira
- Departamento Intervenção Social e Gerontológica
- Hospital da Prelada
- Colégio Barão de Nova Sintra
- Colégio N^a Sr^a da Esperança
- Centro Integrado de Apoio a Deficientes
- Lar Pereira de Lima
- Hospital de S. Lázaro
- Lavandarias SuperSec

As doações feitas nestas unidades de recolha foram constituídas por vestuário para homem/mulher (fatos, casacos, saias, gabardines, casacos/camisolas malha, calças), vestuário e acessórios para bebé/criança, têxteis (lençóis, edredões, cobertores) e ainda brinquedos.

Para além destes, acrescenta-se as seguintes doações:

- Lavandarias SUPERSEC – recolha, entrega e higienização de inúmeras peças de vestuário, calçado e têxteis.
- FACIES Design e Gestão de Uniformes, SA – peças de fardamento
- Sociedade Comercial Têxtil de Luis Martins & Andrade, Lda – vestuário para homem/mulher (casacos, saias, malhas, calças)
- Associação Bebés S. João – vestuário de bebé
- Rui Salvada, concertos rápidos Bota Minuto – calçado usado
- Associação de Solidariedade Social “Gota de Água” – vestuário e têxtil lar.
- Rádio Festival – Campanha de recolha de alimentos e vestuário
- Fábrica de Fiação JOSIM – doação de 40 cobertores
- Empresa de Eventos REALIZAR – doação de 1300 t-shirts e 600 bolsas de desporto
- Colaboradores da SCMP - vestuário para homem/mulher (fatos, casacos, saias, gabardines, casacos/camisolas malha, calças), para bebé/criança, têxteis (lençóis, edredões, cobertores), acessórios, calçado e brinquedos.
- Particulares e Anónimos – vestuário para homem/mulher (fatos, casacos, saias, gabardines, casacos/camisolas malha, calças), para bebé/criança, têxteis (lençóis, edredões, cobertores), calçado, brinquedos e acessórios.

Implementado o programa, para garantir o trabalho em rede com as Instituições Particulares de Solidariedade Social da cidade do Porto, preferencialmente, e simultaneamente acautelar a transparência do funcionamento desta resposta social, procurando reduzir ao máximo os efeitos menos positivos associados à natureza desta resposta social.

Assim, e neste contexto, o BdV envolveu várias parcerias de instituições, nomeadamente:

- Obra Diocesana de Promoção Social
- Centro Social e Paroquial da Vitória
- Paróquia da Areosa

- Paróquia Nª Srª da Conceição
- Associação Comerciantes do Porto
- Fundação Porto Social
- Junta de Freguesia de Paranhos
- Junta de Freguesia da Sé
- Junta de Freguesia do Bonfim
- Centro de Caridade Nª Srª Perpétuo Socorro
- Segurança Social – Rua da Alegria
- Movimento de Cidadãos de Gaia.
- Comunidade de Inserção Engº Paulo Vallada (Fundação da Juventude).

/1/ BANCO DO VESTUÁRIO

DESTINATÁRIOS	PESSOAS ABRANGIDAS/APROX	ENTREGAS	Nº DE PEÇAS
INTERNOS			
LOJA SOCIAL	50	50	250
CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	572	1032	3345
COLABORADORES	28	28	353
CASA DA RUA	45	45	149
DGA (FARDAS)	109	110	751
HOSPITAL DA PRELADA (FARDAS)	100	100	216
CHCF (FARDAS)	70	70	260
CHAVE DE AFFECTOS	1	1	3
COLÉGIO BARÃO DE NOVA SINTRA	139	508	1040
CASA STº ANTÓNIO	47	64	418
DEP. INTERVENÇÃO SOCIAL E GERONTOLÓGICA	8	8	117
GRUPO DE TEATRO - CCD	0	12	22
CENTRO INTEGRADO DE APOIO A DEFICIENTES	55	63	353

EXTERNOS

SEGURANÇA SOCIAL (R. DA ALEGRIA)	98	126	840
CENTRO PAROQUIAL N.º SR.ª DA VITÓRIA	123	123	348
FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE (COM. INSERÇÃO)	8	8	52
CONF VICENTINAS N.º SR.ª DA APARECIDA	17	17	233
CASA DE CEDOFEITA	11	11	251
JUNTA DE FREGUESIA DE S. NICOLAU	12	12	83
LUANDA (EMPRESA 2000 LDA)	300	300	1237
CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÁ	50	135	204
CENTRO PAROQUIAL N.º SR.ª DA CONCEIÇÃO	52	52	264
OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL	410	500	1460
INSTITUTO DROGA E TOXICODPENDÊNCIA	6	6	158
LAR SANTA CRUZ	15	15	17
JUNTA FREGUESIA DA SÉ	6	6	133
SERVIÇO DE APOIO ORDEM MARIA	15	15	48
CÁRITAS DIOCESANA DA GUARDA	100	100	429
TOTAL	2447	3517	13034

6.8. ARTES GRÁFICAS - SERVIÇOS E IMPRENSA

No sentido de proporcionar uma maior operacionalização desta unidade operacional, concluiu-se, em 21 Maio de 2012, a sua transferência para novas instalações junto ao Centro Hospitalar do Conde Ferreira, permitindo, assim, a sua modernização, para potenciar a prestação de serviços ao exterior da instituição.

Em 2013, será feita a junção da Imprensa Braille – Centro Professor Albuquerque e Castro, facilitando a prestação de um serviço único e integrado, além de pioneiro em Portugal.

7. AREA OPERACIONAL DO CULTO E CULTURA

Com o desenvolvimento das obras de reabilitação da Casa da Prelada – D. Francisco de Noronha e Menezes, cada vez, mais a área do Culto e da Cultura se apresenta como uma excelente oportunidade de gerar novas receitas para a Misericórdia do Porto, quer pela natural apetência que o património da instituição revela, quer pela importância que a cidade do Porto começa a despertar nos circuitos turísticos internacionais.

7.1. PATRIMÓNIO ARTISTICO

A mudança de instalações do Centro de Conservação e Restauro e das Reservas da SCMP representa um primeiro e decisivo passo para a criação das obras necessárias para o Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO), ficando concluídos e aprovados na Câmara Municipal do Porto os projetos necessários à concretização deste novo equipamento cultural a instalar na zona histórica da cidade. O sonho do Conde de Samodães está prestes a realizar-se, tendo a Mesa já apresentado à CCDRN uma candidatura ao QREN para este efeito.

Muitas outras iniciativas foram realizadas para permitir este desiderato que é um anseio de toda a Misericórdia. Gostaríamos de destacar, entre outras,

- Organização e coordenação das I Jornadas do Património da SCMP, em parceria com a Universidade Católica Portuguesa (UCP) do Porto;
- Participação, com propostas próprias, dos seguintes eventos: Dia Nacional dos Centros Históricos, Dia Internacional dos Museus – DIM 2012, e Festa na Baixa;
- DIM 2012: participação no percurso intitulado “Do Café Astória à SCMP” e Concerto pela Orquestra Orff do Porto, na galeria dos benfeitores;
- Participação no projeto “Rota dos Museus – Rota 7 Arte Sacra” - organização CMP - Arquivo Histórico; participação no “Círculo São Joanino” – organização CMP;
- Cooperação com alunos da ESAP na realização do vídeo sobre o património da SCMP;
- Participação, com a abertura ao público do núcleo museológico e igreja, na Fleat Market;
- Realização de três exposições temporárias: duas de artistas contemporâneos e uma histórica;
- Organização e abertura da Loja do Museu.

Ao nível do Museu da Misericórdia, foi realizado o acompanhamento do projeto de arquitetura, a proposta do programa museológico e a elaboração de estimativa orçamental, além da inventariação de património artístico da SCMP e o estudo de novas aquisições e doações, da organização, estudo, medidas de conservação e da transferência da coleção de ourivesaria.

Na Investigação foi feito o acompanhamento das seguintes teses:

- a) Diana Festa - “O Painel O Menino Jesus despedindo-se da Virgem para ir discursar com os Doutores”, UCP
- b) Paulo Sérgio Moreira Carvalho - “O desempenho dos museus em Portugal”, Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- c) Maria João Sousa - Diogo Teixeira, UCP
- d) Susana Moncívio - pintura, UP
- e) Andreia Teixeira - conservação e restauro, UCP
- f) Pedro Malaquias - museologia, FLUP
- g) Sofia Santos - “O pintor Francisco Correia”, UCP

Na execução do protocolo com a Universidade Católica foi feito a Conservação e Restauro de:

- a) Intervenções em pintura sobre madeira, talha dourada e retratos de benfeitores;
- b) Painel “Aparição de Cristo à Virgem” de Fernão Gomes, c. 1600: radiografia, reflectografias, estratigrafias e ultra-violeta;
- c) Intervenções de conservação e restauro em retratos, marfim, cerâmica e metal.

No Núcleo Museológico Igreja Privativa e Galeria de Benfeitores) realizaram-se actividades como:

- a) Visitas guiadas a grupos de estudantes e associações culturais
- b) Colaboração na organização das festividades da SCMP: Dia de D. Lopo de Almeida, Dia da Fundação e Dia de Nossa Senhora da Misericórdia (1,2 e 3)
- c) Inauguração da Loja do Museu, com apontamento musical
- d) Criação do Bilhete Único “Oporto by Nasoni” (Igreja dos Clérigos - Igreja da Misericórdia)
- e) Colaboração na organização de conferências e lançamento de livro
- f) Concerto na igreja privativa do grupo coral Les Petits Chanteurs du Collège Saint-Pierre, Bruxelles - Uccle (4)



1



2



3

g) Colaboração na preparação da cerimónia de abertura do X Congresso Internacional das Misericórdias, que decorreu na Galeria dos Benfeitores

h) Participação no Festival Internacional de Órgão, com o concerto da organista Rute Magalhães, na igreja privativa

i) Colaboração na realização dos 3 concertos do ciclo “Música ao Anoitecer”, pela ON. (5)

ENTRADAS NO MUSEU EM 2012			
MÊS	PAGOS	GRATUITOS	TOTAL
JANEIRO	42	111	153
FEVEREIRO	69	53	122
MARÇO	128	107	235
ABRIL	161	21	182
MAIO	267	320	592
JUNHO	263	136	399
JULHO	421	168	589
AGOSTO	732	92	824
SETEMBRO	321	65	386
OUTUBRO	273	17	290
NOVEMBRO	128	27	155
DEZEMBRO	88	18	106
TOTAL	2893	1140	4033

Estimativa do público presente nos concertos, conferências, inauguração de exposições, na Igreja e Galeria dos Benfeitores (cálculo pelo nº de lugares): **1200**

7.2. ARQUIVO HISTÓRICO

Existe a consciência de que uma Instituição só perdura se houver, desde logo, o devido respeito por tudo aquilo que resulta da sua atividade. Sendo o Arquivo Histórico a memória da Instituição, é obrigatório o reconhecimento da sua importância na construção de uma identidade, que só é possível graças ao respeito pelos documentos que a originaram.

As principais atividades desenvolvidas tiveram como linha de orientação todo o programa preparatório de instalação do Centro Cultural D Francisco de Noronha e Meneses na Casa da Prelada, cuja conclusão das obras está prevista para o primeiro trimestre de 2013.

Assim, realizaram-se ações conducentes à desinfeção do acervo documental instalado no antigo IAP pelo processo Bolha S.A.M. (Controlo de insetos e parasitas por meio do Sistema de Atmosfera Modificada com CO2). No âmbito do tratamento físico da documentação, o serviço de Conservação e Restauro do Arquivo Histórico deu continuidade à higienização e pequenas intervenções de restauro da documentação. Início do trabalho de avaliação e seleção do acervo documental custodiado nos depósitos do antigo IAP, no sentido de definir a documentação, que por ter valor histórico, vai ser transferida para o Arquivo Histórico – Casa da Prelada, a que compõe o arquivo intermédio e a que vai ser eliminada.

A publicação de “Regulamento dos Arquivos da Santa Casa da Misericórdia do Porto” apresenta-se como uma chave decisiva para a implementação de todo este edifício de abertura à cidade que será o Arquivo e a Biblioteca da Casa da Prelada – D Francisco de Noronha e Meneses.

Teve lugar o II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto subordinado ao tema “Culto, Cultura, Caridade”, realizado no Auditório da Fundação da Juventude (Porto), nos dias 28 e 29 de Junho, tendo decorrido paralelamente uma mostra fotográfica da Casa da Prelada (antes e depois da intervenção), no âmbito do mesmo Congresso.

A coordenação editorial da obra “Culto, Cultura, Caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto” foi, também, um momento importante no ano que ora termina. Permitiu, com a presença do Senhor D. Manuel Clemente, a conclusão do processo, com o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, que irá permitir a elaboração da nova História da Santa Casa da Misericórdia do Porto até 2016. Desse modo, será possível ter uma visão integrada e global da vida penta -secular desta Instituição.

Durante 2012 ficou ainda concluída a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto em banda desenhada da autoria de Germano Silva e Vítor Reis.

No sentido da abertura da Casa da Prelada, preparou-se todo o levantamento fotográfico da evolução dos trabalhos e reuniões quinzenais com a presença dos membros da comissão instaladora da obra, do arquiteto e dos responsáveis da empreitada e da fiscalização.

A realização de visitas orientadas aos jardins requalificados da Casa da Prelada, ao jardim do “Castelo” e ao Parque da Prelada, tiveram como objetivo sensibilizar as pessoas para a importância patrimonial e histórica da

Quinta da Prelada que, a par com a de Serralves, constitui o exemplo mais notável e grandioso da arte dos jardins da cidade e dar a conhecer o projeto de requalificação do jardim e da casa que, em 2013, vai acolher o Arquivo Histórico.

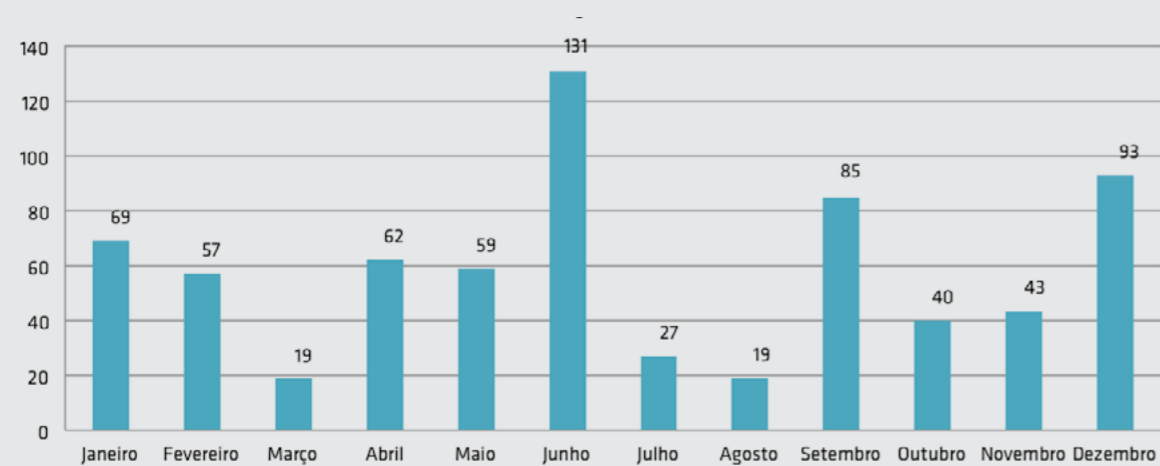
No ano de 2012, foram realizadas visitas orientadas a grupos de universidades seniores, instituições culturais e instituições particulares de solidariedade social, do Porto e arredores, num total de 229 pessoas. Destas, salientam-se o Clube UNESCO do Porto, a Associação Cultural Amigos do Porto, a Vivacidade – Espaço Criativo e a Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Profissional.

O Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto promove a divulgação do património documental da Instituição, designadamente através da realização de visitas de estudo, agendadas antecipadamente, dirigidas a toda a comunidade escolar, que têm como finalidade despertar a curiosidade pelo acervo documental da Instituição.

A realização de concertos nos jardins da Casa da Prelada, são bons exemplos do esforço de divulgar o nosso património na cidade, como o foi o caso do Ensemble de Trompetes do Conservatório de Música do Porto, no dia 2 de Junho, a II Noite Lírica no jardim da Casa da Prelada pela Orquestra do Norte, no dia 6 de Julho, o Ensemble de Trompetes e Orquestra de Jazz do Conservatório de Música do Porto, no dia 29 de Setembro. (6)

Os gráficos que se seguem permitem-nos analisar o movimento dos Serviços de Leitura e Reprodução de Documentos:

/1/ DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA



4

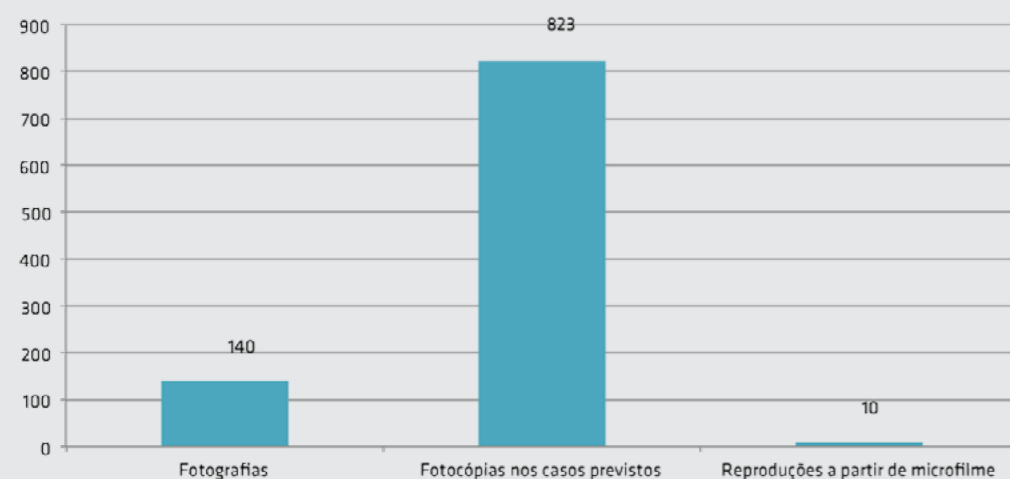


5



6

/2/ REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS



7.3. PARQUE DA PRELADA

O Parque da Prelada integra a Área do Culto e da Cultura, e depois da criação de uma equipa de Parques e Jardins, concentrando todos os profissionais desta área existentes na Instituição, tem estado num processo de limpeza e aproveitamento das espécies existentes com vista à sua conservação.

A Mesa tem praticamente concluído o protocolo negocial com o Sport Clube do Porto, que permitirá uma parceria na área do lazer e do desporto, que deu, aliás, os primeiros desenvolvimentos com várias iniciativas ao longo de 2012.

Estamos convictos que, com a abertura da Casa da Prelada e da reconstrução do jardim das 4 Estações e a abertura da passagem inferior à VCI, ser possível abrir, sem limites, o Parque da Prelada ao usufruto dos portuenses.

7.4. GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Na área do Gabinete de Comunicação e Imagem foi possível continuar a política de publicações editoriais, já referidas noutros locais, manter a edição da Revista da Misericórdia e promover a edição do Boletim interno "Fons Vitae". (7,8 e 9)

Ao longo do ano foram várias as solicitações da comunicação social, no sentido de obter informação da Misericórdia do Porto e promover, junto da opinião pública, o trabalho desenvolvido.

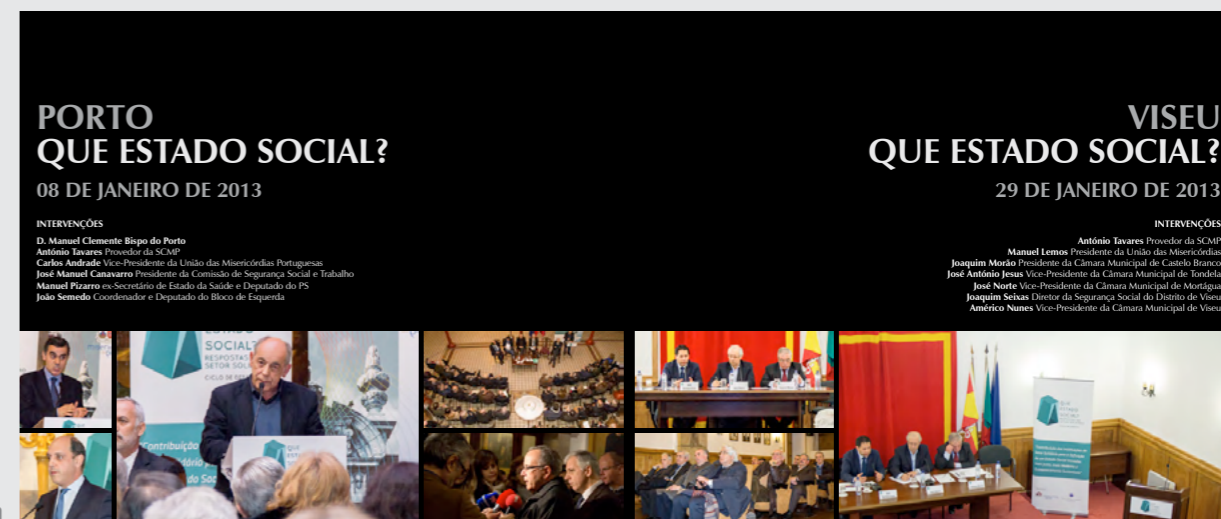
A modificação do site da instituição criou condições para uma melhor interação entre toda a Irmandade, no sentido de uma troca e intercâmbio de informação entre toda a comunidade.



7



8



9

8. AREA OPERACIONAL DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Na área das TIC dos Departamentos Centrais e restantes Estabelecimentos, realizaram-se as tarefas habituais, inerentes à manutenção e atualização dos sistemas informáticos existentes, das quais se destacam entre outras:

- Gestão das redes de dados e telecomunicações dos Departamentos Centrais e restantes estabelecimentos;
- Help Desk e apoio aos utilizadores;
- Manutenção e atualização do parque informático e telecomunicações;
- Colaboração com outros Departamentos na realização de tarefas complexas que exigem conhecimentos mais profundos na área TI.

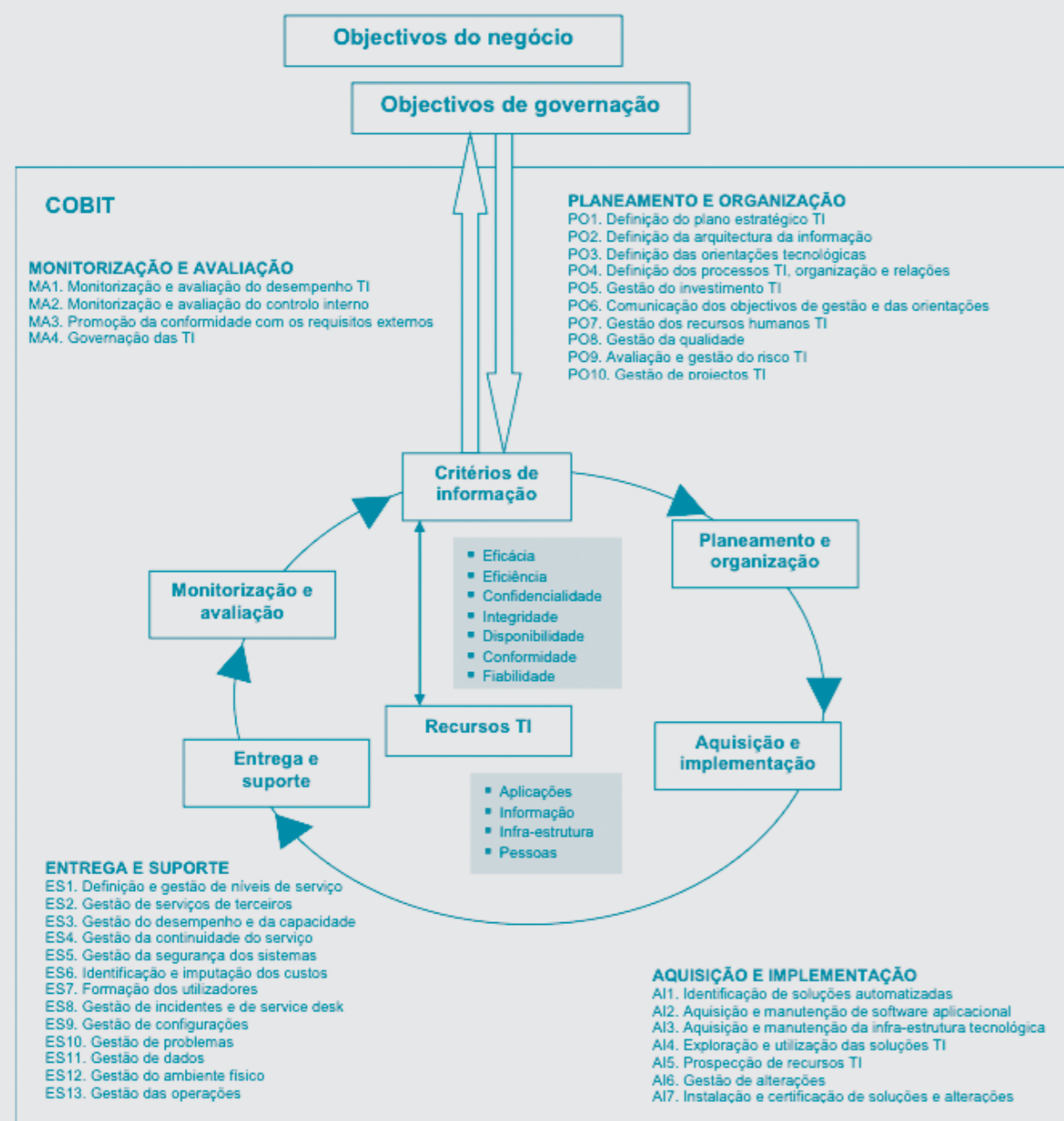
Para além das tarefas referidas acima, foram ainda desenvolvidos, no âmbito de Departamento de Sistemas de Informação, um conjunto de tarefas, envolvendo vários estabelecimentos da Santa Casa como ao nível do hardware e infraestruturas:

- Instalação dos equipamentos de Televisão Digital Terrestre (TDT) e levantamento de necessidades e requisitos para implementação de IPTV/televisão por cabo nos estabelecimentos adstritos aos Departamentos Centrais.
- Desenvolvimento de trabalhos, alguns deles conjuntamente com o Departamento de Gestão Administrativa e Património, de levantamento de necessidades e instalação, tendo-se acrescentado mais pontos de rede (fixos e WiFi) e de voz nos Departamentos Centrais, devido à reafecção dos espaços do edifício II (Rua das Flores, nº 10) e no sentido de adequar a infra-estrutura de rede às necessidades atuais.
- Apoio na transferência das Artes Gráficas e Serviços de Imprensa para o CHCF e instalação do Centro de Restauro naquele local.
- Apoio à reestruturação e ampliação das redes existentes em virtude das obras de remodelação em curso nalguns espaços do Colégio de Nossa Senhora da Esperança.
- Upgrade do sistema informático do Estabelecimento Prisional com a renovação do hardware (Servidor e posto de trabalho).
- Implementação do serviço MEO e Internet ADSL na Quinta de Barca D'Alva.
- Levantamento de necessidades e elaboração dos documentos para abertura do procedimento de aquisição de um sistema consolidado de impressão/cópia/digitalização.

Ao nível do software e serviços tivemos projetos vários como:

- Entrada em produção dos projetos de implementação da Gestão Comercial e Logística do ERP Giaf (Software de Gestão Administrativa e Financeira).
- Implementação e entrada em produção do software de gestão documental aplicado à gestão dos documentos das reuniões da Mesa Administrativa.
- Levantamento de requisitos, parametrização e formação do software de gestão documental aplicado à gestão da correspondência.
- Participação no projeto de reformulação do Site da SCMP.
- Parametrização da aplicação de custeio das obras para o registo da mão-de-obra.
- Desenvolvimento do protótipo da base de dados para cadastro e gestão da informação do património imobiliário.
- Parametrização e entrada em produção das valências “Habitação Social” e “Chave de Afetos” na aplicação de gestão de valências.
- Instalação do software Agrogestão para gestão da produção da Quinta D'Alva e formação inicial para o arranque.
- Participação no projeto de implementação da prescrição eletrónica externa no Estabelecimento Prisional.
- Gestão do projeto de implementação Portal do Colaborador que, em finais de 2012, se encontra praticamente concluído.
- Atualização e parametrização do ERP Giaf, de acordo com novo regime de faturação.
- Adequação do módulo de faturação do e-schooling às necessidades do Colégio de Nossa Senhora da Esperança e desenvolvimento de um interface de integração com o ERP Giaf através de Web Services.
- Implementação do sistema de pagamentos por referência multibanco nas aplicações de processamentos das rendas e quotas de Irmão e adequação destas aos requisitos impostos pelo novo regime de faturação.
- Apoio na implementação do novo regime SNC.
- Elaboração de relatório preliminar sobre a centralização do ERP Giaf no universo da SCMP.

Com esse espírito, a nova organização das estruturas TI da SCMP afetas à área da saúde, agora alinhadas com um modelo mais integrado, empenhou-se na realização de um plano que incluiu ações nas áreas prioritárias da Gestão de Projetos e sua Estratégia de Implementação, baseadas na definição orgânica das Comissões TI para as Unidades Operacionais de Saúde da SCMP, em termos de estrutura organizacional, âmbito, objetivos de controlo, responsabilidades e modo de funcionamento.



A área da saúde, pela sua dimensão no universo SCMP e pela sua especificidade ao nível do negócio, dos recursos envolvidos e dos próprios SI/TIC, vem observando, também, um processo de integração e consolidação, em termos administrativos, em particular no que concerne as atividades de back-office e de suporte.

Todo este esforço, reflete o cuidado da SCMP, em evoluir o seu modelo de gestão, numa perspetiva mais centralizada e integrada, privilegiando a criação de centros de serviços partilhados, potenciando a criação de sinergias e, conseqüentemente, agilizando e desmaterializando os processos e racionalizando a sua estrutura de custos.

Dando seguimento à estratégia da Mesa Administrativa, para a gestão das tecnologias de informação, deu-se início da elaboração de um **Plano Diretor para os Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação**, com novos princípios orientadores, mas assumindo agora um âmbito alargado, de forma a melhor absorver e endereçar os objetivos, motivações e desafios relacionados com o desenvolvimento dos SI/TIC das duas SCMP-UOS (Hospital da Prelada e Centro Hospitalar Conde de Ferreira).

Em 2012, continuamos a desenvolver e evoluir de acordo com a estratégia e princípios orientadores definidos, com o objetivo de, cada vez mais, alavancar o potencial das TIC no suporte à atividade hospitalar.

Ao nível de infraestrutura TI, realizamos as seguintes iniciativas:

- SCMP-HP Renovação do Datacenter – Este projeto visou a construção de uma nova estrutura física para albergar ao nível do centro de dados, as plataformas de servidores e de comunicações, bem como todos os equipamentos associados, em condições ambientais, de redundância e segurança adequadas ao seu bom funcionamento e gestão.
- SCMP-HP Mobile Clinical Assistant – Tablet PC (Áreas de Internamento e Bloco Operatório) - Decorrem atualmente um conjunto de projetos TI, que visam a implementação de módulos aplicacionais, para mitigar alguns dos constrangimentos associados ao facto de o ciclo de registo de informação clínica não estar fechado e que irão potenciar o valor da informação clínica. Neste contexto, para garantir a eficácia deste projeto global, foi realizada a primeira fase de aquisição de soluções de mobilidade (Mobile Clinical Assistant), recorrendo a equipamentos portáteis (Tablet PC) para as áreas de internamento e bloco operatório, que irão facilitar o registo da informação, em ambiente de mobilidade e em tempo real, junto dos doentes.
- SCMP-HP Implementação de solução informática de interoperabilidade - Integrador HL7 - Para lidar e gerir a temática da integração aplicacional e, conseqüentemente, garantir uma solução estruturada e estruturante para a compatibilização das diferentes soluções tecnológicas existentes no HP-SCMP, em especial ao nível das soluções departamentais, foi aprovada a implementação de uma arquitetura orientada a serviços com base num integrador HL7.
- Na solução protótipo atualmente em produção no Departamento de Radiologia do HP-SCMP, foram alcançados, com elevado nível de sucesso, os principais domínios de integração e interoperabilidade de forma ágil e flexível, tendo a Intersystems, demonstrado elevado profissionalismo, quer nas tarefas de contacto com os restantes FSE (GLINTTHS e FUJIFILM), quer na implementação e suporte à solução nomeadamente:
 - ADT (mensagens de admissão/processos de doentes)
 - Resultados (resultado de exames/serviços)

- Ordens (Pedido ou prescrição de um serviço/exame)
- Financeiras (confirmação/notificação de um serviço/resultado)
- Agendamento (Agendamento de um serviço/exame/consulta)

PRIORIDADES DE INTEGRAÇÃO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

GASTROENTEROLOGIA

PORTAL DO DOENTE

MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO

CARDIOLOGIA

- **SCMP-UOS Renovações do parque informático** – Mantiveram-se os pressupostos do ano transato, aumentando o número de implementações de soluções integradas, nomeadamente ao nível dos *Thin Clients*, que agilizam a gestão e manutenção do parque informático. Adicionalmente, foi realizado um esforço na redução de investimento em equipamentos com mais de 4 anos de idade (ciclo de vida útil definido), garantindo ao STI Saúde processos de monitorização à qualidade de serviço, em termos de performance no suporte às atividades Administrativas e Clínicas.
- **SCMP Solução de Impressão e Cópia** - Foram identificadas as necessidades de cópia, digitalização e impressão, bem como racionalização em termos de quantidades de equipamentos a implementar com o referido Projeto. Adicionalmente, foi realizado procedimento com o objetivo de obter propostas financeiras com modelos de serviço (Aquisição, *Leasing*, *Renting*).
- **SCMP-CHCF Solução TI para Controlo de Acessos Sistema de Videovigilância** – Nestes Projetos, que têm como objetivo, respetivamente, dotar as instalações do CHCF, com sistema integrado de gestão de acessos, no que concerne à validação da entrada e saída da população hospitalar e implementar solução de Videovigilância nos edifícios que circundam o espaço de estacionamento e área que circunda as entradas principal e secundária do CHCF-SCMP, foram realizadas as ações de definição e identificação das especificidades técnicas, elaboração de procedimento para obtenção de propostas financeiras de implementação.
- **HP-SCMP Solução TI para Gestão de Central de Atendimento** – Projeto cuja implementação é baseada no registo nos sistemas aplicativos de suporte da atividade do HP-SCMP, bem como em ferramentas e equipamentos SI/TIC, disponibilizadas para o efeito, suportando múltiplos serviços (*inbound* | *outbound*), processos internos de esclarecimento de dúvidas, registo de pedidos de Atos Médicos, marcação de Meios Complementares de Diagnósticos e Terapêutica, Gestão de Contactos com a população utente do HP-SCMP, permitiu que o contacto com os utentes, demonstrasse uma melhoria crescente na qualidade do atendimento, satisfação e otimização dos recursos da Gestão de Doentes.

- **Racionalização e consolidação Plataforma Tecnológica SCMP** - Criação de uma infraestrutura de serviços partilhados (correio eletrónico, servidor de ficheiros, servidor segurança, portal do colaborador,..), transversal a todo o universo da SCMP, que permite disponibilizar serviços TI de valor acrescentado. Assim sendo, desenvolveu-se conjuntamente com a CPCis, parceiro tecnológico com quem a SCMP possui um contrato de serviços técnicos para a área dos SI/TIC, o estudo, o desenho e a implementação.

- **SCMP-HP MFR Ambulatório** – Foram desenvolvidas iniciativas para a análise do circuito de funcionamento e necessidades específicas do serviço, com o objetivo de otimizar os processos. O STI Saúde diligenciou tarefas de prospeção de uma solução TI que responda à especificação funcional definida, sendo expectável a instalação de Modelo Piloto no primeiro semestre de 2013.

- **SCMP-HP PCE Bloco Operatório** – Projeto em curso, tendo o STI-SAÚDE centrado esforços na definição da especificação de configuração do relato operatório, demonstração das funcionalidades do Módulo e adaptação à realidade do Hospital.

- **SCMP-HP Portal do Doente** – Projeto em fase de arranque da área pública, com informação institucional e de negócio. Aguarda pela elaboração e carregamento dos conteúdos pelo Gabinete de Imagem e Comunicação SCMP. Adicionalmente foi desenvolvida especificação funcional da área privada do Portal, onde os doentes do hospital poderão aceder de forma integrada à informação administrativa, financeira e clínica, no âmbito da sua relação com o Hospital. (*Consultar Capítulo Estágios SI/TIC*)

- **SCMP-HP Módulos de Farmácia e Prescrição On-line** - Projeto em curso, tendo sido consolidada a solução piloto no serviço de Ortopedia e igualmente alargada aos serviços de Cirurgia Geral e Unidade de Queimados, com base na prescrição *on-line*, mantendo-se no serviço de Cirurgia Plástica e Reconstructiva, com base na transcrição das prescrições.

- **SCMP-HP PCE Internamento** - A aplicação já se encontra instalada e parametrizada, estando em produção Projeto-piloto no serviço de Ortopedia numa perspetiva integrada dos módulos aplicativos associados ao ciclo de gestão clínica (Processo Clínico Eletrónico – Internamento, Notas de Enfermagem e Dietética), que permitirá consolidar e otimizar a solução, numa perspetiva holística e abrangente ao nível dos diferentes fluxos de informação intersectoriais.

- **SCMP-HP Nota de Enfermagem** - Continuou-se a desenvolver e aperfeiçoar a solução no Projeto-piloto do Serviço de Ortopedia, decorrendo simultaneamente o detalhe e elaboração da especificação funcional, que permitirá adotar a solução aplicacional à realidade do SCMP-HP, às necessidades da enfermagem e, posteriormente, implementar a mesma nos restantes serviços.

- **SCMP-HP Dietética** - Procedeu-se ao levantamento e documentação de requisitos associados às necessidades do SCMP-HP, no âmbito do circuito de dietética, de forma a obter uma especificação funcional que permita a evolução da aplicação. Esta situação obrigou a requerer desenvolvimentos específicos para viabilizar o suporte da atividade.

- **SCMP Prescrição Eletrónica de Medicamentos (Farmácia de Rua)** – Este projeto visou dar resposta a requisitos em termos de conformidade legal, impostos por reguladores externos (ACSS), no âmbito da prescrição externa de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDTs), através da implementação

de um módulo aplicativo específico para o efeito, devidamente certificado pelo regulador. Foi adquirida e implementada solução informática, que permitiu a prescrição eletrónica de medicamentos e/ou MCDTs, nos seguintes estabelecimentos da SCMP: Centro Hospitalar Conde de Ferreira (SCMP-CHCF), Estabelecimento Prisional Especial Santa Cruz do Bispo (SCMP-EPESCB), Serviços de Saúde da SCMP (SCMP-SS).

- **SCMP-CHCF SGICM – Sistema de Gestão Integrada do Circuito do Medicamento** (1ª Fase) – em conjunto com os Serviços Farmacêuticos e os Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde, foi concebido, implementado e consolidado um circuito de distribuição de medicamentos, para as áreas de internamento e hospital de dia, baseado em papel, com procedimentos manuais e não suportados pela solução TI, que promoveu a distribuição diária dos medicamentos em dose unitária, possibilitando simultaneamente a identificação e registo no sistema informático do SCMP-CHCF, dos respetivos consumos dos doentes. A implementação do modelo, foi testada inicialmente num serviço piloto e mediante a avaliação dos resultados e aceitação do processo, de forma progressiva, foi estendido o modelo para os restantes Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde.

- **SCMP-UOS – Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais** - De forma a viabilizar o Projeto de Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais das SCMP-UOS, foi concretizado com sucesso o *upgrade* de todos os módulos aplicativos associados aos Ciclos Administrativo, Financeiro e Hoteleiro, Ciclo Clínico e Ciclo de Gestão de Doentes dos Sistemas Aplicacionais do FSE GLINTTHS nas SCMP-UOS, com objetivo de nivelar as versões existentes.

- **SCMP SAM – Software Assurance Management** – Este projeto foi realizado pelo FSE CPCis (sem custos para a SCMP) e consistiu no levantamento de *Software* Microsoft instalado no Universo da SCMP e consequente verificação com a documentação de licenciamento adquirido: virtual, *hosted* ou soluções de *cloud* existentes. A validação do licenciamento foi efetuada, comparando os registos de licenciamento adquiridos com os resultados obtidos do inventário efetuado. Os resultados servirão de base à negociação do atual Acordo Empresarial existente entre a SCMP e a Microsoft.

- **SCMP-HP LIS – Laboratório de Análises Clínicas** - Foi definido pela SCMP um contrato de fornecimento de solução Global de *Outsourcing* do Laboratório de Análises, bem como a solução tecnológica que servirá para todo o serviço do Laboratório de Análises Clínicas, que contempla todo o *Workflow* do Serviço, sendo necessária a implementação de integração com o HIS e EPR do SCMP-HP. Neste contexto, foi realizada a migração da atual solução (do FSE SEGILAC), de modo a serem disponibilizados os resultados clínicos dos exames realizados neste Sector no EPR, ficando acordado o modelo de funcionamento de registo de atividade em paralelo nos sistemas aplicativos (HIS/LIS), centrando a equipa do Projeto na realização dos trabalhos de mapeamento, para efeitos de implementação da 2ª fase do projeto que contempla a integração dos sistemas via HL7.

- **SCMP-HP Departamento de Radiologia do HP-SCMP** – Procedeu-se à implementação enquadrado no Projeto-piloto de interoperabilidade HL7, que contemplou integração, em tempo real da informação entre o HIS, EPR e o RIS, tendo sido garantido com sucesso a gestão completa e integrada de informação em serviços de Agendamento, faturação *Front-Office/Back-Office*, Registo de Atividade/Execução, Recursos Alocados, Resultados (IMAGEM) e Relatórios de exames.

Adicionalmente, atuou-se noutras iniciativas de planeamento, desenvolvimento/aperfeiçoamento e consolidação da infraestrutura TI e do portfólio aplicativo, nomeadamente:

- PTCO – PROGRAMA DE TRATAMENTO CIRÚRGICO DA OBESIDADE (SCMP-HP);
- GESTÃO DE MATERIAL CONSIGNADO (SCMP-HP);
- MÓDULO APLICACIONAL PARA CONTROLO ORÇAMENTAL (SCMP-HP);
- INTERFACES ACORDOS E CONVENÇÕES (SCMP-UOS);
- INTEGRAÇÃO LH-GH-GIAF (SCMP-UOS);
- FACTURAÇÃO TRIPARTIDA UCCI (SCMP-CHCF);
- OPTIMIZAÇÃO DO MÓDULO APLICACIONAL DE GESTÃO DO ARQUIVO CLÍNICO (SCMP-HP);
- UPGRADE WEBGDH (SCMP-HP);
- ACREDITAÇÃO ORACLE (SCMP);
- REORGANIZAÇÃO/CONFIGURAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (SCMP-UOS);
- MÓDULO APLICACIONAL PARA GASTROENTEROLOGIA (SCMP-HP)

A adoção cada vez mais generalizada de tecnologias de informação na SCMP, reflete hoje uma dimensão e importância significativamente maior dos SI/TIC, que se manifesta através de inúmeros indicadores, que apresentam um crescimento muito relevante, tais como o número de postos de trabalho, servidores, periféricos, utilizadores, sistemas aplicativos, bases de dados e projetos em curso, bem como o valor do investimento TI e dos custos operacionais TI.

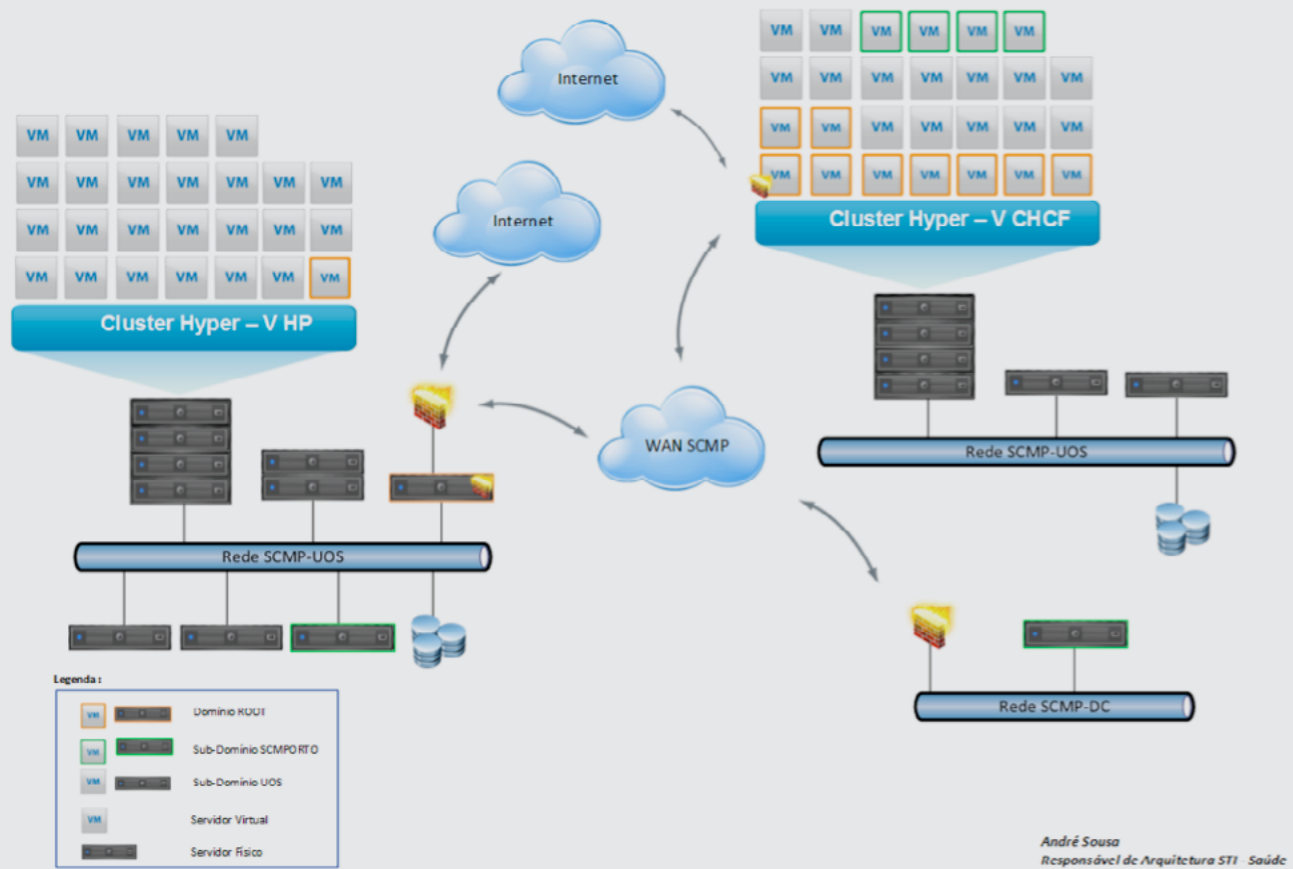
Acresce, que o crescimento dos SI/TIC, a diversidade de sistemas e aplicações, o foco no suporte a funções clínicas e o número de utilizadores nominais e concorrentes, requerem cada vez mais, uma maior disponibilidade e uma melhor organização do *Service Desk*, com tempos de atendimento e de resposta mais curtos.

Também ao nível dos projetos TI, o atual ritmo, quantidade e dimensão, obriga, cada vez mais, a uma maior atenção e dedicação dos recursos afetos.

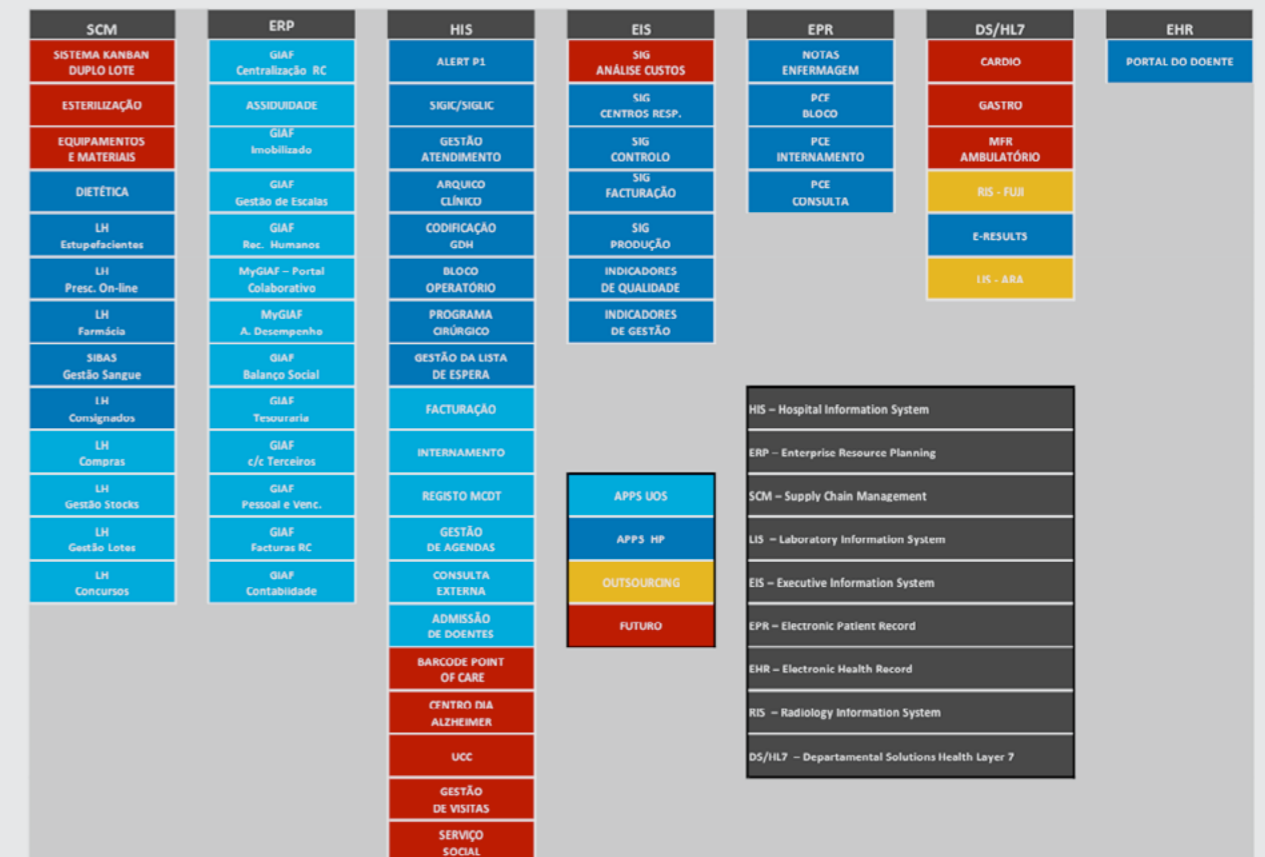
A modernização administrativa e as tecnologias de informação revelam-se como uma das áreas operacionais mais estratégicas, pelo apoio e suporte que dão à operação geral da Misericórdia do Porto.

O esforço de sustentabilidade ambiental, com a eliminação ou redução do uso de suportes de papel, continua a ser uma tarefa decisiva para a contenção de custos.

/1/ INFRAESTRUTURA TI SCMP



/2/ SISTEMAS APLICACIONAIS SCMP-UOS



9. AREA DE RECURSOS HUMANOS

Tem merecido particular atenção, por parte dos órgãos institucionais da Santa Casa da Misericórdia do Porto, dar continuidade a modelos organizacionais de gestão de recursos humanos assentes na gestão de competências.

Nesta conformidade, o processo de admissão, bem como de mobilidade interna de recursos disponíveis, é o espelho deste modelo de gestão, através de uma rigorosa análise dos perfis e competências e sua adequação às funções e cargos pretendidos, visando sempre alcançar a excelência no desempenho e realização profissionais.

A gestão de recursos humanos deve assentar numa metodologia dinâmica, com critérios de plasticidade estratégica, em função de externalidades de índole político-económico, mas também sensível à mutação a nível individual – elevação do nível educacional, facilidades de acesso à informação, entre outras.

Numa outra vertente, tem-se procurado fomentar e dinamizar a formação interna, acrescentando competências funcionais e comportamentais/relacionais aos colaboradores para otimização e motivação dos recursos.

Nesta perspetiva, a adequação do perfil dos colaboradores, potenciadora de um desempenho eficaz da sua função, numa relação biunívoca com a adaptabilidade imposta pela necessidade de otimização de recursos, foi um dos vetores da ação estratégica e preocupação no âmbito da gestão de recursos humanos.

Merece ainda particular destaque a preocupação em dar continuidade ao esforço de uniformização das políticas jus-laborais, em prol da tão desejada paz social.

A capacidade de gestão da mudança é imperativa, numa época de instabilidade económico-social, que impõe mudanças de paradigmas organizacionais e institucionais.

Nesse sentido, a Mesa teve duas preocupações base: a criação de uma política de responsabilidade social junto dos colaboradores e manter o princípio de evitar o despedimento de colaboradores.

Ao apostar na criação de competências internas, foi principal objetivo apostar em recursos humanos bem preparados tecnicamente e deixar, a entidades terceiras, a prestação de serviços não estratégicos com evidentes poupanças para a Instituição.

9.1 COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO

ESTABELECIMENTO/DEPARTAMENTO	2010	2011	2012
D. G. ADM. e do PATRIMÓNIO	50	54	47
D. R. H. F. PROFISSIONAL	7	7	7
GAB. A. INTERNA	5	1	2
D. C. FINANÇAS	15	11	13
GAB. TECN. INFORMAÇÃO	0	4	5
GEPRO	-	-	1
D. I. S. GERONTOLOGICA	8	10	11
D. A. CULTURAI	10	12	17
G. R. CULTO	3	4	4
GAB. A. JURIDICOS E CONT.	0	2	2
S.SAÚDE	4	4	4
H. S. LÁZARO	72	67	65
L. N. S. MISERICÓRDIA	38	41	43
L. P. LIMA	22	20	21
L. Q. MARINHO	30	34	31
C. RUA	8	8	9
C. S.ANTÓNIO	10	9	8
C. B. N. SINTRA	43	42	33
C. N. S. ESPERANÇA	71	63	63
C.I.A.DEFICIÊNCIA	70	61	58
C.C.DESPORTO	0	1	1
PROJ. ESPECIAIS SOCIAIS	0	2	3
PROJ. "PACHECO D' ALMADA"	0	2	1
A. G.S. IMPRENSA	7	6	5
P. PRELADA	4	5	4
Q. B. D' ALVA	6	6	6
E.P.E.S.C.BISPO (a)	29	27	25
TOTAL	512	503	489

(a) Em 2012, 23 colaboradores do quadro e 2 a Termo Incerto.

9.2. PRESTADORES DE SERVIÇOS

PRESTADORES DE SERVIÇOS	2010	2011	2012
TOTAL	34	33	34 (b)

(b) Estão incluídos catorze Prestadores de Serviços do EPESCB

9.3. APOSENTADOS DA CAIXA PRIVATIVA EM 31.12.2012 (verificou-se uma redução de 11 aposentados em relação ao ano anterior.)

MÉDIA DE IDADES	85
TOTAL DE APOSENTADOS DO SEXO FEMININO	43
TOTAL DE APOSENTADOS DO SEXO MASCULINO	23
TOTAL DE APOSENTADOS DA CAIXA PRIVATIVA EM 31.12.2012	66

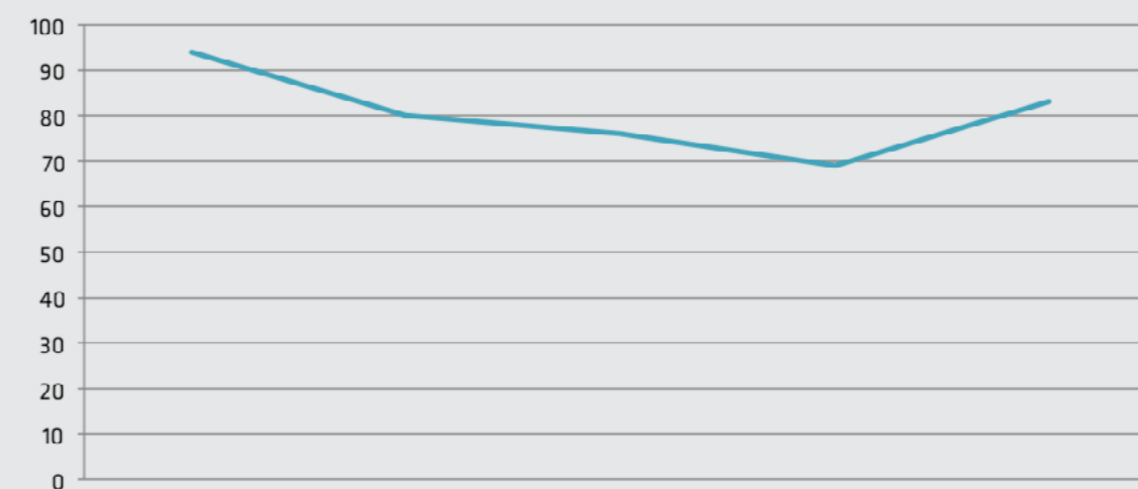
O Grupo Coordenador de Segurança Higiene e Segurança no Trabalho colocou em prática, no decorrer do ano 2012, todas as obrigações estipuladas na legislação em vigor sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) – Lei 102/2008, Portaria 1532/2008, de 29 de Dezembro, com o intuito de:

- Promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho, proporcionando postos de trabalho que garantam a integridade física e psíquica dos colaboradores;
- Aumentar a produtividade e qualidade dos serviços;
- Implementar uma filosofia de prevenção de riscos, de modo a reduzir o número de dias de trabalho perdidos e/ou incapacidades;
- Controlar os níveis de agentes nocivos a que os trabalhadores estão expostos;
- Diminuir o risco de aparecimento de doenças profissionais.

A prevenção dos riscos profissionais deve assentar numa correcta e permanente avaliação de riscos que inclui a educação, a formação e a informação para a promoção da melhoria da segurança e saúde no trabalho e de hábitos de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

9.4. NÚMERO DE AÇIDENTES DE TRABALHO ENTRE 2008 E 2012

2008	2009	2010	2011	2012
94	80	76	69	83



9.5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

	2012	VARIAÇÃO (12/11)
VOLUME DE FORMAÇÃO (H)	3642	-40%
COLABORADORES QUE FREQUENTAM FORMAÇÃO	510	-10%

ÁREAS DE FORMAÇÃO:

SHST

Ergonomia no Posto de Trabalho
Gestão de Resíduos Hospitalares
Segurança Contra Incêndio – Plano de Emergência Interno
Segurança Contra Incêndio – Formação Prática
Suporte Básico de Vida

3ª IDADE

Agente em Geriatria
Depressão no Idoso

ENQUADRAMENTO NA EMPRESA

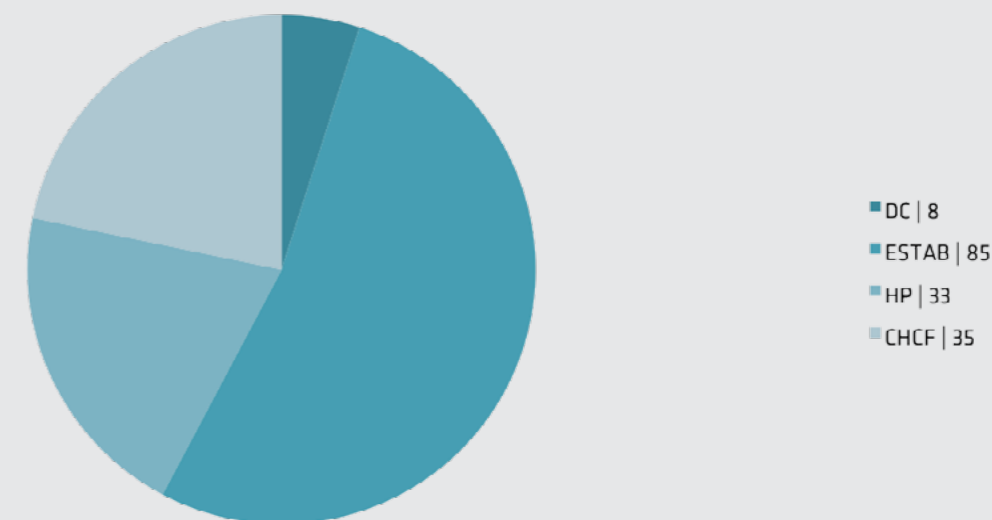
- Atendimento ao Público
- Fiscalidade 2012
- Actualização Fiscal 2013
- iPortalDoc – Sistema de Gestão Documental
- Avaliação de Desempenho – Aperfeiçoamento e Reciclagem
- Secretariado e Trabalho Administrativo

SAÚDE

- Abordagem Terapêutica das Alterações Cognitivas
- Agressão Sexual
- A sexualidade
- COGWEB – Sistema Integrado de Estimulação Cognitiva
- Cuidar no Fim da Vida
- Deficiência Mental – Cuidados e Patologias
- Demência Vasculard
- Depressão e Ansiedade no Cuidador
- Depressão e Demência
- Disfunção Sexual Latrogénica
- Doença de Alzheimer
- Esquizofrenia
- II Jornadas Internas do Serviço de Saúde da SCMP
- Intervenção Fisioterapeuta na Reabilitação Funcional do Doente Psiquiátrico
- Intervenção Psicológica
- Normas da DGS sobre a Prescrição de Antidepressivos
- Normas da DGS – Terapêutica da Ansiedade e Insónia
- Paralisia Cerebral
- Perturbação Obsessivo-Compulsiva
- Psicofármacos, Gravidez e Aleitamento
- Sadomasoquismo – Parofilia ou Estilo de Vida
- Síndrome de Down
- Terapêutica Antidepressiva nos Cuidados Primários de Saúde
- Terapia Cognitivo-Comportamental na Depressão
- Tratamento da Perturbação de Pânico

/5/ MERCADO SOCIAL DE EMPREGO

A SCMP acolheu um total de 159 estágios, conforme gráfico seguinte, sendo que a maioria esteve distribuída pelos diferentes estabelecimentos (85).
 Destes 161 estágios:
 - 149 foram estágios curriculares
 - 8 estágios de acesso a uma profissão
 - 2 estágios profissionais co-financiados pelo IEFP.



9.6. FUNDO DE EMERGÊNCIA APOIO SOCIAL (FEAS)

Ao longo do ano de 2012, foram apoiados 13 colaboradores da SCMP, ao abrigo do FEAS. Os pedidos efetuados envolveram um montante de 12 810,00€, estando em dívida (a 31/12/2012) 3 828,30€.
 Na origem dos pedidos estiveram, maioritariamente, situações de doença/baixa clínica e o surgimento de despesas não planeadas (62%).
 Relativamente à composição do agregado familiar, constata-se que os colaboradores que mais recorreram ao FEAS, no ano de 2012, integram famílias nucleares (38%) e famílias monoparentais (23%).
 Os montantes solicitados são, em média, repostos ao FEAS, ao longo de 9 meses.

10. AREA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PATRIMÓNIO

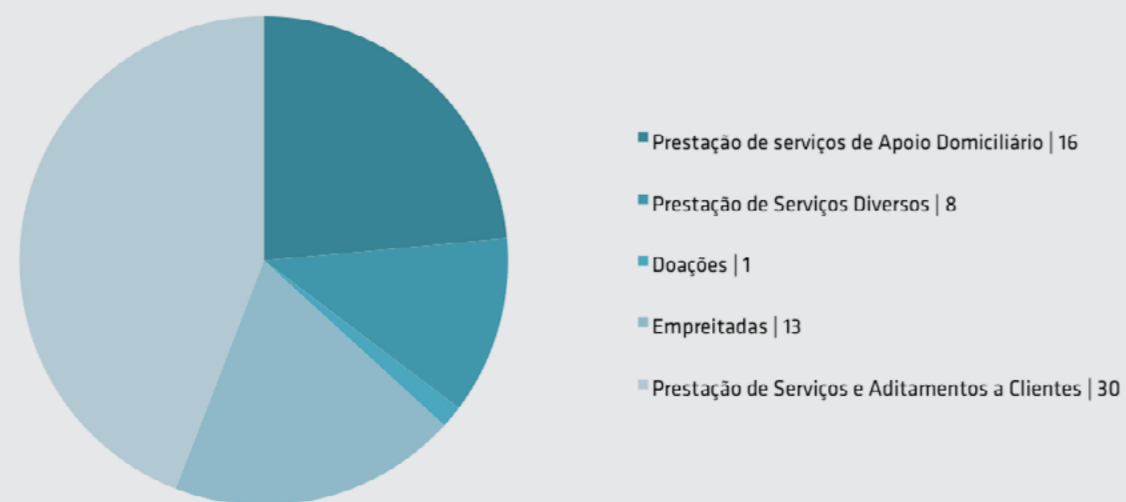
Com a fusão do Património no Departamento de Gestão Administrativa, a Instituição ganhou mais mecanismos de integração e de economias de escala que muito favorecem a potencialização da execução orçamental

10.1. CARTÓRIO PRIVATIVO

Havendo lugar a diversas empreitadas e a prestações de serviço, quer a clientes aos equipamentos sociais, quer aos utentes de apoio domiciliário e/ou outros, foram elaborados os respetivos contratos, com toda a diligência que os atos exigem.

Neste movimento, em 15 de Maio, procedeu-se à escritura de doação do imóvel da Avenida Fernão de Magalhães, n.ºs 971/973, cuja antiga proprietária, D. Teresa Agonia Costa Ramos, é cliente num dos equipamentos sociais da Misericórdia do Porto.

/1/ CONTRATOS/ESCRITURAS



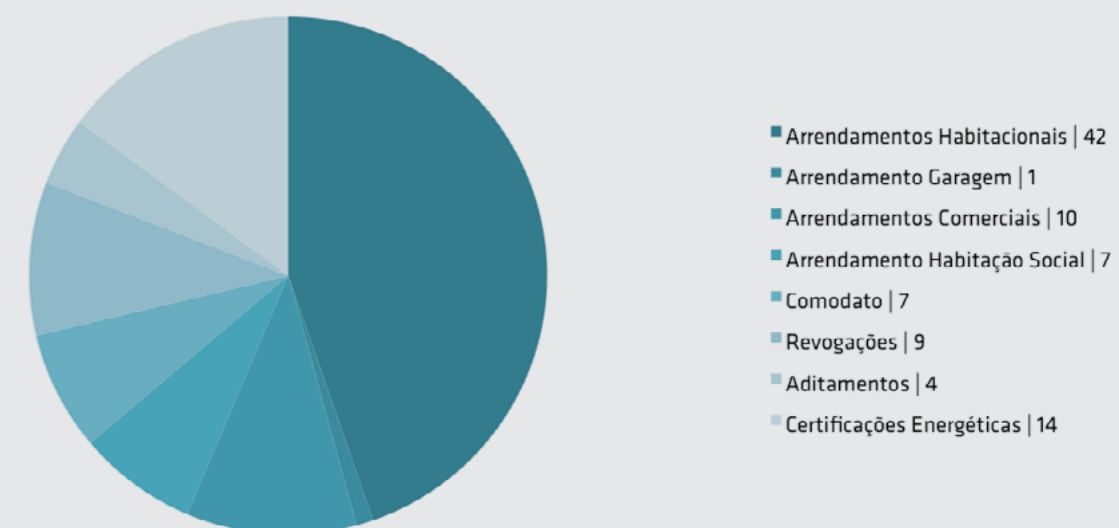
10.2. ARRENDAMENTOS

Teve a Misericórdia do Porto necessidade de se adaptar ao tempo de crise instalado no País, na área dos arrendamentos das habitações/escritórios/lojas, reajustando os valores mensais de cada arrendamento.

Aquando a entrega de locados, continuou a haver a metodologia em vigor, desde a elaboração, pelos Serviços Técnicos, do relatório de vistoria do espaço a arrendar, da realização das eventuais obras, pelo Setor de Conservação ou através de empreitada de obras por firmas da especialidade, da emissão do respetivo contrato de arrendamento e dos recibos de renda e de caução.

Deu-se continuidade ao pedido da emissão dos Certificados Energéticos, cuja validade é de 10 (dez) anos, dos espaços que ainda não possuem, para efeitos de arrendamento, obtendo-se, assim, a certificação energética na qual o locado se insere.

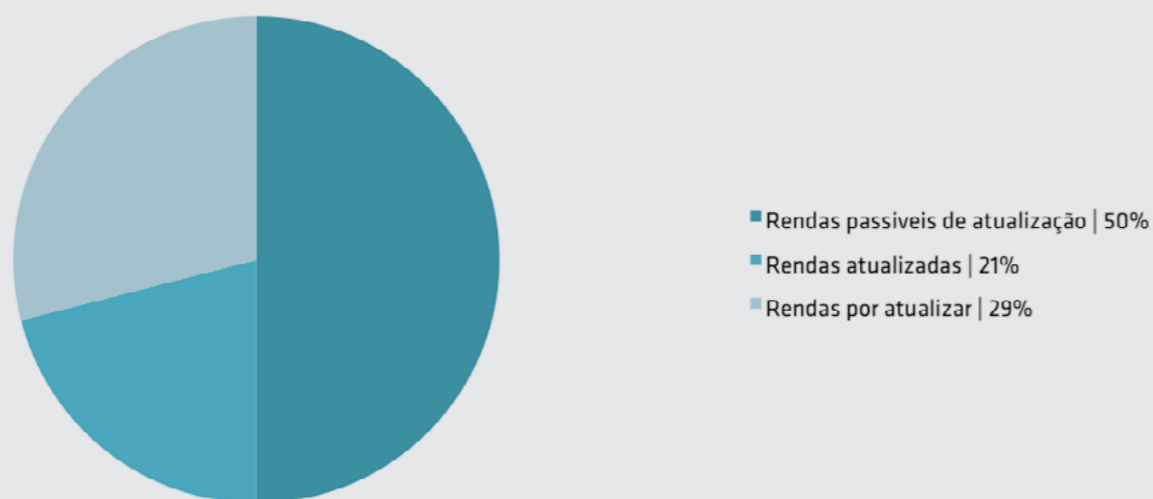
/2/ ARRENDAMENTO



10.3. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS NO ÂMBITO DO NRAU

No sentido de se proceder à atualização de rendas habitacionais, cujos contratos de arrendamentos datam de 1990, e dos contratos comerciais em vigor desde 1996, conforme dita a Lei, houve um trabalho conjunto deste Departamento e do Gabinete de assuntos Jurídicos e Contencioso que se traduz no seguinte gráfico:

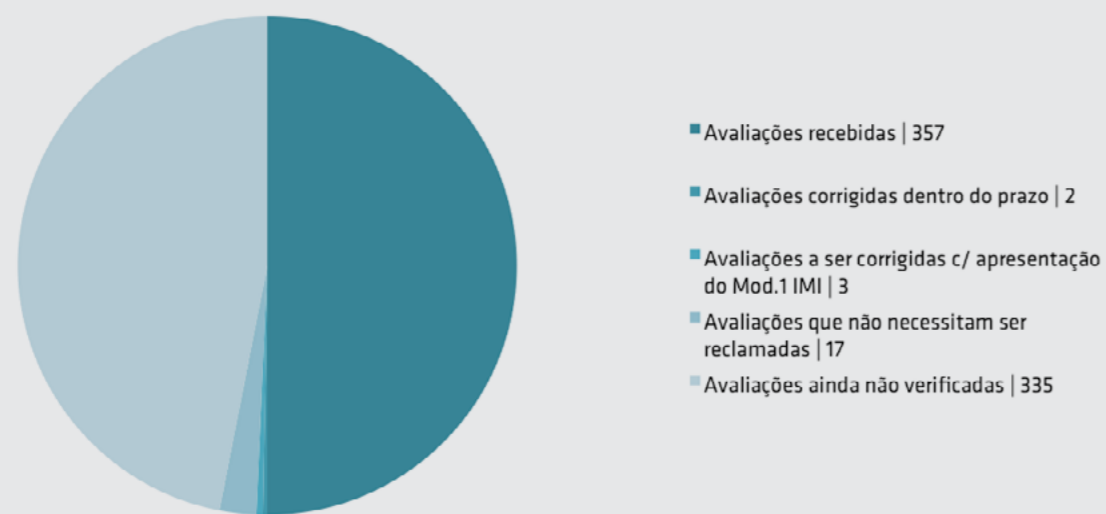
/3/ ATUALIZAÇÃO DE RENDAS NO ÂMBITO DO NRAU



10.4. REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Tendo sido recebidas 357 atualizações dos Impostos Municipais sobre Imóveis (IMI), nos últimos meses do ano, e por ser um processo moroso, no qual esteve envolvido um grupo de colaboradores administrativos e técnicos, apresentamos o gráfico que descreve o movimento possível, realizado durante o mês de Dezembro:

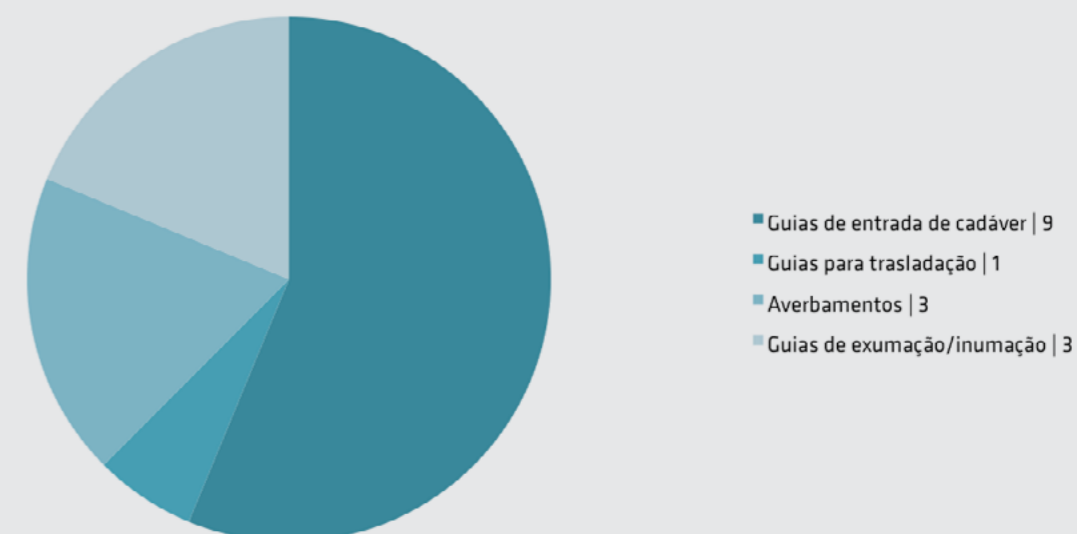
/4/ REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DA SCMP



10.5. CEMITÉRIO PRIVATIVO

No sentido do bom funcionamento deste Setor, com o apoio do colaborador adstrito ao Cemitério Privativo, foram realizados os atos que ao mesmo estão ligados, desde os averbamentos à emissão de guias de trasladação e/ou entrada de cadáveres.

/5/ CEMITÉRIO



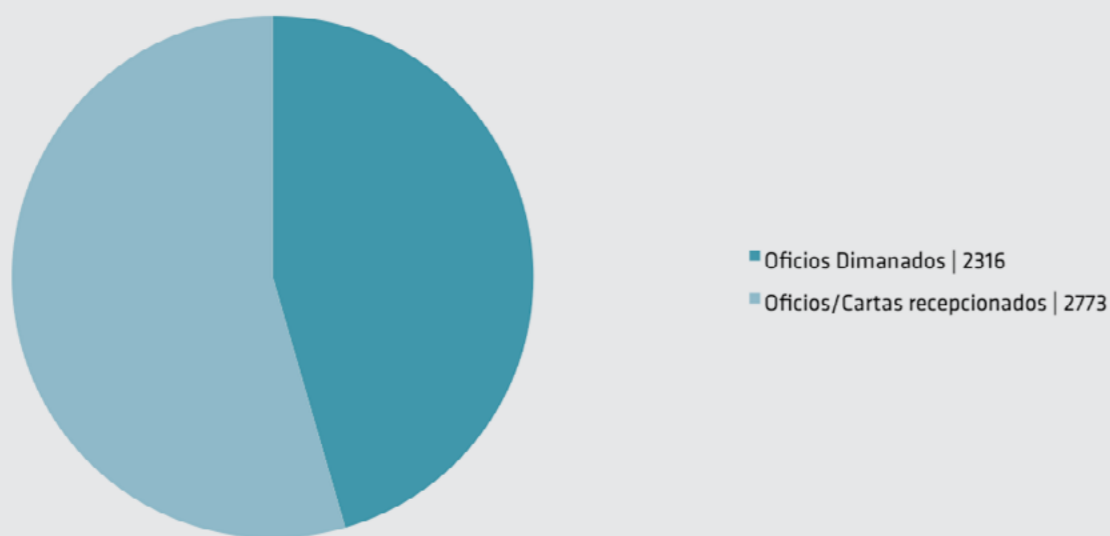
10.6. ARQUIVO GERAL

Houve a continuidade da seleção e arquivo de toda a documentação rececionada, em cada respetivo processo, a fim de uma resposta exata a qualquer tipo de consulta, dentro e fora do Departamento, para apoio dos mais diversificados pedidos.

10.7. EXPEDIENTE GERAL

Durante este ano, foram recebidos 2773 documentos, a fim de serem carimbados, numerados, registados e enviados para o Departamento respetivo. Do mesmo modo, foram expedidos 2316 ofícios, após a sua numeração, datação e remessa para a morada pretendida.

/6/ EXPEDIENTE



10.8. GESTÃO DOCUMENTAL

a) Gestão da Correspondência

Foi possível atingir, de acordo com o projeto de gestão de correspondência, os seguintes objetivos

- eliminar a circulação de documentos em suporte de papel
- registo de documentos – correspondência recebida/enviada
- identificação automática de toda a documentação recebida e expedida
- classificação dos documentos
- a redução dos custos e dos espaços de armazenamento

b) Gestão das reuniões da Mesa Administrativa

No sentido da informatização dos procedimentos que abrangem a dinâmica das reuniões deste Órgão, desde a sua marcação à inclusão das respetivas propostas, desde a elaboração da correspondente ata à sua assinatura, assim como à divulgação das deliberações atinentes a cada Departamento e/ou Estabelecimento, será aplicada a solução adequada à desmaterialização das atuais tarefas

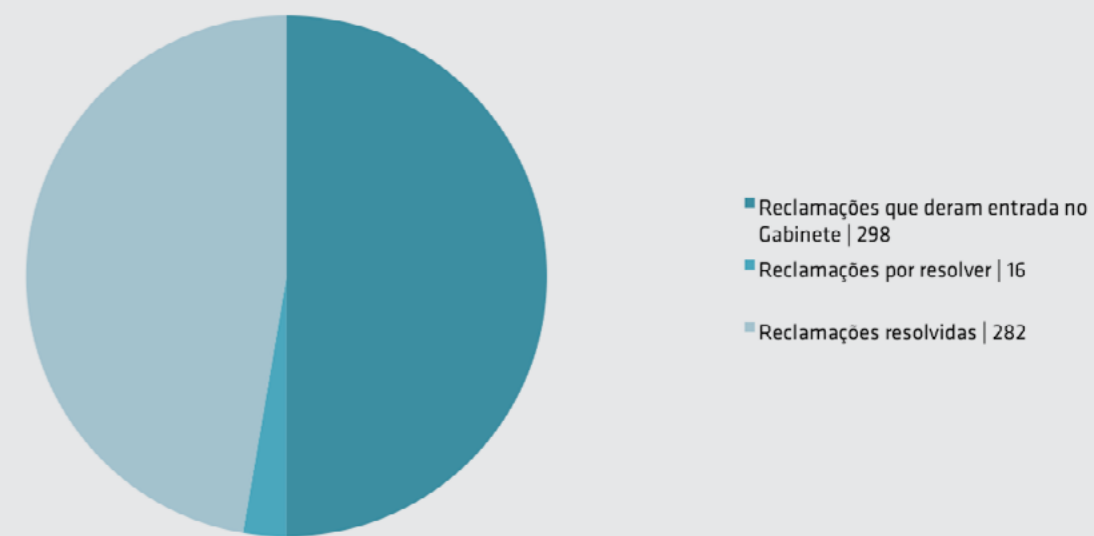
Este inovador processo irá permitir o arquivo digital de cada ação, reduzindo o espaço físico e as despesas de conservação que o atual agora exige.

Inquilinato

1. Gabinete do Inquilino

Pela criação deste Gabinete, em Janeiro de 2009, juntamente com as disposições constantes no Regulamento de Apoio à Gestão de Arrendamentos (RAGA), continua a haver um vínculo de ligação, entre a Senhoria/Misericórdia e o Inquilino, sempre com o intuito de solucionar as reclamações apresentadas, no sentido da resposta eficaz, célere e direta para a valorização das condições do património imobiliário de arrendamento.

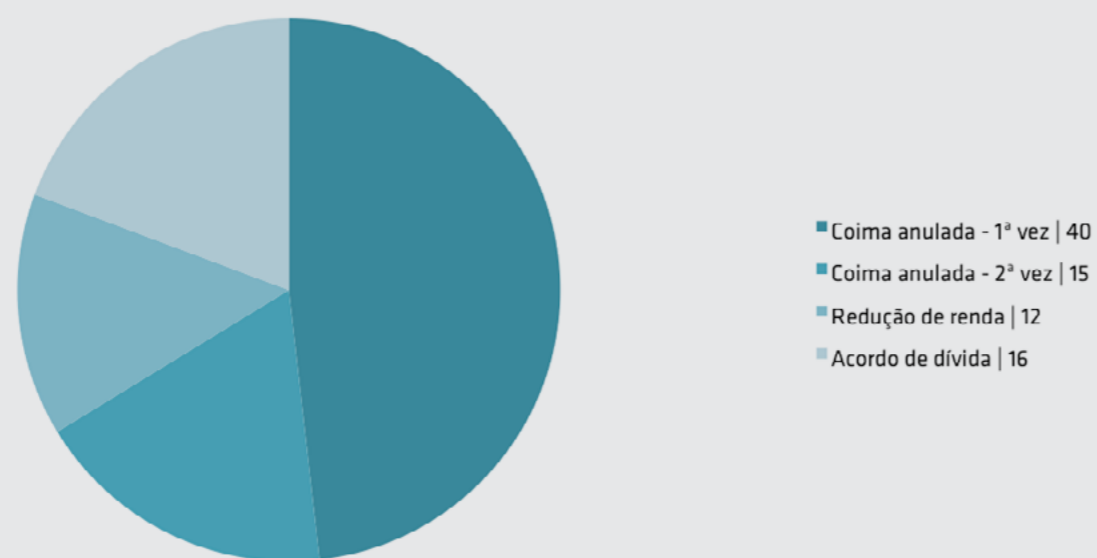
No quadro de variadas reclamações, às quais foi possível responder na sua maioria, de acordo com o gráfico seguinte:



2. Rendas em atraso

Neste ano, continuou o abalo instalado no País, provocando um aumento no índice do desemprego, o corte nos valores dos subsídios, instalando nas famílias a falta de dinheiro e a consequente rutura no cumprimento das suas obrigações mensais.

Ao longo de 2012, houve um painel variado de pedidos de ajuda para pagamento de valores de renda em atraso, quer através de pequenas prestações, declaradas em Acordo de Dívida, quer através da redução do valor da respetiva renda, incluindo a anulação das quantias das coimas aplicadas pelo incumprimento fora de tempo.



Houve resposta a todas as situações, de acordo com o perfil económico-social dos intervenientes, principalmente nos casos repletos de dificuldades e instabilidade económico-financeira.

10.8. CENTRAL DE COMPRAS

Se 2011 tinha sido um ano de grande contenção económica, o ano de 2012 ficou marcado pelo acentuar de políticas públicas de austeridade.

Esta situação implicou o reforço de medidas cautelares de contenção orçamental e de uma política mais ativa de compras e aquisição de bens e serviços.

A continuidade da aposta na conjugação da centralização das compras com a plataforma eletrónica Vortal

revelou-se decisiva na obtenção de poupanças significativas por via da negociação e consequente diminuição dos custos.

De fato, verificou-se durante 2012 um aumento considerável das propostas recebidas via aquela plataforma, fazendo aumentar a concorrência entre os fornecedores e dessa forma a propensão para negociar.

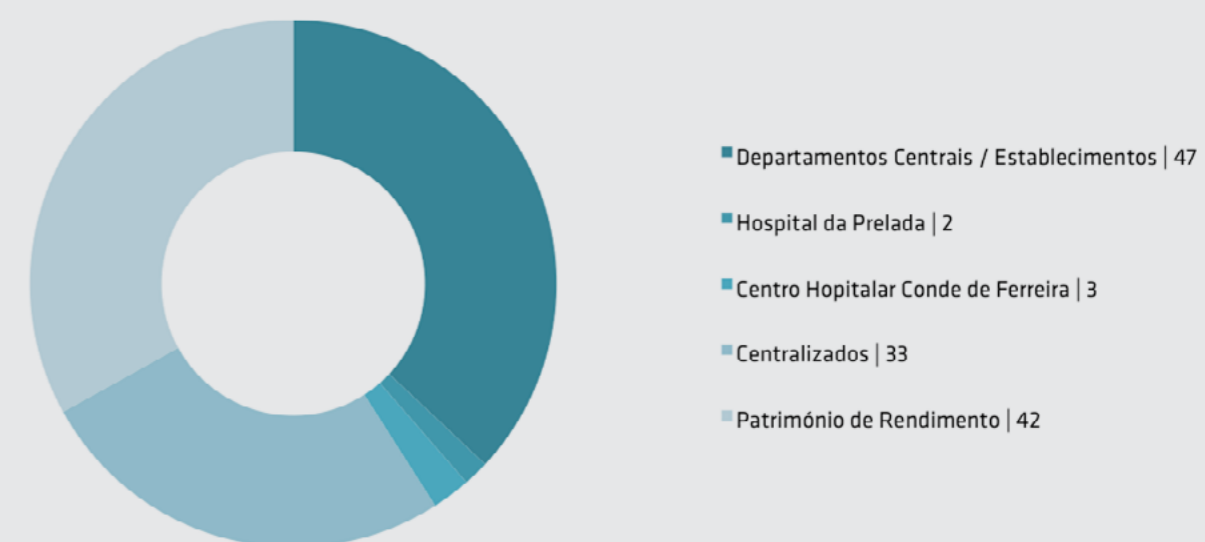
A nível interno, a evolução francamente positiva da utilização do software da logística por parte de todos os utilizadores foi determinante, não só na eficiência da gestão dos pedidos, como também na maior articulação com os fornecedores – o envio das notas de encomenda em simultâneo, permite-lhes gerir a sua logística de forma mais proveitosa, o que se reflete em preços mais vantajosos para a SCMP.

Este é um caminho que está ainda a ser percorrido, passo a passo, de forma sustentada e conjunta por todas as unidades orgânicas da SCMP.

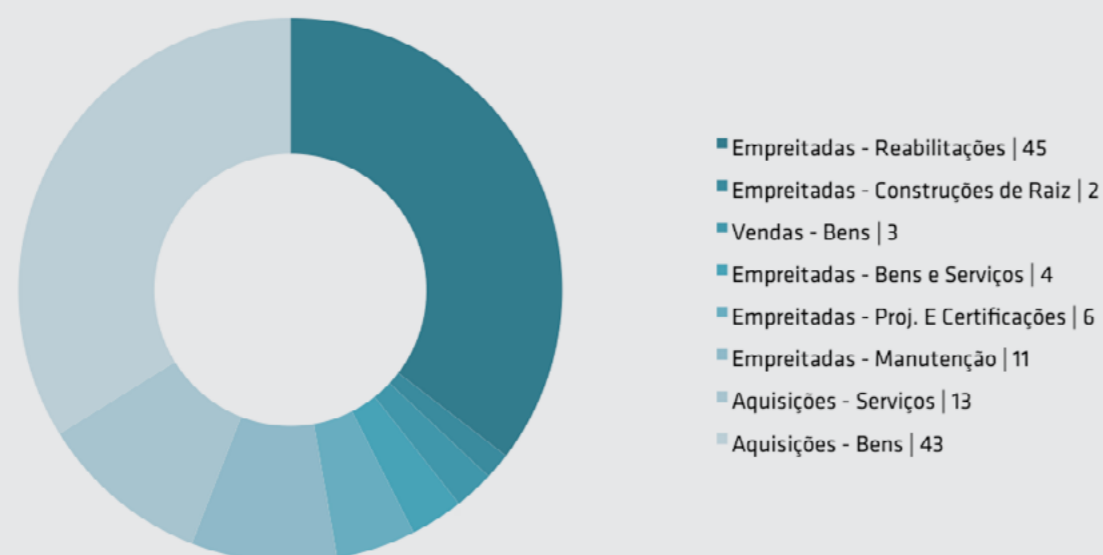
a) Procedimentos realizados em 2012

Globalmente, em 2012 foram realizados 127 procedimentos, conforme descritos nos gráficos abaixo:

/7/ NUMERO DE PROCEDIMENTOS



/8/ FINALIDADES DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS



b) Procedimentos centralizados para a aquisição de bens e serviços

Em 2012 foram lançados cerca de 30 procedimentos centralizados para a aquisição de bens e serviços. Alguns deles, foram lançados no final do ano, para vigorarem durante o ano de 2013. Estes procedimentos centralizados abrangeram áreas tão diversas como fornecimento, confeção e distribuição de alimentação, gás natural ou detergentes.

A centralização de todo o processo de confeção na cozinha central do HOSPITAL DA PRELADA e o seu posterior transporte e distribuição aos restantes Estabelecimentos da SCMP, representa uma mudança significativa de paradigma no que à alimentação da SCMP diz respeito.

A implicação da realização de obras e apetrechamento da cozinha do Hospital da Prelada, juntamente com a mudança de refeições transportadas em detrimento da confeção em cada Estabelecimento, acarreta mudanças não só a nível logístico como de recursos - humanos e materiais - nunca antes sentidas na SCMP com um procedimento centralizado.

Cada vez mais a negociação das propostas apresentadas assume um papel fundamental na obtenção de poupanças. Este ano, nos principais procedimentos centralizados, a SCMP conseguiu diminuir em cerca de 9,13% o valor das propostas apresentadas através da negociação efetuada, traduzindo-se num valor absoluto de cerca de € 313.000.

Comparando os principais contratos centralizados em vigor em 2012 e os agora negociados para 2013, verificamos que haverá uma poupança considerável, cifrando-se num valor absoluto acima de € 470.000, ou seja, 13,37%.

TIPO	PROCEDIMENTO DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL 2012	VALOR NEGOCIADO E ESTIMADO PARA O ANO DE 2013	DIFERENÇA ANUAL	
				VALOR ABSOLUTO	%
SERVIÇOS	ALIMENTAÇÃO	€ 1.727.717,00	€ 1.574.950,00	-€ 1.574.950,00	-8,84%
	DESINFESTAÇÃO	€ 5.093,25	€ 3.552,35	-€ 3.552,35	-30,25%
	LAVAGEM E TRATAMENTO DE ROUPA	€ 339.420,00	€ 318.054,00	-€ 318.054,00	-6,29%
	LIMPEZA	€ 713.218,00	€ 582.710,00	-€ 582.710,00	-18,30%
	SEGURANÇA	€ 486.719,97	€ 349.032,00	-€ 349.032,00	-28,29%
	MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	€ 27.064,70	€ 16.042,68	-€ 16.042,68	-40,72%
	FRALDAS E PENSOS HIGIÉNICOS	€ 71.130,80	€ 69.977,10	-€ 1.153,70	-1,62%
	BABETES E OUTROS DESCARTÁVEIS	€ 70.615,86	€ 59.719,75	-€ 10.896,11	-15,43%
	UTENSÍLIOS DE LIMPEZA	€ 1.571,39	€ 1.739,86	€ 168,47	10,72%
	DETERGENTES	€ 13.624,91	€ 14.648,95	€ 1.024,04	7,52%
BENS	PRODUTOS DE HIGIENE	€ 8.394,97	€ 8.325,60	-€ 69,37	-0,83%
	PRODUTOS DE HIGIENE - PAPÉIS	€ 54.750,83	€ 49.901,04	-€ 4.849,80	-8,86%
	SACOS DE PLÁSTICO	€ 27.443,22	€ 27.597,24	€ 154,02	0,56%
		€ 3.519.700,20	€ 3.060.207,89	-€ 470.514,34	-13,37%

Vemos que irão ser os procedimentos ligados aos serviços os que mais contribuirão para as poupanças a obter. Destaca-se, ainda, o procedimento centralizado de manutenção de elevadores, onde se irá obter a poupança mais significativa em termos percentuais. Para o biénio 2013-14 o custo de manutenção de elevadores será de menos 40,72% face a 2012.

b) Aquisição de Bens e Serviços para os Departamentos Centrais e Estabelecimentos (Procedimentos não-centralizados)

Relativamente aos procedimentos realizados para aquisição de bens e serviços apenas para os Departamentos Centrais e Estabelecimentos (Procedimentos não-centralizados), o montante global de aquisições cifrou-se em € 1.341.733,60, sendo que € 471.329,85 foram para aquisição de bens e € 870.403,75 para a prestação de serviços.

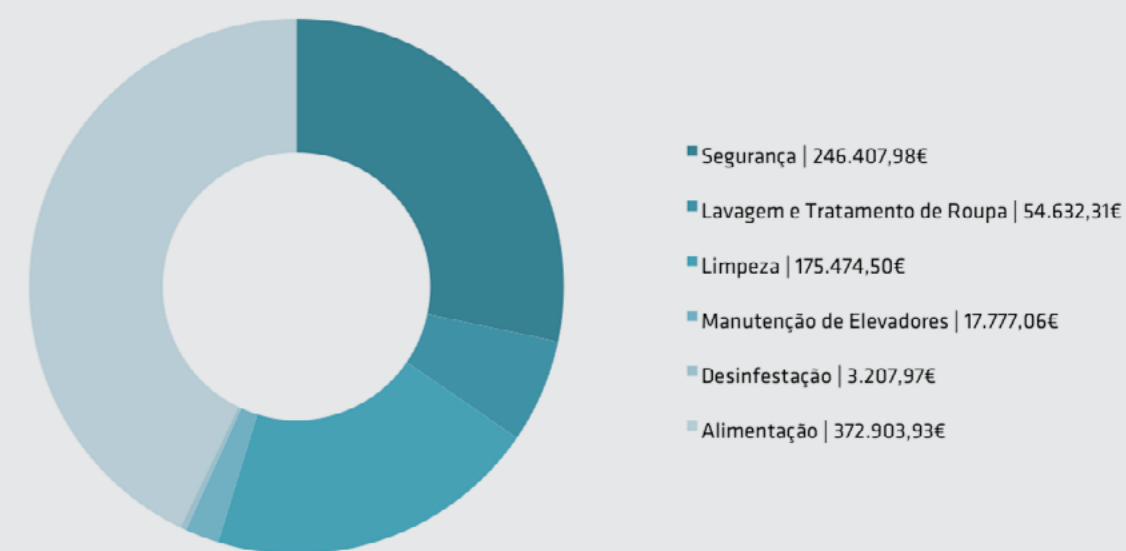
Nos gráficos seguintes vemos a distribuição por áreas de aquisição, primeiro nos bens e depois nos serviços:

/9/ AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS - DEPARTAMENTOS CENTRAIS/ESTABELECIMENTOS



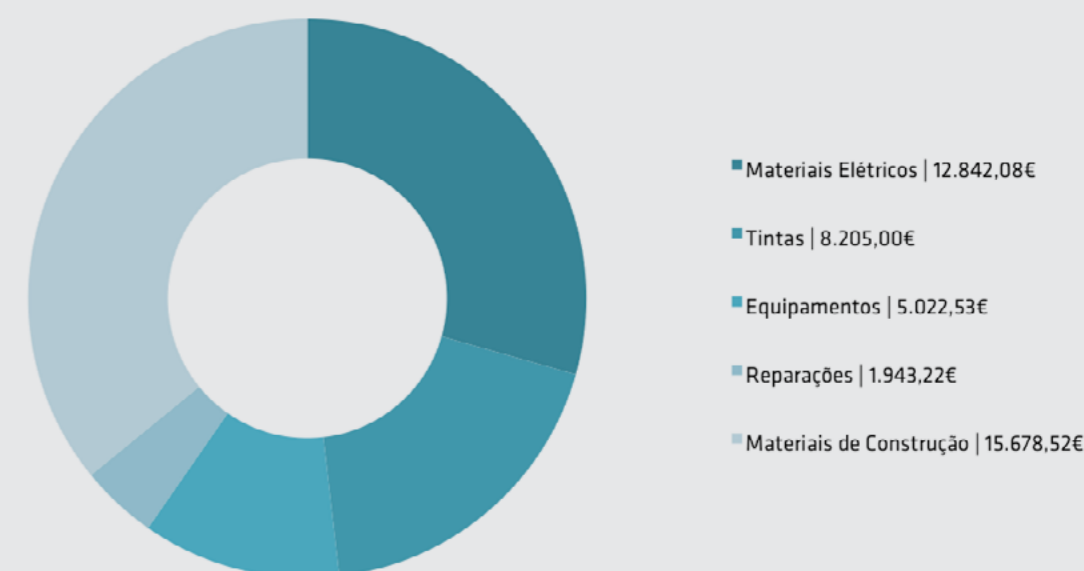
/10/ EMPREITADAS - PROCEDIMENTOS DE OBRAS ADJUDICADAS

Relativamente às empreitadas adjudicadas, através do gráfico abaixo podemos ver a distribuição do volume total:



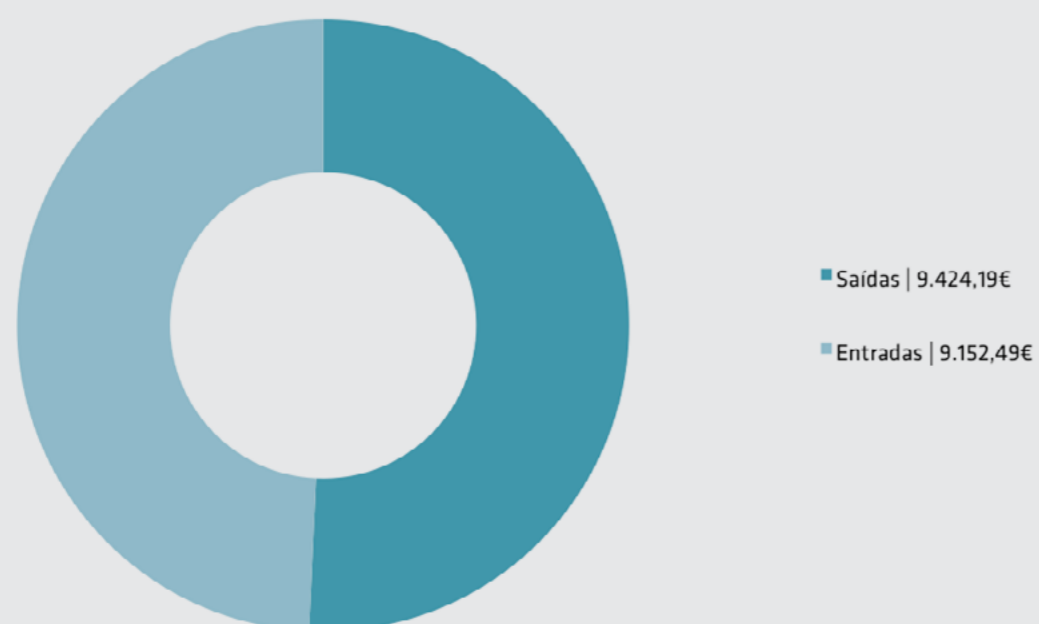
/11/ AQUISIÇÕES PARA O SETOR DE CONSERVAÇÃO

Pelo gráfico seguinte podemos ver a título de exemplo as aquisições efetuadas para o Setor de Conservação:



/12/ ARMAZÉM

Relativamente ao Armazém Geral, as entradas ascenderam a € 9.152,49 enquanto as saídas cifraram-se em € 9.424,19, verificando-se uma quase paridade entre entradas e saídas, como se pode ver no gráfico abaixo:



Verifica-se assim o esforço em ter em stock apenas o necessário, de forma a diminuir o valor investido e assim libertar meios económicos para serem alocados a outras aquisições mais prementes.

Isto significa que, cada vez mais, as entregas são realizadas em processo just in time e por outro lado, temos de ser exímios na gestão dos stocks de armazém, ajustando sempre que necessário os níveis de stock de segurança e garantindo que as encomendas são enviadas atempadamente para que não se verifiquem quaisquer ruturas. Para isso contribui de forma significativa o sistema informático (logística) implantado no ano passado.

10.9. PATRIMÓNIO

Além da manutenção necessária aos prédios de rendimento e de operacionalização, a área do Património concentrou-se na reabilitação da Casa da Prelada, na melhoria de condições de instalação do Hospital da Prelada – Dr Domingos Braga da Cruz, contribuindo para a sua modernização e no Centro Hospitalar do Conde de Ferreira. Estas três áreas permitiram recuperar iniciativa à instituição e, simultaneamente, criar as condições para a existência de uma área de recuperação e reabilitação do património de rendimento com o Programa 2020. No seguimento da decisão tomada pela Mesa Administrativa, tendo como um dos objetivos o de aumentar receitas pela via de uma melhor utilização do Património de Rendimento, levar-se-á a cabo o PROGRAMA 2020, num horizonte de oito anos (2013/2020), durante os quais se pretende:

- Delinear uma estratégia de abordagem ao património de rendimento disponível;
- Traçar o plano de atuação em função das necessidades emergentes;
- Escolher, com precisão, os pontos de atuação, por forma a que os investimentos levados a cabo sejam alvo de procura, permitam encaixe financeiro e tenham o respetivo retorno.

Fundamentalmente as intervenções assentarão nos seguintes princípios:

- Intervenções de baixo custo –low cost;
- Orientação para residências universitárias, hotelaria e restauração de âmbito social, apartamentos para jovens casais, escritórios para jovens licenciados, criação de gabinetes para a instalação de micro- empresas, ou empresas unipessoais, criação de centros de negócios para empresários free-lancers;
- A SCMP poderá intervir isoladamente ou em parceria com outras entidades.

Dividido em três grandes áreas, operacional, histórico e cultural e de rendimento, o nosso património tem, nesta fase de mudança de paradigma, as condições estratégicas para poder ser rentabilizado com eficácia e eficiência ao serviço da nossa missão.

NOTAS FINAIS

O ano de 2012 não deixa, na nossa memória coletiva, saudades pelo facto de ter sido um ano onde o programa externo de ajustamento da nossa economia se sentiu de uma maneira muito acutilante.

Numa economia solidária, a crise das funções sociais do Estado, a par das de soberania, evidencia a necessidade de se acertar um discurso que procure responder às dificuldades das famílias e das pessoas sem colocar em causa a sustentabilidade das instituições.

À eventual saída do Estado da área social devemos responder com uma maior presença das Misericórdias que, desde o século XVI, se habituaram a dar um sinal das suas preocupações junto daqueles a quem a lei da vida não tem sido muito simpática.

Agrademos a todos os Irmãos e Irmãs, pela confiança depositada na mesa Administrativa, ao Definitório o seu conselho oportuno e avisado, à Mesa da Assembleia Geral a cooperação institucional sempre atenta.

Aos nossos colaboradores e colaboradoras uma palavra de agradecimento pela sua compreensão e porque este resultado ora apresentado também não seria possível sem o seu empenho e participação.

Ao Senhor D. Manuel Clemente um obrigado simples pelo seu altruísmo e optimismo sobre o futuro de Portugal.

Uma palavra final de esperança porque acreditamos que melhores dias virão para a nossa sociedade e que a nossa comunidade de Homens e Mulheres saberá estar à altura de cumprir as catorze Obras de Misericórdia num compromisso ativo entre a tradição e a modernidade.

.....

GESTÃO

.....

FINANCEIRA

.....

GESTÃO FINANCEIRA

O ano de 2012 marca as séries estatísticas das contas e indicadores de conjuntura da economia portuguesa atendendo ao seu significado, impacto e consequências económicas e sociais dos valores registados.

O pulsar da economia, mensurado através do produto interno bruto (PIB), registou uma diminuição de 3,2%. Em termos nominais o valor do PIB situou-se nos 165,4 mil milhões de euros. Para este facto foram decisivos os contributos decrescentes das despesas de consumo final das famílias e administrações públicas de 5,6% e 4,4%, respectivamente. Cumulativamente, a despesa relativa ao investimento e procura interna decresceram 13,7% e 6,8%, respectivamente. Por último, há a registar o acréscimo das exportações de 3,3% acompanhado pelo decréscimo das importações de 6,9%, com relevo directo no bom desempenho da balança comercial.

A taxa de desemprego atingiu no final do ano 17%.

O contexto de enquadramento do país referenciado foi implicitamente internalizado e repercutiu-se no desempenho económico-financeiro da Santa Casa da Misericórdia do Porto, sendo de salientar os seguintes factores mais significativos aos diferentes níveis:

DESEMPENHO ECONÓMICO

AO NÍVEL DOS RENDIMENTOS /RECEITA

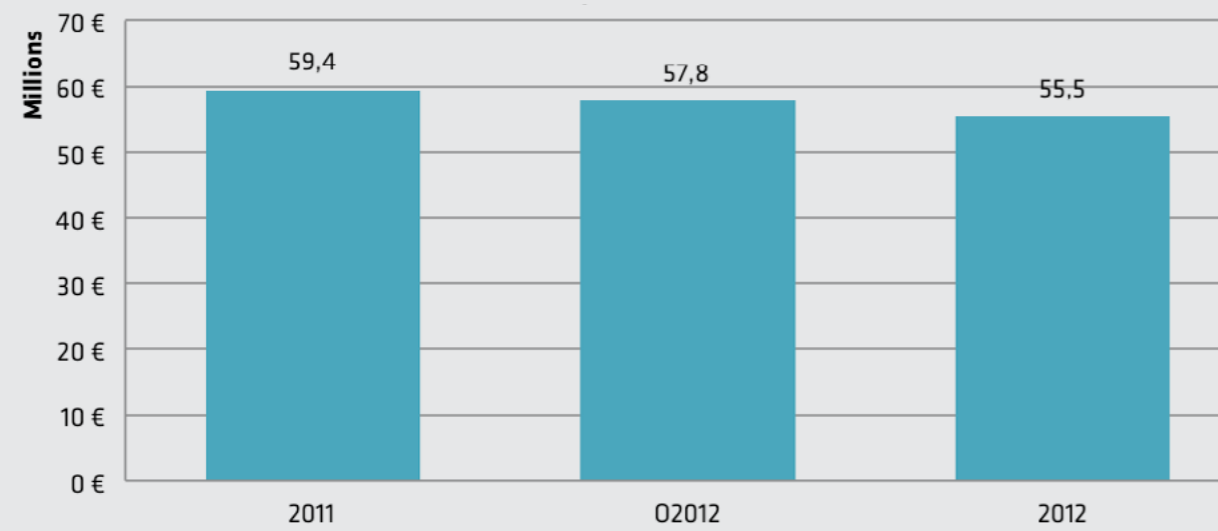
Ajustamento administrativo dos preços dos actos das várias linhas de produção do contrato programa de 2012, mantendo o mesmo nível de produção/quantidades de 2011, cujo impacto foi de redução do financiamento de 3M€, ao considerar só a produção base. Ao considerar a produção base, mais a produção adicional o valor será de 4.5M€.

Apesar do aumento do número de entidades protocoladas com a área da saúde da SCMP verificou-se uma diminuição da procura de serviços de saúde ao nível dos segmentos de clientes particulares, subsistemas e seguros.

Desafectação do serviço *facility* de alimentação do contrato entre a SCMP e a DGEP que sendo uma variável do modelo de financiamento ao ser assumida directamente pelo estado gerou uma redução de 0,5M€ na prestação e serviços, com igual reflexo do lado dos encargos suportados pela SCMP.

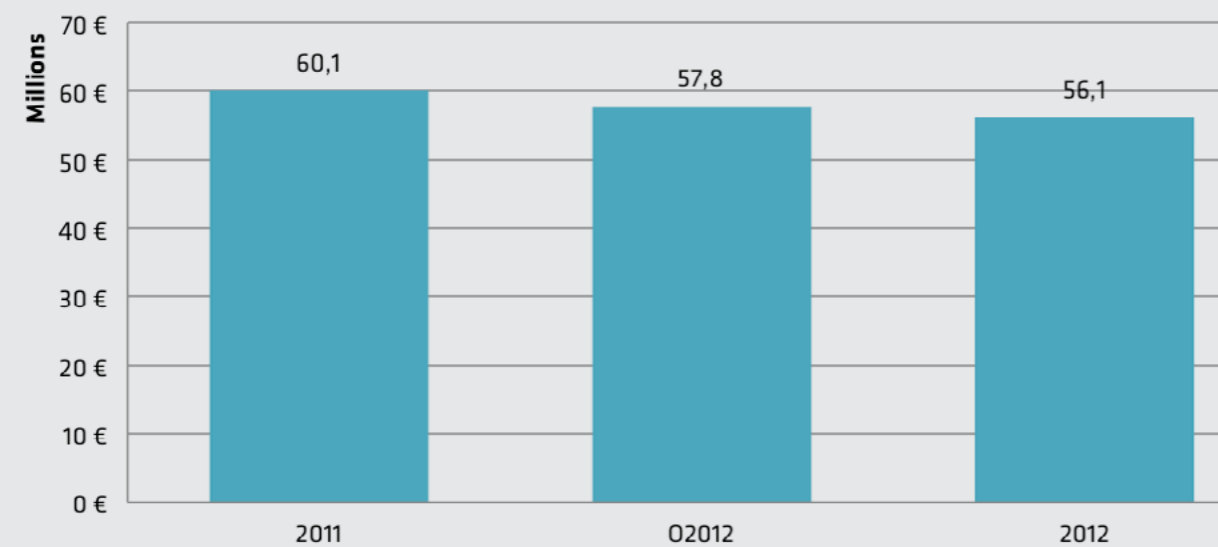
Os rendimentos/receita operacional consolidada, em termos orçamentais registou um desvio desfavorável de 2,3M€ face ao previsto. Em termos homólogos o decréscimo verificado foi de 7%.

/1/ RENDIMENTOS/RECEITA EBITDA



Os rendimentos /receita total consolidada, em termos orçamentais registou uma diminuição de 1,7M€ face ao previsto. Em termos homólogos o decréscimo verificado foi também de 7%.

/2/ RENDIMENTOS/RECEITA



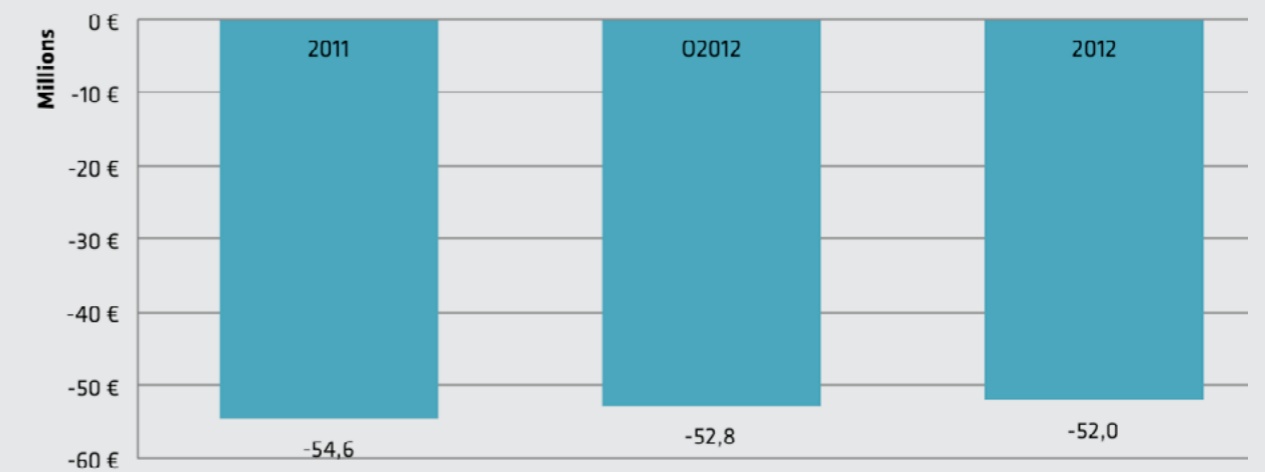
AO NÍVEL DOS GASTOS /DESPESA

Racionalização imprimida ao nível do da gestão de recursos humanos expressa na diminuição número de colaboradores do quadro e contratados a prazo de 2,78%.

Optimização das condições de aquisição de bens e serviços, através da abertura de procedimentos conjuntos e centralizados, contemplando as necessidades globais do universo SCMP advindo daí o ganho de escala/peso negocial e consequentes poupanças.

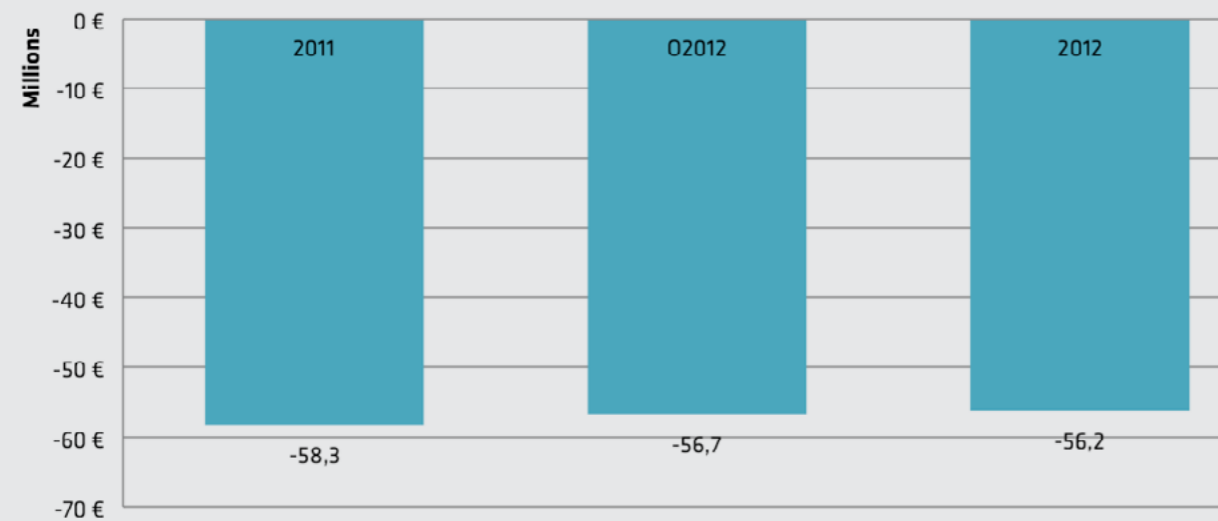
Os gastos /despesa operacional consolidada, em termos orçamentais registou um desvio favorável de 0,8M€ face ao previsto. Em termos homólogos o decréscimo verificado foi de 5%.

/3/ GASTOS/DESPESA EBITDA



Os gastos /despesa total consolidada, em termos orçamentais registou um desvio favorável de 0,5M€ face ao previsto. Em termos homólogos o decréscimo verificado foi também de 4%.

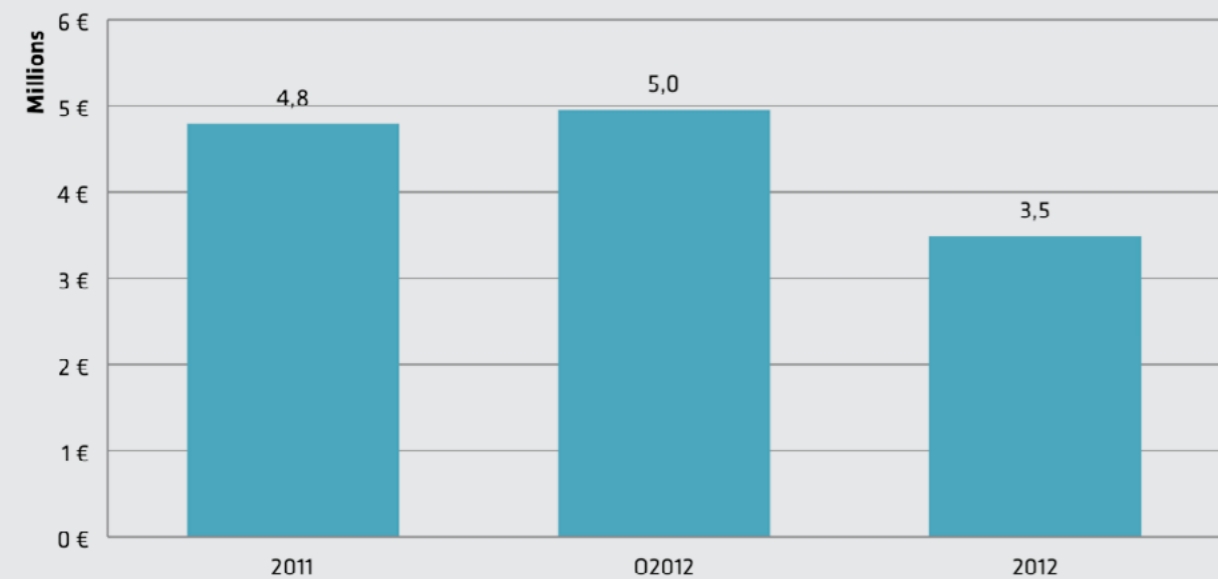
/4/ GASTOS/DESPESA



AO NÍVEL DOS RESULTADOS

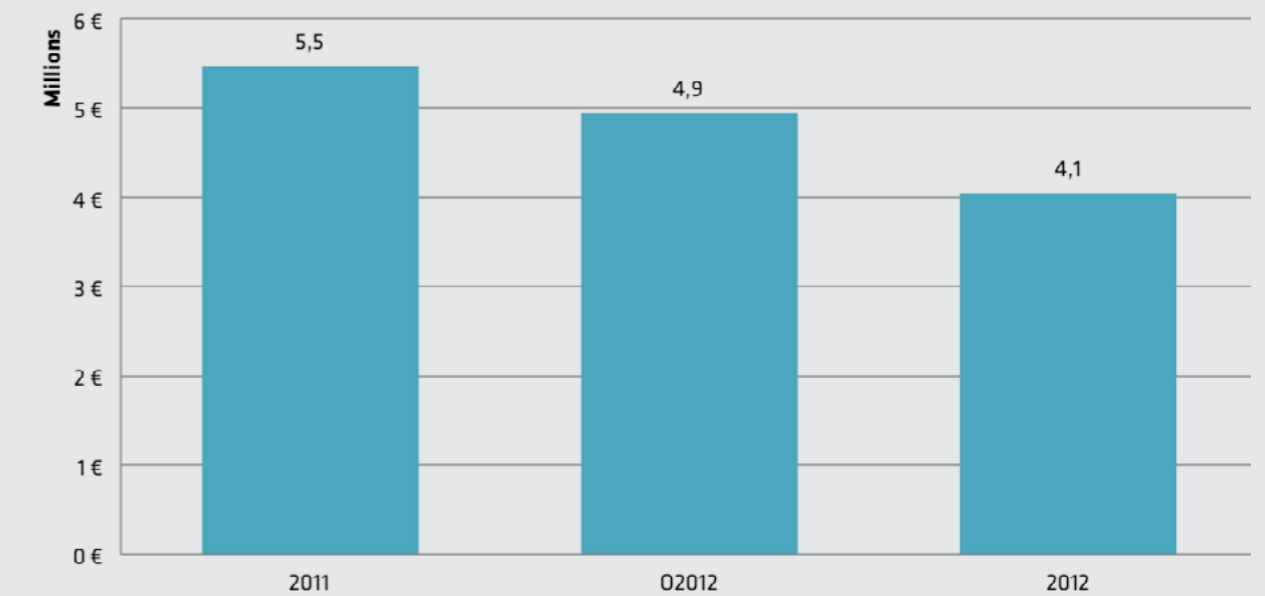
O EBITDA, em termos orçamentais ficou 1,5M€ aquém do previsto em termos absolutos. Face a período homólogo decresceu 27%.

/5/ EBITDA



O Resultado Líquido do Período pode considerar-se neutro, evidenciando um desvio desfavorável de 1,2M€ face ao perspectivado em sede de orçamento. Em termos homólogos verificou-se um decréscimo de 26%.

/6/ CASH-FLOW



DESEMPENHO FINANCEIRO

Ao nível do quociente entre o activo/passivo corrente de 1,37 em 2012 face a 1,38 em período homólogo, verificou-se uma diminuição de 1,2%, mantendo-se praticamente inalterável a robustez e capacidade de a SCMP fazer face às suas responsabilidades e obrigações resultantes da operação corrente.

A rubrica de inventários líquida de perdas por imparidade teve um incremento de 2,3%. Relativamente aos activos biológicos, que compreendem essencialmente os activos de produção, verificou-se uma redução de 33% quando comparado com o período homólogo.

As condições de pagamento foram optimizadas, tendo em linha de conta a obtenção de prémios de desconto por diminuição de prazos de pagamento como se pode verificar pela diminuição da rubrica de fornecedores de 32%.

Os recursos financeiros da SCMP aumentaram 5%. A sua rentabilidade média resultante do conjunto de aplicações financeiras efectuadas no exercício de 2012 foi de 5,32%, ou seja, 24% mais do que o verificado em período homólogo.

O ajustamento ocorrido ao nível do capital próprio deveu-se ao facto de a SCMP por força de imperativo legal ter adoptado o novo normativo contabilístico SNC-ESNL, aplicável às entidades do sector não lucrativo. Logo, o mesmo deveu-se aos efeitos resultantes da transição do PCIPSS para o referido normativo.

.....
DEMONSTRAÇÕES
.....
FINANCEIRAS
.....

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL

1.1 BALANÇO

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

ACTIVO	NOTAS	31-12-2012	31-12-2011 <i>reexpresso - nota 2</i>
ACTIVO NÃO-CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	143 887 983,82	144 839 365,10
Bens do património histórico e cultural	7	7 977 874,43	7 895 523,44
Propriedades de investimento	8	71 492 976,47	71 295 729,29
Activos intangíveis	9	485 214,23	392 255,22
Activos Biológicos	12	33 511,50	50 000,00
Participação de capital - metodo da equivalência patrimonial	10		
Outros activos financeiros	13	817 266,27	449 625,27
Outras contas a receber	13	31 998,18	31 485,84
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		224 726 824,90	224 953 984,16
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	12	787 390,29	769 727,47
Clientes	13	3 872 943,63	3 025 859,38
Aditamentos a fornecedores		7 431,07	10 322,65
Estado e outros entes públicos	21	284 459,43	397 769,08
Fundadores/benem./patroc./doadores /associados/ membros		26 153,08	19 348,62
Outras contas a receber	13	35 594 969,50	40 064 971,43
Diferimentos	14	113 610,15	119 137,63
Caixa e depósitos bancários	4 e 13	17 136 370,20	16 248 710,24
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		57 823 327,35	60 655 846,50
TOTAL DO ACTIVO		282 550 152,25	285 609 830,66

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	NOTAS	31-12-2012	31-12-2011 <i>reexpresso - nota 2</i>
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos		146 824 394,58	146 824 394,58
Reservas		1 450 030,04	1 450 030,04
Resultados transitados		35 595 165,28	33 967 764,62
Ajustamentos em activos financeiros		(256 752,30)	(256 752,30)
Excedentes de revalorização		48 358 882,93	48 358 882,93
Outras variações nos fundos patrimoniais		2 566 982,77	2 845 394,74
Resultado liquido do exercicio		(156 363,88)	1 626 738,73
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	16	234 382 339,42	234 816 453,34
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	17 e 18	4 205 114,66	5 066 409,32
Financiamentos obtidos	19	1 595 318,24	1 815 660,08
outras contas a pagar	19	43 599,93	25 388,49
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		5 844 032,83	6 907 457,89
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	19	2 485 515,02	3 639 821,52
Aditamentos de clientes	20	29 701 200,29	29 683 027,64
Estado e outros entes públicos	21	1 217 678,92	1 162 113,75
Financiamentos obtidos	19	250 788,56	334 608,79
Diferimentos	22	325 356,13	196 495,74
Outras contas a pagar	19	8 343 241,08	8 869 851,99
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		42 323 780,00	43 885 919,43
TOTAL DO PASSIVO		48 167 812,83	50 793 377,32
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		282 550 152,25	285 609 830,66

o anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2012

1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011 <i>reexpresso - nota 2</i>
Vendas e serviços prestados	23	45 597 278,69	49 370 603,78
Subsídios, Doações e Legados à exploração	24	2 996 082,81	2 724 672,18
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	10 194,04	(99 560,00)
Variação nos inventários da produção	12	(16 488,50)	(61 900,00)
Trabalhos para a própria entidade		692 287,77	570 502,27
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(6 130 810,17)	(6 646 941,67)
Fornecimentos e serviços externos	25	(12 312 929,58)	(13 191 566,88)
Gastos com o pessoal	26	(33 024 914,55)	(33 511 389,67)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(40 755,17)	(175 666,04)
Provisões (aumentos/reduções)	17	95 832,62	401 298,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	13	367 641,00	(79 522,00)
Outros rendimentos e ganhos	28	5 748 692,87	6 441 785,19
Outros gastos e perdas	29	(486 378,23)	(785 160,31)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		3 495 733,60	4 957 154,85
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	27	(4 208 106,12)	(4 004 134,87)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		(712 372,52)	953 019,98
Juros e rendimentos similares obtidos	30	563 654,01	688 179,05
Juros e gastos similares suportados	30	(7 645,37)	(14 460,30)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(156 363,88)	1 626 738,73
Imposto sobre o rendimento do exercício	11		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(156 363,88)	1 626 738,73

o anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL NO EXERCÍCIO DE 2011
MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

	NOTAS	FUNDOS	RESERVAS
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2011 (anterior referencial contabilístico)		146 824 394,58	444 504,96
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO:			
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2		
Reconhecimento de subsídios ao investimento	27		
Efeitos do registo de doações obtidas no exercício			1 005 525,08
Efeitos da inventariação física dos bens móveis da Instituição			
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior			
Outras variações reconhecidas nos fundos patrimoniais			
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		146 824 394,58	1 450 030,04
RESULTADO EXTENSIVO			
OPERAÇÕES COM IRMÃOS NO EXERCÍCIO			
Fundos			
Subsídios, Doações e Legados			
Outras operações			
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		146 824 394,58	1 450 030,04

	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2011 (anterior referencial contabilístico)	38 102 688,92		48 358 882,93		273 429,48	234 003 900,87
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO:						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	(1 520 369,36)	(256 752,30)		3 412 633,25		635 511,59
Reconhecimento de subsídios ao investimento				(567 238,51)		(567 238,51)
Efeitos do registo de doações obtidas no exercício						1 005 525,08
Efeitos da inventariação física dos bens móveis da Instituição	(2 870 978,11)					(2 870 978,11)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	273 429,48				(273 429,48)	
Outras variações reconhecidas nos fundos patrimoniais	(17 006,31)					(17 006,31)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33 967 764,62	(256 752,30)	48 358 882,93	2 845 394,74		233 189 714,61
RESULTADO EXTENSIVO					1 626 738,73	1 626 738,73
OPERAÇÕES COM IRMÃOS NO EXERCÍCIO					1 626 738,73	1 626 738,73
Fundos						
Subsídios, Doações e Legados						
Outras operações						
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	33 967 764,62	(256 752,30)	48 358 882,93	2 845 394,74	1 626 738,73	234 816 453,34

1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL NO EXERCÍCIO DE 2012
MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

	NOTAS	FUNDOS	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2011		146 824 394,58	1 450 030,04	33 967 764,62	(256 752,30)	48 358 882,93	2 845 394,74	1 626 738,73	234 816 453,34
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO:									
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior (reexpresso)				1 626 738,73				1 626 738,73	
Efeitos do registo de doações obtidas no exercício							80 400,00		80 400,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	28						(358 811,97)		(358 811,97)
Outras variações reconhecidas nos fundos patrimoniais				661,93					661,93
		146 824 394,58	1 450 030,04	35 595 165,28	(256 752,30)	48 358 882,93	2 566 982,77		234 538 703,30
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								(156 363,88)	(156 363,88)
RESULTADO EXTENSIVO								(156 363,88)	(156 363,88)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO EXERCÍCIO									
Fundos									
Subsídios, Doações e Legados									
Outras operações									
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		146 824 394,58	1 450 030,04	35 595 165,28	(256 752,30)	48 358 882,93	2 566 982,77	(156 363,88)	234 382 339,42

1.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31-12-2012
MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

//1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Santa Casa da Misericórdia do Porto (“Instituição”) tem a sua sede na Rua das Flores, nº 15, Porto.

A actividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas: assuntos sociais, que inclui, nomeadamente, a sub-área da saúde (Hospital da Prelada e Centro Hospitalar Conde Ferreira) e de apoio social; área dos projectos especiais (Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo); ensino e formação profissional; cultura e culto; bem-estar e ambiente e gestão do património; gerando as suas receitas mais significativas nas áreas da saúde e de apoio social, bem como as resultantes de aplicações financeiras e de outros investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 12 de Março de 2013. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Definitório, nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

//2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo

A Instituição adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) pela primeira vez em 2012, aplicando para o efeito, a NCRF-ESNL 5 – Adopção pela Primeira vez da NCRF-ESNL. A data de transição é 1 de Janeiro de 2011, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF-ESNL 5.

A Instituição alterou as demonstrações financeiras de 2011, preparadas e aprovadas de acordo com anterior referencial contabilístico em vigor em Portugal para Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS) de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2012.

A NCRF-ESNL 2, prevê que sempre que esta Norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Instituição em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, esta deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) às Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento nº1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- c) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

A reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2011 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2011 é evidenciada como segue:

RUBRICA	01-01-2011 (DATA DA TRANSIÇÃO)	31-12-2011 (DATA DO ÚLTIMO RELATO EM PCIPSS)
FUNDOS PATRIMONIAIS DE ACORDO COM O ANTERIOR REFERENCIAL CONTABILISTICO	234.003.900,87	233.920.426,23
a) Ajustamentos de contas a receber	(322.205,60)	(400.544,27)
b) Aplicação do método da equivalência patrimonial	(256.752,30)	(55.211,52)
c) Gastos com conservação e reparação	(1.038.932,76)	(1.334.380,84)
d) Subsídios ao investimento	3.412.633,25	2.845.394,74
e) Gastos com inventários	(159.231,00)	(159.231,00)
AJUSTAMENTO TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL	1.635.511,59	896.027,11
FUNDO PATRIMONIAL DE ACORDO COM AS NCRF-ESNL	235.639.412,46	234.816.453,34

Os ajustamentos de conversão relacionados com a transição para o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo acima resumidos e evidenciados na coluna “Ajustamentos de conversão para NCRF” e na coluna “MEP” nos quadros abaixo podem resumir-se como segue:

a) No processo de transição para o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo, a Instituição desreconheceu do balanço, registando o corresponde ajustamento na demonstração dos resultados, gastos com contas a receber que não cumprem com os requisitos do novo normativo contabilístico para serem considerados activos financeiros.

b) Os ajustamentos de conversão relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial referem-se a efeitos da adopção da NCRF 15 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação segundo a qual a Instituição nas demonstrações financeiras anexas valorizou o investimento financeiro na sua subsidiária de acordo com o método de equivalência patrimonial (Notas 3.6 e 10).

c) No processo de transição para o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo, a Instituição desreconheceu do balanço e reconheceu na demonstração dos resultados os correspondentes gastos com conservação e reparação de edifícios, os quais se encontravam a ser registados no balanço na rubrica de “Activos Fixos Tangíveis em Curso” e em “Diferimentos” e posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados num período de três anos. De acordo com o novo normativo contabilístico SNC-ESNL estes gastos devem ser registados na demonstração dos resultados nos exercícios em que ocorrem.

d) Os ajustamentos de conversão relacionados com subsídios ao investimento referem-se a efeitos da adopção da NCRF-ESNL 14 - Contabilização dos subsídios e outros apoios, segundo a qual a Instituição reclassificou para o Fundo Patrimonial o valor dos subsídios ao investimento que se encontram relacionados com activos fixos tangíveis e que são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

No anterior normativo contabilístico estes subsídios eram registados no balanço, na rubrica do passivo “Proveitos diferidos” e posteriormente imputados numa base sistemática como rendimentos, de forma a balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

e) Os ajustamentos de conversão relacionados com gastos de inventários referem-se a efeitos da mensuração dos inventários, de forma a assegurar que a mesma cumpre com os requisitos de mensuração exigidos pelo novo normativo.

Os efeitos, no balanço em 31 de Dezembro de 2011, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCIPSS para as demonstrações financeiras preparadas em conformidade com a NCRF-ESNL, detalham-se como se segue:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011				
	POCIPSS	Ajustamentos de conversão para NCRF-ESNL	MEP	Reclassificações de conversão para NCRF-ENSL	NCRF-ENSL
ACTIVO CORRENTE					
Activos fixos tangíveis	153.474.129,72	(739.241,18)	-	(7.895.523,44)	144.839.365,10
Propriedades de investimento	-	-	-	71.295.729,29	71.295.729,29
Bens do património histórico e cultural	-	-	-	7.895.523,44	7.895.523,44
Activos intangíveis	392.255,22	-	-	-	392.255,22
Activos Biológicos	-	-	-	50.000,00	50.000,00
Investimentos Financeiros	71.750.199,60	-	-	(71.750.199,60)	-
Participações de capital - método da equivalência patrimonial	-	-	(5.000,00)	5.000,00	-
Outros activos financeiros	-	-	-	449.625,27	449.625,27
Outras contas a Receber	31.485,84	-	-	-	31.485,84
	<u>225.648.070,38</u>	<u>(739.241,18)</u>	<u>(5.000,00)</u>	<u>50.154,96</u>	<u>224.953.984,16</u>
ACTIVO CORRENTE					
Inventários	978.958,47	(159.231,00)	-	(50.000,00)	769.727,47
Clientes	3.190.180,13	(164.320,75)	-	-	3.025.859,38
Adiantamentos a fornecedores	10.322,65	-	-	-	10.322,65
Estado e outros entes públicos	397.769,08	-	-	-	397.769,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-	19.348,62	19.348,62
Outras contas a receber	40.310.603,65	(236.223,52)	10.094,88	(19.503,58)	40.064.971,43
Diferimentos	714.277,29	(595.139,66)	-	-	119.137,63
Caixa e depósitos bancários	16.248.710,24	-	-	-	16.248.710,24
	<u>61.850.821,51</u>	<u>(1.154.914,93)</u>	<u>10.094,88</u>	<u>(50.154,96)</u>	<u>60.655.846,50</u>
Total do Activo	<u>287.498.891,89</u>	<u>(1.894.156,11)</u>	<u>5.094,88</u>	<u>(0,00)</u>	<u>285.609.830,66</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	146.824.394,58	-	-	-	146.824.394,58
Reservas	1.450.030,04	-	-	-	1.450.030,04
Resultados transitados	35.505.140,29	(1.537.375,67)	-	-	33.967.764,62
Ajustamentos em activos financeiros	-	-	(256.752,30)	-	(256.752,30)
Excedentes de revalorização	48.358.882,93	-	-	-	48.358.882,93
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	2.845.394,74	-	-	2.845.394,74
Resultado líquido do exercício	1.781.978,39	(356.780,44)	201.540,78	-	1.626.738,73
Total Fundos Patrimoniais	<u>233.920.426,23</u>	<u>951.238,63</u>	<u>(55.211,52)</u>	<u>-</u>	<u>234.816.453,34</u>
PASSIVO					
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	5.006.102,92	-	60.306,40	-	5.066.409,32
Financiamentos obtidos	1.815.660,08	-	-	-	1.815.660,08
Outras contas a pagar	25.388,49	-	-	-	25.388,49
	<u>6.847.151,49</u>	<u>-</u>	<u>60.306,40</u>	<u>-</u>	<u>6.907.457,89</u>
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	3.639.821,52	-	-	-	3.639.821,52
Adiantamentos de clientes	29.683.027,64	-	-	-	29.683.027,64
Estado e outros entes públicos	1.162.113,75	-	-	-	1.162.113,75
Financiamentos obtidos	215.571,79	-	-	119.037,00	334.608,79
Outras contas a pagar	8.988.888,99	-	-	(119.037,00)	8.869.851,99
Diferimentos	3.041.890,48	(2.845.394,74)	-	-	196.495,74
	<u>46.731.314,17</u>	<u>(2.845.394,74)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.885.919,43</u>
Total do Passivo	<u>53.578.465,66</u>	<u>(2.845.394,74)</u>	<u>60.306,40</u>	<u>-</u>	<u>50.793.377,32</u>
Total do Fundos Patrimoniais e do Passivo	<u>287.498.891,89</u>	<u>(1.894.156,11)</u>	<u>5.094,88</u>	<u>-</u>	<u>285.609.830,66</u>

As reclassificações de conversão relacionados com a transição para o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo e evidenciados na coluna “Reclassificações de conversão para NCRF” referem-se essencialmente à reclassificação das Propriedades de Investimento que no anterior normativo se encontravam registadas na rubrica “Investimentos financeiros”.

Reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

EXERCÍCIO FINDO EM 31-12-2011 - DATA DO ÚLTIMO RELATO EM PCIPSS

DE ACORDO COM O ANTERIOR REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	1.781.978,39
a) Ajustamentos de contas a receber	(61.331,49)
b) Aplicação do método da equivalência patrimonial	201.540,78
c) Gastos com conservação e reparação	(295.448,95)
EFEITO TOTAL	155.239,66
DE ACORDO COM A NCRF-ESNL	1.626.738,73

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 é detalhado como se segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011				
	POCIPSS	Ajustamentos de conversão para NCRF-ESNL	MEP	Reclassificações de conversão para NCRF-ESNL	NCRF-ESNL
Vendas e serviços prestados	49.370.603,78	-	-	-	49.370.603,78
Subsídios, Doações e Legados à exploração	2.507.655,22	-	-	217.016,96	2.724.672,18
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	-	-	(99.560,00)	-	(99.560,00)
Variação nos inventários da produção	(61.900,00)	-	-	-	(61.900,00)
Trabalhos para a própria entidade	570.502,27	-	-	-	570.502,27
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(6.664.758,15)	-	-	17.816,48	(6.646.941,67)
Fornecimentos e serviços externos	(12.688.119,93)	(283.667,57)	-	(219.779,38)	(13.191.566,88)
Gastos com o pessoal	(33.802.725,57)	-	-	291.335,90	(33.511.389,67)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(474.902,71)	(61.331,49)	301.100,78	59.467,38	(175.666,04)
Provisões (aumentos/reduções)	(6.202,00)	-	-	407.500,00	401.298,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	(79.522,00)	(79.522,00)
Outros rendimentos e ganhos	779.550,82	-	-	5.662.234,37	6.441.785,19
Outros gastos e perdas	(134.406,79)	-	-	(650.753,52)	(785.160,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(604.703,06)	(344.999,06)	201.540,78	5.705.316,19	4.957.154,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(3.689.710,37)	(11.781,38)	-	(302.643,12)	(4.004.134,87)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(4.294.413,43)	(356.780,44)	201.540,78	5.402.673,07	953.019,98
Juros e rendimentos similares obtidos	4.806.171,91	-	-	(4.117.992,86)	688.179,05
Juros e gastos similares suportados	(404.486,26)	-	-	390.025,96	(14.460,30)
Resultados extraordinários	1.674.706,17	-	-	(1.674.706,17)	-
Resultado antes de impostos	1.781.978,39	(356.780,44)	201.540,78	-	1.626.738,73
Impostos sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.781.978,39	(356.780,44)	201.540,78	-	1.626.738,73

//3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

/A/ BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

/B/ ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS AFECTOS AO HOSPITAL DA PRELADA “DR. DOMINGOS BRAGA DA CRUZ”

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1991 encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. Adicionalmente, em 1993 a Instituição fez reflectir no valor do terreno obtido para construção do Hospital da Prelada, avaliação independente, efectuada pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, para efeitos da então Contribuição Autárquica, tendo atribuído ao terreno o montante de 36.145.390 Euros, por contrapartida de aumento do Fundo Patrimonial da Instituição naquele montante. No exercício de 1996, a Instituição realizou reavaliação utilizando os coeficientes de desvalorização monetária previstos na Portaria nº107/96, de 10 de Abril aplicável aos restantes bens, cujo acréscimo teve por contrapartida a rubrica de “Excedentes de revalorização” no montante de 2.257.455 Euros.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

*DEPARTAMENTOS CENTRAIS E RESTANTES ESTABELECIMENTOS
(INCLUINDO O CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA)*

Os activos fixos tangíveis, recebidas por herança, doação ou adquiridas até 1 de Janeiro 1990, encontram-se registadas pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto no Fundo patrimonial foi, naquela data, de, aproximadamente, 81.600.000 Euros. Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

No âmbito do processo de transição para o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo, a Instituição deu continuidade ao processo iniciado em exercícios anteriores relacionado com a reconciliação do património imobiliário, da qual é titular, com os seus registos contabilísticos, cadastro do imobilizado e correspondentes informações provenientes das autoridades tributárias relativamente ao património da Instituição, nomeadamente no que diz respeito aos imóveis adquiridos ou recebidos em doação em data anterior a 1 de Janeiro de 1990. Durante este processo e, apesar dos desenvolvimentos verificados, ainda não foi possível dar como concluído o processo de reconciliação acima referido e determinar sobre a correcta e completa valorização do referido património imobiliário.

As amortizações dos activos fixos tangíveis adquiridos, doados ou herdados a partir de 1 de Janeiro de 1990 (os anteriores não estão a ser amortizados pela Instituição), são calculadas pelo método das quotas constantes com os seguintes períodos de vida útil estimada:

CLASSE DE BENS	ANOS
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	25-50
EQUIPAMENTO BÁSICO	6
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	6-5
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	4
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	6

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

/C/ PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, as edificações urbanas e propriedades rústicas que não se encontram afectas à actividade operacional da Instituição mas são detidas essencialmente para a obtenção de rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

Os imóveis, recebidos por herança ou doação ou construídos até 1 de Janeiro 1990, encontram-se registados pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto no Fundo Patrimonial foi, naquela data, de aproximadamente 57.700.000 Euros; os restantes encontram-se registados ao custo de aquisição. As amortizações das propriedades de investimento adquiridas em data posterior a 1 de Janeiro de 1990 (os anteriores não estão a ser amortizados pela Instituição) encontram-se a ser efectuadas linearmente, durante um período de 50 anos, e são registadas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

As propriedades de investimento construídas ou adquiridas são mensuradas ao custo, enquanto ue as propriedades de investimento recebidas por herança ou doação são registadas inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efectuada por uma entidade especializada.

Os activos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o activo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo activo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais se espera a realização de actividades presentes ou futuras são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

/D/ ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. A rubrica de “Activos intangíveis” inclui essencialmente gastos com programas de computador e licenças.

Os dispêndios com actividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

CLASSE DE BENS	ANOS
PROGRAMAS COMPUTADOR	3-6

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

/E/ IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

/F/ PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Instituição nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Instituição incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como uma perda do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Instituição tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Instituição retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias são eliminados proporcionalmente ao interesse da Instituição nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

/G/ INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

Os inventários da Instituição incluem itens do património artístico, nomeadamente itens do arquivo histórico, porcelanas, pratas que se encontram registadas ao custo de aquisição.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Instituição consiste no custo médio.

Os activos biológicos encontram-se mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

/H/ ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF-ESNL 17 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) AO CUSTO OU CUSTO AMORTIZADO

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Clientes, utentes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

(ii) IMPARIDADE DE ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Instituição desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

/I/ SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente, imputadas numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das acções e actividades subsidiadas.

/J/ RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente das propriedades de investimento é registado na rubrica “ Outros rendimentos e ganhos - Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento”.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que permita actividades presentes e futuras fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

/K/ JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

- a) Vidas úteis de activos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Análises de imparidade de participações financeiras;
- d) Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões.

/L/ IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a Declaração da Direcção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de Fevereiro de 1990, a

Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas em relação às cate-gorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correcções resultantes de revi-sões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

/M/ TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são actualizados às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transacções em moeda estrangeira e as resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

/N/ PROVISÕES

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

/O/ BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Planos de benefícios definidos

A Instituição tem um plano de benefícios definidos para complementos de reforma.

A Instituição quantifica e regista uma provisão para fazer face aos encargos com complementos e pensões de reforma com reformados no âmbito da Caixa Privativa da Instituição e da Caixa Geral de Aposentações a qual se encontra registada na rubrica “Provisões”.

As responsabilidades da Instituição relacionadas com este plano são revistas em cada data de relato. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos nos resultados na rubrica “Provisões (aumentos/reduções)”.

Actualmente, a Instituição não assume quaisquer responsabilidades por complementos de pensões com empregados no activo.

3.16 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

/P/ ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

/Q/ ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

//4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalha-se conforme se segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Numerário	53.645,21	43.709,19
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.605.268,10	623.957,31
Aplicações de tesouraria	10.477.456,89	15.581.043,74
	<u>17.136.370,20</u>	<u>16.248.710,24</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis” inclui o montante de 6.330.158 Euros referente a recebimento da ACSS, o qual corresponde a uma transferência bancária ordenada por esta entidade datada de 28 de Dezembro de 2012.

A rubrica de “Aplicações de tesouraria” refere-se a montantes relacionados com aplicações de curto prazo, as quais vencem juros a taxas de mercado e são reembolsáveis até 3 meses.

//5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas e/ou correcções de erros face ao exercício anterior, excepto no que se refere aos efeitos decorrentes da transição para o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo (Nota 2).

//6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Equipamentos biológicos	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	40.398.965,80	117.815.018,24	16.221.042,30	915.216,61	5.645.948,68	863.297,15	914.541,23	5.559.802,08	188.333.832,09
Aquisições	-	71.622,59	95.379,90	-	203.946,92	16.676,74	-	2.853.989,55	3.241.615,70
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	1.586.633,43	-	-	10.268,53	-	-	(2.072.529,50)	(475.627,54)
Outras variações	-	-	-	(16.510,21)	(43,97)	-	-	-	(16.554,18)
Saldo final	<u>40.398.965,80</u>	<u>119.473.274,26</u>	<u>16.316.422,20</u>	<u>898.706,40</u>	<u>5.860.120,16</u>	<u>879.973,89</u>	<u>914.541,23</u>	<u>6.341.262,13</u>	<u>191.083.266,07</u>
Amortizações Acumuladas:									
Saldo inicial	-	24.841.340,24	12.859.877,14	657.141,60	4.057.777,84	635.603,62	442.726,55	-	43.494.466,99
Amortizações do exercício (Nota 27)	-	1.492.967,68	1.360.254,58	88.979,73	658.310,69	72.847,16	43.965,63	-	3.717.325,47
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	(16.510,21)	-	-	-	-	(16.510,21)
Saldo final	<u>-</u>	<u>26.334.307,92</u>	<u>14.220.131,72</u>	<u>729.611,12</u>	<u>4.716.088,53</u>	<u>708.450,78</u>	<u>486.692,18</u>	<u>-</u>	<u>47.195.282,25</u>
	<u>40.398.965,80</u>	<u>93.138.966,34</u>	<u>2.096.290,48</u>	<u>169.095,28</u>	<u>1.144.031,63</u>	<u>171.523,11</u>	<u>427.849,05</u>	<u>6.341.262,13</u>	<u>143.887.983,82</u>
	2011								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Equipamentos biológicos	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	38.999.192,69	116.746.597,45	15.736.255,07	1.044.510,21	5.254.007,19	634.093,41	914.541,23	4.380.938,69	183.710.135,94
Aquisições	4.306.514,26	641.561,57	644.500,90	3.517,00	257.916,40	6.759,11	-	3.593.072,96	9.453.842,20
Alienações	(2.906.741,15)	-	(7.577,10)	(3.517,00)	(4.914,31)	-	-	(7.038,00)	(2.929.787,56)
Transferências	-	427.675,54	-	-	214.615,24	109.093,00	-	(2.075.973,80)	(1.324.590,02)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	(9.348,00)	(35.132,68)	(129.293,60)	(66.034,51)	(3.906,36)	-	(307.581,00)	(551.296,15)
Saldo final	<u>40.398.965,80</u>	<u>117.806.486,56</u>	<u>16.338.046,19</u>	<u>915.216,61</u>	<u>5.655.590,01</u>	<u>746.039,16</u>	<u>914.541,23</u>	<u>5.583.418,85</u>	<u>188.358.304,41</u>
Amortizações Acumuladas:									
Saldo inicial	-	23.351.333,73	10.278.019,19	245.963,45	2.689.089,08	309.736,48	398.760,92	-	37.272.902,85
Amortizações do exercício (Nota 27)	-	1.490.172,97	1.386.053,58	92.075,42	572.857,50	46.394,36	43.965,63	-	3.631.519,46
Alienações	-	-	-	-	-	(4.519,62)	-	-	(4.519,62)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	7.948,82	1.256.959,90	319.102,69	810.167,04	224.858,17	-	-	2.619.036,62
Saldo final	<u>-</u>	<u>24.849.455,52</u>	<u>12.921.032,67</u>	<u>657.141,56</u>	<u>4.072.113,62</u>	<u>576.469,39</u>	<u>442.726,55</u>	<u>-</u>	<u>43.518.939,31</u>
	<u>40.398.965,80</u>	<u>92.957.031,04</u>	<u>3.417.013,52</u>	<u>258.075,05</u>	<u>1.583.476,39</u>	<u>169.569,77</u>	<u>471.814,68</u>	<u>5.583.418,85</u>	<u>144.839.365,10</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, as aquisições registadas na rubrica de “Activos fixos tangíveis em curso” referem-se essencialmente à capitalização de encargos com obras no Centro Cultural D. Francisco de Noronha.

Em 31 de Dezembro de 2012, a linha de “Transferências e Abates” refere-se essencialmente a obras em edifícios concluídas no exercício e que foram transferidas para a rubrica de “Edifícios e outras construções” e para a rubrica de “Propriedades de investimento” (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2011, os movimentos ocorridos na linha “Transferências e abates” referem-se essencialmente à passagem a firme de um conjunto de obras de beneficiação e remodelação geral em edifícios da Instituição tais como Hospital de São Lazaro, Quinta D’Alva e Igreja Privativa da Rua das Flores. Adicionalmente, no exercício foram passadas a firme as obras relacionadas com a nova área administrativa e área de consulta de cardiologia externa do estabelecimento do Hospital da Prelada.

Os aumentos verificados no exercício em 2011 na rubrica de Activos fixos tangíveis em curso referem-se essencialmente a obras no Centro Hospitalar Conde Ferreira, incluindo as obras relativas à instalação eléctrica do edifício. No exercício de 2011 também se verificaram aumentos significativos nos custos das obras do Centro Cultural D. Francisco de Noronha, ampliação do Lar Pereira de Lima e Colégio Nossa Senhora da Esperança.

As linhas de “Aquisições” e “Alienações” no exercício de 2011 incluem os efeitos de uma permuta celebrada entre a Instituição e a Câmara Municipal do Porto relativa a terrenos.

O movimento reflectido na coluna “Outras variações” refere-se essencialmente ao registo do acerto dos efeitos resultantes de inventariação física dos bens móveis da Instituição concluída pela American Appraisal em 2010, tendo o efeito líquido deste acerto, no montante de aproximadamente, 2.870.978 Euros, sido reflectido nas rubricas de Activos Fixos Tangíveis em contrapartida da rubrica de “Resultados Transitados” no Fundo Patrimonial, dado que as diferenças e correspondentes regularizações são provenientes de exercícios anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2012, as amortizações do exercício, no montante de 3.717.325,47 (3.631.519,46 Euros em 31 de Dezembro de 2011) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 27).

A repartição dos “Activos fixos Tangíveis em Curso”, em 31 de Dezembro de 2012, por projecto de investimento é como segue:

	2012
Centro Hospitalar Conde Ferreira	2.642.724,37
Centro Cultural D. Francisco de Noronha - Serviços Centrais	2.953.323,34
Hospital de Prelada "Dr. Domingos Braga Cruz"	246.193,86
Outras activos fixos tangíveis em curso	499.020,56
	<u>6.341.262,13</u>

//7 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Em 31 de Dezembro de 2012 a Instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e artístico que se considera oportuno preservar por razões de natureza histórico/cultural, e que se apresenta como traço característico o facto de não poderem ser substituídos, no montante de 7.977.874,43 Euros (7.895.523,44 Euros em 31 de Dezembro de 2011). Estes bens de acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, não são objecto de depreciação.

//8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2012
	Propriedades de investimento
	Arrendadas
Saldo inicial - quantia bruta	74.857.946,45
Adições	
Aquisições	-
Doações	80.400,00
Alienações	-
Transferências	474.835,36
Saldo final - quantia bruta	<u>75.413.181,81</u>
Saldo inicial - amortizações	3.562.217,16
Amortizações do exercício	357.988,18
Saldo final - amortizações	<u>3.920.205,34</u>
Saldo final - quantia escriturada líquida	<u>71.492.976,47</u>
	2011
	Propriedades de investimento
	Arrendadas
Saldo inicial - quantia bruta	72.678.712,89
Adições	
Aquisições	3.413.704,40
Doações	-
Alienações	(1.398.823,89)
Transferências	164.353,05
Saldo final - quantia bruta	<u>74.857.946,45</u>
Saldo inicial - amortizações	3.259.384,04
Amortizações do exercício	302.833,12
Saldo final - amortizações	<u>3.562.217,16</u>
Saldo final - quantia escriturada líquida	<u>71.295.729,29</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 a Instituição recebeu em doação um edifício sito na Avenida Fernão Magalhães, o qual foi registado tendo por base uma avaliação independente.

A rubrica “Transferências” refere-se a benfeitorias efectuadas em Propriedades de Investimentos que foram transferidas da rubrica de “Activos Fixos Tangíveis em Curso”.

Em 31 de Dezembro de 2011, as linhas de “Aquisições” e “Alienações” incluem os efeitos de uma permuta celebrada entre a instituição e a Câmara Municipal do Porto relativa a terrenos (movimentados na rubrica de “Terrenos e Recursos Naturais” (Nota 6), e um edifício (movimentado na rubrica “Propriedade de Investimento”), aos quais foi atribuído pelas partes o valor total de aproximadamente 4.306.000Euros. Como resultado da permuta foi registada uma mais-valia de aproximadamente 950Euros.

As amortizações das propriedades de investimento posteriores a 1 de Janeiro de 1990 (os anteriores não estão a ser amortizados pela Instituição) encontram-se a ser efectuadas linearmente, durante um período de 50 anos, e são registadas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Conforme referido na Nota 6, também relativamente às propriedades de investimento não foi possível concluir a análise de mensuração da valorização destes bens, pelo que não foi apurado o correspondente justo valor à data de 31 de Dezembro de 2012.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

		2012		
		Rendimentos de rendas	Amortizações do exercício	Resultado
Arrendadas				
Propriedades de Investimento (Notas 27 e 28)		4.120.636,25	(357.988,18)	3.762.648,07
		<u>4.120.636,25</u>	<u>(357.988,18)</u>	<u>3.762.648,07</u>
		2011		
		Rendimentos de rendas	Amortizações do exercício	Resultado
Arrendadas				
Propriedades de Investimento (Notas 27 e 28)		4.014.912,00	(302.833,12)	3.712.078,88
		<u>4.014.912,00</u>	<u>(302.833,12)</u>	<u>3.712.078,88</u>

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método de quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas e de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.3.

As amortizações do exercício, no montante de 357.988,18 Euros (302.833,12 Euros em 31 de Dezembro de 2011) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 27).

//9 ACTOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 o movimento ocorrido no montante dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

		2012			
		Programas de computador	Activos fixos intangíveis em curso	Adiantamentos p/ conta de activos fixos intangíveis	Total
Saldo inicial		442.768,74	-	132.925,95	575.694,69
Aquisições		203.369,18	15.342,57	145.785,05	364.496,80
Alienações		-	-	-	-
Transferências		(4.024,12)	-	(134.721,20)	(138.745,32)
Outras variações		-	-	-	-
Saldo final		<u>642.113,80</u>	<u>15.342,57</u>	<u>143.989,80</u>	<u>801.446,17</u>
Saldo inicial		183.439,47	-	-	183.439,47
Amortizações do exercício		132.792,47	-	-	132.792,47
Alienações		-	-	-	-
Transferências		-	-	-	-
Outras variações		-	-	-	-
Saldo final		<u>316.231,94</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>316.231,94</u>
		<u>325.881,86</u>	<u>15.342,57</u>	<u>143.989,80</u>	<u>485.214,23</u>
		2011			
		Programas de computador	Activos fixos intangíveis em curso	Adiantamentos p/ conta de activos fixos intangíveis	Total
Saldo inicial		299.443,65	-	273.896,85	573.340,50
Aquisições		143.325,09	-	55.952,95	199.278,04
Alienações		-	-	-	-
Transferências		-	-	(196.923,85)	(196.923,85)
Abates		-	-	-	-
Outras variações		-	-	-	-
Saldo final		<u>442.768,74</u>	<u>-</u>	<u>132.925,95</u>	<u>575.694,69</u>
Saldo inicial		113.657,18	-	-	113.657,18
Amortizações do exercício		69.782,29	-	-	69.782,29
Alienações		-	-	-	-
Transferências		-	-	-	-
Outras variações		-	-	-	-
Saldo final		<u>183.439,47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>183.439,47</u>
		<u>259.329,27</u>	<u>-</u>	<u>132.925,95</u>	<u>392.255,22</u>

As amortizações do exercício, no montante de 132.792,47 Euros (69.782,29 Euros em 31 de Dezembro de 2011) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 27).

Os activos fixos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.4.

//10 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a Instituição evidenciava o seguinte investimento em subsidiária:

		2012							
		Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária:									
CASA TESTA – COMÉRCIO DE LOTARIAS E NUMISMÁTICA, UNIPessoal, LDA.	Lisboa		615.362,27	665.474,13	(50.111,86)	10.194,04	100%	10.194,04	10.194,04
								<u>10.194,04</u>	<u>10.194,04</u>

		2011							
		Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária:									
CASA TESTA – COMÉRCIO DE LOTARIAS E NUMISMÁTICA, UNIPessoal, LDA.	Lisboa		744.838,27	805.144,17	(60.306,40)	(99.559,50)	100%	(99.559,50)	(99.559,50)
								<u>(99.559,50)</u>	<u>(99.559,50)</u>

A Casa Testa – Comércio De Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, tem como actividade operacional a venda de lotaria clássica e popular, bem como a compra e venda de moedas antigas, ouro, prata e cobres, sendo uma casa de apostas mais antigas no País.

Com a aplicação do novo normativo contabilístico, os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, método adoptado no processo de conversão (Nota 2).

A Instituição não se encontra a apresentar contas consolidadas na medida em que a sua única participada, Casa Testa, não é considerada materialmente relevante para a realização do objectivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das demonstrações financeiras da Instituição.

Em virtude de a proporção da Instituição nos resultados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a Instituição encontra-se a registar uma provisão no montante do Capital Próprio da mesma (Nota 17).

//11 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011.

//12 INVENTÁRIOS E ACTIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2012			2011		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	55.942,10	-	55.942,10	59.651,94	-	59.651,94
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	911.684,19	180.236,00	731.448,19	890.311,53	180.236,00	710.075,53
	<u>967.626,29</u>	<u>180.236,00</u>	<u>787.390,29</u>	<u>949.963,47</u>	<u>180.236,00</u>	<u>769.727,47</u>

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 é detalhado conforme se segue:

	2012		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	59.651,94	710.075,53	769.727,47
Compras	310.860,52	5.884.922,16	6.195.782,68
Regularizações	(13.268,63)	(34.041,06)	(47.309,69)
Saldo final	55.942,10	731.448,19	787.390,29
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>301.301,73</u>	<u>5.829.508,44</u>	<u>6.130.810,17</u>

	2012		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	59.651,94	710.075,53	769.727,47
Compras	310.860,52	5.884.922,16	6.195.782,68
Regularizações	(13.268,63)	(34.041,06)	(47.309,69)
Saldo final	55.942,10	731.448,19	787.390,29
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	301.301,73	5.829.508,44	6.130.810,17

ACTIVOS BIOLÓGICOS

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 é detalhada conforme se segue:

	2012	
	Produtos acabados	Total
Saldo inicial	50.000,00	50.000,00
Regularizações	-	-
Saldo final	33.511,50	33.511,50
Variação dos inventários da produção	(16.488,50)	(16.488,50)

	2011	
	Produtos acabados	Total
Saldo inicial	111.900,00	111.900,00
Regularizações	-	-
Saldo final	50.000,00	50.000,00
Variação dos inventários da produção	(61.900,00)	(61.900,00)

//13 ACTIVOS FINANCEIROS

CATEGORIAS DE ACTIVOS FINANCEIROS

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 são detalhadas conforme se segue:

ACTIVOS FINANCEIROS	2012			2011		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Não Corrente						
Activos financeiros ao justo valor por resultados:						
Outras aplicações financeiras	817.266,27	-	817.266,27	449.625,27	-	449.625,27
	817.266,27	-	817.266,27	449.625,27	-	449.625,27
Activos financeiros ao custo:						
Outras Contas a Receber	31.998,18	-	31.998,18	31.485,84	-	31.485,84
	31.998,18	-	31.998,18	31.485,84	-	31.485,84
Corrente						
Disponibilidades:						
Caixa e depósitos bancários	17.136.370,20	-	17.136.370,20	16.248.710,24	-	16.248.710,24
	17.136.370,20	-	17.136.370,20	16.248.710,24	-	16.248.710,24
Activos financeiros ao custo:						
Cientes	4.633.739,07	(760.795,44)	3.872.943,63	3.763.980,16	(738.120,78)	3.025.859,38
Outras Contas a Receber	36.407.353,62	(812.384,12)	35.594.969,50	40.918.742,43	(853.771,00)	40.064.971,43
	41.041.092,69	(1.573.179,56)	39.467.913,13	44.682.722,59	(1.591.891,78)	43.090.830,81
	59.026.727,34	(1.573.179,56)	57.453.547,78	61.412.543,94	(1.591.891,78)	59.820.652,16

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se essencialmente a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é deter por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”.

CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Outras contas a receber” refere-se essencialmente ao valor da prestação de serviços do exercício de 2012, ainda não facturado pelo Hospital da Prelada à A.C.S.S., no montante de 34.500.000 Euros (37.800.000 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

Do montante total da receita referida acima, a Instituição já recebeu a título de adiantamento, o montante de aproximadamente 29.679.000 Euros (29.683.000 Euros em 31 de Dezembro de 2011), reflectido na rubrica do balanço “Adiantamentos de Clientes” (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011, as perdas por imparidade da Instituição apresentavam-se como segue:

	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Imparidade de clientes	738.120,78	55.854,15	(33.179,49)	-	760.795,44
Imparidade de outras contas a receber	853.771,00	74.879,41	(56.798,90)	(59.467,39)	812.384,12
	<u>1.591.891,78</u>	<u>130.733,56</u>	<u>(89.978,39)</u>	<u>(59.467,39)</u>	<u>1.573.179,56</u>

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Imparidade de clientes	627.338,16	172.098,34	(23.428,41)	(37.887,31)	738.120,78
Imparidade de outras contas a receber	826.774,89	63.035,08	(36.038,97)	-	853.771,00
	<u>1.454.113,05</u>	<u>235.133,42</u>	<u>(59.467,38)</u>	<u>(37.887,31)</u>	<u>1.591.891,78</u>

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 40.775,17 euros (perdas por imparidade de 175.666,04 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

//14 DIFERIMENTO - ACTIVO CORRENTE

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica do activo corrente "Diferimentos" é constituída essencialmente por rendas diferidas relacionadas com equipamentos hospitalares para o desenvolvimento da actividade operacional, no montante de 113.610,15 Euros (119.137,63 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

//15 GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2012, a responsabilidade da Instituição por garantias prestadas ascendia a 5.548.922,06 Euros, dos quais, (i) 3.989.824,52 Euros refere-se a uma garantia bancária relacionada com o empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos no âmbito do Programa Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; (ii) 1.037.679 Euros a favor do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; (iii) 483.110,25 a favor do Ministério da Justiça - Direcção Regional dos Serviços Prisionais - Direcção dos Serviços de Gestão dos Recursos Financeiros Patrimoniais; e o remanescente, no montante de 38.307,36 Euros, refere-se a garantias prestadas a diversos terceiros.

//16 FUNDOS PATRIMONIAIS

FUNDOS PATRIMONIAIS

O valor do Fundo Social foi apurado em 1989, aquando da adopção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de Março, que aprovou o "Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - "PCIPSS". Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos seus activos e do registo dos seus passivos naquela data.

EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Esta rubrica para além de reavaliações extraordinárias ao nível de Activos Fixos Tangíveis realizadas em exercícios anteriores, inclui também uma reavaliação ao abrigo da legislação aplicável de acordo com o Decreto-lei n.º 264/92, de 24 de Novembro, o qual provocou, naquela data um aumento dos fundos Patrimoniais no montante de 9.727.327 Euros.

RESULTADOS TRANSITADOS

Conforme deliberado pela Mesa Administrativa em 6 de Março de 2012, o resultado líquido do exercício de 2011 foi transferido para a rubrica "Resultados transitados".

OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento ocorrido nesta rubrica inclui a dedução do montante de 358.811,97 Euros relativo ao reconhecimento, em resultados, da parcela dos subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis (Nota 3.9), bem como o montante de 80.400 Euros, relativo ao registo de doação obtida (Nota 8).

//17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 é detalhada conforme se segue: *(página seguinte)*

	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	95.832,62	-	(95.832,62)	-	-
Pensões a liquidar	4.910.270,30	-	-	(760.367,16)	4.149.903,14
Provisões para participações financeiras (Nota 10)	60.306,40	-	(10.194,04)	5.099,16	55.211,52
	<u>5.066.409,32</u>	<u>-</u>	<u>(106.026,66)</u>	<u>(755.268,00)</u>	<u>4.205.114,66</u>

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	503.333,21	-	(407.500,00)	(0,59)	95.832,62
Pensões a liquidar	5.756.598,41	6.201,89	-	(852.530,00)	4.910.270,30
Provisões para participações financeiras (Nota 10)	186.107,00	-	(125.800,60)	-	60.306,40
	<u>6.446.038,62</u>	<u>6.201,89</u>	<u>(533.300,60)</u>	<u>(852.530,59)</u>	<u>5.066.409,32</u>

PROCESSO JUDICIAIS EM CURSO

A rubrica de Processos judiciais em curso refere-se essencialmente a provisões para processos judiciais em curso do Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”. A coluna de “reversões” refere-se, essencialmente, à reversão de provisões decorrentes de sentença judicial favorável à Instituição relacionada com processos interpostos por utentes do Hospital da Prelada no montante de 95.832,82 Euros (407.500,00 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

PENSÕES A LIQUIDAR

A rubrica de Pensões a liquidar refere-se a encargos para fazer face ao pagamento de pensões a liquidar no âmbito da Caixa Privativa e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 18).

PROVISÕES PARA PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de “Provisões para participações financeiras” refere-se ao registo das provisões para a participação financeira na Casa Testa em virtude de a proporção da Instituição nos resultados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento financeiro (Nota 10).

A diminuição ocorrida no exercício de 2011 na rubrica “Provisões para Participações financeiras” compreende a absorção do prejuízo de 2011 da sua participada Casa Testa no montante de 99.560 Euros, bem como o efeito relacionado com o aumento do capital próprio da sua participada por via da dotação de prestações suplementares no montante de aproximadamente 225.000 Euros.

//18 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os encargos com complementos de pensões de reforma, referem-se apenas a empregados já reformados, abrangidos pela Caixa Privativa da Instituição ou pela Caixa Geral de Aposentações, como segue:

Pensões - Caixa Privativa - Na ausência de um regime de Previdência Social até 1959, a Instituição assumia, até àquela data, o compromisso de conceder aos seus empregados, inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma.

Pensões - Caixa Geral de Aposentações - Com as nacionalizações dos Hospitais propriedade da Instituição, ocorridas na década de 70, os funcionários que estavam integrados nos seus quadros passaram a ser funcionários do Estado. No entanto, a Instituição mantém a responsabilidade pelos anos em que esses ex-funcionários estiveram ao seu serviço, relativamente às pensões que lhes são devidas. Os pagamentos dessas pensões são adiantados, na totalidade, pela Caixa Geral de Aposentações, a qual requer posteriormente à Instituição a liquidação desses encargos.

Apesar de ter sido obtida uma estimativa actuarial por forma a quantificar o valor actual por serviços passados, a qual evidencia que as provisões existentes em 31 de Dezembro de 2012 cobrem pelo menos 90% daquelas responsabilidades naquela data, não foi efectuado, no exercício de 2012, um reforço da provisão para pensões, na medida em que se considera que face ao universo actual de pensionista, cada vez mais reduzido e idoso, e face aos pressupostos considerados na estimativa actuarial acima referida, que aquelas responsabilidades estão adequadamente cobertas para fazer face aos desembolsos futuros.

De acordo com o estudo actuarial apresentado com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o valor actual por serviços passados é como se segue:

		31-12-2012	31-12-2011
i)	Caixa Privativa	3.172.432,97	3.484.077,00
ii)	Caixa Geral de Aposentações	<u>1.418.070,36</u>	<u>1.426.193,30</u>
		<u>4.590.503,33</u>	<u>4.910.270,30</u>

Os pressupostos actuarias utilizados foram os seguintes:

		31-12-2012	31-12-2011
i)	Taxas de referência:		
	Taxa desconto	3%	4,55%
	Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
ii)	Tabelas de mortalidade dos pensionistas	TV 88/90	TV 88/90

//19 PASSIVOS FINANCEIROS

FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 Dezembro de 2012 e em 2011 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras Contas a Pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
Passivos Financeiros		
Não Corrente		
Outras Contas a Pagar	43.599,93	25.388,49
	<u>43.599,93</u>	<u>25.388,49</u>
Corrente		
Fornecedores, conta corrente	2.485.515,02	3.639.821,52
Outras Contas a Pagar	8.343.241,08	8.869.851,99
	<u>10.828.756,10</u>	<u>12.509.673,51</u>
	<u><u>10.872.356,03</u></u>	<u><u>12.535.062,00</u></u>

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 Dezembro de 2012 e em 2011 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	Montante utilizado			Montante utilizado			Vencimento
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total	
Instituições financeiras:								
Empréstimos bancários:								
Contrato n.º 6510012824820027	CGD	100.579,95	727.727,54	828.307,49	99.197,69	727.421,37	826.619,06	01-02-2021
Contrato n.º 6510012824820019	CGD	118.868,62	867.590,70	986.459,32	116.264,65	1.088.238,71	1.204.503,36	01-02-2021
		<u>219.448,57</u>	<u>1.595.318,24</u>	<u>1.814.766,81</u>	<u>215.462,34</u>	<u>1.815.660,08</u>	<u>2.031.122,42</u>	
Descobertos Bancários:								
	NATIONAL WESTMINSTER BANK PLC	-	-	-	109,45	-	109,45	
		-	-	-	109,45	-	109,45	
Total instituições financeiras		<u>219.448,57</u>	<u>1.595.318,24</u>	<u>1.814.766,81</u>	<u>215.571,79</u>	<u>1.815.660,08</u>	<u>2.031.231,87</u>	
Outras entidades:								
Outros empréstimos obtidos:								
	Ins. Seg Social	31.339,99	-	31.339,99	119.037,00	-	119.037,00	
Total outras entidades		<u>31.339,99</u>	<u>-</u>	<u>31.339,99</u>	<u>119.037,00</u>	<u>-</u>	<u>119.037,00</u>	
		<u>250.788,56</u>	<u>1.595.318,24</u>	<u>1.846.106,80</u>	<u>334.608,79</u>	<u>1.815.660,08</u>	<u>2.150.268,87</u>	

Os empréstimos têm prazo de reembolso de 20 anos, com amortizações trimestrais iguais e sucessivas, a primeira das quais, venceu-se em Fevereiro de 2002. Adicionalmente os financiamentos beneficiam de uma bonificação de taxa de juro a suportar pelo Instituto Nacional da Habitação (INH) no montante de 75% e de 60% da taxa de referência, respectivamente para cada um dos contratos. A taxa de juro a suportar pela Instituição corresponde à taxa de juro contratual aplicada em cada período deduzida da bonificação do INH. Adicionalmente está previsto nos contratos de financiamento a atribuição por parte da Instituição de uma procuração notarial irrevogável a favor da CGD para garantia do capital global, a qual confere poderes à CGD, (numa situação de incumprimento por parte da Instituição das obrigações dos financiamentos), para constituir hipoteca sobre os prédios construídos nos fogos objecto de financiamento.

//20 ADITAMENTO DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Adiantamentos de clientes”, corresponde essencialmente aos adiantamentos efectuados por parte da A.C.S.S., nos montantes de, aproximadamente, 29.679.000 Euros e 29.683.000 Euros (Nota 13).

//21 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2012		2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	375.746,48	-	373.595,25
Imposto sobre o valor acrescentado	284.459,43	259.032,55	397.769,08	213.623,02
Contribuições para a Segurança Social	-	575.735,99	-	570.063,65
Outros Impostos	-	7.163,90	-	4.831,83
	<u>284.459,43</u>	<u>1.217.678,92</u>	<u>397.769,08</u>	<u>1.162.113,75</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Reembolsos pedidos) no montante de 284.459,43 (397.769,08 Euros em 31 de Dezembro de 2011) diz respeito à restituição do IVA suportado pela Instituição nas aquisições de bens ou serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, ao abrigo do Novo regime excepcional de regularização tributária de elementos patrimoniais.

//22 DIFERIMENTOS - PASSIVO CORRENTE

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” era constituída essencialmente por Rendas de Propriedades de Investimento, no montante de 175.547,67Euros (145.853,09 Euros a 31 de Dezembro de 2011). Adicionalmente nesta rubrica, decorrente da adopção do novo normativo contabilístico, encontra-se registado o montante de 105.108,76 Euros, relativo à parte aprovada da candidatura ao subsídio à exploração POPH (Programa Operacional Potencial Humano), que ainda não foi reconhecida como rendimento e que ainda não foi recebida pela Instituição.

//23 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 é detalhado conforme se segue: (página seguinte)

	2012	2011
Venda de bens	470.868,13	468.012,23
Prestação de serviços	45.126.410,56	48.902.591,55
	<u>45.597.278,69</u>	<u>49.370.603,78</u>
Rendimentos de Propriedade de Investimento (Notas 8 e 28)	4.120.636,25	4.014.912,00
	<u>49.717.914,94</u>	<u>53.385.515,78</u>

Parte significativa da receita evidenciada é proveniente de prestações de serviços realizados na área da saúde pelo Hospital da Prelada no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado em 24 de Outubro de 2008 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição, pelo período de 5 anos.

O montante total da receita registada referente ao acima descrito ascendeu no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 a aproximadamente 34.900.442 Euros (37.800.000 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012, a diminuição da rubrica de Prestação de Serviços encontra-se relacionada essencialmente com a diminuição do valor da prestação de serviços de saúde do Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga Cruz”, em consequência da redução do valor do Contrato-Programa 2012.

O Contrato-Programa 2012 ainda não foi assinado e homologado pelo Ministério da Saúde, tendo sido objecto de ofício datado de 12 de Fevereiro de 2013, emitido por parte da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., segundo o qual autoriza a assinatura do Contrato-Programa 2012 pelo valor de 34.900.441,63 Euros, montante que se encontra a ser especializado pela Instituição na rubrica do balanço “Outras contas a receber” (Nota 13).

A rubrica “Vendas” é constituída, essencialmente, por vendas de produtos alimentares e de produtos farmacêuticos dos vários estabelecimentos da Instituição.

A rubrica “Rendimentos de Propriedade de Investimento” refere-se essencialmente às rendas obtidas pelo arrendamento dos imóveis classificados no balanço como na rubrica “Propriedades de Investimento” (Notas 8 e 28).

//24 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	2012	2011
Subsídios à exploração:		
Centro Regional de Segurança Social do Porto		
Terceira idade	825.586,98	772.432,28
Invalidez e reabilitação	399.458,16	405.967,05
Infância e juventude	612.008,86	579.933,66
Família e comunidade	541.710,42	498.889,45
Complementos por dependência	137.952,37	156.406,87
Outros:		
QREN	256.000,00	-
DREN	18.646,25	75.263,70
IFAP	37.330,70	10.729,75
Fundo Social Europeu - IEFP	138.802,55	217.016,96
Outros	28.586,52	8.032,46
	<u>2.996.082,81</u>	<u>2.724.672,18</u>

As participações do Centro Regional de Segurança Social do Porto estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços participados por esta entidade.

Na rubrica “Outros” encontra-se registado o subsídio atribuído pela entidade QREN, no âmbito da Instalação do Museu e Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Adicionalmente encontra-se ainda registado nesta rubrica o montante de 138.802,55 Euros (217.016,96 em 31 de Dezembro de 2011), relacionado com os subsídios para as diversas acções de formação do POPH – Programa Operacional de Potencial Humano e Programa Arquimedes.

//25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 é detalhada conforme se segue: *(página seguinte)*

	2012	2011
Subcontratos	4.741.498,51	4.958.307,70
Trabalhos especializados	1.020.520,64	1.850.504,44
Conservação e Reparação	1.337.558,82	1.437.984,71
Honorários	717.271,68	958.723,75
Electricidade	807.448,80	720.537,34
Limpeza, Higiene e Conforto	739.832,84	658.577,24
Combustíveis	705.288,96	449.364,18
Água	448.264,38	442.394,74
Vigilância e Segurança	597.985,32	552.936,63
Comunicação	253.665,73	241.778,80
Seguros	169.240,35	187.107,43
Outros Serviços	74.123,54	28.593,82
Outros Materiais	67.107,95	164.022,40
Outros Fluidos	8.647,23	166.255,85
Rendas e Alugueres	83.087,02	38.393,98
Deslocações e Estadas	41.611,34	35.886,50
Publicidade e Propaganda	34.898,71	40.585,08
Artigos para Oferta	9.390,54	24.218,27
Outros	455.487,22	235.394,02
	<u>12.312.929,58</u>	<u>13.191.566,88</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a Instituição teve como principal objectivo a contenção nos custos com Fornecimentos e Serviços Externos, pelo que procedeu à renegociação dos seus maiores contratos.

//26 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 é detalhada conforme se segue:

	2012	2011
Remunerações Certas	20.802.446,45	20.824.433,18
Remunerações Adicionais	6.495.720,93	6.757.900,99
Indemnizações	55.371,72	168.239,88
Encargos sobre remunerações	5.320.488,07	5.299.243,29
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	127.934,80	230.318,49
Gastos de acção social	17.065,17	12.469,30
Outros	205.887,41	218.784,54
	<u>33.024.914,55</u>	<u>33.511.389,67</u>

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ascendeu a 1.200 e 1.283, respectivamente.

No exercício de 2012, a Instituição procedeu à renegociação do contrato de seguros celebrado com a companhia AON Portugal – Correctores de Seguros, S.A., auferindo assim de uma redução no custo para todos os estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

//27 GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 é conforme se segue:

	2012	2011
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	3.717.325,47	3.631.519,46
Propriedades de investimento (Nota 8)	357.988,18	302.833,12
Activos fixos intangíveis (Nota 9)	132.792,47	69.782,29
	<u>4.208.106,12</u>	<u>4.004.134,87</u>

//28 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 é conforme se segue:

	2012	2011
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	638.817,73	739.158,83
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 8 e 23)	4.120.636,25	4.014.912,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	123.164,02	97.763,92
Diferenças de câmbio favoráveis	1.468,07	1.113,80
Ganhos em Inventários	100.895,53	22.307,32
Donativos	-	164.560,78
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	24.952,88	13.331,96
Imputação de subsídios para investimentos	358.811,97	567.238,51
Correcções relativas a períodos anteriores	70.920,93	301.334,28
Outros	309.025,49	520.063,79
	<u>5.748.692,87</u>	<u>6.441.785,19</u>

A rubrica “Outros” inclui o montante de aproximadamente, 225.580 Euros (174.000 Euros em 31 de Dezembro de 2011), referente a valores relativos a pensões de utentes do Centro Hospitalar Conde Ferreira que já faleceram e que não foram objecto de reclamação pelos respectivos familiares.

//29 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 é conforme se segue:

	2012	2011
Correcções relativas a períodos anteriores	138.085,71	227.199,78
Donativos	75.441,16	69.560,92
Quotizações	60.109,86	71.099,86
Impostos	44.796,59	31.300,07
Perdas em inventários	21.747,01	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	580,97	4.815,35
Dívidas incobráveis	280,00	120,00
Outros	<u>145.336,93</u>	<u>381.064,33</u>
	<u>486.378,23</u>	<u>785.160,31</u>

A 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Correcções relativas a períodos anteriores” refere-se essencialmente ao acerto do valor da permuta de um terreno com a Eurobraga – empreendimentos imobiliários de Braga, Lda. no valor de, aproximadamente 160.000 Euros, registado em exercícios anteriores.

//30 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 são detalhados conforme se segue:

	2012		2011	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	<u>6.995,88</u>	6.995,88	11.997,15	11.997,15
Outros gastos de financiamento		<u>649,49</u>		<u>2.463,15</u>
		<u>7.645,37</u>		<u>14.460,30</u>

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 2011 são detalhados conforme se segue:

	2012		2011	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	542.750,02		667.366,25	
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	13.025,33		11.279,09	
Outros	7.878,66	<u>563.654,01</u>	9.533,71	<u>688.179,05</u>
		<u>563.654,01</u>		<u>688.179,05</u>

//31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos subsequentes que requeiram a divulgação nas demonstrações financeiras ou ajustamentos das mesmas.

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Porto (“Instituição”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 282.550.152,25 Euros e um capital próprio de 234.382.339,42 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 156.363,88 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e das Alterações no Capital Próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 e 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do capítulo “Gestão financeira” do Relatório de Actividades com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. No âmbito da transição para o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo, a Instituição deu continuidade ao processo iniciado em exercícios anteriores relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do património imobiliário do qual é titular com os seus registos contabilísticos, correspondente cadastro e informações provenientes das autoridades tributárias relativamente ao património da Instituição, nomeadamente no que diz respeito aos Imóveis adquiridos ou recebidos em doação em data anterior a 1 de Janeiro de 1990. Apesar dos desenvolvimentos verificados no exercício, face à complexidade e morosidade do processo acima referido, a Instituição ainda não conseguiu concluir o mesmo e, conseqüentemente, aferir sobre a correcta e completa valorização do seu Património Imobiliário. Deste modo, na ausência de conclusões sobre aquele processo, não nos foi possível ainda concluir sobre os impactos, se alguns, nas demonstrações financeiras da Instituição em 31 de Dezembro de 2012 resultantes do mesmo.

Página 2 de 2

5. A Instituição não incluiu nas demonstrações financeiras anexas uma demonstração dos fluxos de caixa, conforme requerido pelos princípios contabilísticos geralmente aceites, pelo que a mesma não foi objecto da nossa análise.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Instituição em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, não tendo sido preparada a demonstração dos fluxos de caixa, razão pela qual não a pudemos examinar e, conseqüentemente, não a incluímos nesta opinião.

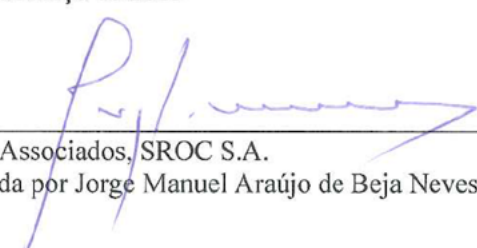
Ênfase

7. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Instituição adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF-ESNL”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal pelas Instituições de Solidariedade Social, consubstanciadas no Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS), para as NCRF-ESNL, a Instituição seguiu os requisitos previstos na NCRF-ESNL5 – Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2011.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do capítulo “Gestão financeira” do Relatório de Actividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

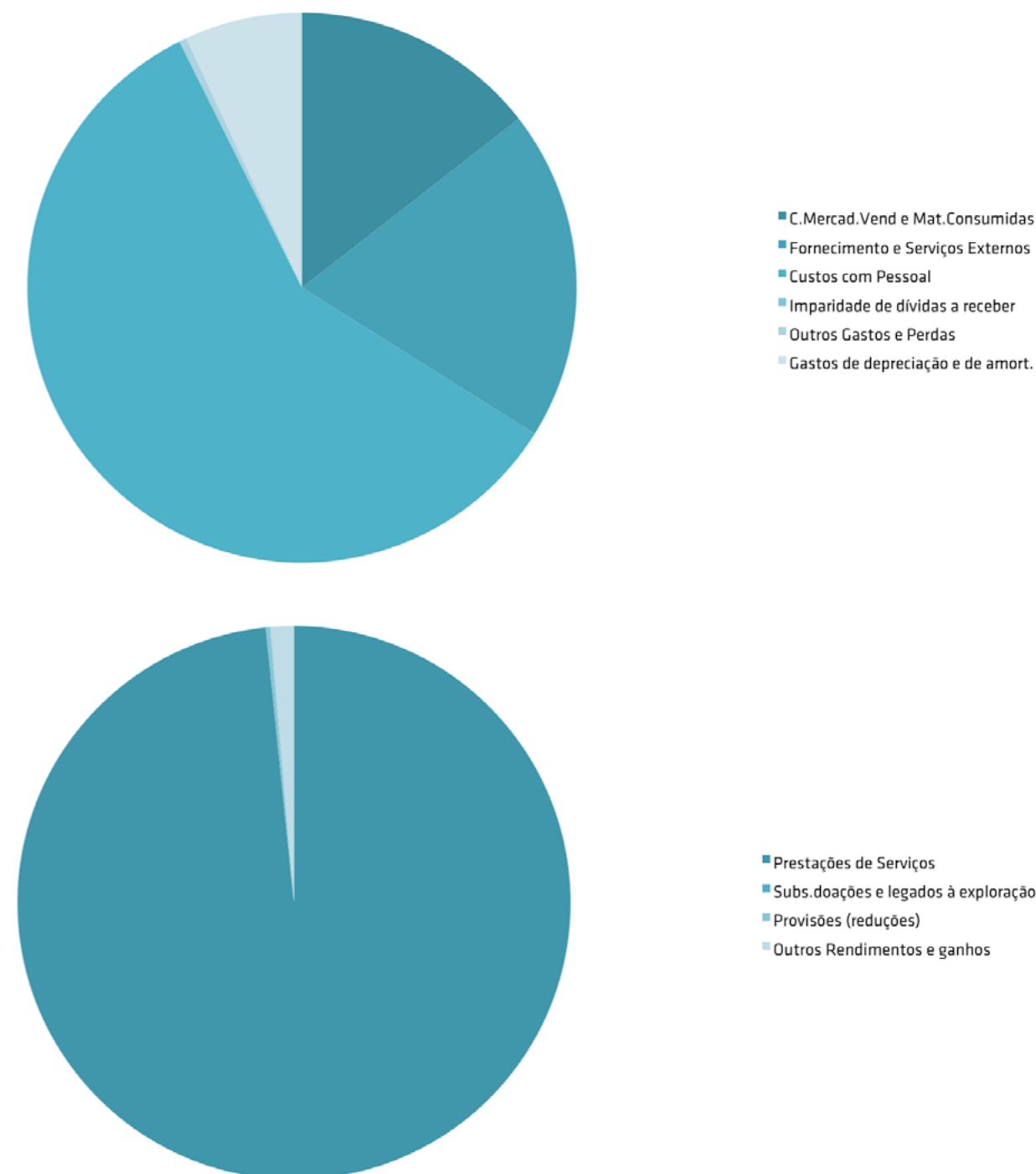
Porto, 18 de Março de 2013


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.1 HOSPITAL DA PRELADA - BALANÇO

BALANÇO - HOSPITAL DA PRELADA 31 de Dezembro de 2012	DEZEMBRO 2012	DEZEMBRO 2011	Valor	Desvio (%)
ACTIVO				
ACTIVO NÃO CORRENTE	41 635 839,61	43 394 737,77	-1 758 898,16	-4,05
Ativos fixos tangíveis	41 402 830,98	43 276 856,31	-1 874 025,33	-4,33
Bens do património histórico e cultural				
Propriedades de investimento				
Ativos intangíveis	233 008,63	117 881,46	115 127,17	97,66
Ativos biológicos				
Participações de Capital - método da equiv. patrimonial				
Outros Activos Financeiros				
Outras contas a receber				
ACTIVO CORRENTE	124 006 190,62	120 596 925,10	3 409 265,52	2,83
Inventários	165 168,17	357 392,23	-192 224,06	-53,79
Clientes	2 622 526,74	356 318,75	2 266 207,99	636,01
Adiantamentos a fornecedores	947,65	10 322,65	-9 375,00	-90,82
Estado e outros entes públicos				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros				
Outras contas a receber	114 757 909,44	119 697 909,67	-4 940 000,23	-4,13
Diferimentos	80 830,87	108 416,28	-27 585,41	-25,44
Outros ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários	6 378 807,75	66 565,52	6 312 242,23	9 482,75
TOTAL DO ACTIVO	165 642 030,23	163 991 662,87	1 650 367,36	1,01
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos				
Reservas				
Resultados transitados	78 603 991,97	72 698 811,74	5 905 180,23	8,12
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização	48 130 173,27	48 130 173,27		
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 471,76	22 094,06	-19 622,30	-88,81
Resultado líquido do período	3 278 588,16	6 178 410,86	-2 899 822,70	-46,93
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL	130 015 225,16	127 029 489,93	2 985 735,23	2,35
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE		95 832,62	-95 832,62	-100,00
Provisões		95 832,62	-95 832,62	-100,00
Financiamentos obtidos				
Outras contas a pagar				
PASSIVO CORRENTE	35 626 805,07	36 866 340,32	-1 239 535,25	-3,36
Fornecedores	1 652 449,43	2 525 288,71	-872 839,28	-34,56
Adiantamentos de clientes e utentes	29 679 433,21	29 683 027,64	-3 594,43	-0,01
Estado e outros entes públicos	357 500,15	356 973,06	527,09	0,15
Financiamentos obtidos				
Diferimentos				
Outras contas a pagar	3 937 422,28	4 301 050,91	-363 628,63	-8,45
Outros passivos financeiros				
TOTAL DO PASSIVO	35 626 805,07	36 962 172,94	-1 335 367,87	-3,61
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	165 642 030,23	163 991 662,87	1 650 367,36	-1,01

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.1 HOSPITAL DA PRELADA - ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS



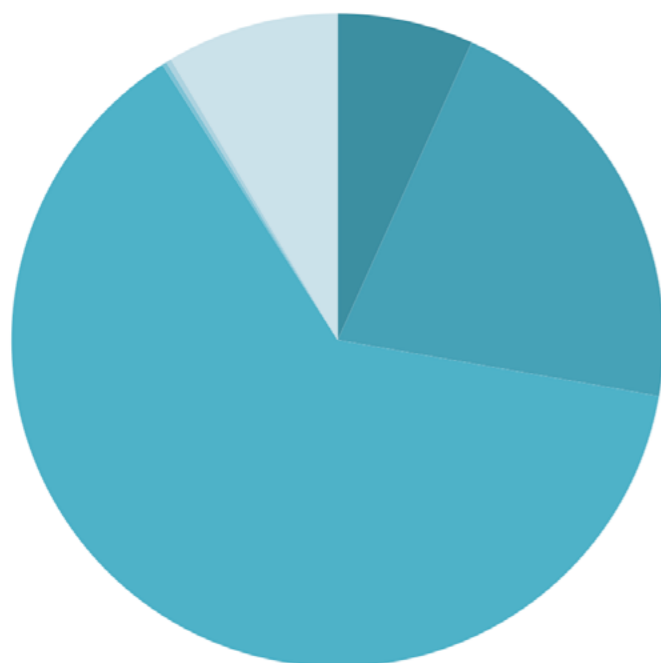
1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.1 HOSPITAL DA PRELADA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

HOSPITAL DA PRELADA Posição em 31 de Dezembro de 2012	REALIZADO	ORÇAMENTADO	VALOR	DESVIO (%)	DEZEMBRO 2011	VALOR	DESVIO (%)
Vendas e serviços prestados	36 652 878,32	38 341 398,70	-1 688 520,38	-4,40	40 569 775,80	-3 916 897,48	-9,65
Vendas							
Prestações de serviços	36 652 878,32	38 341 398,70	-1 688 520,38	-4,40	40 569 775,80	-3 916 897,48	-9,65
Matrículas e mensalidades							
Outras	36 652 878,32	38 341 398,70	-1 688 520,38	-4,40	40 569 775,80	-3 916 897,48	-9,65
Subsídios, doações e legados à exploração	1 373,66		1 373,66			1 373,66	
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	1 373,66		1 373,66			1 373,66	
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos							
Variação nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade		48 987,64	-48 987,64	-100,00	46 710,20	-46 710,20	-100,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-4 923 142,19	-4 875 497,62	-47 644,57	-0,98	-5 500 995,26	577 853,07	10,50
Fornecimentos e serviços externos	-6 605 903,17	-6 107 095,18	-498 807,99	-8,17	-7 289 268,52	683 365,35	9,37
Subcontratos	-3 305 184,71	-2 756 976,47	-548 208,24	-19,88	-3 767 455,88	462 271,17	12,27
Energia e fluidos	-906 169,84	-924 200,12	18 030,28	1,95	-819 222,34	-86 947,50	-10,61
Outros	-2 394 548,62	-2 425 918,59	31 369,97	1,29	-2 702 590,30	308 041,68	11,40
Gastos com pessoal	-19 954 521,33	-20 214 777,72	260 256,39	1,29	-20 097 304,15	142 782,82	0,71
Remunerações certas	-11 245 691,80	-11 335 900,00	90 208,20	0,80	-11 185 490,54	-60 201,26	-0,54
Remunerações adicionais	-5 193 509,69	-5 253 906,45	60 396,76	1,15	-5 371 538,88	178 029,19	3,31
Formação profissional	-5 864,78	-54 600,00	48 735,22	89,26	-5 816,73	-48,05	-0,83
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-3 268 975,33	-3 283 392,73	14 417,40	0,44	-3 205 814,56	-63 160,77	-1,97
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-71 738,50	-93 617,00	21 878,50	23,37	-125 698,83	53 960,33	42,93
Outros custos com o pessoal	-168 741,23	-193 361,54	24 620,31	12,73	-202 944,61	34 203,38	16,85
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-477,84				-78 615,26	78 137,42	99,39
Provisões (aumentos/reduções)	95 832,62				407 500,00	-311 667,38	-76,48
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)							
Outras imparidades (perdas/reversões)							
Aumentos/reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	512 570,13	417 843,73	94 726,40	22,67	722 415,84	-209 845,71	-29,05
Outros gastos e perdas	-145 137,18	-64 720,66	-80 416,52	-124,25	-371 428,45	226 291,27	60,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 633 473,02	7 546 138,89	-1 912 665,87	-25,35	8 408 790,20	-2 775 317,18	-33,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 354 884,86	-2 257 059,00	-97 825,86	-4,33	-2 274 090,02	-80 794,84	-3,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 278 588,16	5 289 079,89	-2 010 491,73	-38,01	6 134 700,18	-2 856 112,02	-46,56
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos	3 278 588,16	5 289 079,89	-2 010 491,73	-38,01	6 134 700,18	-2 856 112,02	-46,56
Imposto sobre rendimento do período							
Resultado líquido do período	3 278 588,16	5 289 079,89	-2 010 491,73	-38,01	6 134 700,18	-2 856 112,02	-46,56

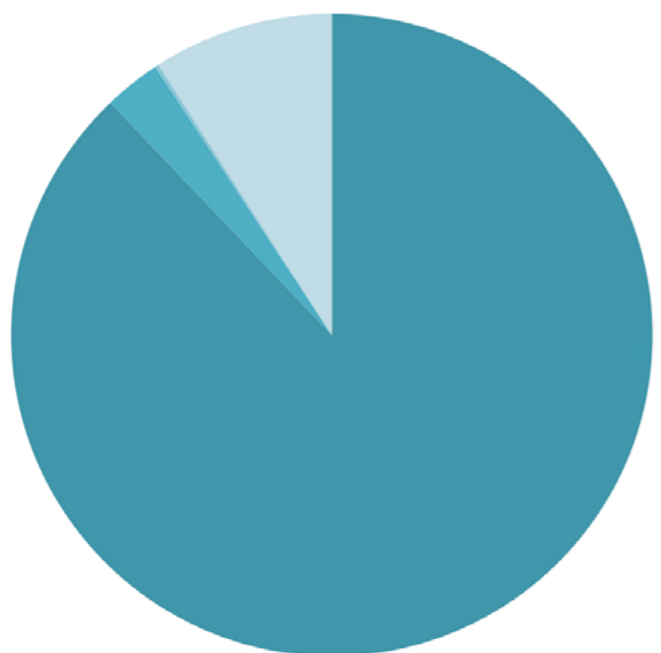
1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.2 CHCF - BALANÇO

BALANÇO - CENTRO HOSPIT. CONDE FERREIRA 31 de Dezembro de 2012	DEZEMBRO 2012	DEZEMBRO 2011	Valor	Desvio (%)
ACTIVO				
ACTIVO NÃO CORRENTE	14 700 030,01	15 095 867,22	-395 837,21	-2,62
Ativos fixos tangíveis	14 681 548,19	15 072 910,36	-391 362,17	-2,60
Bens do património histórico e cultural				
Propriedades de investimento				
Ativos intangíveis	18 481,82	22 956,86	-4 475,04	-19,49
Ativos biológicos				
Participações de Capital - método da equiv. patrimonial				
Outros Activos Financeiros				
Outras contas a receber				
ACTIVO CORRENTE	910 124,34	979 104,84	-68 980,50	-7,05
Inventários	59 068,04	80 419,19	-21 351,15	-26,55
Clientes	592 683,07	595 278,69	-2 595,62	-0,44
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e outros entes públicos				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros				
Outras contas a receber	77 202,67	2 017,32	75 185,35	3 726,99
Diferimentos	12 198,22	332,10	11 866,12	3 573,06
Outros ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários	168 972,34	301 057,54	-132 085,20	-43,87
TOTAL DO ACTIVO	15 610 154,35	16 074 972,06	-464 817,71	-2,89
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos				
Reservas				
Resultados transitados	-11 423 114,79	-9 733 091,13	-1 690 023,66	17,36
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização	1 750 193,01	1 859 903,13	-109 710,12	-5,90
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado líquido do período	-932 390,38	-1 607 929,31	675 538,93	-42,01
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL	-10 605 312,16	-9 481 117,31	-1 124 194,85	11,86
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões				
Financiamentos obtidos				
Outras contas a pagar				
PASSIVO CORRENTE	26 215 466,51	25 556 089,37	659 377,14	2,58
Fornecedores	395 339,89	300 839,91	94 499,98	31,41
Adiantamentos de clientes e utentes	2 350,00		2 350,00	100,00
Estado e outros entes públicos	66 620,10	67 076,78	-456,68	-0,68
Financiamentos obtidos				
Diferimentos				
Outras contas a pagar	25 751 156,52	25 188 172,68	562 983,84	2,24
Outros passivos financeiros				
TOTAL DO PASSIVO	26 215 466,51	25 556 089,37	659 377,14	2,58
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	15 610 154,35	16 074 972,06	-464 817,71	-2,89

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.2 CHCF - ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS



- C. Mercad. Vend e Mat. Consumidas
- Fornecimento e Serviços Externos
- Custos com Pessoal
- Imparidade de dívidas a receber
- Outros Gastos e Perdas
- Gastos de depreciação e de amort.



- Prestações de Serviços
- Subs. doações e legados à exploração
- Provisões
- Outros Rendimentos e ganhos

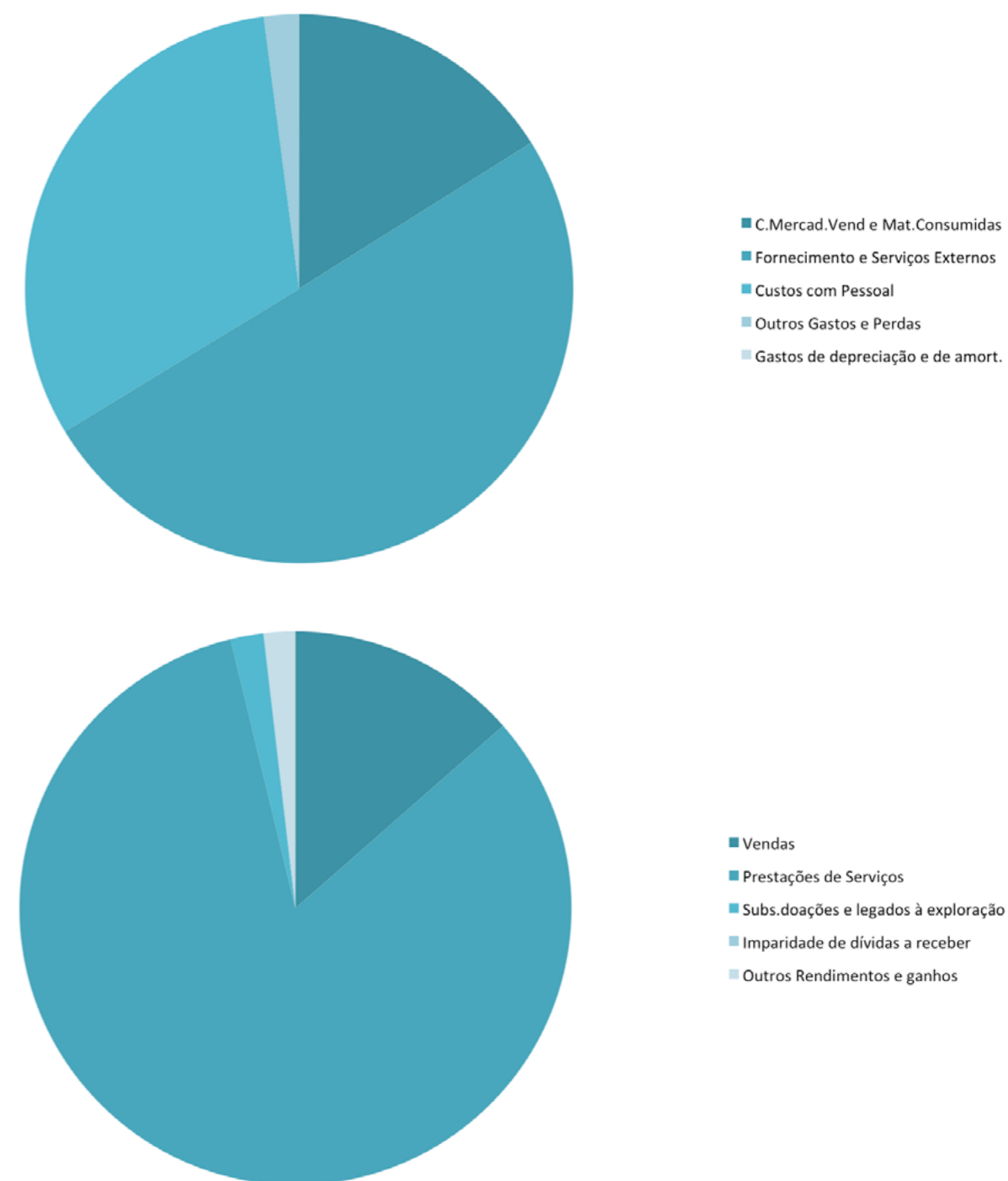
1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.2 CHCF - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA Posição em 31 de Dezembro de 2012	REALIZADO	ORÇAMENTADO	VALOR	DESVIO (%)	DEZEMBRO 2011	VALOR	DESVIO (%)
Vendas e serviços prestados	4 469 976,99	4 900 690,90	-430 713,91	-8,79	4 138 837,10	331 139,89	8,00
Vendas	4 469 976,99	4 900 690,90	-430 713,91	-8,79	4 138 837,10	331 139,89	8,00
Prestações de serviços	4 469 976,99	4 900 690,90	-430 713,91	-8,79	4 138 837,10	331 139,89	8,00
Matrículas e mensalidades							
Outras	4 469 976,99	4 900 690,90	-430 713,91	-8,79	4 138 837,10	331 139,89	8,00
Subsídios, doações e legados à exploração	144 857,15	129 191,30	15 665,85	12,13	156 406,87	-11 549,72	-7,38
ISS, IP - Centros distritais	144 857,15	129 191,30	15 665,85	12,13	156 406,87	-11 549,72	-7,38
Outros							
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos							
Variação nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade							
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-405 611,38	-475 063,81	69 452,43	14,62	-411 773,21	6 161,83	1,50
Fornecimentos e serviços externos	-1 264 410,45	-1 302 449,12	38 038,67	2,92	-1 139 797,56	-124 612,89	-10,93
Subcontratos	-679 455,83	-827 733,72	148 277,89	17,91	-676 723,61	-2 732,22	-0,40
Energia e fluidos	-272 711,27	-268 047,02	-4 664,25	-1,74	-231 444,13	-41 267,14	-17,83
Outros	-312 243,35	-206 668,38	-105 574,97	-51,08	-231 629,82	-80 613,53	-34,80
Gastos com pessoal	-3 805 534,99	-4 262 218,80	456 683,81	10,71	-4 213 712,37	408 177,38	9,69
Remunerações certas	-2 720 704,51	-3 085 376,16	364 671,65	11,82	-2 977 816,29	257 111,78	8,63
Remunerações adicionais	-452 980,23	-448 638,12	-4 342,11	-0,97	-529 093,39	76 113,16	14,39
Formação profissional	-437,34	-21 420,00	20 982,66	97,96		-437,34	
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-596 783,67	-684 046,16	87 262,49	12,76	-652 629,46	55 845,79	8,56
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-21 991,61	-21 766,24	-225,37	-1,04	-40 305,82	18 314,21	45,44
Outros custos com o pessoal	-12 637,63	-972,12	-11 665,51	-1 200,01	-13 867,41	1 229,78	8,87
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4 374,07		-4 374,07		-52 849,61	48 475,54	91,72
Provisões (aumentos/reduções)							
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)							
Outras imparidades (perdas/reversões)							
Aumentos/reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	462 660,56	269 056,56	193 604,00	71,96	440 308,98	22 351,58	5,08
Outros gastos e perdas	-15 815,94	-1 295,08	-14 520,86	-1 121,23	-51 716,83	35 900,89	69,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-418 252,13	-742 088,05	323 835,92	43,64	-1 134 296,63	716 044,50	63,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-514 138,25	-688 922,23	174 783,98	25,37	-503 034,14	-11 104,11	-2,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-932 390,38	-1 431 010,28	498 619,90	34,84	-1 637 330,77	704 940,39	43,05
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos	-932 390,38	-1 431 010,28	498 619,90	34,84	-1 637 330,77	704 940,39	43,05
Imposto sobre rendimento do período							
Resultado líquido do período	-932 390,38	-1 431 010,28	498 619,90	34,84	-1 637 330,77	704 940,39	43,05

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.3 EPESCB - BALANÇO

BALANÇO - ESTAB. PRISIONAL ESP. STª. CRUZ DO BISPO 31 de Dezembro de 2012	DEZEMBRO 2012	DEZEMBRO 2011	Valor	Desvio (%)
ACTIVO				
ACTIVO NÃO CORRENTE	147,84	526,84	-379,00	-71,94
Ativos fixos tangíveis	147,84	526,84	-379,00	-71,94
Bens do património histórico e cultural				
Propriedades de investimento				
Ativos intangíveis				
Ativos biológicos				
Participações de Capital - método da equiv. patrimonial				
Outros Activos Financeiros				
Outras contas a receber				
ACTIVO CORRENTE	607 337,11	2 140 322,50	-1 532 985,39	-71,62
Inventários	81 523,65	83 409,56	-1 885,91	-2,26
Clientes	520 742,03	2 030 612,82	-1 509 870,79	-74,36
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e outros entes públicos				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros				
Outras contas a receber	907,21	22 106,36	-21 199,15	-95,90
Diferimentos	577,82	605,92	-28,10	-4,64
Outros ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários	3 586,40	3 587,84	-1,44	-0,04
TOTAL DO ACTIVO	607 484,95	2 140 849,34	-1 533 364,39	-71,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos				
Reservas				
Resultados transitados	-48 718,56	-281 219,33	232 500,77	-82,68
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado líquido do período	50 139,27	232 500,77	-182 361,50	-78,43
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL	1 420,71	-48 718,56	50 139,27	-102,92
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões				
Financiamentos obtidos				
Outras contas a pagar				
PASSIVO CORRENTE	606 064,24	2 189 567,90	-1 583 503,66	-72,32
Fornecedores	72 227,14	210 997,94	-138 770,80	-65,77
Adiantamentos de clientes e utentes				
Estado e outros entes públicos	8 848,46	9 120,76	-272,30	-2,99
Financiamentos obtidos				
Diferimentos				
Outras contas a pagar	524 988,64	1 969 449,20	-1 444 460,56	-73,34
Outros passivos financeiros				
TOTAL DO PASSIVO	606 064,24	2 189 567,90	-1 583 503,66	-72,32
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	607 484,95	2 140 849,34	-1 533 364,39	-71,62

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.3 EPESCB - ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS



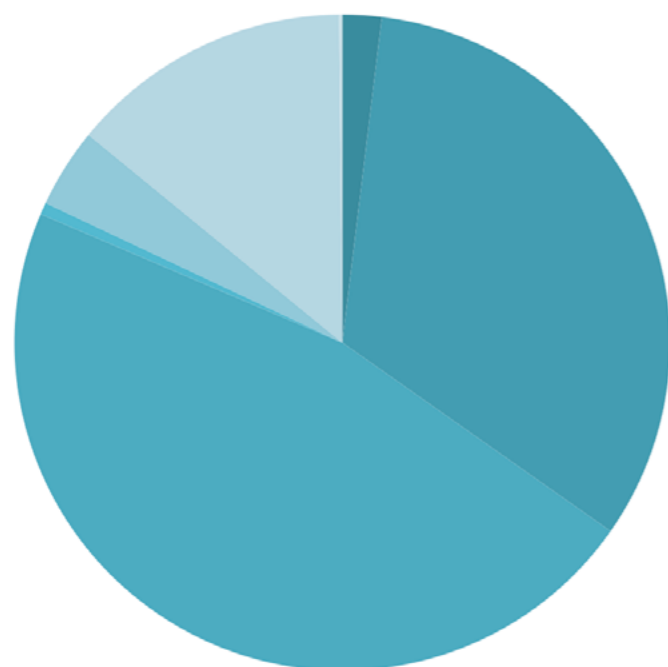
1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.3 EPESCB - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ESTABELECIMENTO PRISIONAL ESP. STª. CRUZ DO BISPO Posição em 31 de Dezembro de 2012	REALIZADO	ORÇAMENTADO	VALOR	DESVIO (%)	DEZEMBRO 2011	VALOR	DESVIO (%)
Vendas e serviços prestados	1 764 261,96	2 320 164,00	-555 902,04	-23,96	2 280 946,73	-516 684,77	-22,65
Vendas	248 601,79	258 635,00	-10 033,21	-3,88	254 199,11	-5 597,32	-2,20
Prestações de serviços	1 515 660,17	2 061 529,00	-545 868,83	-26,48	2 026 747,62	-511 087,45	-25,22
Matrículas e mensalidades							
Outras	1 515 660,17	2 061 529,00	-545 868,83	-26,48	2 026 747,62	-511 087,45	-25,22
Subsídios, doações e legados à exploração	35 325,77				32 503,53		0,00
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	35 325,77				32 503,53	2 822,24	8,68
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos							
Variação nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade							
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-286 672,44	-300 188,00	13 515,56	4,50	-300 518,53	13 846,09	4,61
Fornecimentos e serviços externos	-895 847,85	-1 411 639,00	515 791,15	36,54	-1 355 626,25	459 778,40	33,92
Subcontratos	-215 610,21	-750 240,00	534 629,79	71,26	-721 713,32	506 103,11	70,13
Energia e fluidos	-327 202,23	-308 090,00	-19 112,23	-6,20	-294 702,56	-32 499,67	-11,03
Outros	-353 035,41	-353 309,00	273,59	0,08	-339 210,37	-13 825,04	-4,08
Gastos com pessoal	-564 083,43	-569 707,00	5 623,57	0,99	-558 866,41	-5 217,02	-0,93
Remunerações certas	-428 509,00	-430 400,00	1 891,00	0,44	-423 217,75	-5 291,25	-1,25
Remunerações adicionais	-41 009,55	-44 373,00	3 363,45	7,58	-39 257,84	-1 751,71	-4,46
Formação profissional	-340,14	-2 940,00	2 599,86	88,43	-899,39	559,25	62,18
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-88 582,92	-88 211,00	-371,92	-0,42	-85 739,48	-2 843,44	-3,32
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 423,13	-2 585,00	161,87	6,26	-8 655,69	6 232,56	72,01
Outros custos com o pessoal	-3 218,69	-1 198,00	-2 020,69	-168,67	-1 096,26	-2 122,43	-193,61
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	323,28		323,28		23 176,17	-22 852,89	-98,61
Provisões (aumentos/reduções)							
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)							
Outras imparidades (perdas/reversões)							
Aumentos/reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	33 675,37	11 714,00	21 961,37	187,48	157 317,33	-123 641,96	-78,59
Outros gastos e perdas	-36 464,39	-45 638,00	9 173,61	20,10	-45 368,38	8 903,99	19,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	50 518,27	4 706,00	45 812,27	973,49	233 564,19	-183 045,92	-78,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-379,00	-4 706,00	4 327,00	91,95	-1 063,42	684,42	64,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	50 139,27	0,00	50 139,27		232 500,77	-182 361,50	-78,43
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos	50 139,27	0,00	50 139,27		232 500,77	-182 361,50	-78,43
Imposto sobre rendimento do período							
Resultado líquido do período	50 139,27	0,00	50 139,27		232 500,77	-182 361,50	-78,43

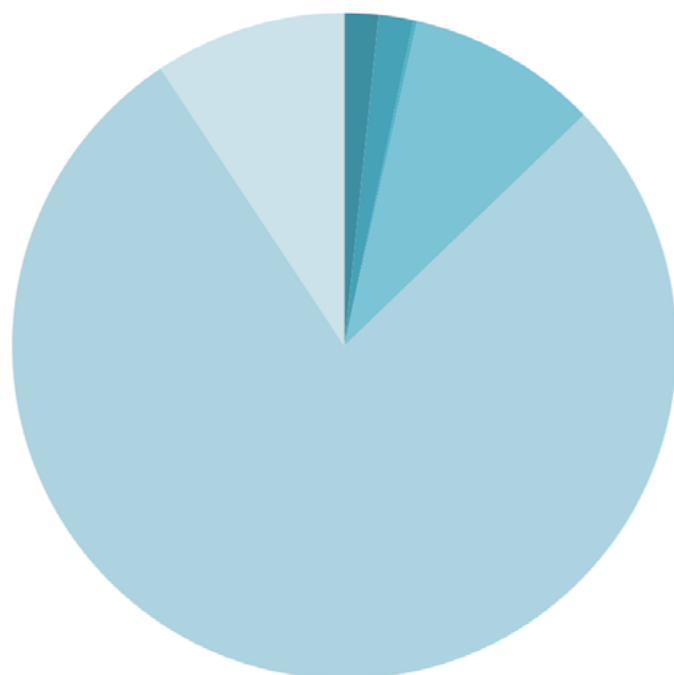
1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.4 DCRE - BALANÇO

BALANÇO - DEPARTAMENTOS CENTRAIS E REST. ESTABELECIMENTOS 31 de Dezembro de 2012	DEZEMBRO 2012	DEZEMBRO 2011	Valor
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE	168 390 807,44	166 462 852,33	1 927 955,11
Ativos fixos tangíveis	87 803 456,81	86 489 071,59	1 314 385,22
Bens do património histórico e cultural	7 977 874,43	7 895 523,44	82 350,99
Propriedades de investimento	71 492 976,47	71 295 729,29	197 247,18
Ativos intangíveis	233 723,78	251 416,90	-17 693,12
Ativos biológicos	33 511,50	50 000,00	-16 488,50
Participações de Capital - método da equiv. patrimonial			
Outros Activos Financeiros	817 266,27	449 625,27	367 641,00
Outras contas a receber	31 998,18	31 485,84	512,34
ACTIVO CORRENTE	12 363 788,86	18 096 728,90	-5 732 940,04
Inventários	481 630,43	248 506,49	233 123,94
Clientes	136 991,79	43 649,12	93 342,67
Adiantamentos a fornecedores	6 483,42		6 483,42
Estado e outros entes públicos	284 459,43	397 769,08	-113 309,65
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros	26 153,08	19 348,62	6 804,46
Outras contas a receber	823 063,76	1 500 172,92	-677 109,16
Diferimentos	20 003,24	9 783,33	10 219,91
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	10 585 003,71	15 877 499,34	-5 292 495,63
TOTAL DO ACTIVO	180 754 596,30	184 559 581,23	-3 804 984,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	146 824 394,58	146 824 394,58	
Reservas	1 450 030,04	1 450 030,04	
Resultados transitados	-31 536 993,34	-28 716 736,66	-2 820 256,68
Ajustamentos em ativos financeiros	-256 752,30	-256 752,30	
Excedentes de revalorização	228 709,66	228 709,66	
Outras variações nos fundos patrimoniais	814 318,00	963 397,55	-149 079,55
Resultado líquido do período	-2 552 700,93	-3 176 243,59	623 542,66
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL	114 971 005,71	117 316 799,28	-2 345 793,57
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE	5 844 032,83	6 811 625,27	-967 592,44
Provisões	4 205 114,66	4 970 576,70	-765 462,04
Financiamentos obtidos	1 595 318,24	1 815 660,08	-220 341,84
Outras contas a pagar	43 599,93	25 388,49	18 211,44
PASSIVO CORRENTE	59 939 557,76	60 431 156,68	-491 598,92
Fornecedores	365 498,56	602 694,96	-237 196,40
Adiantamentos de clientes e utentes	19 417,08		19 417,08
Estado e outros entes públicos	784 710,21	728 943,15	55 767,06
Financiamentos obtidos	250 788,56	334 608,79	-83 820,23
Diferimentos	325 356,13	196 495,74	128 860,39
Outras contas a pagar	58 193 787,22	58 568 414,04	-374 626,82
Outros passivos financeiros			
TOTAL DO PASSIVO	65 783 590,59	67 242 781,95	-1 459 191,36
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	180 754 596,30	184 559 581,23	-3 804 984,93

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.4 DCRE - ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS



- C.Mercad.Vend e Mat.Consumidas
- Fornecimento e Serviços Externos
- Custos com Pessoal
- Imparidade de dívidas a receber
- Outros Gastos e Perdas
- Gastos de depreciação e de amort.
- Juros e gastos similares suportados

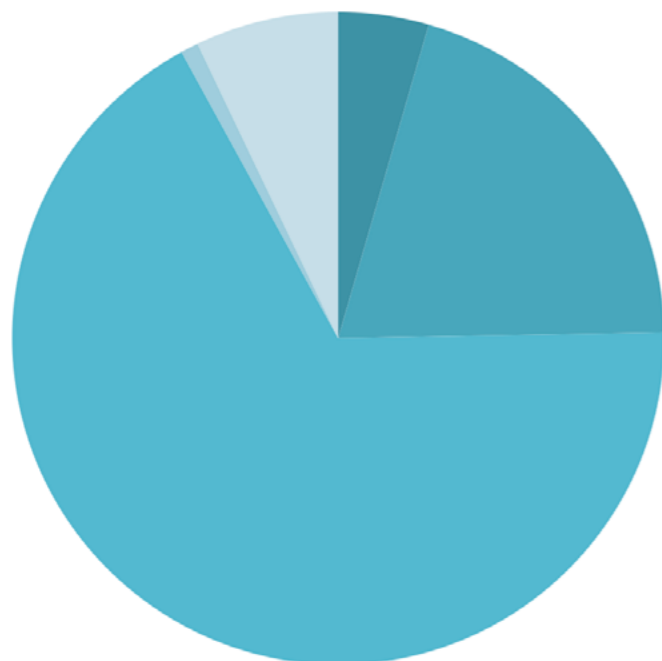


- Prestações de Serviços
- Subs.doações e legados à exploração
- Ganhos imputados subs., assoc. e emp.
- Trabalhos para a própria entidade
- Outros Rendimentos e ganhos
- Juros e rendimentos similares obtidos

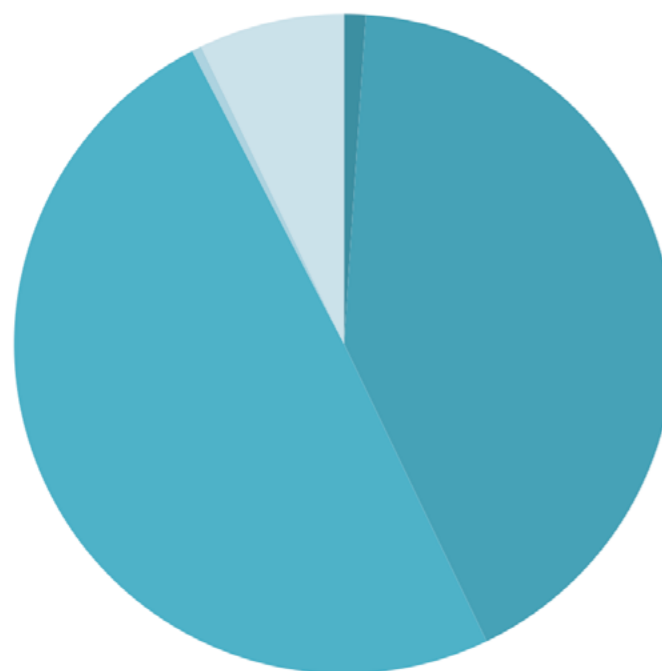
1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.4 DCRE - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEPARTAMENTOS CENTRAIS Posição em 31 de Dezembro de 2012	REALIZADO	ORÇAMENTADO	VALOR	DESVIO (%)	DEZEMBRO 2011	VALOR	DESVIO (%)
Vendas e serviços prestados	100 007,21	57 500,00	42 507,21	73,93	47 025,29	52 981,92	112,67
Vendas					2 434,60	-2 434,60	-100,00
Prestações de serviços	100 007,21	57 500,00	42 507,21	73,93	44 590,69	55 416,52	124,28
Matrículas e mensalidades							
Outras	100 007,21	57 500,00	42 507,21	73,93	44 590,69	55 416,52	124,28
Subsídios, doações e legados à exploração	101 884,32		101 884,32		184 513,43	-82 629,11	-44,78
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	101 884,32		101 884,32		184 513,43	-82 629,11	-44,78
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos	10 194,04		10 194,04		-99 560,00	109 754,04	110,24
Variação nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade	561 361,51	570 000,00	-8 638,49	-1,52	585 414,84	-24 053,33	-4,11
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-85 209,63	-127 600,00	42 390,37	33,22	-89 507,41	4 297,78	4,80
Fornecimentos e serviços externos	-1 447 654,91	-1 203 660,00	-243 994,91	-20,27	-1 481 176,79	33 521,88	2,26
Subcontratos							
Energia e fluidos	-94 930,00	-93 815,00	-1 115,00	-1,19	-95 588,76	658,76	0,69
Outros	-1 352 724,91	-1 109 845,00	-242 879,91	-21,88	-1 385 588,03	32 863,12	2,37
Gastos com pessoal	-2 058 267,30	-2 170 812,00	112 544,70	5,18	-2 073 007,73	14 740,43	0,71
Remunerações certas	-1 509 420,62	-1 650 579,00	141 158,38	8,55	-1 486 709,39	-22 711,23	-1,53
Remunerações adicionais	-167 309,13	-162 252,00	-5 057,13	-3,12	-147 545,75	-19 763,38	-13,39
Formação profissional	-6 306,90	-9 660,00	3 353,10	34,71	-11 370,93	5 064,03	44,53
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-331 479,94	-337 672,00	6 192,06	1,83	-305 521,76	-25 958,18	-8,50
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-7 665,12	-6 969,00	-696,12	-9,99	-15 029,42	7 364,30	49,00
Outros custos com o pessoal	-36 085,59	-3 680,00	-32 405,59	-880,59	-106 830,48	70 744,89	66,22
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-26 029,33		-26 029,33		-67 377,34	41 348,01	61,37
Provisões (aumentos/reduções)					-6 202,00	6 202,00	100,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	367 641,00		367 641,00		-79 522,00	447 163,00	562,31
Outras imparidades (perdas/reversões)							
Aumentos/reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	4 332 902,28	5 096 110,00	-763 207,72	-14,98	4 590 082,29	-257 180,01	-5,60
Outros gastos e perdas	-172 180,83	-421 508,00	249 327,17	59,15	-273 397,79	101 216,96	37,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 684 648,36	1 800 030,00	-115 381,64	-6,41	1 237 284,79	447 363,57	36,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-614 380,99	-227 273,00	-387 107,99	-170,33	-541 059,47	-73 321,52	-13,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 070 267,37	1 572 757,00	-502 489,63	-31,95	696 225,32	374 042,05	53,72
Juros e rendimentos similares obtidos	563 654,01		563 654,01		688 179,05	-124 525,04	-18,09
Juros e gastos similares suportados	-7 645,37	-6 000,00	-1 645,37	-27,42	-14 460,30	6 814,93	47,13
Resultado antes de impostos	1 626 276,01	1 566 757,00	59 519,01	3,80	1 369 944,07	256 331,94	18,71
Imposto sobre rendimento do período							
Resultado líquido do período	1 626 276,01	1 566 757,00	59 519,01	3,80	1 369 944,07	256 331,94	18,71

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.5 ÁREA SOCIAL - ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS



- C. Mercad. Vend e Mat. Consumidas
- Fornecimento e Serviços Externos
- Custos com Pessoal
- Outros Gastos e Perdas
- Gastos de depreciação e de amort.

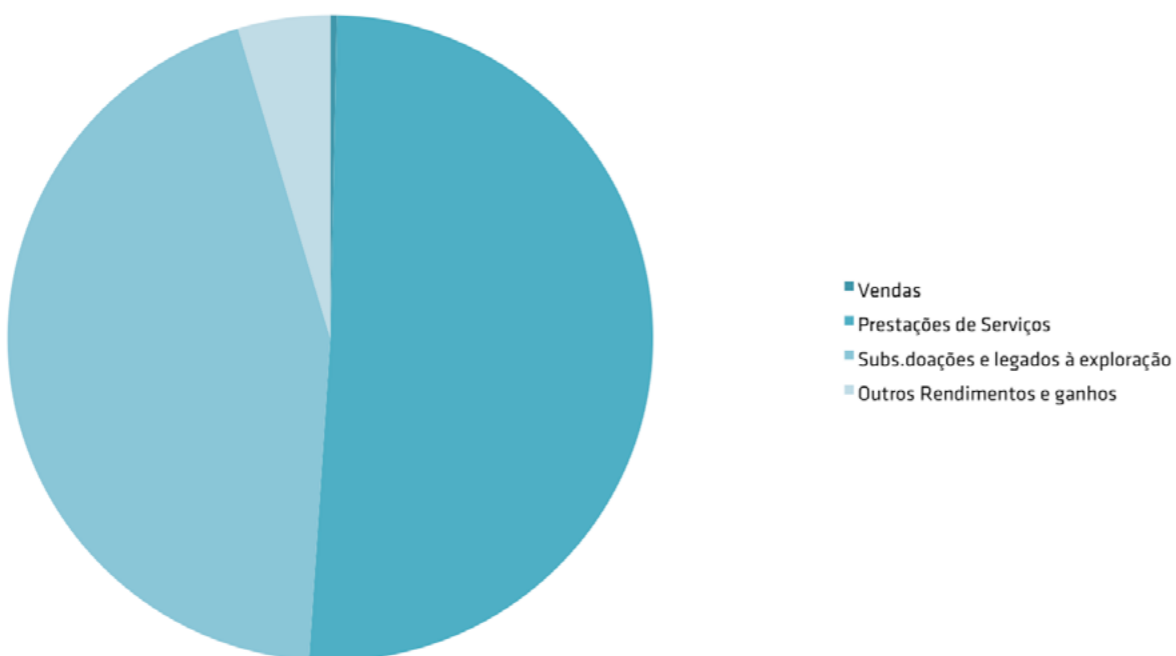
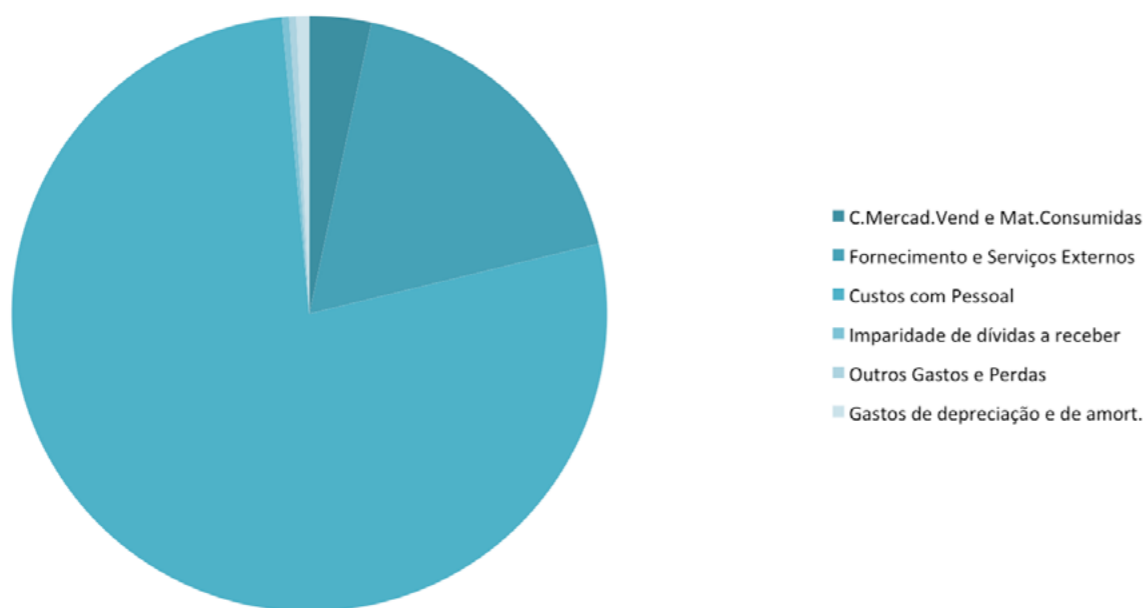


- Vendas
- Prestações de Serviços
- Subs. doações e legados à exploração
- Trabalhos para a própria entidade
- Imparidade de dívidas a receber
- Outros Rendimentos e ganhos

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.5 ÁREA SOCIAL - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

SOCIAL	REALIZADO	ORÇAMENTADO	VALOR	DESVIO (%)	DEZEMBRO 2011	VALOR	DESVIO (%)
Posição em 31 de Dezembro de 2012							
Vendas e serviços prestados	1 262 880,14	1 335 602,00	-72 721,86	-5,44	1 097 198,68	165 681,46	15,10
Vendas	31 237,92	41 330,00	-10 092,08	-24,42	29 840,41	1 397,51	4,68
Prestações de serviços	1 231 642,22	1 294 272,00	-62 629,78	-4,84	1 067 358,27	164 283,95	15,39
Matrículas e mensalidades	1 225 235,52	1 283 190,00	-57 954,48	-4,52	1 059 680,57	165 554,95	15,62
Outras	6 406,70	11 082,00	-4 675,30	-42,19	7 677,70	-1 271,00	-16,55
Subsídios, doações e legados à exploração	1 457 935,62	1 401 606,00	56 329,62	4,02	1 364 709,95	93 225,67	6,83
ISS, IP - Centros distritais	1 442 677,72	1 401 606,00	41 071,72	2,93	1 356 677,49	86 000,23	6,34
Outros	15 257,90		15 257,90		8 032,46	7 225,44	89,95
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos							
Variação nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade	4,05	120,00	-115,95	-96,63	28,40	-24,35	-85,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-253 976,22	-302 509,00	48 532,78	16,04	-239 825,68	-14 150,54	-5,90
Fornecimentos e serviços externos	-1 146 404,44	-1 207 579,00	61 174,56	5,07	-1 123 698,91	-22 705,53	-2,02
Subcontratos	-420 196,51	-505 489,00	85 292,49	16,87	-362 182,86	-58 013,65	-16,02
Energia e fluidos	-258 296,57	-296 516,00	38 219,43	12,89	-242 224,16	-16 072,41	-6,64
Outros	-467 911,36	-405 574,00	-62 337,36	-15,37	-519 291,89	51 380,53	9,89
Gastos com pessoal	-3 812 718,59	-3 889 109,00	76 390,41	1,96	-3 730 615,24	-82 103,35	-2,20
Remunerações certas	-2 708 643,06	-2 741 022,00	32 378,94	1,18	-2 623 570,74	-85 072,32	-3,24
Remunerações adicionais	-466 641,17	-542 625,00	75 983,83	14,00	-491 812,20	25 171,03	5,12
Formação profissional	-2 100,00	-26 615,00	24 515,00	92,11	-395,00	-1 705,00	-431,65
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-587 694,74	-556 594,00	-31 100,74	-5,59	-566 133,60	-21 561,14	-3,81
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-13 376,56	-12 114,00	-1 262,56	-10,42	-22 076,24	8 699,68	39,41
Outros custos com o pessoal	-34 263,06	-10 139,00	-24 124,06	-237,93	-26 627,46	-7 635,60	-28,68
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 159,32		14 159,32			14 159,32	
Provisões (aumentos/reduções)							
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Imparidade de investim. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)							
Outras imparidades (perdas/reversões)							
Aumentos/reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	209 935,53	273 280,00	-63 344,47	-23,18	398 305,26	-188 369,73	-47,29
Outros gastos e perdas	-49 807,15	-19 250,00	-30 557,15	-158,74	-22 661,37	-27 145,78	-119,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-2 317 991,74	-2 407 839,00	89 847,26	3,73	-2 256 558,91	-61 432,83	-2,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-402 146,01	-372 954,00	-29 192,01	-7,83	-389 306,70	-12 839,31	-3,30
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-2 720 137,75	-2 780 793,00	60 655,25	2,18	-2 645 865,61	-74 272,14	-2,81
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos	-2 720 137,75	-2 780 793,00	60 655,25	2,18	-2 645 865,61	-74 272,14	-2,81
Imposto sobre rendimento do período							
Resultado líquido do período	-2 720 137,75	-2 780 793,00	60 655,25	2,18	-2 645 865,61	-74 272,14	-2,81

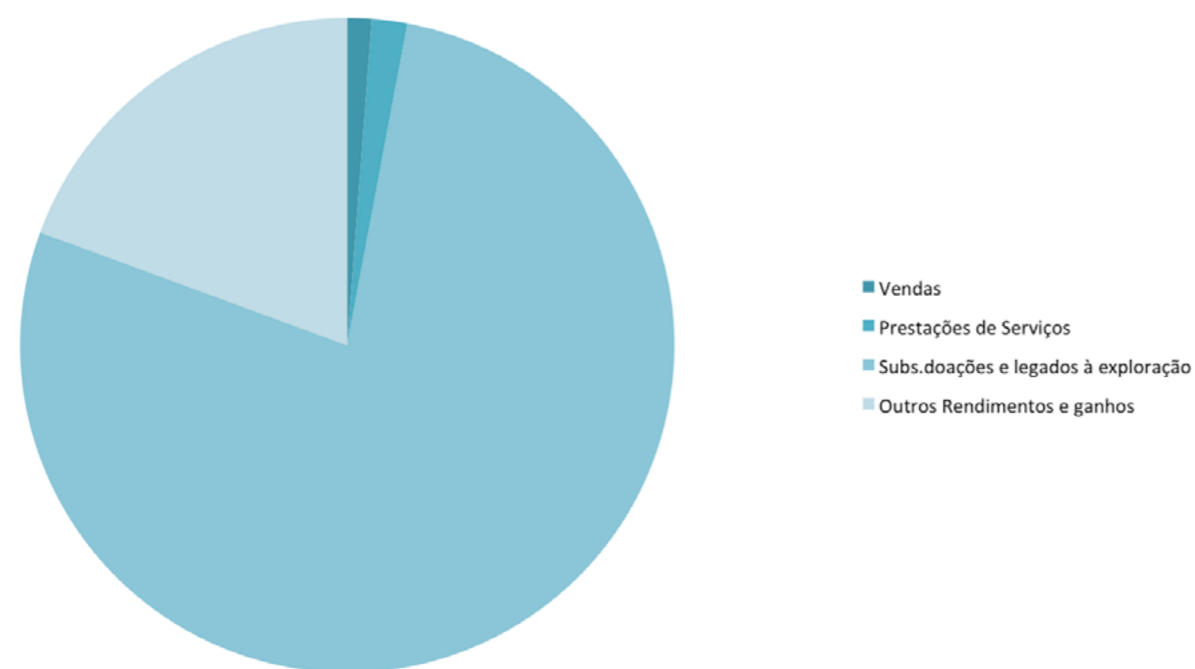
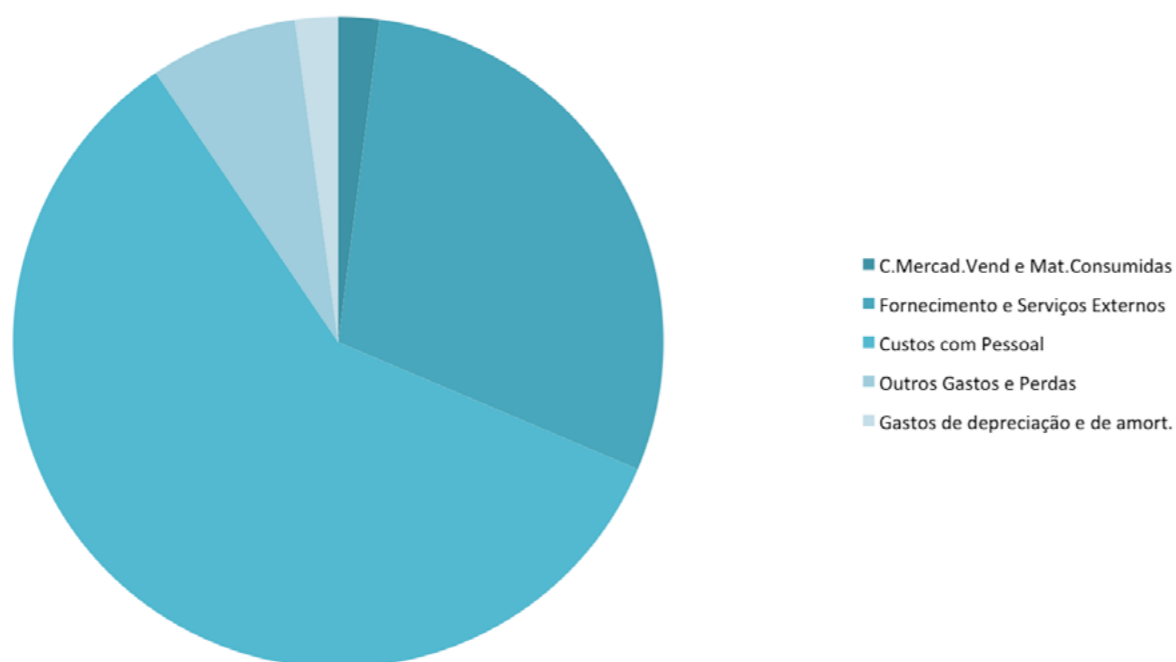
1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.6 ÁREA DA EDUCAÇÃO - ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS



1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.6 ÁREA DA EDUCAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EDUCACIONAL Posição em 31 de Dezembro de 2012	REALIZADO	ORÇAMENTADO	Δ VALOR	DESVIO (%)	DEZEMBRO 2011	Δ VALOR	DESVIO (%)
Vendas e serviços prestados	1 099 746,30	1 242 458,00	-142 711,70	-11,49	1 052 734,37	47 011,93	4,47
Vendas	7 061,65	5 300,00	1 761,65	33,24	1 819,10	5 242,55	288,19
Prestações de serviços	1 092 684,65	1 237 158,00	-144 473,35	-11,68	1 050 915,27	41 769,38	3,97
Matrículas e mensalidades	871 456,50	850 566,00	20 890,50	2,46	838 428,90	33 027,60	3,94
Outras	221 228,15	386 592,00	-165 363,85	-42,77	212 486,37	8 741,78	4,11
Subsídios, doações e legados à exploração	954 732,95	928 898,00	25 834,95	2,78	975 808,65	-21 075,70	-2,16
ISS, IP - Centros distritais	936 086,70	898 370,00	37 716,70	4,20	900 544,95	35 541,75	3,95
Outros	18 646,25	30 528,00	-11 881,75	-38,92	75 263,70	-56 617,45	-75,23
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos							
Variação nos inventários da produção					4 305,20	-4 305,20	-100,00
Trabalhos para a própria entidade							
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-96 483,62	-101 751,00	5 267,38	5,18	-91 400,24	-5 083,38	-5,56
Fornecimentos e serviços externos	-515 314,51	-628 438,00	113 123,49	18,00	-576 356,81	61 042,30	10,59
Subcontratos	-121 051,25	-129 932,00	8 880,75	6,83	-106 284,72	-14 766,53	-13,89
Energia e fluidos	-76 145,06	-67 392,00	-8 753,06	-12,99	-63 803,02	-12 342,04	-19,34
Outros	-318 118,20	-431 114,00	112 995,80	26,21	-406 269,07	88 150,87	21,70
Gastos com pessoal	-2 228 814,23	-2 232 649,00	3 834,77	0,17	-2 312 948,26	84 134,03	3,64
Remunerações certas	-1 723 564,09	-1 780 693,00	57 128,91	3,21	-1 770 683,32	47 119,23	2,66
Remunerações adicionais	-133 227,42	-77 358,00	-55 869,42	-72,22	-139 865,43	6 638,01	4,75
Formação profissional		-13 124,00	13 124,00	100,00			
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-357 621,49	-349 094,00	-8 527,49	-2,44	-359 510,09	1 888,60	0,53
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-8 493,12	-7 380,00	-1 113,12	-15,08	-15 424,50	6 931,38	44,94
Outros custos com o pessoal	-5 908,11	-5 000,00	-908,11	-18,16	-27 464,92	21 556,81	78,49
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-11 130,95		-11 130,95			-11 130,95	
Provisões (aumentos/reduções)							
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)							
Outras imparidades (perdas/reversões)							
Aumentos/reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	99 510,82	159 803,00	-60 292,18	-37,73	72 687,55	26 823,27	36,90
Outros gastos e perdas	-20 227,54	-1 439,00	-18 788,54	-1 305,67	-12 188,51	-8 039,03	-65,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-717 980,78	-633 118,00	-84 862,78	-13,40	-887 358,05	169 377,27	19,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-204 961,01	-191 071,00	-13 890,01	-7,27	-189 823,75	-15 137,26	-7,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-922 941,79	-824 189,00	-98 752,79	-11,98	-1 077 181,80	154 240,01	14,32
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos	-922 941,79	-824 189,00	-98 752,79	-11,98	-1 077 181,80	154 240,01	14,32
Imposto sobre rendimento do período							
Resultado líquido do período	-922 941,79	-824 189,00	-98 752,79	-11,98	-1 077 181,80	154 240,01	14,32

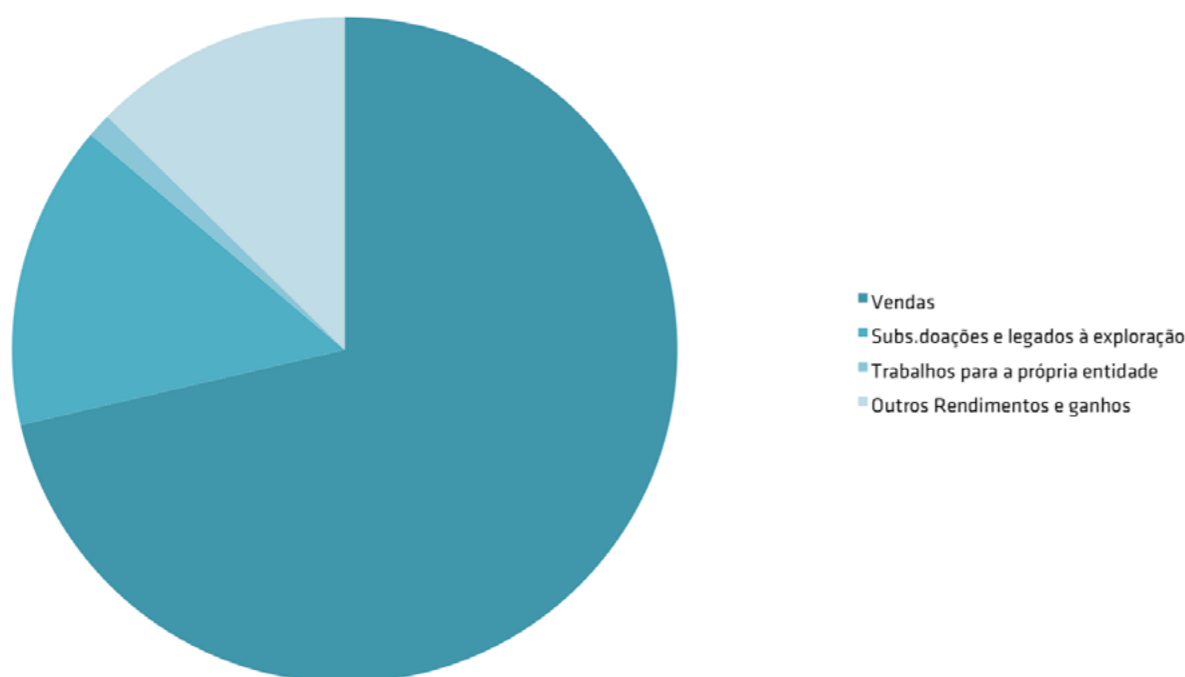
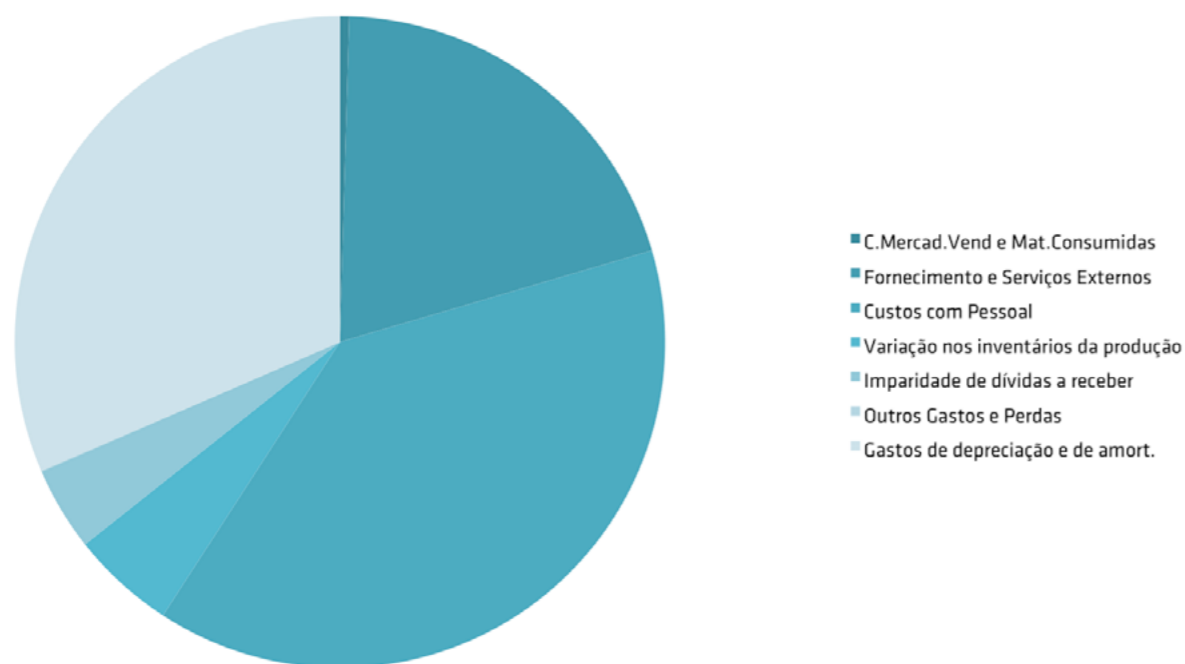
1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.7 ÁREA DO CULTO E CULTURA - ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS



1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.7 ÁREA DO CULTO E CULTURA - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CULTO E CULTURA	REALIZADO	ORÇAMENTADO	VALOR	DESVIO (%)	DEZEMBRO 2011	VALOR	DESVIO (%)
Posição em 31 de Dezembro de 2012							
Vendas e serviços prestados	9 990,63	3 907,00	6 083,63	155,71	3 501,40	6 489,23	185,33
Vendas	4 091,98	1 064,00	3 027,98	284,58	760,40	3 331,58	438,14
Prestações de serviços	5 898,65	2 843,00	3 055,65	107,48	2 741,00	3 157,65	115,20
Matrículas e mensalidades							
Outras	5 898,65	2 843,00	3 055,65	107,48	2 741,00	3 157,65	115,20
Subsídios, doações e legados à exploração	262 642,64		262 642,64			262 642,64	
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	262 642,64		262 642,64			262 642,64	
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos							
Variação nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade							
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-16 471,55	-3 946,00	-12 525,55	-317,42	-35 318,66	18 847,11	53,36
Fornecimentos e serviços externos	-237 143,64	-178 500,00	-58 643,64	-32,85	-212 166,22	-24 977,42	-11,77
Subcontratos							
Energia e fluidos	-5 852,59	-3 314,00	-2 538,59	-76,60	-5 568,94	-283,65	-5,09
Outros	-231 291,05	-175 186,00	-56 105,05	-32,03	-206 597,28	-24 693,77	-11,95
Gastos com pessoal	-477 935,61	-497 259,00	19 323,39	3,89	-403 840,49	-74 095,12	-18,35
Remunerações certas	-374 821,59	-376 148,00	1 326,41	0,35	-318 273,01	-56 548,58	-17,77
Remunerações adicionais	-30 121,22	-38 840,00	8 718,78	22,45	-26 653,04	-3 468,18	-13,01
Formação profissional	-405,00	-2 521,00	2 116,00	83,93		-405,00	
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-69 335,04	-77 188,00	7 852,96	10,17	-55 195,33	-14 139,71	-25,62
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 778,40	-1 602,00	-176,40	-11,01	-2 364,66	586,26	24,79
Outros custos com o pessoal	-1 474,36	-960,00	-514,36	-53,58	-1 354,45	-119,91	-8,85
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)							
Provisões (aumentos/reduções)							
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)							
Outras imparidades (perdas/reversões)							
Aumentos/reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	65 593,26	1 163,00	64 430,26	5 540,01	17 035,33	48 557,93	285,04
Outros gastos e perdas	-59 391,44	-613,00	-58 778,44	-9 588,65	-1 476,78	-57 914,66	-3 921,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-452 715,71	-675 248,00	222 532,29	32,96	-632 265,42	179 549,71	28,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-17 235,01	-18 882,00	1 646,99	8,72	-20 309,77	3 074,76	15,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-469 950,72	-694 130,00	224 179,28	32,30	-652 575,19	182 624,47	27,99
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos	-469 950,72	-694 130,00	224 179,28	32,30	-652 575,19	182 624,47	27,99
Imposto sobre rendimento do período							
Resultado líquido do período	-469 950,72	-694 130,00	224 179,28	32,30	-652 575,19	182 624,47	27,99

1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.8 ÁREA DO BEM-ESTAR E AMBIENTE - ANÁLISE DE ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS



1. EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL
1.8 ÁREA DO BEM-ESTAR E AMBIENTE - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BEM ESTAR E AMBIENTE Posição em 31 de Dezembro de 2012	REALIZADO	ORÇAMENTADO	VALOR	DESVIO (%)	DEZEMBRO 2011	VALOR	DESVIO (%)
Vendas e serviços prestados	179 874,79	186 200,00	-6 325,21	-3,40	180 584,41	-709,62	-0,39
Vendas	179 874,79	170 000,00	9 874,79	5,81	178 958,61	916,18	0,51
Prestações de serviços		16 200,00	-16 200,00	-100,00	1 625,80	-1 625,80	-100,00
Matrículas e mensalidades							
Outras		16 200,00	-16 200,00	-100,00	1 625,80	-1 625,80	-100,00
Subsídios, doações e legados à exploração	37 330,70	21 000,00	16 330,70	77,77	10 729,75	26 600,95	247,92
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	37 330,70	21 000,00	16 330,70	77,77	10 729,75	26 600,95	247,92
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos							
Varição nos inventários da produção	-16 488,50		-16 488,50		-61 900,00	45 411,50	73,36
Trabalhos para a própria entidade	2 975,00	21 600,00	-18 625,00	-86,23	1 132,50	1 842,50	162,69
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-1 456,36	-6 360,00	4 903,64	77,10	-4 068,51	2 612,15	64,20
Fornecimentos e serviços externos	-63 611,59	-68 703,00	5 091,41	7,41	-60 186,02	-3 425,57	-5,69
Subcontratos							
Energia e fluidos	-28 341,81	-32 703,00	4 361,19	13,34	-25 998,20	-2 343,61	-9,01
Outros	-35 269,78	-36 000,00	730,22	2,03	-34 187,82	-1 081,96	-3,16
Gastos com pessoal	-123 039,07	-129 500,00	6 460,93	4,99	-121 095,02	-1 944,05	-1,61
Remunerações certas	-91 091,78	-92 862,00	1 770,22	1,91	-88 034,69	-3 057,09	-3,47
Remunerações adicionais	-10 922,52	-15 827,00	4 904,48	30,99	-12 134,46	1 211,94	9,99
Formação profissional		-1 050,00	1 050,00	100,00			
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-20 014,94	-18 944,00	-1 070,94	-5,65	-19 336,46	-678,48	-3,51
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-468,36	-417,00	-51,36	-12,32	-763,33	294,97	38,64
Outros custos com o pessoal	-541,47	-400,00	-141,47	-35,37	-826,08	284,61	34,45
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)							
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-13 225,58		-13 225,58			-13 225,58	
Provisões (aumentos/reduções)							
Provisões específicas (aumentos/reduções)							
Imparidade de investim. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)							
Outras imparidades (perdas/reversões)							
Aumentos/reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos	31 844,92	33 852,00	-2 007,08	-5,93	43 632,61	-11 787,69	-27,02
Outros gastos e perdas	-170,00	-120,00	-50,00	-41,67	-835,04	665,04	79,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	34 034,31	57 969,00	-23 934,69	-41,29	-12 005,32	46 039,63	383,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-99 980,99	-83 217,00	-16 763,99	-20,14	-85 447,60	-14 533,39	-17,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-65 946,68	-25 248,00	-40 698,68	-161,20	-97 452,92	31 506,24	32,33
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos	-65 946,68	-25 248,00	-40 698,68	-161,20	-97 452,92	31 506,24	32,33
Imposto sobre rendimento do período							
Resultado líquido do período	-65 946,68	-25 248,00	-40 698,68	-161,20	-97 452,92	31 506,24	32,33

.....

PARECER DO
DEFINITÓRIO

.....

Nos termos da alínea d) do Artigo 58º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Porto, o Definitório vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, apresentados pela Mesa Administrativa.

A. APRECIACÃO DA GESTÃO

Através dos contactos estabelecidos entre este Definitório e a Mesa Administrativa, bem como de esclarecimentos e informação recolhida junto dos serviços competentes, tomámos conhecimento da atividade da Santa Casa da Misericórdia do Porto e da gestão desenvolvida no exercício.

B. APRECIACÃO DAS CONTAS

Analisámos o Relatório e Contas de 2012, que compreende o Relatório de Atividades, o Balanço, a Demonstração de Resultados, Anexo ao Balanço, cumprindo-nos destacar os seguintes aspetos que nos parecem mais relevantes:

- O Balanço, a Demonstração de Resultados e as demais peças contabilísticas respeitantes ao exercício de 2012, satisfazem as disposições legais aplicáveis e traduzem com razoabilidade a atividade desenvolvida pela Santa Casa neste exercício.
- O Resultado Líquido do Período foi negativo em 156.363,88 euros, contra um resultado orçamentado positivo de 1 100 468,00 euros e um resultado positivo de 1.626.738,73 euros no período homólogo.
- Relativamente ao Orçamento, no exercício de 2012 registaram-se os seguintes desvios na exploração da SCMP, em euros:

	Orçamento	Realizado	Desvio
Vendas + Prestação Serviços	48.387.920	45.597.278	-2.790.641
Gastos com Pessoal	33.966.032	33.024.915	941.117
Outros Rendimentos e Ganhos	6.262.822	5.748.692	514.129
Outros Gestos e Perdas	554.583	486.378	68.205
Resultado Líquido Período	1.100.468	-156.363	-1.256.831

- Relativamente ao ano de 2011 registaram-se os seguintes variações:

	2012	2011	Variação
Vendas + Prestação Serviço	45.597.278	49.370.603	-3.773.325
Fornecimentos e Serviços Externos	12.312.930	13.191.567	-878.637
Gastos com o Pessoal	33.024.915	33.511.390	-486.475
Outros Rendimentos e Ganhos	5.748.693	6.441.785	-693.092
Outros Gastos e Perdas	486.378	785.160	-298.782
Resultado Líquido Período	-156.363	1.626.739	-1.783.102

- O desvio no Resultado Líquido do Período deve-se fundamentalmente ao Hospital da Prelada, em que o desvio relativamente ao orçamento foi de 2.010.491 e em relação ao período homólogo foi de 2.856.112 euros.

- No Centro Hospitalar Conde Ferreira, o Resultado Líquido do Período foi negativo em 932.390 euros, que corresponde a um desvio positivo de 498.620 relativamente ao orçamento e um desvio igualmente positivo de 704.940 euros relativamente a 2011.

- Nos Departamentos Centrais e Restantes Estabelecimentos, o Resultado Líquido do Período foi negativo em 2.552.700 euros, que corresponde a um desvio positivo de 204.902 relativamente ao orçamento e um desvio no mesmo sentido de 450.870 euros relativamente ao exercício anterior.

- A Área da Saúde apresenta um resultado positivo de 2.346.197 euros, mas inferior ao orçamentado em 1.511.871 euros e ao realizado, positivo de 4.497.369 euros registado em 2011.

- A Área do Ensino apresenta um prejuízo de 922.942 euros, superior ao orçamento em 98.753 euros, mas inferior em 154.240 euros aos resultados de 2011.

- A Área do Bem Estar e Ambiente, onde se inclui a Quinta de Barca d'Alva, apresenta um prejuízo de 65.946 euros, superior ao orçamento em 40.698 euros mas inferior ao resultado realizado negativo de 97.453 do exercício anterior.

- Em 2012 foram efetuados investimentos de 6,2 milhões, dos quais 4,2 milhões de euros na gestão do património, 1,1 milhões de euros no Hospital da Prelada, 688 mil euros no Centro Hospitalar Conde Ferreira e 232 mil euros na Modernização Administrativa, que corresponde a um grau de execução de 94% relativamente ao que estava orçamentado.

- As Disponibilidades mantêm-se ao nível do ano anterior, na ordem dos 17 milhões de euros.

C. PARECER

Tendo em consideração o exposto no ponto anterior, o Definitório emite o seguinte parecer:

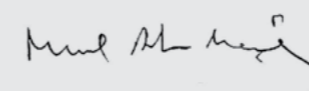
- Apreciámos a Certificação Legal de Contas emitida pelo auditor externo Deloitte & Associados, SROC S.A., cujo conteúdo mereceu o nosso acordo.
- Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras acima referidos, apresentados pela Mesa Administrativa.

O Definitório deseja expressar o seu apreço à Mesa Administrativa e aos serviços pela colaboração prestada.

Porto, 21 de Março de 2013

O Definitório

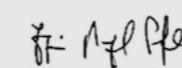
Manuel Alberto Ramos Mações
Presidente



Manuel Fernando Costa Almeida
Secretário



Joaquim Sabino Rangel Pamplona
Vogal



António Alves Teixeira do Carmo
Vice-Presidente



Henrique Jorge Gonçalves Fabião
Vogal



